



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

OUTRAS FACES DA HISTÓRIA:
MANAUS DE 1910-1940

DORINETHE DOS SANTOS BENTES

MANAUS

2008

DORINETHE DOS SANTOS BENTES

**OUTRAS FACES DA HISTÓRIA:
MANAUS DE 1910-1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Profº. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

**MANAUS
2008**

B475 Bentes, Dorinethe dos Santos
Outras faces da história: Manaus de 1910 – 1940 /
Dorinethe dos Santos Bentes.- Manaus,
AM: UFAM, 2008.
208f.; il.

Inclui referências.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade
Federal do Amazonas. Instituto de Ciências Humanas e
Letras, Orientador: Prof^o Dr: Ricardo José Batista
Nogueira.

1. Manaus(AM) - História - 1910 - 1940 2. Manaus –
Política e Governo - 1910 - 1940 I. Nogueira, Ricardo
José Batista (Orient.) II. Título.

DORINETHE DOS SANTOS BENTES

**OUTRAS FACES DA HISTÓRIA:
MANAUS DE 1910-1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Ricardo José Batista Nogueira
(Presidente)

Profª. Drª. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
(Membro)

Profª. Drª. Maria Izabel de Medeiros Valle
Membro

Profº. Drº. Auxiliomar Silva Ugarte
(Suplente)

Dedico:

Aos meus pais, Benedito de Souza Bentes e Izabel Gomes dos Santos Bentes, pelo carinho e dedicação.

Aos meus dois amores, Amarildo Rodrigues Rolim, pelo incansável apoio que me deu ao longo desse trabalho e Helena dos Santos Bentes Rolim, minha eterna princesinha.

AGRADECIMENTOS

É quase impossível agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização desse trabalho, com a indicação de um livro, um comentário bem feito, uma “puxada de orelha”, uma discussão calorosa, uma dica da localização de uma fonte, uma foto do período investigado, o paradeiro de documento perdido, e tantas outras coisas que poderiam ser relacionadas aqui. No entanto, mesmo correndo o risco de não contemplar a todos, vamos lá. Agradeço:

À Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas, por meio do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, a quem estava vinculada como pesquisadora, no período que iniciei esse trabalho, pelo esforço que foi feito para conseguir a minha liberação para cursar as disciplinas no primeiro ano do mestrado e ao Secretário Roberio Braga, por ter autorizado a referida liberação.

À Diretoria Técnica do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA, na pessoa da Diretora Lauriene Nakai Rodrigues Faraco e a toda equipe da Diretoria, pelo apoio e incentivo que sempre me deram.

À Diretoria de Gestão da Informação do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, nas pessoas de Ana Christina Estevam dos Santos, Raimundo Nonato dos Santos Braga e Messias pela documentação e informações fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Queria destacar aqui a grande atenção e carinho que o Nonatinho, como é conhecido por todos, dedicou a essa pesquisa.

À Direção do IHGA, na pessoa da historiadora Edinéa Mascarenhas Dias e seus funcionários, na pessoa da nossa querida aluna Marlúcia Bentes, por toda sua

dedicação e atenção a todos que procuram pesquisar no acervo do IHGA. Normalmente o IHGA é muito questionado por nunca estar disponível para os pesquisadores, para minha sorte e do meu trabalho, sempre que fui à busca de documentação fui muito bem atendida por todos, por isso, a base a minha pesquisa foi desenvolvida no acervo do Instituto Histórico Geográfico do Amazonas.

À Associação Comercial do Amazonas - ACA, por estar, na medida do possível, atendendo aos pesquisadores que buscam a documentação existente na sua biblioteca.

Às bibliotecárias do Museu Amazônico, Rosângela Martins e Helena Rodrigues, por suas atenções e amplos conhecimentos do acervo da biblioteca, facilitando a pesquisa documental.

Em trabalhos dessa magnitude, pouco se pode fazer sem o apoio dos amigos, que nos incentivam a continuar nos momentos de fraqueza ou de decepção. Ei-los: Ligiane Pessoa dos Santos, Elisângela Maciel, Maria Eugênia Matos, Meyre Laura, Adriana Barata, Flávia Oliveira da Silva, Rozane Barbosa Mesquita, David Avelino Leal, Aloysio Nogueira, Auxiliomar Ugarte, Patrícia Melo Sampaio e Deusa Costa.

Ao professor Ricardo Nogueira gostaria de deixar registrado meu carinho e minha gratidão, por ter aceitado ser meu orientador no meio do trabalho. Sei o quanto é difícil para qualquer profissional pegar o “bonde andando”, correndo enormes riscos do trabalho não fluir. Você teve ousadia de enfrentá-los. Eles poderiam significar uma vitória ou uma grande decepção.

Aos professores do programa de pós-graduação em História da Universidade do Amazonas: Almir Diniz de Carvalho Junior, Luíz Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Eloína Monteiro dos Santos, Hideraldo Lima da Costa, Auxiliomar Silva Ugarte e Maria Luíza Ugarte Pinheiro, os dois últimos em especial, pelas contribuições que foram feitas a esse trabalho no período da qualificação, na verdade eles direcionaram o seu andamento até sua finalização.

Resumo

Neste trabalho, analisamos a história da cidade de Manaus no período de 1910-1940, por meio de sua forma física, considerando os edifícios, as ruas, os bairros, as pontes, as estradas entre outros, como momentos e partes de um todo que é a cidade, porque ela só se torna compreensível mediante o estudo de suas diversas manifestações e comportamentos. Para desenvolver nossa investigação sobre a cidade, a linha teórica e metodológica que mais se ajustou aos nossos objetivos foi a da Nova História Cultural, por ser a perspectiva de interpretação da história que possibilita a soma de outros dos modelos teóricos, integrando o geral com o particular. Por meio dessa análise, pretendemos dar voz à documentação oficial emitida pelos governadores e superintendentes municipais; tais como as mensagens governamentais enviadas à Assembléia Legislativa do Estado, as Exposições enviadas ao Governo Federal, aos relatórios da Intendência enviados à Câmara Municipal, as mensagens municipais enviadas ao governo do Estado. Sem deixar de valorizar o cruzamento dessas informações com os dados fornecidos por outras fontes: periódicos e anuários, álbuns e almanaques produzidos no período em investigação e a bibliografia referente ao tema. Concluímos esse trabalho, constatando que a Manaus de 1910 a 1940 era uma cidade em ebulição: pequenas e grandes obras, crescimento populacional, o espaço físico da cidade em expansão. E mais ainda, o poder público, acuado por diferentes interesses sociais, não mais poderia dar ouvido somente à elite, ele era obrigado, por força das circunstâncias econômicas e sócio-culturais, a dar respostas às demandas dos moradores dos subúrbios e das zonas agrícolas do Município.

Palavras-chave: História, Cidade, Cultura, Arquitetura, Urbanismo.

ABSTRACT

In this research, we analyze Manaus city history within the time 1910-1940, through its physical structure, considering the buildings, the streets, the districts, the bridges, the roads and others, as moments and parts of all the city is, because it only becomes comprehensible by means of study about its several manifestations and behaviors. For developing our investigation about the city, the theoretical and methodological part more adapted for our purposes was the new cultural history, because it is the history interpretation perspective that enables the addition of other theoretical standards, integrating the general and the particular. Through this analysis, we intend give voice to official documentation issued by municipal governors and councilmen, such as governmental message sent to State Legislative Assembly, the Expositions sent to Federal Government, the Council reports sent to Municipal Chamber and the municipal messages sent to State Government. We appreciate the cross of these informations with the provided communications by other origins: periodicals and yearbooks, albums and almanacs made within the investigated time and the bibliography concerned to the subject. We conclude this research, noting Manaus from 1910 to 1940 was a city in boiling: small and large constructions, population growth, the physical space of the city in expansion. And more, the public power, pressioned by different social interests, no longer could hear only the elite, it was obliged, by virtue of economic circumstances and socio cultural, to give answers to the demands of the residents of the suburbs and agricultural areas of the city.

Key-words: History, City, Culture, Architecture, Urbanism.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Balança comercial de importação e exportação do Estado do Amazonas – 1933-1937.....	67
GRÁFICO 2: Receita da Prefeitura de Manaus – 1935-1937.....	68
GRÁFICO 3: Exportação de timbó – 1935-1937.....	69
GRÁFICO 4: Exportação de castanha do Brasil – 1933-1937.....	69
GRÁFICO 5: Exportação de guaraná – 1933-1937.....	70
GRÁFICO 6: Exportação de madeira – 1933-1937.....	70
GRÁFICO 7: Exportação de essência de pau rosa – 1933-1937.....	71
GRÁFICO 8: Exportação de piaçaba – 1933-1937.....	71
GRÁFICO 9: Exportação de borracha – 1933-1937.....	72

LISTA DE PLANTAS

PLANTA 1: Bairro Villa Municipal.....	108
PLANTA 2: Projeto de alinhamento da rua Floriano Peixoto.....	133
PLANTA 3: Terminal da rua Xavier de Mendonça – Escadaria e muro de arrimo e galeria de esgotos.....	135
PLANTA 4: Depósito Municipal.....	154
PLANTA 5: Feira da Cachoeirinha.....	160
PLANTA 6: Igarapé da Cachoeirinha.....	169
PLANTA 7: Planta do baixa do 1º piso do prédio do Departamento de Saúde Pública do Estado.....	181
PLANTA 8: Planta baixa do 2º piso do prédio do Departamento de Saúde Pública do Estado.....	182

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Amazônia - Distribuição da renda interna por setores econômicos: 1890-1920.....	85
TABELA 2: Arrecadação da intendência Municipal de Manaus – 1910-1937.....	90
TABELA 3: Relação dos interventores do Município de Manaus no período de 1930-1935.....	118

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Igarapés da Bequemoa e do Padre Salgado.....	96
MAPA 2: Planta dos igarapés da Cachoeirinha e da Ponte de Ferro.....	97
MAPA 3: Planta dos igarapés da Castelhana e dos seus braços na Avenida Barcelos e Avenidas Japurá e Tarumã.....	98
MAPA 4 – Planta das cabeceiras dos igarapés de Manãos e da Castelhana.....	98
MAPA 5: Planta dos igarapés de Manãos e Bittencourt.....	99
MAPA 6: Planta dos igarapés da Bica e de São Vicente.....	100
MAPA 7: Planta do igarapé da Cachoeira Grande.....	100
MAPA 8: Expansão da cidade em 1915.....	166
MAPA 9: Expansão da cidade em 1937.....	175

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Recalçamento da Avenida Joaquim Nabuco, entre as ruas dos Andradas e José Paranaguá.....	78
FOTO 2: Rua Municipal, após o recalçamento de 1913, essa é atual Rua Sete de Setembro.....	79
FOTO 3: Rua Lobo d' Almada, antes da remodelação feita no período da administração de Jorge de Moraes.....	80
FOTO 4: Rua Lobo d' Almada, no processo de remodelação feita no período da administração de Jorge de Moraes.....	81
FOTO 5: Rua Lobo d' Almada, depois da remodelação feita no período da administração de Jorge de Moraes.....	81
FOTO 6: Plano Inclinado.....	112
FOTO 7: Calçamento da rua Costa Azevedo.....	127
FOTO 8: Melhoramentos realizados na rua Saldanha Marinho.....	128
FOTO 9: Calçamento da rua Quintino Bocaiúva.....	129
FOTO 10: Leonardo Malcher.....	130
FOTO 11: Estrada Epaminondas, entre as ruas Simão Bolívar e Leonardo Malcher.....	131
FOTO 12: Rua Floriano Peixoto antes do alinhamento no trecho com a José Paranaguá.....	133
FOTO 13: Forno Crematório.....	152
FOTO 14: Parte interna do Depósito Municipal.....	155

FOTO 15: Imagem da área em que foram construídas as três pontes da Avenida Sete de Setembro.....	166
FOTO 16: Ponte Benjamin Constant.....	170
FOTO 17: O Bonde passando na Ponte Benjamin Constante, no sentido Centro Bairro.....	171
FOTO 18: Estrada de Rodagem Campos Salles – I.....	172
FOTO 19: Estrada de Rodagem Campos Salles - II.....	173
FOTO 20: Chefatura de Policia.....	177
FOTO 21: Escola de Aprendizes Artífices.....	179
FOTO 22: Construção do prédio da Secretaria Geral.....	180
FOTO 23: Departamento de Saúde Pública concluído.....	183
FOTO 24: Casas no Bombeamento para residência de operários.....	184
FOTO 25: Palácio Rio Branco.....	186
FOTO 26: Liceu de Artes e Ofícios.....	187

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – O RITMO DA CIDADE NO PERÍODO DE 1910-1940.....	26
1.1 Cidade: construção do termo e do artefato.....	26
1.2 A representação da cidade na Europa no final do século XIX e início do século XX.....	31
1.3 As influências européias nos estudos das cidades brasileiras.....	37
1.4 A intensificação das pesquisas sobre cidade no Amazonas.....	40
1.5 A cidade de Manaus de 1910 -1940.....	49
1.5.1 Contexto econômico, político e sócio-cultural.....	49
CAPÍTULO II – A DESMISTIFICAÇÃO DA FÊNIX.....	73
2.1 Caracterização da cidade do ponto de vista urbanístico.....	73
2.2 Os empréstimos externos e o crescimento da cidade.....	86
2.3 O sonho continua mesmo no período de recessão econômica.....	93
2.4 A migração provoca mudanças no ritmo de construção da cidade.....	105
2.5 O realinhamento das políticas públicas nos anos trinta.....	114
2.6 Saneamento e limpeza pública.....	140
2.7 Limpeza pública.....	140
2.8 Obras de embelezamento: paisagismo, praças e jardins.....	144
CAPÍTULO III – A CIDADE COMO ARTEFATO HUMANO.....	149

3.1 – O contexto das construções dos “fatos urbanos”	149
3.2 – Obras que visavam ampliar a arrecadação municipal	154
3.3 - Novos espaços dinamizando a vida na cidade	157
3.4 – As pontes e estradas de rodagem – provas da dinâmica da expansão do espaço urbano	167
3.5. Obras estaduais e federais no Município de Manaus	176

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivos digitais

Almanaques

Álbum

Leis

Estudo

ANEXO I

Mapa da Cidade de Manaus – 1915

Mapa da Cidade de Manaus - 1937

ANEXO II

LEI nº. 639, de 13 de setembro de 1910. Promulgado o Código de Posturas do Município de Manáos,

LEI nº. 1.059, de 22 de outubro de 1920. Promulgado o Código de Postura do Município de Manáos, Livraria Clássica de J.J. da Câmara, rua Guilherme Moreira, 1 e 3. Canto da rua Theodoureto Souto, 11. Manáos –Amazonas. 1920.

ATO Nº 44, de 29 de julho de 1938. Outorgado o novo Código de Postura do Município de Manáos, Amazonas – Manaus – Imprensa Pública. 1939.

INTRODUÇÃO

As estruturas físicas que constituem a cidade, construídas por pedra, concreto, asfalto, ferro, madeira e todo o material necessário para sua engenharia e sua edificação expressam, em si, sonhos, ambições, conflitos de interesses, que fazem de cada uma delas, representações da história de uma determinada época. Assim, os aspectos sócio-culturais ficam impressos indelevelmente em todo artefato construído pela mão humana. Nessa perspectiva da cidade enquanto construção social, buscamos analisar Manaus um pouco mais além dos aspectos puramente estéticos de cada construção e centramos nossas atenções nas relações sociais, culturais e econômicas que possibilitaram sua edificação, resgatando o contexto dos relacionamentos internos e externos dos grupos sociais que conviveram no espaço da cidade no período de 1910-1940.

Compreendendo-se que a cidade é obra resultante da dinâmica das sociedades humanas e, por isso, inacabada, desde que haja continuidade das sociedades que as criam, expressando um movimento dialético constante de rupturas, concordamos com Jacques Le Goff quando afirma que:

O que significa que, se pensarmos na longa duração, se formos além mesmo do caso de Paris, as funções essenciais de uma cidade são a troca, a informação, a vida cultural e o poder. As funções de produção – o setor secundário – constituem apenas um momento da história das cidades, notadamente no século XIX, com a Revolução Industrial, visível, sobretudo, nos subúrbios situados na periferia. Elas podem desfazer-se; a função da cidade permanece.¹

¹ LE GOFF. **Por Amor às cidades**. Trad. De Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1988. p. 29.

Esse tipo de abordagem tem produzido excelentes resultados: a história da cidade, por meio da arquitetura e da urbanização, tem despertado grande interesse nos meios acadêmicos, isto devido às novas perspectivas de análises que permitem ampliar o olhar para além dos aspectos puramente técnicos dos motivos desses artefatos e se estendem às implicações culturais, políticas, econômicas e sociais que se encontram inseridas nas metamorfoses da cidade, ao longo do tempo, materializando o pensamento dos habitantes da cidade numa determinada época, como aponta Aldo Rossi:

(...) “Às vezes pergunto-me por que não se analisou a arquitetura por esse seu valor mais profundo, de coisa humana que forma a realidade e conforma a matéria de acordo com uma concepção estética. Assim, ela mesma é não apenas o lugar da condição humana, mas uma parte dessa condição, que se representa na cidade e em seus monumentos, nos bairros, nas residências, em todos os fatos urbanos que emergem do espaço habitado. A partir dessa cena, os teóricos penetraram a estrutura urbana, sempre procurando perceber quais eram os pontos de referência, os verdadeiros nós estruturais da cidade, os pontos de que procedia a ação da razão”.²

A arquitetura e o urbanismo, assim como outros fatores inerentes à sociedade, são datados. Não basta apenas lançar um olhar sobre o passado na intenção de resgatá-los como lembrança de uma época, é preciso visitá-los com o objetivo de analisar os caminhos trilhados pelo Estado por meio de suas políticas públicas, sem deixar de lembrar as relações estabelecidas pelas pessoas para que tais políticas fossem propostas ou executadas. Esta visita deve ter a duração necessária para a percepção do cotidiano, com o propósito de compreender os discursos do Estado sobre a cidade. Isto porque é no cotidiano das pessoas que se encontram as afinidades e contradições de interesses capazes de reforçar ou dar novos contornos ao projeto de cidade elaborado pelo Estado.

Neste trabalho, analisamos a história da cidade de Manaus por meio de sua forma física, considerando os edifícios, as ruas, os bairros, as pontes, as estradas entre outros, como momentos e partes de um todo que é a cidade, porque ela só se torna compreensível mediante o estudo de suas diversas manifestações e comportamentos. No período que analisamos, foram diversos os agentes sociais que permearam o interior da cidade, dando-lhe alma. Disto, interessou-nos as articulações implementadas pelo Estado e por sua população para dinamizar o

² ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. Trad. De Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 23.

cotidiano da cidade, esta que não se resume apenas aos seus aspectos visíveis, mas, a que respira, a que se admira, a que se frustra e se volta para o futuro em busca de dias melhores.

Do ponto de vista acadêmico, o presente trabalho corrobora com a abertura de novos caminhos para analisar um período pouco privilegiado pela historiografia regional, que tem concentrado seus estudos nos períodos entre 1850 a 1910, o momento áureo de expansão da cidade de Manaus. Os estudos referentes ao período de 1910-1940, realizados por diferentes linhas metodológicas, consideram-no como sendo uma fase de longa decadência e letargia, mergulhado numa grande crise, por isso, incapaz de produzir mudanças significativas na organização da cidade³.

Assim sendo, não reivindicamos para esse trabalho o pioneirismo da pesquisa sobre a cidade de Manaus no recorte temporal por nós selecionado. Ele, na verdade, espelha-se em outros estudos sobre essa mesma temática. E segue os caminhos abertos pelo professor Dr. Otoni Moreira de Mesquita,⁴ que aprofundou a discussão sobre a história da cidade por meio da arquitetura em sua dissertação de Mestrado intitulada **A Belle – Époque Manauara e sua Arquitetura Eclética: 1852-1910**. Estudo ao qual deu continuidade em sua Tese de Doutorado com o título **La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. Neste trabalho, ao analisar a história da cidade do período entre 1890 a 1900, ele procurou demonstrar que o projeto de embelezamento de Manaus, implementado pelo Governador Eduardo Ribeiro, por meio das políticas públicas estatais, modificou radicalmente a fisionomia da cidade. O presente trabalho se propõe a dar continuidade a essa investigação, no que se refere ao projeto de embelezamento da cidade, verificando se ele é abandonado ou readaptado às novas condições econômicas vividas pela cidade no período entre os anos de 1910 a 1940.

Devido às características de nossa proposta temática, optamos por investigar a história da cidade por meio de seus aspectos arquitetônicos e urbanísticos, no

³ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas/ São Paulo: EDUSP.1989. / LOUREIRO, Antonio José Souto. **A Grande Crise (1909-1916)**. Manaus: edição do autor, 1986. / LOUREIRO, Antonio José Souto. **Tempos de Esperança**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1994.

⁴ MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2006 e MESQUITA, Otoni Moreira de. **LA BELLE VITRINE: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. Tese de Doutorado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

período de 1910-1940, compreendendo tais aspectos como “*artefatos culturais*”, que estão sempre sendo modelados e aperfeiçoados por seus construtores.

Uma vez definido o nosso objeto de estudo, tornou-se mais fácil a escolha do método, pois, o que mais se ajusta aos nossos interesses é a linha de pesquisa da Nova História Cultural, porque é esta perspectiva de interpretação da história que tem gerado resultados satisfatórios e calorosos debates entre os historiadores, e, dentro deste contexto, optamos em seguir a orientação de Peter Burke no que se refere ao conceito de cultura, definição necessária para a empreitada que iniciamos.

Peter Burke⁵ utiliza o termo cultura, ampliando seu significado, antes resumido ao *métier* da arte e da ciência, para uma gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas, dentre outras) e, práticas como o ato de conversar, ler, jogar etc., esse conceito ajusta-se perfeitamente bem aos objetivos que queremos alcançar na abordagem de nosso objeto de estudo, na medida em que permite a análise das vivências sociais que possibilitaram a manutenção e a construção da cidade no período de crise econômica.

Segundo Burke, essa noção de cultura não é recente, não sendo por ele forjada. Na verdade, ela foi recuperada dos escritos do antropólogo Edward Tylor, para quem cultura é definida como “*o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelos homens como membros da sociedade*”.⁶

O caminho que resolvemos trilhar nos levou a retomar a discussão elaborada pelo historiador Francês Roger Chartier, que, ao criticar o posicionamento da escola dos *Annales*, propõe um deslocamento do olhar epistemológico do social para o cultural, ou seja, uma história cultural do social, afastando-se da dependência demasiadamente estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas. Na perspectiva de Chartier, a História Cultural faz um retorno necessário ao social, pois, não há representações que não sejam produzidas pelas práticas sociais contrárias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo em que vivem. Por isso, podemos penetrar nos meandros da sociedade pelo viés do particular, do objeto, sem que se perca de vista um contexto mais amplo. Para Chartier,

⁵ BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Trad. Denise Bottmanam. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 17-23.

⁶ *Apud*. BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad: Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos como a posição de quem utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas.⁷

Essa mudança de olhar não evidencia o abandono dos pressupostos teórico-metodológicos anteriores, naquilo em que eles se sustentam. Não se trata da substituição de uma concepção metodológica por outra, mas uma proposta de interação entre o que é geral e o que é particular. Nesse sentido, a história cultural se propõe a somar seus esforços aos modelos teóricos generalizantes, e não os excluir.

Sandra J. Pesavento também concorda em que a proposta da Nova História Cultural não pretende esquecer o conhecimento acumulado ao longo do processo de construção do conhecimento histórico, pois, se apóia em análises já produzidas. O que seus teóricos propõem é apenas uma mudança no enfoque do olhar.

A alternativa proposta se encaminha no sentido tanto de reconstruir uma nova totalidade quanto de encontrar novas vias teórico-metodológicas para realizar a análise histórica. Um primeiro passo seria o entendimento de que a cultura poderia ocupar este lugar de uma instância mais central e globalizante que reorientasse o olhar sobre o real.⁸

Para esses teóricos, é preciso que, além dos elementos sociais, as atenções se voltem para os fatos culturais. Eles consideram que as clivagens culturais não estão forçosamente organizadas segundo um recorte social previamente estabelecido, recusando a dependência referente às diferenças culturais e às oposições sociais dadas a princípio, ou seja, propõem uma história cultural do social.

A História Cultural tem como principal objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Por isso, Chartier conceitua cultura como práticas sociais e para implementar esse conceito, faz-se necessária a apreensão do mundo social

⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil/ DIFEL – Lisboa, 1990. p.17.

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito Além do Espaço Urbano: por uma história cultural do urbano**. Rio de Janeiro, vol 8, nº 16, 1995.p. 280.

como uma categoria fundamental para a percepção e a apreensão do real. Desse modo,

(...) esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.⁹

Como se pode observar, a compreensão de Chartier sobre representação está circunscrita às práticas específicas que as produzem, dando grande importância às condições e aos processos que, concretamente, determinam as operações de construção dos sentidos.

Neste mesmo viés teórico, Pesavento propõe resgatar a história da cidade por meio de suas representações, construídas na realidade concreta das práticas sociais.

Entender a questão deste modo não é submetê-la a um mero jogo de palavras, mas sim partir do pressuposto de que as representações são parte integrante também daquilo que chamamos de realidade. Isto se dá não só porque são matrizes geradoras de práticas sociais, como também porque demonstram um esforço de revelação/ocultamente dado tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua, arquitetura) como pelas imagens metafóricas (da literatura, pintura, poesia, discurso técnico e higienista etc).¹⁰

É nessa perspectiva que analisamos a história da cidade de Manaus, por meio de suas representações edificadas, no período de 1910-1940, como sendo fruto da construção social, cultural, econômica e política de uma determinada época, forjada por interesses de determinados grupos sociais.

Por meio dessa análise, pretendemos dar voz à documentação oficial emitida pelos governadores e intendentess municipais; tais como as mensagens governamentais enviadas à Assembléia Legislativa do Estado, as Exposições enviadas ao Governo Federal, os relatórios da Intendência enviados à Câmara Municipal, as mensagens municipais enviadas ao governo do Estado. Sem deixar de valorizar o cruzamento dessas informações com os dados fornecidos por outras

⁹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil/ DIFEL – Lisboa, 1990. p.17.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Muito Além do Espaço Urbano: por uma história cultural do urbano**. Rio de Janeiro, vol 8, nº 16, 1995. p.. 281

fontes: periódicos e anuários, álbuns e almanaques produzidos no período em investigação e a bibliografia referente ao tema.

Todas essas fontes são de grande relevância, pois, por meio delas, torna-se possível traçar um panorama mais substancial do objeto investigado. As Mensagens de Governo e os Relatórios de Intendência foram utilizados para a identificação das obras públicas que tiveram continuidade, que foram interrompidas, e todo o contexto e a aplicação das políticas públicas elaboradas no período investigado. Essa identificação foi reforçada com a documentação visual presente nos Anuários, Almanques e Álbuns, nos quais constam inúmeras fotografias e mapas, por meio dos quais é possível visualizar as modificações ocorridas no espaço urbano da cidade. Todos esses documentos foram utilizados como fonte de comprovação de nossas hipóteses.

Ao utilizarmos tal documentação, pretendemos nos manter sempre atentos à afirmação de Chartier, segundo a qual os documentos não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias e os historiadores culturais precisam ter estratégias para lê-los, para não serem levados a caminhos que não desejam.

Assim sendo, analisaremos as narrativas dos representantes do Estado, sabendo que elas são repletas de significados do seu tempo histórico e assumem o papel do ideal que se queria atribuir à cidade por meio de suas construções, pois,

ainda que algumas amostras de cidade ideal tenham sido realizadas (e todos as conhecemos, de Pienza a Sermoneta e a Palmanova) a chamada cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real, a qual pode, sem dúvida, ser concebida como uma obra de arte que, no decorrer da sua existência, sofreu modificações, alterações, acréscimos, diminuições, deformações, às vezes verdadeiras crises destrutivas.¹¹

Após essa breve discussão de como analisamos as estruturas físicas da cidade, o instrumento metodológico utilizado e as fontes investigadas, vejamos como isso se processou na construção da dissertação.

Iniciamos nossa abordagem por uma discussão acerca do processo etimológico da palavra cidade, para, em seguida, estabelecermos uma incursão metodológica acerca da utilização da cidade como artefato cultural, a partir da qual

¹¹ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como História da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 73.

há a possibilidade da reconstrução historiográfica das relações sócio-culturais de seus construtores.

No primeiro capítulo, além da proposição metodológica do trabalho, constam três análises: uma das representações das cidades européias no final do século XIX e início do XX, e outra da influência dessas representações nos estudos das cidades brasileiras, e uma outra das produções de alguns intelectuais amazonenses sobre o tema em questão. Examinaremos, também, o contexto sócio-cultural da cidade de Manaus no período de 1910-1940, demonstrando, por meio das políticas públicas implementadas pelos administradores amazonenses que, mesmo no momento de poucos recursos financeiros, a cidade continuou em plena atividade, desmistificando, assim, a idéia de que o Amazonas, em seu passado recente, comportou-se tal e qual a deusa fênix, ou seja, tenha ressurgido das cinzas em diversos momentos de sua trajetória econômica¹².

Nossa proposta de elaboração do segundo capítulo norteia-se na discussão acerca das permanências e rupturas do projeto de embelezamento da cidade, por meio das intervenções do Estado nos espaços públicos, como o processo de arreamento, conservação e manutenção das praças e jardins e o projeto de paisagismo da cidade, fundado na proposta de substituição da arborização da cidade.

No terceiro capítulo, realizamos o levantamento das obras públicas reformadas, adaptadas ou construídas, no intervalo entre 1910 e 1940, tanto no âmbito urbanístico como no arquitetônico; analisamos o significado dessas obras para a funcionalidade da cidade, destacando algumas de suas características de construção, adaptação ou reformas no período por nós investigado, e sua relação com as influências dos diferentes grupos sociais, exercidas sobre o poder público.

O resultado de nossas pesquisas nos impele a compreender a cidade de Manaus como sendo construída mais por meio de sua dinâmica interna do que pela utopia da “*Belle – Époque*”.

¹² MELO, Patrícia Maria Sampaio. **Os fios de Ariadne**: Tipologia de Fortunas e Hierarquias sociais em Manaus; 1840-1880. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. p. 70-89.

CAPÍTULO I - O RITMO DA CIDADE NO PERÍODO DE 1910-1940

1.1 Cidade: construção do termo e do artefato.

A investigação da história da cidade de Manaus, por meio da arquitetura e das obras urbanísticas, no período entre 1910 a 1940, busca elucidar as relações sócio-culturais que produziram o modelo de cidade construído nesse intervalo de tempo.

Essa investigação foi estimulada a partir do contato com os resultados obtidos por meio de estudos voltados para esse tema, desenvolvidos por: Lewis Mumford, Leonardo Benevolo, Aldo Rossi, Giulio Argan, Kevin Lynch, Jacques Le Goff, Maria Stella Bresciani, Sandra J. Pesavento, Ronald Raminelli, Otoni Mesquita, Maria Luíza Ugarte Pinheiro, José Aldemir Oliveira, José Vicente Aguiar, Selda Vale da Costa, Francisca Deusa Sá da Costa, Edinéa Mascarenhas Dias, estudiosos que conseguiram perceber, no objeto cidade, uma das mais intrigantes obras humanas.

A cidade não é apenas o espaço da produção de bens industrializados ou um grande espaço de comércio, tão pouco se trata apenas de um aglomerado de pessoas e de edificações, ela é a materialização de todas as nuances da vida humana em sociedade, dos conflitos, das convergências e dos valores. Apesar de expressar todas as condições de existência de seus habitantes, a cidade é uma obra inacabada. Contínua expressão do passado e do presente. Um artefato por meio do qual se torna possível a percepção da continuidade e da ruptura de interesses, de conflitos e valores, mas, também, de novos elementos constantemente a ela anexados.

Pensar a cidade a partir desses pressupostos implica reconhecer as obras arquitetônicas e urbanísticas como representações sócio-culturais por meio das quais é possível resgatar as formas de relacionamentos dos grupos sociais que convivem nesses espaços. Isso não significa que a cidade se explique por si só, já que, maneira como cada cidade produz e reproduz suas condições materiais de existência encontra-se intrinsecamente influenciada por fatores externos. São seus contextos internos intrincados aos contextos externos que fazem da cidade uma realidade dinâmica, onde nada é estático, onde as permanências só se tornam possíveis na medida em que representam situações sócio-culturais que lhes dão significado. Esses são os parâmetros a partir dos quais procuraremos interpretar a cidade em seus diversos espaços e tempos históricos.

Investigar a cidade é estimulante na medida em que sentimos a necessidade de compreendermos as mudanças ocorridas em nosso entorno, no espaço de nossa existência, pois, não raras vezes, a análise de um determinado objeto de estudo encontra-se fincada em necessidades do tempo presente¹³. Neste caso não é diferente, justamente porque, desde as últimas décadas do século XX e início do século XXI, o poder público tem demonstrado uma crescente preocupação com a revitalização urbanística e arquitetônica de fragmentos do centro histórico da cidade de Manaus.

Esse processo de revitalização intensificou-se no final dos anos 1980, com o tombamento, como patrimônio público estadual, de grande parte dos prédios construídos no “período áureo da borracha”. Em seguida, em 1990, o Centro Histórico da cidade de Manaus foi tombado pela Lei Orgânica do Município para fins de proteção, acautelamento e programação especial, de acordo com LOMAN¹⁴, no seu artigo 442. A área tombada refere-se ao Centro Antigo da Cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitando esse espaço, à direita pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé do Educandos, tendo como referência a ponte Benjamin Constant.

Essa mudança de atitude do poder público no tratamento dispensado ao centro histórico da cidade serviu-nos como estímulo para a compreensão da recente história da cidade que contribuiu para a construção desse patrimônio histórico. É

¹³ BLOCH, Marc Leopold Benjaminº. **Apologia da História**: ou o ofício de Historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.p. 60-68.

¹⁴ Lei Orgânica do Município de Manaus, promulgada em 05 de abril de 1990. Manaus – AM.

possível que, por meio das medidas de proteção do patrimônio arquitetônico da cidade, exista outra intenção: a de manter viva na memória o significado, já há muito abalado, de determinados grupos sociais.

Essa inquietação foi decisória para o processo de delimitação do centro histórico da cidade de Manaus como nosso primeiro objeto de estudo. Pois, há de se considerar que nele está impressa a representação com a qual determinados grupos sociais amazonenses se identificam. No entanto, no decorrer das pesquisas realizadas, detectamos que a cidade do período de 1910 -1940, não se restringia mais apenas ao Centro, era uma cidade diferente em plena expansão, por isso a cidade que estamos nos propondo a analisar é uma cidade para além do centro histórico em direção aos novos bairros que estavam surgindo.

Ao compreendermos a cidade como um artefato resultante de contextos internos e externos, que recebem influências que se dão em diferentes tempos históricos, afastamo-nos das análises deterministas e evolucionistas que pressupõem uma linearidade para a origem e a continuidade da cidade¹⁵. Segundo tais concepções, todas as cidades estavam predestinadas, obrigadas a seguirem o mesmo caminho, originando-se de estruturas sociais primitivas e evoluindo positivamente até atingirem a modernidade.

Ao nos afastarmos desse modelo de interpretação da cidade, percebendo-a como um artefato sócio-cultural, passamos a compreendê-la como multiplicidade, com um conjunto complexo, capaz de comportar diversas interpretações. Podemos afirmar que a cidade não é única, mas multifacetária; ou seja, dentro de uma mesma cidade existem várias outras, e para compreender e analisar essa cidade multifacetária satisfatoriamente, é necessário interpretá-la, considerando os mais diversos olhares existentes sobre ela. Assim sendo, iniciaremos a fundamentação de nossa percepção pelo olhar que Le Goff lança sobre o tema, acerca da necessidade da raiz etimológica da palavra cidade, pois: *nunca se perde tempo exercitando um pouco a etimologia.*¹⁶

É assim que o medievalista francês Le Goff abre o debate sobre cidade na obra *“Por Amor às Cidades”* e no *“Dicionário Temático de História Medieval”*, por ele

¹⁵ BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In **Cidade: História e Desafio**. OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.) Rio de Janeiro: CNPq/FGV, 2002. 17-29.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. **Por Amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun^o. Trad. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1988. p. 12.

organizado. Segundo ele, a trajetória histórica para o surgimento da palavra cidade passa pelas seguintes transformações:

Não nos esqueçamos de que a palavra “ville”, para designar aquilo que chamamos de cidade, é muito tardia. Até os séculos XI e XII, escreve-se quase que estritamente em latim e, para designar uma cidade, usa-se “civitas” “cite”. Ou *urbs*, a rigor, mas basicamente *civitas*. E, quando as línguas vernáculas apareceram, o termo *29a29l* vai permanecer por muito tempo. “Ville” tomará o sentido urbano apenas tardiamente. (...) Enfim, a *29a29la* é um domínio com um prédio principal que pertence ao senhor conseqüentemente é um centro de poder, não apenas de poder econômico, mas também de poder em geral sobre todas as pessoas, camponeses e os artesãos que vivem nas terras ao redor. Desse modo, quando se passa a dizer, em francês, “*29a Villa*” (o italiano conservará o termo *cittá*), marcar-se-á bem a passagem do poder do campo para a cidade. O termo *Villa*, esse se aplicará à aldeia nascente a partir dos séculos IX e X.¹⁷

Se por um lado, o termo “cidade” foi resultante de todo um processo de transformações até sua atual construção; por outro, a compreensão da construção da cidade enquanto artefato humano também é recente, sendo que, ao longo do tempo, esse fenômeno já adquiriu pelo menos duas interpretações: a cidade enquanto fenômeno espontâneo e enquanto fruto da construção humana.

A cidade enquanto fenômeno espontâneo está diretamente ligada ao modelo industrial do liberalismo clássico¹⁸, modelo econômico que norteou a produção e o comércio dos países centrais do capitalismo entre a segunda metade do século XVIII e os anos 20 do século XX. Enquanto durou o industrialismo de orientação liberal não houve a preocupação do Estado com o ordenamento da cidade, acerca disso sentencia Benevolo:

Os economistas ensinam a limitar a intervenção pública em todos os setores da vida social, e também no urbanismo. Adam Smith aconselha os governos a venderem os terrenos de propriedade pública, para pagar suas dívidas. Estes conselhos são recebidos de bom grado pela classe dominante, que tem interesse em fazer valer, também no campo imobiliário, a liberdade da iniciativa privada, isto é, tem condições de aproveitar a desordem urbana sem sofrer-lhes as conseqüências.¹⁹

Várias críticas foram feitas a esse modelo liberal de cidade no qual as contradições sociais apareciam a olhos vistos e cada vez mais drásticas, tornando-se necessária uma reflexão acerca dos problemas por ele gerados. A partir dessa

¹⁷ LE GOFF, Jacques. **Por Amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun^o. Trad. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1988. p. 12.

¹⁸ Teoria econômica desenvolvida por Adam Smith na obra “**A Riqueza das Nações**”, publicada pela primeira vez em 1776.

¹⁹ BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Trad. Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 552.

reflexão, foi possível o surgimento de uma nova maneira de ver a cidade, a qual Benevolo denomina de cidade pós-moderna. Assim, a cidade deixa de ser vista como um fenômeno espontâneo e passa a ser entendida como resultado dos interesses humanos. Pelo modelo pós-moderno, surgido das críticas feitas à cidade industrial, a cidade deve ser o lugar onde esteja presente a beleza e a salubridade, e isso passa a ser função do Estado desvinculado das proposições liberais.

A liberdade completa, concedida às iniciativas privadas, é limitada pela intervenção da administração – que estabelece os regulamentos e executa as obras públicas – mas é garantida claramente dentro destes limites mais restritos. Da cidade liberal se passa assim para a cidade pós-liberal. Este modelo tem um sucesso imediato e duradouro: permite reorganizar as grandes cidades européias (antes de todas as outras, Paris).²⁰

A partir desse momento, pode-se dizer que houve a compreensão de que a cidade é construída aos sabores dos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais dos diversos grupos sociais, das mais diferentes épocas. No Dicionário Temático de História Medieval,²¹ Jacques Le Goff deixa isso bem evidente, ao afirmar que a cidade é uma produção humana, idealizada e realizada por homens.

A história urbana é antes de tudo uma história humana, uma história social. A história urbana medieval é resultado da imbricação entre a cidade real e a cidade imaginária, sonhada por seus habitantes, e por seus artistas, filósofos, literatos. A percepção por parte dos cidadãos das relações econômicas, sociais e políticas é profundamente marcada pelas imagens e símbolos que lhes são propostos e freqüentemente impostos por clérigos, intelectuais, pregadores nos seus sermões, urbanistas, artistas e os comanditários de suas obras.

Os novos debates acerca do tema confirmam essa tendência de se considerar a cidade como uma produção humana e coletiva, e, não só isso, mas também, de que seus construtores deixam marcas nela, como impressões digitais deixadas pelos artistas em suas obras.

²⁰ BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Trad. Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 573.

²¹ LE GOFF, Jacques. (org.) **Dicionário Temático de História Medieval**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 219.

1.2 A representação da cidade na Europa no final do século XIX e início do XX.

Corroborando as críticas feitas por Benevolo à cidade industrial produzida pelo modelo econômico liberal, Lewis Mumford afirma que esse modelo de desenvolvimento econômico industrial estava destruindo a sociedade ocidental. Entre o período de 1820-1900, a destruição e a desordem nas grandes cidades assemelhavam-se a um campo de batalha. O industrialismo, a principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo já vira:

A lei do crescimento urbano, ditada pela economia capitalista, significou a inexorável destruição de todas as características naturais que deleitam e fortificam a alma humana em suas atividades diárias. Os rios eram transformados em esgotos – veja-se a descrição feita por William Morris da poluição de Wandle - as zonas portuárias podiam ser tornadas inacessíveis para transeunte, árvores antigas podiam ser sacrificadas e edifícios veneráveis postos abaixo em favor da velocidade do tráfego; mas enquanto as classes superiores pudessem ir de carruagem passear no Central Park ou dar uma galopada matinal em Roten Row, a falta de espaço para recreação e de beleza recreativa na cidade em geral não chegou a ser percebida.²²

A crise do modelo clássico liberal de cidade fez os intelectuais do final do século XIX e início do XX terem que reelaborar a forma de pensar o mundo e suas relações sócio-ambientais e, principalmente, a forma de pensar as questões urbanísticas. O ordenamento da cidade em substituição ao caos urbano passa a ser uma das prioridades dos grupos sociais vencedores nos movimentos ocorridos entre 1830-1848 na Europa²³. Era necessário um novo modelo de cidade que representasse a prosperidade e a modernidade²⁴, baseado nos avanços da

²² MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 462.

²³ De acordo com Eric Hobsbawm, os movimentos ocorridos entre 1830-1848, período conhecido como era das revoluções, colocaram em xeque as duas formas de interpretar o mundo naquele momento: o da perspectiva socialista e da perspectiva liberal tradicional. Desses movimentos de orientação liberal, surge uma direita, fazendo ponderações para evitar a tomada do poder pelos operários. HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: 1798-1848. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997. p. 326.

²⁴ Moderno no sentido de ser algo inovador para o período, como afirma Falcon, no texto **Tempos modernos**: a cultura humanista, a noção de moderno está muito longe de constituir um verdadeiro conceito. Praticamente, dado o sentido dessa palavra em seu nível denotativo, cada época tende a assumir-se como moderna em relação à(s) época(s) anterior(es). Desse modo, não há uma época que possa ser identificada como moderna por definição, ou seja, que exclua as demais do direito à

tecnologia e do comércio. Esse novo ordenamento urbano iniciou-se em Paris, na França, sob a orientação de Prefeito Haussmann. Buscava-se muito rapidamente uma solução para os problemas enfrentados pela maioria das cidades européias.

Esse novo ordenamento foi produzido a partir das contradições existentes nas cidades industriais. Os modelos de cidades que estavam surgindo passaram a se orientar pelas necessidades de saneamento e higienização. Assim, a cidade deveria apresentar uma imagem bonita e aprazível, de tal forma que pudesse causar o bem-estar do corpo e da mente de seus moradores. Mumford se refere a esse novo ideal de cidade nos seguintes termos:

Dar de novo à cidade ar puro, água fresca, espaços abertos de verdura e sol, passou a ser o primeiro objetivo do bom urbanismo: a necessidade era tão premente que, a despeito de sua paixão pela beleza urbana, Camilo Sitte insistia na função higiênica do parque urbano, como uma verdura sanitária, para empregar sua própria expressão: os pulmões da cidade, cuja função passou a ser apreciada de um modo novo, por causa da sua ausência.²⁵

O liberalismo industrial, que visava apenas ao aumento da riqueza, sem a preocupação com a situação de miséria em que estavam envolvidos os indivíduos produtores do espaço urbano, provocou a busca de alternativas para minimizar essas contradições internas da cidade.

Ao mesmo tempo, a busca por alternativas forjou outra forma de expressão, em que o Estado se torna responsável pelo ordenamento e pela qualidade de vida na cidade. Forjou também novos métodos de interpretação de mundo - frutos da ciência do século XIX, o que possibilitou uma mudança na forma de olhar a cidade.

Nesta mesma época, as ciências biológicas já apontavam para o fato de que a degradação do ambiente da cidade gera inúmeras doenças para seus habitantes. Esta comprovação, associada ao entendimento de que o corpo e a mente fazem parte do mesmo organismo - reunindo os processos fisiológicos e psicológicos, fez com que o cuidado com o corpo se transformasse em disciplina moral e numa

modernidade. Por mais que se tenha escrito sobre o caráter moderno da Idade Moderna, não podemos esquecer que também os nominalistas medievais propuseram uma via moderna em oposição à tradicional via antiga, nem tampouco que os humanistas se consideravam modernos, tal como, no século XVII, se sentiam também modernos em duelo com os antigos. Inº. FALCON, Francisco José Calazans e RODRIGUES, Antonio Edmilson M. **Tempos Modernos: ensaios de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²⁵ MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil R. da Silva. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 514.

necessidade estética, via de regra, isso implica uma preocupação maior com o ambiente em que, inevitavelmente, as pessoas encontram-se inseridas.

O modelo de cidade que surgiu na Europa a partir da primeira metade do século XIX foi implementado, sem muita resistência, na Europa. Houve países onde a aceitação ocorreu de imediato, como na França, e outros em que a aceitação foi lenta e gradual, como na Inglaterra. Esse novo modelo urbano influenciou, inclusive, a fundação de cidades coloniais e continua, ainda hoje, influenciando a organização das cidades do mundo contemporâneo²⁶.

Esse novo contexto revelou a necessidade de se considerar a cidade como tema de discussão. Dentre outros autores, destacamos os estudos de Denis Fustel de Coulanges Numa (1830-1889), que segundo Ronald Raminelli²⁷, é um dos primeiros historiadores modernos a ter como objeto de estudo a cidade. A pesquisa para elaboração da obra *A Cidade Antiga*, publicada em 1924, não estava voltada especificamente para a cidade em si, mas para a organização das cidades-estados gregas nos seus diversos aspectos sociais, políticos e econômicos. No entanto, para compreender melhor aquelas sociedades tão complexas, fazia-se necessária a incursão pelos valores da época. Assim, agregam-se ao seu estudo, para melhor apreensão de seu objeto, instituições como a religião e a família.

Coulanges²⁸ compreendia tais instituições como constituintes de um processo evolutivo linear. De estruturas simples, elas evoluíam e tornavam-se complexas. Podendo-se inferir que no aspecto religioso seria possível traçar uma linha evolutiva direta do zoomorfismo ao antropomorfismo ou do politeísmo ao monoteísmo. Já no aspecto político, poder-se-ia dizer que, na raiz do Estado, estava a família, a fratria e a tribo, emergindo daí a formação das cidades; ou seja, numa linha evolutiva que aponta para uma mesma origem e para um mesmo processo histórico. Como se pode depreender no fragmento abaixo.

(...) Mas, assim como muitas fratrias se haviam unido em uma tribo, muitas tribos puderam associar-se entre si, com a condição de que o culto de cada

²⁶ BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Trad. Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 573-614.

²⁷ RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 185.

²⁸ FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito às instituições da Grécia e de Roma. Trad. Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975. p. 101-112.

uma delas fosse respeitado. No dia em que se fez essa aliança nasceu a cidade.²⁹

A partir de Coulanges, outros estudiosos fizeram da cidade seus objetos de estudo; como Gustave Glotz³⁰, em a *cidade grega*, obra publicada em 1928, em que o autor faz uma abordagem historiográfica que tinha como fio condutor as instituições sociais, a partir das quais as cidades se formam e se desenvolvem. Outrossim, essa abordagem considera todos os problemas sociais, inerentes a cada cidade, como instrumentos de sua construção. Assim, pode-se dizer que a evolução de cada cidade está intrinsecamente ligada às suas dinâmicas internas, o que desmistifica o princípio evolucionista e unilinear que determinava que cada cidade tinha que seguir um mesmo ritmo de desenvolvimento. Sobre isso, Glotz³¹ sentencia que a cidade se desenvolve a partir das relações que são estabelecidas na realidade concreta, e essa realidade não é harmoniosa, mas conflituosa, na medida em que nela existem vários interesses divergentes. O Estado, nessa nova perspectiva, tem que atuar ativamente para minimizar os conflitos existentes na cidade. Esta é, seguramente, uma crítica à obra de Fustel de Coulanges, *A Cidade Antiga* e sua visão unilinear da história.

O historiador belga, Henri Pirenne, em sua obra *As Cidades da Idade Média*, publicada em 1927, retomava a discussão sobre o sentido da palavra cidade, compreendendo-a como *uma concentração humana portadora de personalidade jurídica e econômica*, que apresenta, como elemento propulsor de desenvolvimento, as relações de produção. Por isso, ao analisar as mudanças ocorridas no final da Idade Média, afirmara que elas foram provocadas pela crise do sistema de produção feudal. Para este autor, as mudanças ocorridas nas cidades são decorrentes das mudanças ocorridas no sistema de produção. Assim, o comércio no sistema feudal e a industrialização no sistema capitalista foram respectivamente os propulsores das mudanças ocorridas nas cidades no período de transição de um sistema para o outro.

²⁹ FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito às instituições da Grécia e de Roma. Trad. Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975. p. 101-112.

³⁰ GLOTZ, Gustave. **A cidade grega**. São Paulo: DIFEL, 1980.

³¹ *Apud.* GLOTZ, Gustave. La città grega. Inº. DONNE, Marcella Delle. **Teorias sobre a cidade**: arte & comunicação. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 15-22.

Com a publicação da obra *Economia e Sociedade* (1909), de Max Weber³² (1864-1920), inaugura-se uma proposta significativamente diferente para a análise das cidades. O método proposto por Weber sugere a criação de uma cidade do “*tipo ideal*” com a qual a cidade concreta deveria ser comparada. Por esse método comparativo, faz-se o estudo da cidade, considerando as questões políticas e econômicas nela presentes. Assim, na seção 7 “*Conceitos e Categorias de Cidade*” do livro *Economia e Sociedade*, Weber escreveu sobre a natureza econômica da cidade, criando uma tipologia destinada a relacionar sua origem às funções econômicas, nesse sentido,

(...) a cidade é, em grau maior ou menor, *cidade de consumidores*, pois para as oportunidades aquisitivas dos artesãos e comerciantes é decisivo que residam em sua cidade aqueles grandes consumidores, pertencentes a categorias econômicas variadas. Pode acontecer também o contrário: a cidade é *cidade de produtores*, baseando-se o crescimento de sua população e da capacidade aquisitiva desta no fato de que – como ocorre em Essen ou Bochum – nela se encontram fábricas, manufaturas ou indústrias caseiras que abastecem regiões situadas fora da cidade.

Para Weber, a cidade, em virtude de sua diversidade, pode ser definida de várias formas: existe a cidade principesca; a cidade consumidora; a cidade produtora e a cidade comercial. Mas, para ele compreender o agir social de uma comunidade urbana, opta por analisar a cidade apenas em seu sentido econômico.

Somente queremos falar de “cidade” no sentido econômico, tratando-se de um lugar onde a população *local* satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população local dos arredores produziu ou adquiriu *para a venda no mercado*. Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é “localidade de mercado”, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual, em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos (...) ³³

A contribuição de Weber para a temática sobre cidades, embora com ressalvas, foi posteriormente reconhecida por Moses Finley³⁴, que considera inigualável a análise econômica e social de Weber sobre a antiguidade.

³² WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn°. Brasília – DF. Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 411.

³³ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn°. Brasília – DF. Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 409.

³⁴ MOSES. I. Finley. **História Antiga**: Testemunhos e modelos. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

(...) limitar-me-ei a analisar o modo como Weber desenvolveu os tipos ideais em sua discussão da cidade-estado grega e sua política. (...) Sua análise da economia e estrutura social antigas é inigualável, como já indiquei, concordando com Heuss. (...) ³⁵

Quando as discussões sobre cidades fazem-se efetivamente presentes, as críticas sobre seus primeiros expoentes não se restringem apenas aos elogios. Finley, Robert S. Lopez e Maurice Dobb passam a criticar o posicionamento do historiador belga Henri Pirenne, ao afirmarem que o comércio e o processo de industrialização não foram os únicos responsáveis pelo crescimento das cidades, em alguns momentos, inclusive, chegaram a retardá-lo, além de considerarem que em determinadas regiões, recrudesceram as relações servis, existentes no campo.

³⁵ MOSES. I. Finley. **História Antiga**: Testemunhos e modelos. Trad. Valter Lellis Siqueira São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 117.

1.3 As influências européias nos estudos das cidades brasileiras.

Até aqui, a discussão sobre cidades referiu-se especificamente ao caso europeu. O processo histórico de formação das cidades na América Latina, forjadas num contexto de domínio colonial nos impele a estabelecer uma relação direta, embora não condicional, com o modelo físico de cidade européia³⁶. Mesmo partindo desse princípio, Raminelli³⁷ chama a atenção para dois momentos distintos no processo de análise das cidades latino-americanas: o primeiro abordando os problemas do planejamento urbano e o segundo identificando o processo de modernização que essas cidades sofreram no final do século XIX e início do XX. Este foi o caso da cidade de Manaus, que no decorrer desse período sofreu profundas mudanças.

Até metade do século XX, a tendência economicista da análise historiográfica européia influenciou sobremaneira os estudos sobre cidades no Brasil, uma vez que, via de regra, os principais caminhos para a análise das cidades brasileiras seguiam as orientações propostos por Pirenne, segundo as quais, as origens das cidades estavam diretamente ligadas aos aspectos econômicos.

Os estudos sobre a cidade de Santos (1870-1813), realizados por Ana Lúcia D. Lanna, consideram aspectos como a mobilidade dos escravos recém-libertos no espaço da cidade, no processo de transição do trabalho escravo para a mão-de-obra livre no Brasil. Assim,

Esta tese procurou, a partir da análise do caso específico de Santos, compreender a dinâmica da formação de uma vida urbana no Brasil e sua relação com a transição para o trabalho livre. Para tanto, analisaremos a negação do passado colonial e a procura por padrões europeus de construção de uma cidade e seus habitantes considerada ideal.³⁸

³⁶ Sérgio Buarque de Holanda, no texto "O Semeador e o Ladrilhador", demonstra a diferença do processo de construção das cidades espanholas e portuguesas. No caso português, a primazia da vida rural está de acordo com seu princípio de dominação que renuncia a trazer normas imperativas e absolutas à colônia, que cedeu todas as vezes que as conveniências imediatas o aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão. Não foi o que aconteceu nas áreas de conquistas espanholas, essa Metrópole agiu firme na concepção de utilizar a construção da cidade como instrumento decisivo de dominação, por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoações estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 94-118.

³⁷ RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 188.

Por outro lado, a análise proposta por Pirenne norteou as ações do Estado Brasileiro, como confirma o estudo de Rinaldo J. Varussa sobre a cidade de Jundiáí, onde afirma que:

Tal projeto beneficiava-se de um debate mais duradouro e, por certo, não exclusivo daquela cidade, o qual relacionava o progresso à indústria e a estagnação à agricultura: “ninguém pode ignorar que o futuro de Jundiáí assenta-se exclusivamente no progresso das indústrias, visto que da lavoura pouco ou quase nada se deve esperar”. Esta perspectiva, além de propagandeada por publicações que divulgavam as vantagens de Jundiáí para a indústria (...) ³⁹

De acordo com Maria Stella Bresciani⁴⁰, somente no final do século XX, a ciência das cidades – o urbanismo – encontraria sua configuração completa, e que se mantém até hoje. No entanto, Bresciani chama atenção para os cuidados que temos que ter ao analisar a cidade, ou seja, não vê-la apenas como uma obra concluída ou restrita a uma única possibilidade de análise.

Contudo reafirmo ser um equívoco partir dessa configuração ‘acabada’ da ciência das cidades para acompanhá-la em sua trajetória de projetos e intervenções no século XX. A contribuição mais importante da disciplina história recai, penso eu, justamente na elucidação desse ponto mais obscuro da formação do saber sobre a cidade.⁴¹

A partir dessas novas perspectivas de análises, Bresciani e Raminelli ⁴² propõem um novo olhar sobre a origem das cidades. Argumentam que não podemos, atualmente, permanecer sem observar que, além da industrialização, outros elementos contribuíram para o surgimento e crescimento das cidades, principalmente nos países da América Latina.

Sem desconsiderar o papel importante da industrialização como fator significativo para estimular o crescimento das cidades, Raminelli propõe que sejam agregados elementos como crescimento populacional. Chamando a atenção para o fato de que o processo de industrialização muitas vezes ocorreu impulsionado pela grande quantidade de mão-de-obra existente em determinadas cidades e não o

³⁸ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma Cidade na Transição**. Santos: 1870-1913. Ed. HUCITEC. p. 245-248.

³⁹ VARSSA, Rinaldo José. **Trabalhadores e Memória**: disputas, conquistas e perdas na cidade. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de e KHOURY, Yara Aun (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2000.

⁴⁰ BRESCIANI, Maria Stella. Graduação em História pela Universidade de São Paulo (1970), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1976).

⁴¹ BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In **Cidade: História e Desafio**. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) Rio de Janeiro: CNPq/FGV, 2002. p. 23.

⁴² RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 189.

contrário. Por isso, não se pode continuar insistindo na origem e no crescimento das cidades apenas por esse viés.

“Cidades como São Petersburgos, Odessa e Washington foram criadas a partir de éditos. Hoje, as cidades que crescem com mais rapidez não se encontram em regiões industrializadas, mas em países do Terceiro Mundo, onde a proliferação do espaço urbano não é acompanhada de industrialização. O mesmo fenômeno ocorreu no passado em Roma no século XVI, em Nápolis nos séculos XVII e XVIII. Os mencionados núcleos urbanos abrigaram uma soma considerável de arrendatários, administradores, mercadores, criados, artesões, e uma enorme quantidade de imigrantes parados ou subempregados. Geralmente, as cidades em rápida expansão localizam-se próximas a zonas rurais empobrecidas, sendo uma solução para a miséria vivida pela população. Em alguns casos, porém, a concentração populacional viabilizou o desenvolvimento industrial devido à disponibilidade de mão-de-obra”.⁴³

As grandes cidades não foram produzidas somente nos grandes centros industrializados. Um exemplo disso foi o processo de formação da cidade que seria chamada, no final do século XIX e início do século XX, de *Paris dos trópicos*. Uma cidade construída aos moldes europeus, sem, no entanto, ser um grande centro industrial.

⁴³ RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 189.

1.4 A intensificação dos estudos sobre cidade no Amazonas

A discussão sobre cidade vem se intensificando nas últimas décadas do século XX entre os intelectuais do Amazonas, a partir da ampliação do processo de qualificação dos professores da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Nesse contexto de aprimoramento intelectual, vários professores optaram em ter a cidade como objeto de estudo. No final da década de 80, a historiadora Edinéia Mascarenhas Dias concluiu seu mestrado na PUC – São Paulo, com a dissertação intitulada *Manaus, 1890-1920: a Ilusão do Fausto*. Nesse trabalho, analisa a cidade não apenas nos seus aspectos técnicos e estéticos, mas, a cidade como uma construção, fruto das políticas públicas, onde seus interventores podem favorecer ou excluir determinados segmentos sociais. Nesse sentido, a cidade é analisada por meio das tensões sociais geradas pelas modificações ocorridas no “período áureo da borracha”. Modificações impulsionadas pela dinâmica do sistema capitalista, que excluía dos novos espaços criados a maioria da população, denunciando que a cidade moderna edifica-se para determinados segmentos sociais e não para todos.

O projeto de cidade, que estava sendo construído, nesse período, deveria atender às necessidades do sistema capitalista, que exigia modernidade e civilidade, por isso, era preciso embelezar Manaus, transformando-a na “Paris dos Trópicos”; ou seja, modificando-lhe as características rústicas para ares mais modernos, preparando-a para atrair o capital investidor. Dias deixa isso bem evidente quando afirma que a,

(...) modernidade em Manaus, não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e o feio e construindo o moderno e belo.⁴⁴

De acordo com Dias, a escolha da pesquisa sobre Manaus de 1890-1920, teve como objetivo recuperar uma parte da história da cidade. Naquele momento, interessava-lhe compreender o processo de formação de Manaus como centro exportador-importador, lugar de contradições e conflitos.

⁴⁴ DIAS, Edinéia Mascarenhas. **a Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988.p.3-4

Na mesma perspectiva de ter a cidade como objeto de investigação, o professor Otoni Mesquita, na sua dissertação de mestrado intitulada *A Belle - Época Manauara e sua arquitetura Eclética: 1852-1910*, analisa a cidade em dois momentos distintos: o período provincial, que se estende de 1852 a 1889 e as primeiras décadas do período republicano, de 1890 a 1910. Otoni Mesquita abordar a cidade inserida nos seus contextos econômicos e sócio-culturais, sem deixar de evidenciar os aspectos formais das obras arquitetônicas construídas naquele período. Como ele mesmo se posiciona na perspectiva destas,

últimas abordagens relacionadas pelo fato de reconhecer a inequívoca ligação entre a reforma urbana de Manaus e mentalidade progressista baseada no modelo burguês de cidade, típico da incorporação do país e do Estado do Amazonas à economia capitalista Internacional. No entanto, pretende contribuir particularmente para a discussão sobre arquitetura e urbanismo adotados no contexto geral da modernização de Manaus nas últimas passagens do século.

Assim sendo, a discussão da arquitetura de Manaus será norteadada não apenas pela análise de seus prédios, identificando estilos com os seus vocabulários específicos, mas também pela significação destas obras no contexto específico da *belle époque* manauara.⁴⁵

Mesquita analisa a cidade desde seus primórdios, no século XVII (1669), com a fundação da Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, até as grandes obras arquitetônicas construídas no “período áureo da borracha”, no final do século XIX e início do XX. Trata-se de uma pesquisa aprofundada e meticulosamente sistematizada, pois possibilita a visualização da cidade em sua longa trajetória de quatro séculos de construção, delimitando os grandes marcos de mudanças das estruturas físicas da cidade.

Seguindo a linha temática de sua dissertação de mestrado, Mesquita, em sua tese de doutorado, mantém a cidade como objeto de investigação; e, com o cabedal da pesquisa feita anteriormente, levanta a tese da *refundação* da cidade no período entre 1890-1900, com o plano de embelezamento implementado pelo governador Eduardo Ribeiro. Entretanto, isso não significa que ele desconsidere as modificações ocorridas na cidade em períodos anteriores, demonstra apenas que nesse período a mudança na fisionomia da cidade foi tão profunda que descaracteriza quase por completo a cidade anterior.

Nessa verificação da trajetória da construção da cidade, Mesquita afirma ser inquestionável o fato de que o marco inicial da arquitetura europeia no Amazonas foi

⁴⁵ MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. 3. ed. Manaus: Valer, 2006. p. 20.

a construção do Forte São José do Rio Negro, em 1669, por Francisco da Motta Falcão. É importante ressaltar, entretanto, que os vínculos de continuidade desse povoamento com a cidade “refundada” no final do século XIX e início do XX, não são diretos se buscarmos o caráter *urbano* da cidade, no entanto, do ponto de vista histórico, eles são diretamente relacionados.

Mesquita analisa as primeiras imagens da cidade de Manaus construídas a partir dos relatos dos primeiros viajantes que passaram pela região. Destaca os relatos do Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio e Alexandre Rodrigues, que passaram por Manaus no final do século XVIII, em viagem de vistoria pela região, enviados pela Coroa portuguesa.

No século XIX, os viajantes que passaram pela região também deixaram registradas suas impressões sobre a cidade, foi o caso dos alemães Karl Von Martius e Johann Von Spix⁴⁶, dos ingleses e Henry Walter Bates⁴⁷ e Alfred Russel Wallace⁴⁸, dos americanos William Herndon e Ladner Gibbon⁴⁹, do casal Agassiz⁵⁰ e Robert Avé-Lallemat⁵¹ e, dentre esses viajantes, os registros mais detalhados sobre Manaus foram os de Alfred Russel Wallace, do casal Agassiz e de Robert Avé-Lallemat.

A maioria dos registros sobre os primórdios da cidade de Manaus, até o período provincial, produzidos pelos viajantes, relatavam as características precárias que a povoação apresentava, inclusive o relato do presidente da Província não destoava muito dos feitos pelos viajantes que passavam pela região, no que diz respeito às precariedades das condições estruturais da cidade. Tenreiro Aranha, em seu primeiro relatório sobre as condições da recém instalada Província, afirma: *mal se pode dizer, que nesta Província tenha se tratado de melhoramentos materiais. E os prédios existentes encontram-se em ruínas.*

Após a conclusão desse levantamento e da comparação da última década do

⁴⁶ MARTIUS, Carl Friedrich e SPIX, Johan Baptist Von^o. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Prefácio Mario Guimaraes Ferri; Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. V. 3. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

⁴⁷ BATTES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1979.

⁴⁸ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / EDUSP, 1979.

⁴⁹ GIBBON, Ladner e HERNDON, Lewis. **Exploración del Valle del Amazonas** (Tomo I). Quito: Monumenta Amazônica, 1991.

⁵⁰ AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Ed. Senado Federal, 2000.

⁵¹ AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas (1859)**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

XIX com o período anterior, Mesquita afirma que o processo de transformação da estrutura física da cidade, que ele chama de *refundação*, se intensificou no período de 1890-1900, com a implementação do *Plano de Embelezamento* do Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, de 1893, que visava transformar a imagem da cidade, de uma aldeia acanhada no meio da selva, para uma cidade moderna e civilizada⁵², onde os capitalistas pudessem investir seus recursos sem medo.

A descrição desse povoamento, a partir de características rudimentares, poderá ser convenientemente confrontada e contrastada com as imagens apresentadas no início do século XX, quando a imagem da cidade encontrava-se completamente transformada. O contraste resultante da confrontação das narrativas e das imagens difundidas nesses dois períodos distintos é um dos principais indícios que sustentam a hipótese de que, na última década do século XIX, ocorreu uma **refundação da cidade**.⁵³

Deduz-se que no objetivo de transformar a imagem acanhada da cidade de Manaus em uma imagem moderna e civilizada, os projetos arquitetônicos apresentavam-se apenas como uma das partes desse complexo cenário que precisava ser montado para agradar aos novos ricos da cidade. A implantação de serviços como água encanada, luz elétrica, linhas de bondes, sistema de comunicação como telefone e telégrafo, sistema de saneamento como esgotos, coleta de resíduos sólidos e paisagismo complementavam esse cenário que daria à cidade ares de modernidade.

Mesquita indica que o discurso do progresso da civilização e da modernidade que estava sendo implementado na cidade de Manaus era apenas um mito, pois com a crise do comércio da borracha, os investidores abandonaram o projeto de embelezamento de Manaus pela metade e seguiram para outros locais onde pudessem continuar obtendo altos lucros. Por isso, podemos deduzir que o discurso de progresso só era útil enquanto estivesse dando lucros para os capitalistas, quando isso começou a declinar, o discurso perdeu seu sentido e os investidores buscaram mercados mais promissores.

⁵² Civilizada, no sentido atribuído por Norbert Elias, dos tipos de padrões e comportamentos considerados civilizados para o homem ocidental. Que se refere a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitação ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou o modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. In. ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann^o. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. P. 21-46

⁵³ MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine**: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900). Tese de Doutorado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. p. 112.

Outra pesquisadora que escolheu a cidade como objeto de investigação foi a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em sua dissertação de mestrado intitulada *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus – 1889-1925*, defendida em 1996, na PUC - São Paulo, analisa a cidade como extensão do porto, na medida em que, ao abordar a história dos trabalhadores que vivem na cidade de Manaus, fez questão de evidenciar que a cidade a ser apresentada seria aquela vivenciada pelos estivadores do porto de Manaus e não a das elites. Sobre a questão dos projetos disciplinadores e higienizadores da cidade, eles são analisados não da perspectiva dos administradores que implementaram esses projetos, mas dos seus receptores que, no caso específico, eram os trabalhadores Porto de Manaus. Como se pode depreender no fragmento abaixo.

Não é tarefa fácil reconstituir os espaços e as práticas vinculadas mais diretamente com o viver cotidiano dos estivadores, mesmo porque esses não legaram memórias ou registros que permitissem acompanhá-los com maior segurança pelos meandros da cidade. Seus poucos boletins, notas e documentos reivindicatórios não levam muito além do seu mundo do trabalho. Por isso, tivemos que lançar mão de outras falas, buscando informações a respeito dessa categoria principalmente no discurso jornalístico, por meio de colunas que davam vazão aos problemas mais corriqueiros da cidade como “*Coisas Policiais*” e “*Queixas do Povo*”.⁵⁴

Em sua tese de doutorado as *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*, Pinheiro percebeu que as fontes oficiais de certa forma silenciavam a voz dos trabalhadores da cidade; por isso, priorizou as fontes jornalísticas, por considerar que eram mais adequadas para ouvir as vozes daqueles trabalhadores. Mas, alerta que mesmo essas fontes têm que ser analisadas minuciosamente, pois esses periódicos, de uma forma ou de outra, com maior ou menor grau, estão vinculados à elite dominante.

Ao analisar os periódicos publicados entre 1880-1920, Pinheiro tinha como objetivo investigar por meio das discussões e críticas jornalísticas, o modelo sócio econômico, o processo de exclusão social, a emancipação feminina e a política oligárquica, além de identificar a contribuição dos periódicos no processo de consolidação da “cultura letrada”, numa região marcada pela tradição oral. Essa análise também visava ampliar o entendimento sobre a cidade e suas contradições,

⁵⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus de 1889-1925**. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas, 1999. p. 61-62.

orientado por novas fontes de pesquisa, evidenciava-se a busca por vivências humanas com seus conflitos e contradições que movimentavam a cidade. Pinheiro afirma que é,

preciso articular o fato arquitetônico com as experiências sociais das populações urbanas, experiências que sempre são múltiplas e de difícil decifração. Também não adianta muito traçar perfis genéricos de tipos urbanos, como o “Barão da Borracha” ou prostituta polaca. Tomado dessa forma, eles não passam de estereótipos, mantendo pouca ligação com o mundo real.

É preciso dizer das vivências diferenciadas, dos conflitos de interesses, que são também conflitos de valores. As populações urbanas não são passivas; elas são capazes de intervir na cidade, transformando-a em seu proveito. Não basta dizer, por exemplo, que a Manaus da virada do século XIX para o XX é derivação esquemática da expansão extrativista da borracha. É preciso reconhecer que os homens e mulheres que viveram naquela época, imprimiram na cidade a marca de suas presenças, modificando, muitas vezes, o sentido que queria atribuir a determinados processos.⁵⁵

A historiadora Francisca Deusa Sena da Costa, em sua dissertação de mestrado, defendida na PUC – São Paulo, em 1997, também priorizou a cidade como tema de pesquisa. *Quando viver ameaça a ordem urbana (1890-1915)*, analisa o processo disciplinador utilizado pelo Estado para implementar uma nova ordem urbana, adequada às necessidades do sistema capitalista do “período áureo da borracha”, quando a cidade tinha que se apresentar adequadamente para atrair os investimentos estrangeiros. Uma cidade cheia de casebres e cortiços e sem infraestrutura básica não atendia a esses objetivos. Era preciso modificá-la para atender aos novos interesses. Porém, nesse processo de implantação havia um complicador: os habitantes da cidade.

Para resolver esse impasse, como inicialmente era complicado excluir os indivíduos dos espaços que estavam sendo modificados, era necessário camuflá-los, escondê-los dos olhos do Poder Público, dos visitantes e dos possíveis investidores. A permanência desses indivíduos no centro da cidade tornou-se possível por meio da promulgação da Lei nº 23, de 6 de maio de 1893⁵⁶, encontrada no Código de Postura da Intendência de Manaus, que exigia apenas a construção de belas fachadas para os prédios do centro da cidade. Desta forma, construída a fachada, não interessava o que havia por trás. Isso garantiu a permanência dos

⁵⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**. Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920). Tese de Doutorado em História. PUC- São Paulo, 2001. p. 22.

⁵⁶LEI n ° 23, de 06 de maio de 1893. **Código de Postura da Intendência de Manáos**, Imp. na Typ. Manaus Am,1893.

antigos habitantes nos novos espaços. Porém, as fachadas os tornavam invisíveis aos olhos do Poder Público.

De acordo com Costa, era preciso regulamentar os hábitos e costumes do viver na cidade, que no primeiro momento não segregou os trabalhadores do espaço urbano, apenas os escondeu da visibilidade pública.

Costa também evidencia a existência de duas cidades, a cidade real e a cidade ideal. A cidade real é aquela que ainda apresenta resquícios do período imperial, com relações de trabalho do meio rural se entrelaçando com as da cidade. A cidade ideal é de estilo europeu, onde as relações de trabalho são bem definidas e os espaços da cidade também. Nesse choque entre a cidade real e a cidade ideal, as tensões se estabelecem, e os trabalhadores se tornam visíveis na luta pelo direito à cidade. Isso pode ser depreendido da afirmação abaixo.

(...) A Manaus ideal e a Manaus real existiram concomitantemente. O trabalhador e outros segmentos populares habitaram o centro – lugar de ostentação do luxo – (...) trabalhadores e pobres urbanos ocupavam uma outra cidade, visualmente disfarçada (...).⁵⁷

Em sua análise da cidade do “período áureo da borracha”, Costa inclui novos atores sociais que, devido às circunstâncias em que fora construída a fábula da *Belle Époque*, encontravam-se invisíveis, e no processo de revisitação da documentação, foi possível ampliar o raio de visão para além da elite, incluindo os diversos segmentos sociais que viviam na Amazônia naquele período. Como afirma Costa ao inserir as,

classes populares no processo histórico da cidade, essa historiografia regional é omissa. É que apesar de conviverem num mesmo espaço, trazê-los para a memória histórica quebra com a imagem de Manaus como cidade única e coloca em cena a existência de uma outra cidade: problemática, conflitiva, tensa em oposição àquela cujas obras desses historiadores ajudaram a construir, trazendo à luz apenas o lado idílico de uma decantada civilização⁵⁸.

Nessa perspectiva, Costa considera que é importante destacar a cidade de Manaus como um espaço de contrastes, pois a elite e os indesejáveis (trabalhadores, desempregados, prostitutas etc.) conviviam lado a lado. No processo

⁵⁷ COSTA, Francisca Deusa Sena da Costa. **Quando viver ameaça a ordem urbana:** Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. p.90 e 91.

⁵⁸ COSTA, Francisca Deusa Sena da Costa. **Quando viver ameaça a ordem urbana:** Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. p.90.

de mudanças ocorrido no centro da cidade, os indesejáveis foram sendo, aos poucos, camuflados para ficarem longe dos olhares do Poder Público, mas eles continuaram resistindo no espaço da cidade.

Devido a todos esses estudos que antecedem nossa proposta de trabalho, não reivindicamos para ela o pioneirismo da pesquisa sobre a cidade de Manaus no recorte temporal por nós selecionado, uma vez que nos espelhamos em estudos anteriores, como os aqui mencionados e, mais recentemente, o do geógrafo José Aldemir Oliveira, seguindo os passos trilhados pela antropóloga Selda Vale⁵⁹, que abre novas perspectivas para a compreensão da cidade em seu momento de crise:

Ao mesmo tempo em que os sujeitos se confrontam, a cidade continuou a existir, por meio deles e com eles, como cadinho de resistência e de experiências, como lugar das festas, das criações artísticas aparecendo como alternativas de vivência urbana.⁶⁰

Após esse breve balizamento dos debates referentes à temática que estamos nos propondo a discutir, optamos por investigar a arquitetura e o urbanismo na cidade de Manaus no período de 1910-1940, orientados pelas pesquisas desenvolvidas pelo professor Dr. Otoni Mesquita, no que se refere ao projeto de embelezamento da cidade de Manaus implementado pelo governador Eduardo Ribeiro, que tinha como objetivo transformar Manaus numa cidade moderna e civilizada, com os recursos provindos da exportação da borracha. Nossa proposta é verificar, por meio das documentações oficiais, se esse projeto foi abandonado

⁵⁹ COSTA, Selda Vale da. **Eldorado das Ilusões. Cinema & Sociedade**: Manaus 1897-1935. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas 1996. Outros pesquisadores vão no mesmo caminho trilhado por Selda, dentre eles estão AGUIAR, José Vicente de Souza. **Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60**. Manaus: Valer /Governo do Estado do Amazonas, 2002. OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920-1967**: A cidade doce e dura em excesso. Valer, Cultura e EDUA, 2003. E os que antecedem o período em estudo e vão até a década de 1920 como é o caso de PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus de 1889-1925. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas, 1999. COSTA, Francisca Deusa Sena da Costa. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988. MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)** Tese de Doutorado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005 e na sua dissertação de mestrado intitulado **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. 3. ed. Manaus: Valer, 2006.

⁶⁰ OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920-1967**: A cidade doce e dura em excesso. Valer, Cultura e EDUA, 2003. p. 19.

durante o período de crise ou foi apenas adequado a uma nova realidade econômica.

1.5 A cidade de Manaus de 1910-1940

1.5.1 Contexto econômico, político e sócio-cultural.

Os habitantes da cidade de Manaus, do início da segunda década do século XX, estavam longe de imaginar o iminente futuro que lhes espreitava. Enquanto os principais idealizadores da cidade sonhavam em continuar o processo de embelezamento e saneamento intensificado no final do século XIX e início do XX, pelo governador Eduardo Gonçalves Ribeiro,⁶¹ com os recursos oriundos da extração do látex da seringueira nativa da Amazônia, o capital internacional investia fortemente em grandes plantações de seringueiras na Ásia. Quando o látex começou a ser extraído das plantações asiáticas, tornou-se irreversível a decadência da atividade gomífera na Amazônia, causando um inquietante descompasso entre os projetos para a cidade e as condições financeiras para a sua realização.

A partir de 1910, os primeiros sinais de crise no comércio de exportação da borracha silvestre tornam-se mais evidentes. Porém, como a variação de preço no mercado internacional era comum, a maioria da elite local acreditava que esse período de oscilações iria logo acabar e que o preço da borracha iria subir novamente, devido às experiências anteriores. Baseados nessa crença, o governo do Estado e a Associação Comercial do Amazonas não deram a devida importância ao fato e ocupavam-se em organizar congressos para discutir novos métodos de extração da borracha, visando ao aumento de seu preço no mercado, como se nada estivesse acontecendo, como se observa, na argumentação apresentada pelo Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, na mensagem de 1910.

E, como era natural, desse conagraçamento e da exposição de borracha, que então foi effectuada, resultou o augmento de valor commercial do Amazonas. Não só a imprensa do Paiz, mas também a do estrangeiro, noticiou o facto, enaltecendo-o com elogiosas referencias. Certamente, isso redundou em benéfico para nós, mas outros proveitos ainda trouxe o Congresso e esse foi o da indicação de novos methodos para a extracção do látex precioso da *hevea*, alem de grande copia de conselhos, que passaram a ser observados, sobre a cultura da mesma.⁶²

⁶¹ Governador do Estado do Amazonas no período de 1892-1896.

⁶² **MENSAGEM** lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Primeira sessão ordinária da sétima legislatura pelo Exmo. Sr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Governador do Estado, em 10 de julho de 1910. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Official. 97 – Rua Municipal

A elite amazonense, nesse período, acreditava que o preço da borracha iria se recuperar, uma vez que promoviam eventos para divulgar e aprimorar novos métodos para ampliar a produção nos Seringais do Estado. Isso porque nos primeiros anos de aprofundamento da crise do preço da borracha no mercado internacional, entre 1910 e 1913, o Município de Manaus sofreu poucos abalos na sua arrecadação financeira, devido, em grande parte, à concessão de parcelas de créditos repassadas ao Estado por instituições financeiras internacionais, como nos esclarece a apresentação feita pelo Superintendente⁶³ de Manaus Jorge Moraes em mensagem à Câmara Municipal.

Pelas demonstrações que vão adiante apenas em anexos, veréis que a Municipalidade de Manáos teve, no anno que acaba de expirar, e relativo ao exercício de 1912 uma renda de 2.616:235\$505 ou mais 54:963\$504 que no ano anterior. (...)

A despeza, no mesmo período, attingiu á somma de réis 2.162:117\$686, ficando um saldo de RS. 365:130\$736, em 31 de dezembro de 1912, inclusive o saldo de 1911 na importância de 3:577\$220 e mais 2:435\$400 recebido em agosto, do London Bank.(...)

Ficam, portanto, os saldos assim discriminados: exercício de, 8:086\$615; exercício de 1913, 137:911\$443, no total de 145:998\$038, representado em dinheiro, folhas não encerradas e documentos.⁶⁴

De acordo com os dados levantados pela pesquisa⁶⁵, foi possível visualizar que a partir de 1915 a crise econômica se apresentava de forma dramática. A exportação da borracha diminuiu vertiginosamente e os efeitos da crise abalaram diretamente a praça comercial de Manaus, afetando todos os segmentos da economia regional. Das grandes às pequenas empresas que viviam da produção e comercialização de um único produto que estava em franca desvalorização, devido à concorrência asiática no mercado internacional, essas empresas corriam sério risco de fecharem as portas. Essa situação de crise econômica foi demonstrada por Antonio Loureiro, ao analisar os dados fornecidos pela Associação Comercial do Amazonas – ACA, onde afirma,

A crise final da borracha atingiu seu apogeu em 1915. No artigo “O Capital”, a Revista da ACA (15) comentava a situação anormal do comércio. A

– 97, 1910. p. 6-7.

⁶³ Nas primeiras décadas do século XX, o cargo de Superintendente equivalia ao cargo de Prefeito da cidade.

⁶⁴ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes. Em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913.p.16.

⁶⁵ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Terceira sessão ordinária da oitava legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, Governador do Estado, em 10 de julho de 1915. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1915.

desconfiança tomara conta de todos e o crédito desapacera. O dinheiro estava difícil, a juros de 4 a 5% ao mês, e o Banco do Brasil não reiniciara suas atividades de crédito. O interior não tinha condições de comerciar à vistas, em decorrência deste fato o comércio aviador esta parado e as safras prevista seriam baixas.⁶⁶

O perigo de fechamento e colapso de muitas empresas, em Manaus e em Belém, mostrou de maneira clara a fragilidade do sistema de aviamento⁶⁷, estruturado para o processo de exploração e comercialização da borracha. Esse sistema era composto por uma intrincada rede de dependência entre os seus agentes sociais, do seringueiro aos donos das casas aviadoras nacionais até os representantes do capitalismo internacional.

O seringueiro, para ir trabalhar no seringal, necessitava de instrumentos de trabalho e alimentos para se manter, os instrumentos e o “rancho” eram fornecidos pelo seringalista por meio do sistema de crédito, cuja garantia de pagamento era a borracha que o seringueiro iria extrair; o seringalista, para fornecer os instrumentos e o “racho” ao seringueiro, precisava de recursos que eram conseguidos com as casas aviadoras, localizadas em Manaus e em Belém; as casas aviadoras forneciam os créditos solicitados pelos seringalistas e recebiam como garantia de pagamento a produção vinda dos seringais. Os donos das casas aviadoras obtinham os créditos, que eram entregues aos seringalistas, com os representantes do capitalismo internacional. Foi essa rede de relações que dependia visceralmente do mercado internacional, criada pelo sistema de aviamento, que alterou significativamente as relações econômicas internas.

A rede de créditos que fazia funcionar o sistema de aviamento, ao mesmo tempo em que movimentava as empresas de grande e pequeno porte localizadas em Manaus, colocava-as numa situação extremamente desfavorável, como afirma Roberto Santos,

O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar “juros extras”. Esse “aviador” por seu turno, era “aviado” por outro e também

⁶⁶ LOUREIRO, Antonio José Souto. **A Grande Crise (1909-1916)**. Manaus: edição do autor, 1986. p. 117.

⁶⁷ De acordo com Roberto Santos, aviar na Amazônia significa fornecer mercadoria a crédito. SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 155-174.

pagava “juros extras” apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam as firmas exportadoras, principalmente beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos “juros extras” e do rebaixamento do preço local da borracha.⁶⁸

Isso se tornou evidente quando o produto que fazia funcionar esse sistema estava em franca desvalorização no mercado internacional e as grandes e pequenas empresas entraram em processo de falência. Esse fato fez com que a crise econômica fosse discutida na apresentação feita pelo Governado do Estado, Jonathas de Freitas Pedrosa, à Assembléia Legislativa em 1915, quando afirmou que os efeitos dessa depressão econômica estavam aos olhos de todos, a manifestar-se por toda parte, em todas as atividades. E, apresenta uma síntese da balança comercial do Estado no período de 1910-1914,

A simples e fácil comparação de alguns dados numéricos definirá a actual situação econômica do estado melhor que a mais minuciosa descrição pelo verbo.

Assim, durante, os annos de 1910,1911,1912,1913,1914 a exportação de borracha amazonense montou ás seguintes quantidades: 9.879,688, 8.765.427, 10.756.256, 8.264.316, 8.468.147 de kgs., correspondente respectivamente, aos seguintes valores officiais:

1910.....	85.752:449\$199
1911.....	58.710:378\$958
1912.....	57.458:582\$855
1913.....	32.504:549\$899
1914.....	27.310:691\$830 ⁶⁹

Diante da constatação dos números, era impossível negar a crise econômica que se abatia na capital. Mas, é importante destacamos que, mesmo com o agravamento da crise, a cidade continuou a se movimentar, pois as obras de manutenção continuaram sendo executadas.

O aprofundamento da crise econômica provocou a saída da população mais rica da cidade de Manaus, transformou o centro da cidade num espaço semelhante ao de um filme de terror, com grande parte dos casarões abandonados. Já na periferia da cidade ocorria justamente o contrário, ela crescia cada vez mais, muito embora, a população mais pobre tivesse que se juntar para morar no mesmo lugar e, assim, dividir as despesas. Segundo Antonio Loureiro, Manaus,

(...) que pela sua população e grande comércio fora a cidade mais rica do mundo, estava tomada pela miséria e pela tristeza. “Das 8.000 casas que a

⁶⁸ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 154-175.

⁶⁹ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da oitava legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa. Governador do Estado, em 10 de julho de 1915. p. 59-65.

constituem, mais de 2.000 estão desabitadas, inclusive inúmeras nas principais ruas comerciais. As famílias menos abastadas tiveram de constituir verdadeiras repúblicas, para assim, reunidas, repartindo as despesas, poderem fazer face às dificuldades.⁷⁰

Essa saída da população mais rica da cidade provocou uma significativa mudança no perfil da elite tradicional, que mesmo de longe, continuou influenciando nas questões locais. A elite que estava abandonando Manaus buscava um local onde pudesse continuar mantendo seu prestígio, esse local era o Rio de Janeiro, principalmente no bairro de Copacabana. Sobre esse tema, Ana Maria Daou afirma:

Como indiquei na Introdução, grande parte do meu trabalho de campo aconteceu na antiga Capital Federal, sendo Copacabana, a enseada de Botafogo e o Jardim Botânico, o percurso indiscutível para políticos, intelectuais e funcionários públicos. Quando já não era mais o tempo de ir para Paris, de permanecer em Lisboa ou de viver na “Manaus moderna”, a mudança para a Capital Federal e a fixação em um de seus prestigiosos bairros da Zona sul da cidade foram um recurso legítimo de manutenção do prestígio, sendo para este grupo a referência ao local de moradia um valor expressivo de sua distinção. Como afirma Bourdieu, nada como “mudar para permanecer”.⁷¹

A crise econômica provocou esse movimento contrário, enquanto a elite debandava do centro da cidade, as classes menos favorecidas eram atraídas para Manaus à busca de melhores condições de vida, uma vez que os seringais não ofereciam mais condições de sobrevivência. A situação ficou tão grave que o governo federal chegou a conceder transporte gratuito para os seringueiros voltarem para seus lugares de origem⁷².

Além da crise da economia gomífera, outro fator de ordem interna influenciou sobremaneira as condições de existência em Manaus, o domínio de setores estratégicos da cidade por empresas estrangeiras e as disputas políticas pelo governo do Estado entre as facções da oligarquia local que culminaram com movimentos armados e lutas judiciais.

Um exemplo característico dessa situação foi o levante armado ocorrido no dia 15 de junho de 1913. De acordo com a historiadora Eloína Monteiro dos Santos, o

⁷⁰ LOUREIRO, Antonio José Souto. **A Grande Crise (1909-1916)**. Manaus: edição do autor, 1986. p.116.

⁷¹ DAOU, Ana Maria Lima. **A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”**: Práticas e Representações da Sociedade Amazonense na virada do século XIX. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. p. 346-356.

⁷² **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos em sessão de 14 de Julho de 1921 pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá, Typographia de “Cá E Lá” Rua Joaquim Sarmento, 12 Amazonas Manáos, 1921. p. XLIII- XLIV.

levante foi motivado por diversos fatores; dentre eles, destacam-se o problema existente entre o Estado e a empresa responsável pelo abastecimento de água da cidade e as demissões em massa da milícia policial, como se pode observar pela nota do jornal em Tempo do dia 20 de junho de 1913, onde descreve a gravidade da situação e a necessidade de apoio das forças federais para reverterem à situação,

Os revoltosos não depunham as armas, e às 12 horas, isto é, terminado o prazo estabelecido para que se retirassem os moradores das imediações do quartel policial, entraram em ação. Estabeleceu-se a luta e os revoltosos perderam posição batendo em retirada. Incendiaram os escritórios da MANAOS IMPROVEMENTS, e empastelaram vários jornais tanto da situação quanto da oposição. Foram empastelados O TEMPO, FOLHA DO AMAZONAS e a GAZETA DA TARDE. – Em O TEMPO. Manaus, 20 jun., - 1913.⁷³

Para dificultar ainda mais a situação, a Primeira Guerra Mundial, que se estendeu de 1914 até 1918, provocou grandes impactos à economia brasileira e principalmente à do Estado do Amazonas. Nesse período, a borracha foi considerada contrabando de guerra, ficando proibidas as exportações, exceto para a França e para a Rússia, isso complicava ainda mais a já difícil posição econômica do Estado. A Guerra, na realidade, evidenciou uma sucessão de equívocos praticados pela elite nacional e local, pois demonstrou a fragilidade do sistema econômico vigente. Como se pode confrontar pela afirmação feita pelo governador do Estado do Amazonas, Jonathas Freitas Pedrosa, na Mensagem de Governo de 1915.

Quando, ás aperturas do paiz, extremadas por um accúmulo successivo e prolongado dos erros financeiros, econômicos e políticos, se voltavam as vistas esperançosas de seu novo Governo para novos impulsos da exploração de suas riquezas naturaes e para remédios extraordinários, destinados a abrandar a agudez máxima da crise, obtidos nas mesmas fontes, que outr'ora tanto o serviram, - rebentou a guerra europêa e com ella fugiram as possibilidades d'esses remédios extraordinários e as esperanças n'aquelles impulsos econômicos. Como um doente incapaz de aplicar therapeuticas, symptomaticas ou curativas, ficou o Brasil entregue ás suas próprias reacções orgânicas, no restabelecimento de sua vida normal.⁷⁴

Os impactos da guerra na cidade de Manaus foram sentidos de imediato. Os navios que transportavam produtos para o Estado não conseguiam chegar,

⁷³ Apud. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924**: em Manaus. Manaus. Suframa Ed. Calderaro, 1985. p. 40-41.

⁷⁴ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da oitava legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa. Governador do Estado, em 10 de julho de 1915. p. 10-11.

provocando longos períodos de falta de alimentos na cidade de Manaus. Esta não foi uma situação isolada, sentida apenas no Amazonas, a crise dos transportes foi sentida em todo o Brasil, mas, devido à posição geográfica do Amazonas, os contratemplos foram muito maiores do que no restante do país. O governador Pedro de Alcantara Bacellar, em 10 de julho de 1917, assim se refere a esse episódio.

Si a situação afflictiva creada pela guerra aos neutros era de molde a carrear larga copia de prejuízos para o Brasil, cujo commercio e administração muito se resentiram, e resentem, de sua nefasta influencia, não será de causar espécie asseverar-se que semelhante situação se encontra hoje excessivamente mudada, uma vez que o temeroso conflicto bate, mau grado nosso, as portas da República, cabendo ao Amazonas, por sua posição geographica, mais que qualquer outro Estado da Federação, a partilha dos consideráveis danos causados pela crise mercantil derivada da falta de transportes para o intercambio de valores e productos.⁷⁵

Devido à falta de alimentos importados na cidade de Manaus, provocada pela crise nos transportes de mercadorias, o interior do Estado voltou-se para a agricultura de subsistência, na intenção de atender à demanda da capital por alimentos, isso contribuiu para evitar o abandono em massa dos trabalhadores dos seringais. A atividade agrícola, até então proibida, passou a ser a possibilidade de sobrevivência daqueles trabalhadores. Como se pode perceber pela afirmação de Loureiro⁷⁶, *com a crise da Grande Guerra, o interior voltou-se para a agricultura de subsistência, produzindo grandes quantidades de milho e feijão nos seringais.*

Independentemente da situação de crise vivenciada pelo Estado do Amazonas, a elite local insistia em que a cidade de Manaus continuasse sendo a vitrine por meio da qual ela pudesse ser percebida pela mesma representação de seu período de prosperidade. A esse respeito, Ana Maria Lima Daou evidencia que,

as gradativas melhorias urbanas que culminaram com as transformações concretas no espaço e nas formas de sociabilidade proporcionaram aos moradores de Manaus – especialmente a elite e seus governadores – a positividade da imagem da cidade, agora distanciada da “aldeia”. Este fato resultou numa forte identificação entre a elite cidadina e o próprio espaço urbano, palco privilegiado para a exposição e ao acesso a bens de consumo materiais e simbólicos identificados com a vida na “Manaus moderna”⁷⁷

⁷⁵ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Nona Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar. Governador do Estado, a 10 de julho de 1917. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1917. p. 72-73.

⁷⁶ LOUREIRO, Antonio José Souto. **A Grande Crise (1909-1916)**. Manaus: edição do autor, 1986. p.118.

⁷⁷ DAOU, Ana Maria Lima. **A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”**: Praticas e Representações da Sociedade Amazonense na virada do século XIX. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da

Essa concepção de cidade moderna, de que estava impregnado o imaginário coletivo do grupo social dominante amazonense, foi evidenciado novamente no processo de arrendamento e compra do chamado Palacete Scholz, para sediar o governo do Estado.

Durante todo o período de prosperidade, entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira do XX, a sede do governo funcionou no paço Municipal. Aquele foi um período em que não havia necessidade de auto-afirmação em detalhes como esse, ela se fazia por meio dos grandes espetáculos e dos grandes projetos. Porém, a situação vivenciada nos anos de crise não permitia que a sede do governo se localizasse em um lugar acanhado, sem expressividade. Infere-se que o antigo prédio situado no bairro de São Vicente do lado ocidental da Praça da República, entre as ruas Municipal e São Vicente, construído ainda no período provincial não serviria aos propósitos de um governo de uma elite que precisava de auto-afirmação do seu antigo *status quo*.

As reclamações sobre a falta de acomodações adequadas para o funcionamento do aparelho administrativo estadual eram constantes. Considerando que funcionava no mesmo local a residência e Gabinete do Governador; a Secretaria Geral e Diretoria da Secção de Terras, Obras Públicas e Agricultura, Corpo de Guarda, Alojamento de carros etc., as reclamações sobre as péssimas condições de acomodações eram várias, da falta de espaço para acomodar um novo setor, às precárias condições do prédio, que há muito, necessitava de reparos.⁷⁸

Diante desses argumentos, o governo do Estado iniciou o processo de negociação para o arrendamento de um prédio para o funcionamento da sede do governo. Dessa negociação resultou um contrato de arrendamento do prédio conhecido como Palácio Scholz, pelo preço de um conto de réis ao mês, durante cinco anos, com cláusula de opção de compra; não devendo exceder tal opção o prazo de dezoito meses. Segundo o relato do Governador Pedro de Alcantara Bacellar, na mensagem de 10 de julho de 1917, à Assembléia Legislativa.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. p. 205.

⁷⁸ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Nona Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, a 10 de julho de 1917. Manaus – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1917. p. 18-22.

Tendes conhecimento do contrato que, com o Estado, assignou o Sr. Coronel Luiz da Silva, por seu procurador, o Sr. Evaristo José de Almeida, para arrendamento do edifício a rua Municipal, desta cidade, havido, por execução hipotecaria, de Waldemar Scholz. Esse contrato de arrendamento foi realizado á razão de um conto de réis por mês, por espaço de cinco anos, com clausula de opção de compra em dezoito meses.⁷⁹

Com o fim do prazo de dezoito meses, o Estado iniciou o processo para a compra do Palácio Rio Negro, sede do governo. Mesmo com as intensas críticas dos opositores que afirmavam que o Estado não tinha, naquele momento, capital disponível para a compra de um novo prédio. Os críticos consideravam, naquela situação, o agravamento da crise econômica e se reportavam ao grande esforço iniciado pela associação Comercial do Amazonas, na intenção de que o governo do Estado unisse seus esforços aos do Estado do Pará na intenção de promoverem um convênio entre os dois Estados da região amazônica para enfrentarem o grave obstáculo econômico que afligia a ambos diretamente.

Mesmo com todas as críticas a respeito da execução dessa compra, o Palácio Rio Negro foi adquirido por 200:000\$00, que de acordo com as informações do Poder Público⁸⁰ foi uma aquisição de inegável economia para os erários públicos; pois, o prédio foi comprado por um terço de seu valor real. É importante ressaltar que a referida compra só foi possível devido à difícil situação econômica pela qual passava o proprietário do imóvel, o que, na realidade, não era incomum naquele período, uma vez que grande parte dos seringalistas contabilizou grandes perdas com a crise da comercialização da borracha.

A compra desse prédio tinha um significado enorme para a imagem que o governo queria passar sobre sua administração e para atrair investidores para a região, pois o palacete era um dos grandes ícones da riqueza e opulência do “período áureo da borracha”. Construído no início do século XX, pelo comerciante alemão Karl Waldemar Scholz, para ser sua residência. A arquitetura do Palácio demonstra a riqueza produzida pela exportação da borracha em larga escala. Possui uma fachada eclética *bem ao gosto dos representantes da elite amazonense*⁸¹.

⁷⁹ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, a 10 de julho de 1918. Imprensa Pública – Manáos, 1918. p. 80-85

⁸⁰ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, a 10 de julho de 1918. Imprensa Pública – Manáos, 1918. 80-85.

⁸¹ MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852/1910**. 3. ed. Manaus: Editora Valer/ Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006. p. 248-250.

Além da compra do Palácio Scholz, que atendia mais ao aspecto representativo de enfrentamento da crise pelo governo estadual, o governo municipal iniciou uma tímida alternativa para tentar superar a crise econômica, quando em 1917 importou do Rio de Janeiro um moinho para dinamizar a agricultura no município de Manaus. O moinho foi montado no sítio de nome “Aracaty”, de propriedade do Senhor Adrião Caminha, situado na Colônia Campos Salles, e foi inaugurado somente em 1920.⁸²

Em 1918, com o mesmo objetivo de dinamizar a produção agrícola da Municipalidade de Manaus, a Intendência Municipal comprou máquinas para montar casas de farinha. Em 1920, uma dessas máquinas foi cedida a título gratuito para ser montada no sítio Japiim, situado no bairro da Cachoeirinha, de propriedade do Senhor Pedro Araújo, pelo prazo de 10 anos, contanto que ele se comprometesse em permitir que os agricultores da redondeza pudessem utilizar a máquina quando necessitassem. Ela foi inaugurada pelo Superintendente Basilio Torreão Franco de Sá, no dia 20 de junho de 1921.

Adquiridas em 1918 pelo Superintendente Snr. Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas, em virtude da Lei nº 918 de 26 de Outubro de 1917, para auxiliar a agricultura do Município.

Em 20 de junho de 1921, o Superintendente Snr. Basilio Torreão Franco de Sá, tendo em vista os termos já citados, cede gratuitamente ao Snr. Pedro Araujo, por espaço de dez annos, mediante termo lavrado e assignado no Contencioso Municipal, o uso e gozo de um aparelho para beneficiamento e fabrico de farinha de mandioca, afim de fazer a sua montagem no sitio “Japyim” de sua propriedade, situado no bairro da Cachoeirinha desta capital, ficando na obrigação de consentir que o referido aparelho seja também utilisado sempre que for possível, sem remuneração de espécie alguma, pelos agricultores da circunvizinhança.⁸³

Essas medidas para o enfrentamento da crise se revelariam ainda mais acanhadas quando, a partir de 1920, os subúrbios começaram a crescer desordenadamente. Os trabalhadores dos seringais já estavam convencidos de que o comércio da borracha não iria se recuperar e de que o trabalho que executavam trazia-lhes cada vez menos retorno. Abandonados à sorte, restava-lhes migrar para a capital à busca de melhores condições de vida. Assim, a chegada dessa população, descrente de uma possível recuperação do comércio da borracha,

⁸² **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922 pelo Superintendente Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do Cá e Lá – Manáos, 1922. p. 38.

⁸³ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922 pelo Superintendente Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do Cá e Lá – Manáos, 1922. p. 38-39.

aumentou significativamente o número de habitantes da cidade de Manaus, demonstrando que as medidas implementadas estavam muito aquém dos problemas enfrentados pela cidade. Pelas palavras do governador do Estado, Cesar do Rego Monteiro, em Mensagem de 24 de julho de 1923,

A luta pela vida os força ás mais penosas viagens e a tomarem rumos incertos, sem o menor critério, tendo apenas por guia a instinto de conservação. Quantos depois não se arrependem de um sacrifício que lhes resultou inútil e que só teve o efeito de lhes agravar a situação! Tal é o efeito do êxodo organizado para fugir a uma situação critica, a mas sem um plano capaz de garantir o successo. Tal foi o phenomeno que se observou em nosso Estado, quando os extratores da borracha, resolvendo-se a abandonar os seringais, sulcavam os nossos rios em bando turbulentos a depredarem e a destruírem as propriedades que iam encontrando em sua passagem. É que a fome e a falta de trabalho actavam nelles como dissolventes dos bons princípios e lhes tiravam a noção dos direitos alheios.⁸⁴

O fenômeno da migração em larga escala para a capital do Estado forçou o Poder Público a dar o mínimo de suporte necessário aos subúrbios de Manaus, para atender à crescente demanda, como foi o caso dos bairros de Constantinópolis, São Raimundo e de Oliveira Machado, nos quais, devido ao aumento da população, novas escolas tiveram que ser criadas, dentre elas as

(...) duas que funcionam nos bairros de Constantinópolis e Oliveira Machado, vão ter sede no próprio do Estado, onde se achava installada a Escola de Aprendizes Marinheiros de sorte que o provável augmento de freqüência imporá a necessidade da criação de mais uma escola e consequente formação de um grupo ali. *Mutatis mutandis* as duas escolas do bairro do S. Raymundo a serem installadas no antigo Mercado daquelle ponto, cedido ao Estado pela Municipalidade.⁸⁵

A partir das propostas apresentadas nos relatórios e mensagens de governo, é possível deduzir que o Estado estava tentando diversificar as atividades na área da indústria e da agricultura para suportar a onda migratória e diminuir os impactos da crise econômica, que se alastrava há mais de uma década. Como consta na mensagem do Superintendente de Manaus, José Francisco de Araújo Lima, apresentada à Intendência Municipal em 1º de outubro de 1924.

⁸⁴ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Décima Primeira Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 14 de julho de 1923. p.16-24.

⁸⁵ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, a 10 de julho de 1920. p. 144-147.

A solução de problemas vitais deve atrair a atenção dos poderes municipais, cujas preocupações se limitam actualmente á arrecadação das rendas e a uma applicação nem sempre apropriada e productiva. O amparo e o estímulo ás industrias, fornetando novas fontes de producção, deve ser objeto de estudos e indagações. A agricultura e pecuária, que, dentro do Município, podem attingir proporções compensadoras, merecem vistas attentas e estudiosas.⁸⁶

Dentre as alternativas applicadas pelo Poder Público, destaca-se a intensificação da fiscalização, objetivando aumentar a arrecadação de impostos, afirmando que, mesmo em momentos de crise econômica, a riqueza do Estado depende mais de uma boa arrecadação do que a declaração de receita.⁸⁷

O aumento dos impostos e a intensificação da fiscalização provocou a insatisfação do povo, que há muito sofria com esse tipo de medida. Na década de 20, a estrutura de poder estabelecida pelas oligarquias, em todo o Brasil, estava sendo constantemente questionada, por não apresentar alternativas à situação política e econômica enfrentada pelo país. No caso específico do Amazonas, para superação da crise econômica que o assolava há mais de uma década. Não raras vezes, as críticas à atuação dos governantes eram feitas por pessoas diretamente ligadas ao poder, como se pode constatar por meio do discurso apresentado à Assembléia Legislativa pelo governador Cesar do Rego Monteiro, em 10 de julho de 1921.

Vós não ignoraes que ao lado do governo legal desenvolvia-se uma força revolucionaria que se preparava para tomar de assalto o poder. Neste sentido ela esforçou-se por agitar as massas populares, infiltrando nelas idéias subversivas e formando uma atmosfera de hostilidade contra o Governo eleito. Contra este foram assacados os mais pungentes insultos e inventadas as lendas mais ridículas.

Alem de contestar-se uma vitoria tão honestamente alcançada, emprestou-se ao Governador uma fama que o colocava entre os monstros mais temíveis. Até a sua idade, que, para outro, constituiria uma garantia de prudência, formou um dos artigos do tremendo libelo que contra ele foi formulado.⁸⁸

⁸⁶ **MENSAGEM** apresentada à Intendência Municipal de Manáos, pelo Dr. José Francisco de Araujo Lima, Superintendente Municipal, em 1º de outubro de 1924. Amazonas – Manáos, Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97. 1924. p. 38-39.

⁸⁷ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos pelo Superintendente Dr. Basilio Torreão Franco de Sá em sessão ordinária de 11 de março de 1922. Typographia do Cá e Lá. Rua Joaquim Sarmiento, 12. Amazonas – Manáos, 1922. p. IX.

⁸⁸ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa, na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 10 de julho de 1921. p. 17-20.

Devido a esse duradouro estado de insatisfação, a situação social em Manaus era favorável para a eclosão de revoltas, já que era visível o descontentamento popular com a crise econômica. Na capital do Estado do Amazonas, como em outras partes do Brasil, o movimento tenentista ganhou força fazendo críticas a dois aspectos da política econômica das oligarquias: à estrutura econômica, que permitia a atuação das empresas estrangeiras que retiravam as riquezas da região e não contribuíam para o desenvolvimento local, à corrupção administrativa. Sobre a questão das empresas estrangeiras, Otoni Mesquita afirma que essa problemática não era recente, desde o “período áureo da borracha”, as empresas que controlavam as principais atividades públicas e econômicas eram representantes do capital estrangeiro. Como se confirma no fragmento abaixo.

Geralmente, os serviços urbanos eram entregues a empresas estrangeiras em sua maioria de origem inglesa, como a Manáos Electric Lighting, a Amazon Tegrath, a Manáos Railwal Company e Manáos Improvements Limited, que dispunham de material e técnicos especializados para dirigir os serviços e utilizar a barata mão-de-obra local, mas a opinião dos administradores, as críticas dos jornais e dos visitantes, levaram a concluir que, apesar de instalados, os serviços públicos urbanos não eram eficientes e a cidade não estava totalmente equipada, contrariando afirmações fantasiosas feitas por alguns autores que tratam do período.⁸⁹

Se essas empresas não prestavam bons serviços no “período áureo da borracha”, no período de crise a situação se agravou ainda mais, devido aos constantes aumentos de tarifas dos principais serviços de atendimento da população como água, luz, e transportes.

Nesse contexto de conflitos e tensões sociais, o governo Estadual iniciou suas atividades, em 1921, com medidas impopulares. Realizou cortes no funcionalismo público, com a justificativa de reduzir gastos da máquina administrativa.

A primeira medida, que se me impunha, era a incursão no quadro do funcionalismo público para lhe diminuir o âmbito. A meza do orçamento não comportava os talhes que nella figuravam, pelo que o mais elementar bom senso aconselha a sua redução.⁹⁰

No período em questão, a maioria da renda da população era gerada pelos empregos públicos. As atividades industriais eram incipientes, as atividades

⁸⁹ MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. 3. ed. Manaus: Valer. 2006, p. 167.

⁹⁰ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa, na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 10 de julho de 1921. p. 29.

comerciais haviam diminuído drasticamente e o enxugamento da máquina administrativa agravou ainda mais a situação econômica da população da cidade de Manaus.

A intendência municipal de Manaus, com o mesmo objetivo de ampliar a arrecadação, solicitou que fosse feita uma planta cadastral da cidade; pois, sem informações mínimas, não seria possível realizar uma fiscalização eficiente e capaz de ampliar a arrecadação municipal. Como se pode inferir a partir da solicitação do Superintendente de Manaus, Cesar do Rego Monteiro, no relatório de 14 de julho de 1921.

Não é essa a primeira vez que vos falo á cerca da imensa importância de uma planta cadastral pelo menos do perímetro urbano, já que de toda a área municipal emprehedimento fora, neste dias, de tão difficultoso, quase irrealizável.

Certo da grandíssima utilidade de tal obra, dei-me pressa em recommendar á 3ª Secção que a iniciasse e com toda a actividade precisa para concluí-la o mais breve possível.⁹¹

Os dados fornecidos pelo censo de 1920 contribuíram para o processo de fiscalização, visando à arrecadação de impostos, mas, ainda não era suficiente para que o Poder Público pudesse conhecer bem a estrutura e o funcionamento da cidade. O resultado do senso demonstrou a diversificação das atividades produtivas e o crescimento da população, como pode ser verificado no quadro demonstrativo enviado pela Comissão responsável pelo censo à Intendência Municipal.

Resultados demographicos:

Zona da cidade: população presente a 1 de setembro de 1920 -40.161: pessoas com residência nesta capital, mas áquella data, ausente – 1.133. População total effectiva, presente e ausente – 41.294.

Zona rural: População presente 28.586; pessoas ausentes – 79. População total a 1 de setembro de 1920 – 28.665.

Total o Município: População presente – 68,747; pessoas ausentes 1.212. População total 69.959.

Resultados agrícolas

(...) Total dos estabelecimentos recenseados – 1.154.

Valor das terras com as respectivas bem-feitorias 9.770:065\$000

Resultados Industriais

Estabelecimentos fabris – 70. Capital utilizado na exploração das várias indústrias existentes no Município 5.167:370\$000. Pessoas empregadas 711. Valor da produção annual – 5.349:995\$159⁹²

⁹¹ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos em sessão de 14 de julho de 1921, pelo Superintendente Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do “Cá e Lá”. Rua Joaquim Sarmento, 12. Amazonas – Manáos, 1921. p. XVI.

⁹² **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos em sessão de 14 de julho de 1921, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do “Cá e Lá”. Rua Joaquim Sarmento, 12. Amazonas – Manáos, 1921. p. XXXVIII-XXXIX.

De acordo com Santos,⁹³ os anos vinte foram marcados por conflitos políticos. O clima de tensão em torno da partilha dos recursos do Estado não era uma situação isolada do Amazonas. Ele estava presente em todo o Brasil. Por esse motivo, havia um profundo desgaste do poder político das oligarquias. A República Oligárquica envelhecera, a corrupção havia tomado conta de suas estruturas. Essa situação desagradava setores do Exército e da sociedade civil brasileira, como era o caso de parte da oficialidade das forças armadas e do recém-criado Partido Comunista do Brasil. Sendo que a parte da oficialidade das forças armadas brasileiras, representada pelos tenentes, estava disposta a uma cruzada por questões profissionais contra a corrupção e pela moralidade do país.

Os tenentes se impunham o dever de resgatar os primórdios da República brasileira, quando os militares assumiram o governo do país, imbuídos desse propósito. A partir de 1920, muitos oficiais brasileiros deram início a uma série de revoltas em vários pontos do Brasil.

No Amazonas, nesse período, houve um agravante a mais, além das tensões políticas presentes em todo o Brasil: a crise da borracha se fez acompanhar da centralização e do fortalecimento da facção da oligarquia liderada pela família Rego Monteiro.

Nesse contexto de reorganização dos grupos políticos no Estado, ocorreu a transferência de alguns tenentes dos grandes centros urbanos para o Amazonas, com o objetivo de afastá-los do centro dos movimentos rebeldes, considerando que os mesmos eram vistos como uma verdadeira bomba relógio que poderia explodir a qualquer momento, por isso, foram enviados, principalmente, para o 27º Batalhão de caçadores em Manaus, no Estado do Amazonas. O governo central acreditava que eles se acalmariam distantes do foco das rebeliões. O que na verdade não aconteceu, no Amazonas eles encontraram o solo fértil para possíveis rebeliões, como se pode depreender do texto abaixo.

Os militares contestadores articulavam-se e preparavam-se desde 1923, para deflagrar um movimento de âmbito nacional contra o poder estabelecido, o que deveria ocorrer em 1923. (...) Especialmente em Manaus, a situação tornava-se crítica, porque estava sendo indicada pelo grupo de Rego Monteiro, a candidatura Aristides Rocha, para o governo do Amazonas, ao quadriênio 1925-1929. Isso significava a continuidade oligárquica dos Rego Monteiro no poder.

⁹³ SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus. Suframa Ed. Calderaro, 1985. p. 35-69.

Essa situação provocou uma atitude decisiva. Os militares da guarnição de Manaus, que estavam, se preparavam para um **levante**, decidiram a 23 de junho iniciá-lo.⁹⁴

Os tenentes residentes em Manaus, liderados pelo primeiro Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior, em 23 de julho de 1924, invadiram e tomaram o Palácio Rio Negro, depondo o Governador em exercício, Turiano Meira e prenderam seus principais assessores. O governador Rego Monteiro se encontrava na Europa.

Mas, para além das atribulações políticas vivenciadas nesse período, a cidade de Manaus passou por uma relativa recuperação econômica devido à ampliação de coleta de produtos naturais, como a castanha e os óleos. Nos anos de 1924 e 1925, com a execução do Plano Stevenson pela Inglaterra, que visava à valorização da borracha, ocorreu um efêmero surto de esperança na intensificação da produção e comercialização da borracha, o que na realidade não aconteceu.

O plano Steveson foi uma tentativa da Inglaterra de diminuir a produção da borracha da Ásia, para melhorar o preço, pois, como tinha produto além da demanda no mercado, os preços caíam muito, e, com medo de uma crise de super produção, em 1917, os representantes da borracha produzida na Ásia iniciaram os debates para encontrar uma solução para os problemas que estavam por vir.

Esse plano favoreceu o Estado do Amazonas, na medida em que os Estado Unidos, que eram o maior comprador de borracha da Ásia, passaram a comprar a borracha silvestre produzida no Amazonas, o que causou um relativo aumento de comercialização do produto. Sobre esse período afirma Loureiro.

Graças ao Plano os preços de Manaus assim se comportaram, entre fevereiro de 1924 e de 1925(3):

	FEV/24	FEV/25
Borracha fina	2\$950	4\$800
Entrefina	2\$110	-----
Sernambi	2\$050	3\$700
Sernambi de Caucho	2\$480	4\$250
Balata	10\$000	-----

Por sua Influência os estoques mundiais caíram, atingido o seu mais baixo nível, em janeiro de 1926, quando iniciaram um novo crescimento, pela resistência dos consumidores americanos e dos produtores da Indonésia,

⁹⁴ SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus. Suframa Ed. Calderaro, 1985. p. 67-69.

levando à sua suspensão temporária, em fevereiro de 1926, embora fosse revigorado em abril do mesmo ano.⁹⁵

Esses breves surtos e reviravoltas políticas e econômicas, de retomada da economia extrativa, devido a manobras do capital internacional, não tiveram fôlego para equilibrar minimamente a situação financeira do Estado. Assim, em 1926, o governo admite que um dos maiores problemas enfrentados pela administração pública refere-se às obras públicas, que devido aos exíguos recursos, não realizados os reparos devidos nos edifícios públicos que foram, ao longo do tempo, deteriorando-se.

As sinalizações do mercado internacional, no sentido de uma possível recuperação da economia amazonense, no final dos anos trinta, não tornavam o Estado imune às tensões políticas com as quais o país teria que lidar a partir dos anos vinte até os anos cinquenta do século XX. Os conflitos políticos e econômicos entre as principais oligarquias brasileiras levaram à deposição de Washington Luís e nomeação de Getúlio Vargas para presidência do Brasil⁹⁶. O governo provisório de Getúlio Vargas iniciou os trabalhos pela intervenção nos Estados, substituindo os governadores por interventores de sua confiança. Essa medida objetivava a centralização do poder nas esferas federais. Para implementar essa política na Amazônia, o governo Vargas indicou Álvaro Botelho Maia, que, segundo Santos, era um indivíduo vinculado aos grupos dominantes, mas destituído de raízes partidárias, por isso, era um elemento chave para a política de centralização desejada por Vargas.

A política iniciada pelo governo central objetiva superar a crise econômica pela qual passava o país, devido ao declínio da exportação de café em decorrência da crise do sistema capitalista evidenciado pela quebra da bolsa de New York, em 1929. Para Álvaro Maia, o desafio era ainda maior, superar a crise econômica que havia se instalado no Amazonas há mais de duas décadas. Diante desse desafio, começou a pôr em prática uma política que visava, principalmente, equilibrar o orçamento público. Como se pode concluir pelas afirmações de Santos.

⁹⁵ LOUREIRO, Antonio José Souto. **Tempos de Esperança**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1994. p. 29.

⁹⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade: Consolidação da República Oligárquica. In°. **História Geral do Brasil**. LINHARES, Maria Yedda (org).9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.p. 316-326.

(...) O interventor apesar de se defrontar com uma economia em crise, determinou um levantamento das dívidas – internas e externas – do estado a fim de se posicionar frente a uma situação financeira complicada que aniquilava o Amazonas e o tornava ingovernável. Foi aprovado um novo orçamento e a ordem de diminuição de gasto públicos estendeu-se aos municípios, onde todas as despesas deveriam ser aprovadas pelo interventor.⁹⁷

Os anos trinta e meado dos anos quarenta foram marcados pela intervenção do governo central no Estado do Amazonas. Durante esse período, os prefeitos eram indicados pelo governador, o que ocasionou uma grande concentração do poder político no governo central. Como Álvaro Maia caiu nas graças de Getúlio Vargas, exerceu o governo do Amazonas por mais de 15 anos, entre 1930 e 1954.

Com a intenção de tornar o Amazonas atrativo ao capital estrangeiro, o Poder Público e a iniciativa privada investiram no cinema como instrumento de divulgação, para o mundo, das possibilidades de investimentos no Amazonas⁹⁸. Porém, não conseguiram atingir o objetivo de atrair novos investimentos para a região, por isso, o Governador Dorval Porto⁹⁹, na mensagem de 14 de julho de 1930, afirmou que a reconstrução das atividades econômicas estaria diretamente ligada às plantações intensas da seringueira nativa, da castanha, do cacau e do guaraná. A diversificação dos produtos na pauta de exportação seria a alternativa para superação da crise, isso demonstra que a administração pública vai continuar investindo no extrativismo e não na industrialização, mas, nesse período, começam a surgir pequenas indústrias de gêneros alimentícios em Manaus.

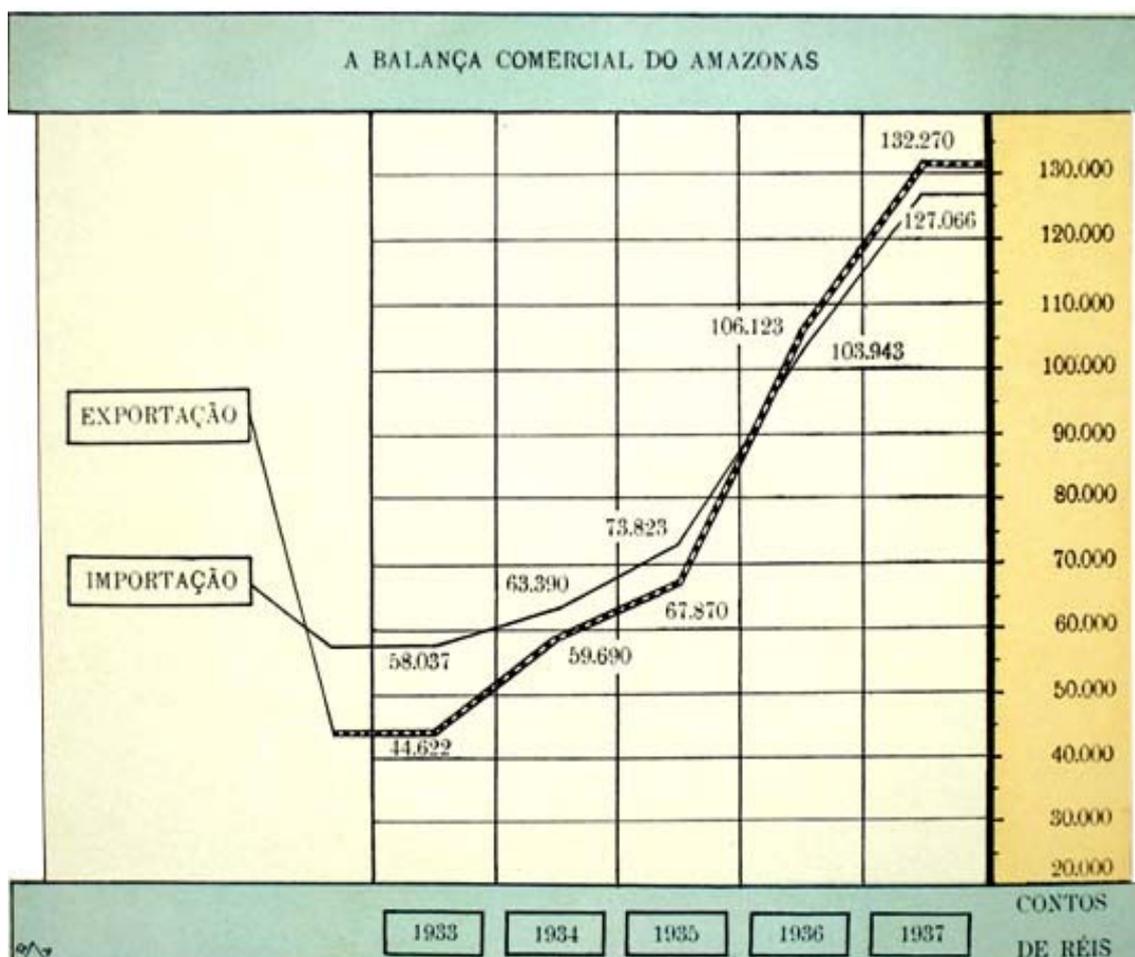
De acordo com a balança comercial do Estado do Amazonas entre os anos de 1933 a 1937, as exportações de produtos extraídos e beneficiados no Estado só cresceram de 40.000 contos de réis em 1933 para 130.000 contos de réis em 1937. Como pode ser observado pelo Gráfico abaixo.

⁹⁷ SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Política Cabocla**. Manaus. Ed. da Universidade do Amazonas, 1997. p.85-87.

⁹⁸ COSTA, Selda Vale da. **Eldorado das Ilusões**. Cinema & Sociedade: Manaus (1897-1935) Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1996. p. 162.

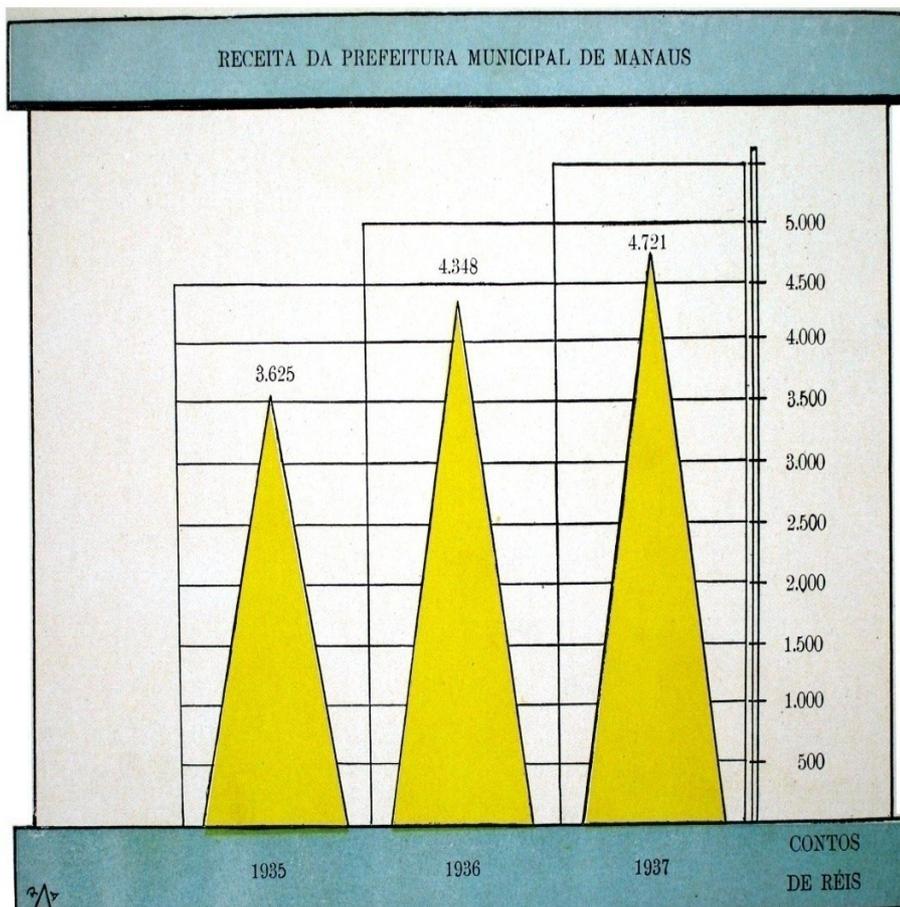
⁹⁹ **DIÁRIO OFICIAL**. Manaus – segunda feira, 14 de julho de 1930.

GRÁFICO 1: Balança comercial de importação e exportação do Estado do Amazonas – 1933-1937



Fonte: MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938.

Esse crescimento da economia do Estado é sentido também na sua capital, que tem um relativo aumento na sua arrecadação de impostos, aumentando, assim, sua receita de 3.500 contos de réis em 1935 para 5.000 contos de réis em 1937. Como pode ser observado no Gráfico abaixo.

GRÁFICO 2: Receita da Prefeitura de Manaus – 1935-1937

Fonte: MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938.

O crescimento na balança comercial amazonense se deu devido ao aumento da exportação do timbó, da castanha do Brasil, guaraná, madeira, da piaçaba e de essências como a do pau rosa e da borracha. Esses produtos sempre estiveram presentes na pauta de Exportação do Estado do Amazonas, porém à sombra do grande volume de exportação da borracha. Mas, a partir dos anos trinta, a importância das exportações desses produtos foi ampliada significativamente. Como pode ser confirmado pelos gráficos abaixo:

GRÁFICO 3: Exportação de Timbó – 1935-1937

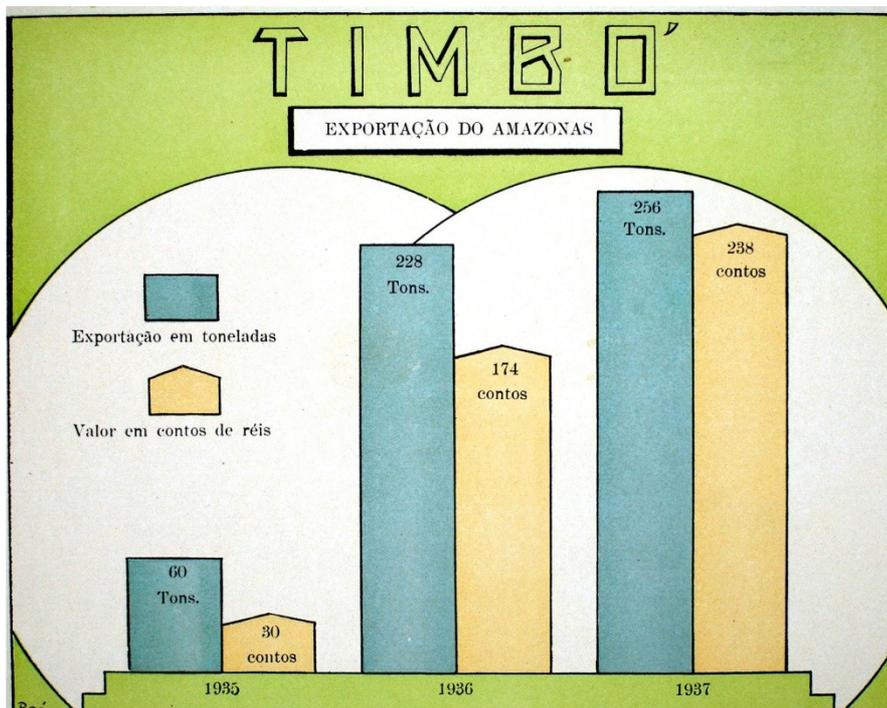
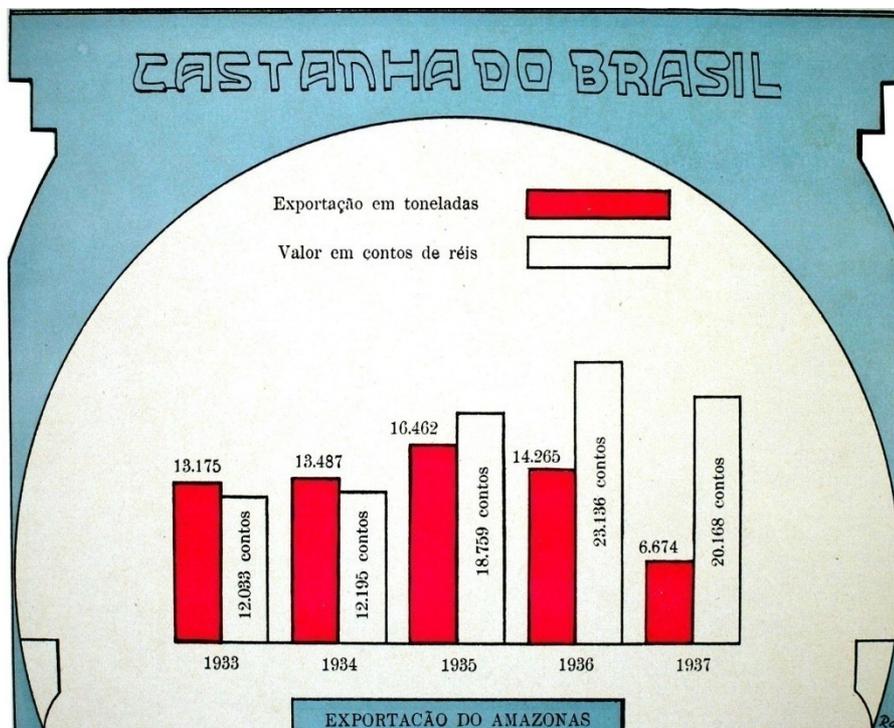


Gráfico 4: Exportação de Castanha do Brasil – 1933-1937



FONTE: MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938. (Gráficos 3 e 4)

GRÁFICO 5: Exportação de Guaraná – 1933-1937

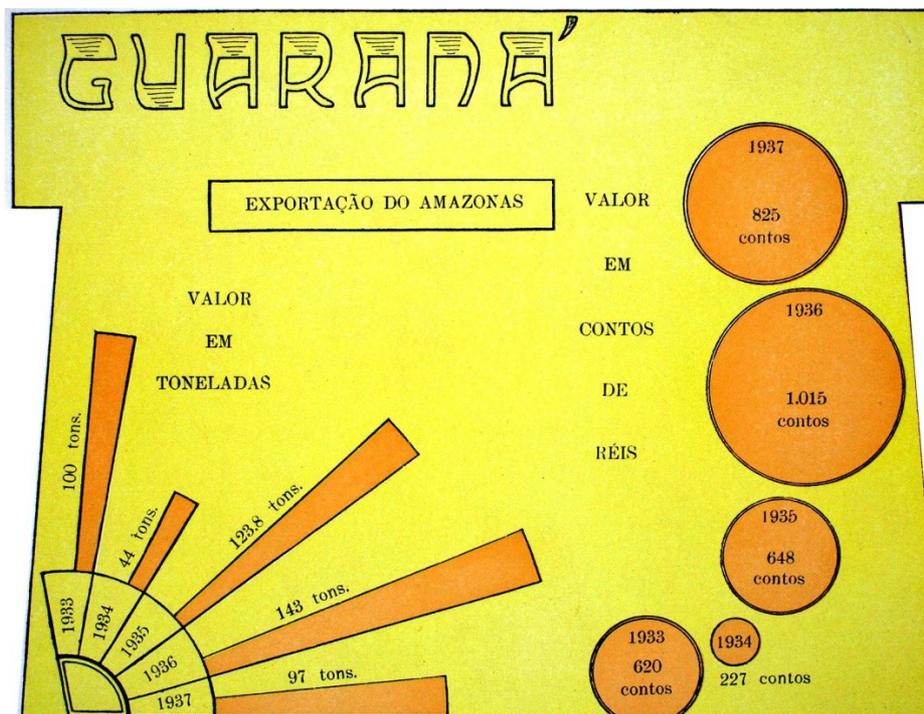
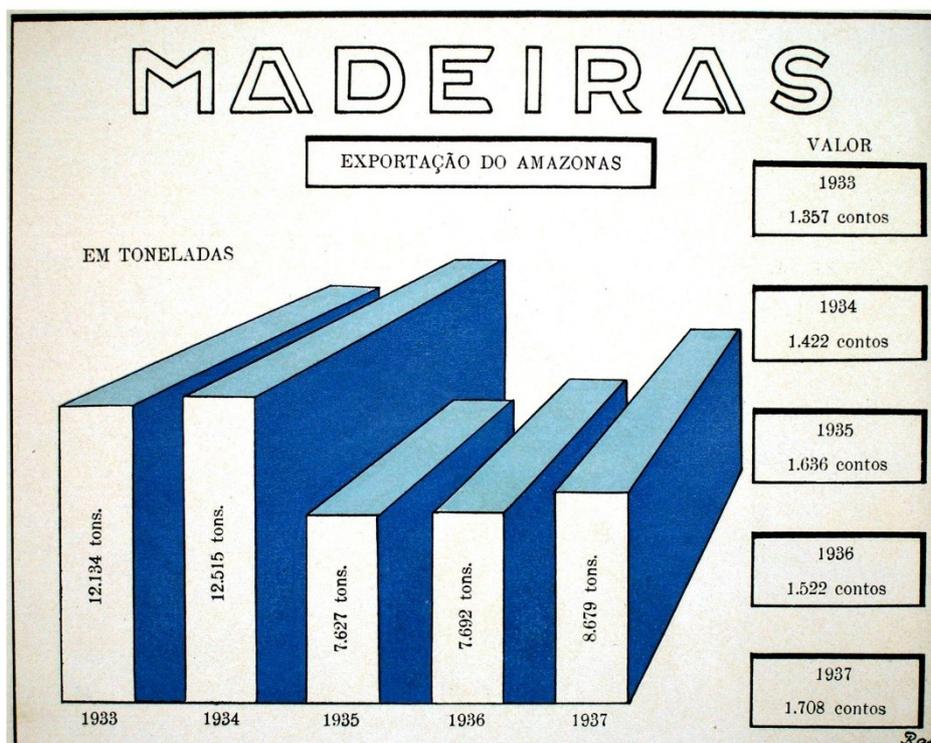


GRÁFICO 6: Exportação de Madeira – 1933-1937



Fonte: MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938. (gráficos 5 e 6)

GRÁFICO 7: Exportação de essência de Pau Rosa – 1933-1937

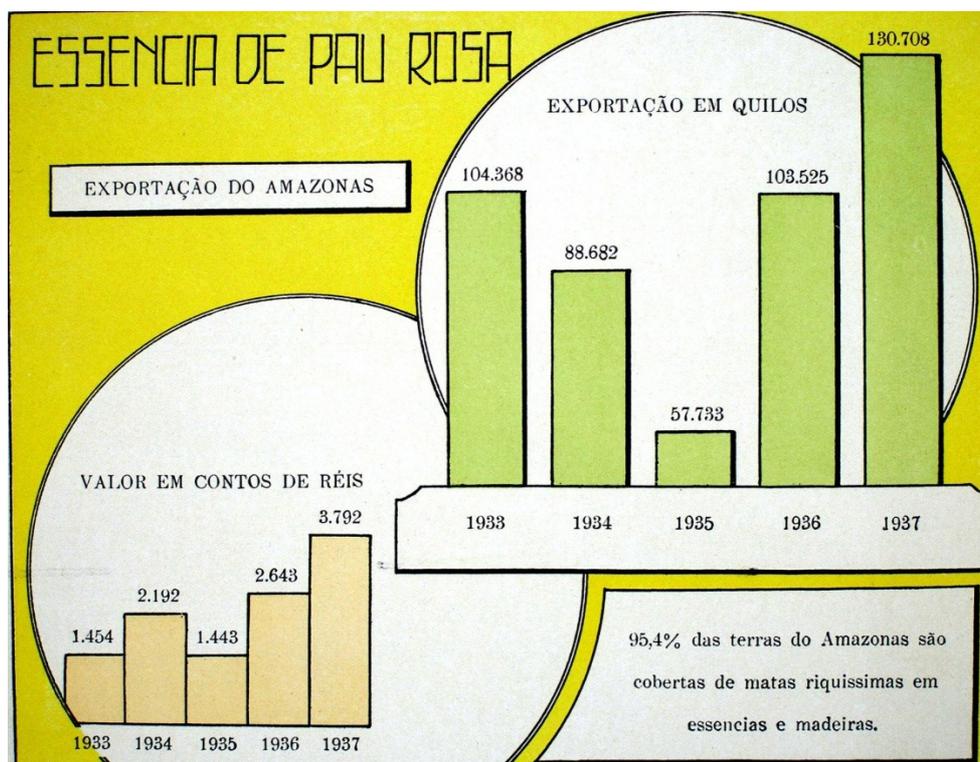
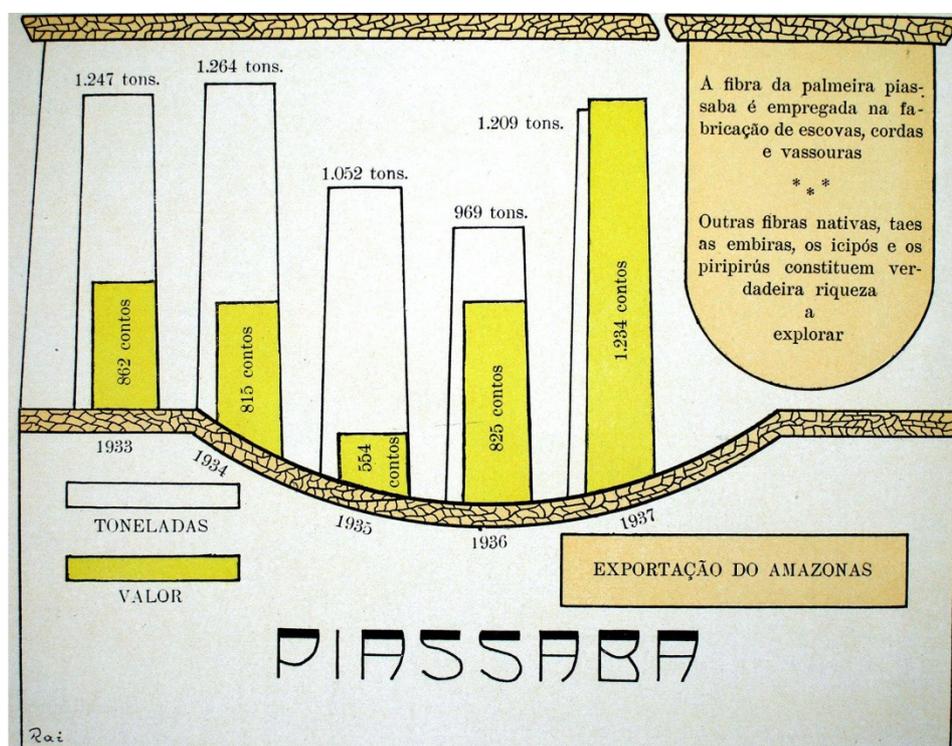
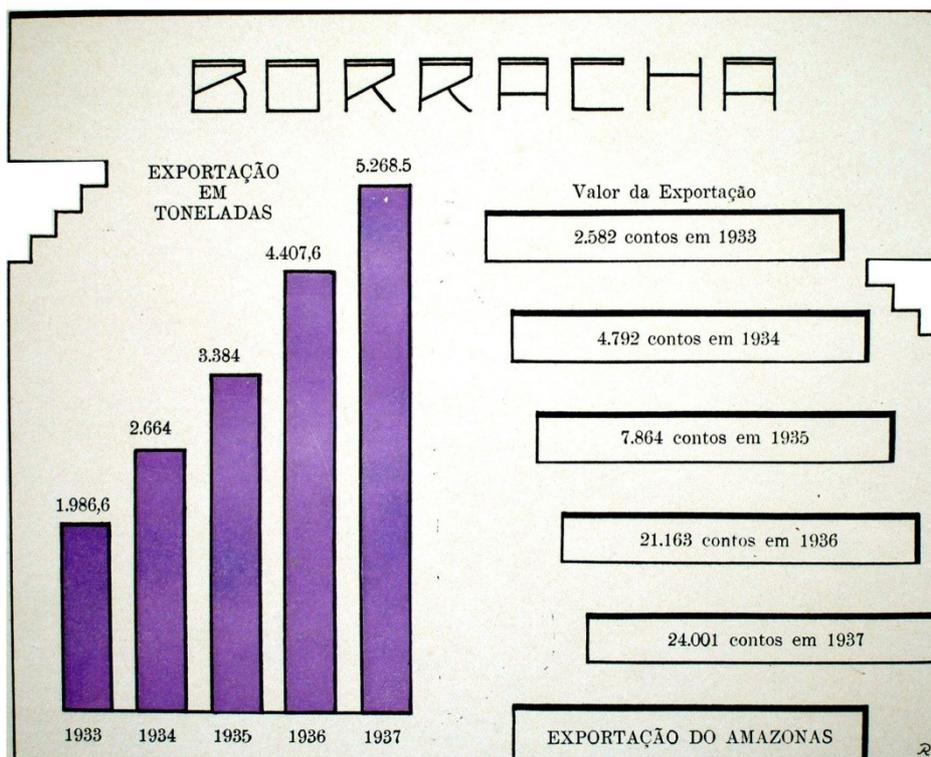


GRÁFICO 8: Exportação de Piaçaba – 1933-1937



Fonte: MANAUS, Álbum organizado na administração do prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938. (gráficos 7 e 8)

GRÁFICO 9: Exportação de Borracha – 1933-1937

Fonte: MANAUS, Álbum organizado na administração do prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938.

CAPÍTULO II - DESMISTIFICAÇÃO DA FÊNIX

2.1 Caracterização da cidade do ponto de vista urbanístico

Nas duas últimas décadas do século XIX, o Estado brasileiro vivenciou um acelerado ritmo de transformações em sua estrutura produtiva, política e sócio-cultural. Em maio de 1888, a escravidão foi oficialmente abolida. Em 1889, inaugurou-se um novo sistema de governo - a nação abandonou a monarquia e ingressou no *hall* dos países republicanos, alinhando-se, assim, ao restante da América e às nações europeias que já haviam feito essa transição desde as últimas décadas do século XVIII – e, os novos tempos trouxeram consigo outras necessidades associadas a novos valores sociais. Como afirma José Murilo de Carvalho no livro *Os Bestializados*:

(...) é preciso mencionar também a movimentação que se deu no mundo das idéias e das mentalidades. A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial. Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade de porre ideológico, e que poderíamos também chamar, sob a inspiração de Sérgio Porto, de maxixe do republicano doido. Nesse porre, ou nesse maxixe, misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, varias vertentes do pensamento europeu¹⁰⁰.

Devido a essa nova estrutura, fez-se necessária a adequação da roupagem jurídica-política do país, fato providenciado pela promulgação da Primeira

¹⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 24.

Constituição Republicana em 1891¹⁰¹. Essa constituição operou profundas mudanças na estrutura política do Estado brasileiro: a divisão territorial e administrativa em províncias, que concentrava a autoridade política do reino na figura do monarca, foi abolida, surgindo, em seu lugar, a divisão territorial da República em estados federados, com a autoridade política descentralizada. A partir de então, estava garantida, a cada estado da Federação, autonomia administrativa, o que de certa forma, colocava em xeque a capacidade das elites locais em se conduzirem na nova configuração política da República dos Estados Unidos do Brasil.

Pelo menos duas evidências apontam para certo desvelo das administrações locais quanto às expectativas com os novos tempos: a notória luta pela emancipação política em relação à Província, do Grão Pará, culminando com a elevação do Amazonas à Província, em 1850¹⁰², e a antecipação no processo de eliminação do trabalho escravo na região, que ocorreu em 1884¹⁰³. Fatores que apontam para certa sintonia dessas elites com os ideais da modernidade fortemente vinculados ao imaginário europeu.

O advento da República, com a garantia de autonomia administrativa, associada à euforia da situação econômica do Estado do Amazonas, que naquele momento já havia se tornado um grande exportador de borracha silvestre, produziu o ambiente ideal de criação e esforços para a realização de uma utopia: a transformação da cidade de Manaus - onde os hábitos ocidentais coexistiam com os hábitos das sociedades tradicionais¹⁰⁴ - em uma cidade em processo de ocidentalização acelerado. Um dos idealizadores dessa utopia foi o segundo governador do Amazonas no período republicano, Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892 – 1896), que pela avaliação feita por ele ao assumir o governo em 1892, tudo estava

¹⁰¹ PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. **Da organização do Estado**, dos poderes e histórico das Constituições. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 152-154. Ver também em SOUZA, Maira do Carmo Campello. O Processo Político-Partidário na Primeira República. Inº. **Brasil em Perspectiva**. MOTA, Carlos Guilherme (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 162-226. Ver também em WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência (1850-1920)**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. (estudos históricos). p.121-160.

¹⁰² LEI nº. 582, de 5 de Setembro de 1850: Inº.ARQUIVOS: **coletânea de documentos para a História do Amazonas**. Responsabilidade da Associação Comercial do Amazonas. Setembro de 1947. Ano I – Manaus – Amazonas – volume 2.

¹⁰³ BRAGA, Robério. **A escravatura negra no Amazonas**. Acervo revista do arquivo nacional. Separata do nº de ACERVO- Revista do Arquivo Nacional. Fundação Lourenço Braga. Manaus, 1991.

¹⁰⁴ DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988. p.2-30.

por se fazer, o caos estava estabelecido, a administração pública ainda não estava estruturada nos novos moldes republicanos. Como se pode concluir pelo texto abaixo:

A outra fase do governo de exm, Sr. Dr. Eduardo Ribeiro é exemplo vivo do seu grande tino administrativo.

Manáos renasce mais opulento de que nunca com as suas pontes, avenidas, theatro, palacios, novo reservatório d' água, bairros alinhados á moderna, ruas espaçosas, largas, praças, subúrbios etc. O palácio será como estylo e como arte, talvez o mais formoso do Brasil, o theatro rivalizará com certeza com o que de mais moderno possuimos. As pontes, que ligam entre si aprazíveis bairros, foram executadas seguindo á risca os mais sólidos modelos e os mais ricos da engenharia. O edificio Benjamin Constant é um primor da construção. Tudo resurge em fim sem grandes abalos e sem prejuizos do futuro.¹⁰⁵

Djalma Batista¹⁰⁶, no livro *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*, relembra a famosa frase atribuída a Eduardo Ribeiro, na qual afirmava que: “*encontrou uma aldeia e transformou numa cidade moderna*”. Isso refletia não só as questões arquitetônicas e urbanísticas que estavam sendo modificadas na cidade de Manaus, naquele período, mas também referia-se ao aspecto cultural, pois a cultura nativa, que era considerada bárbara, seria substituída pela cultura civilizada. Sobre essa questão, Edinéa Mascarenhas Dias¹⁰⁷ afirma que essa modernidade proposta não significa apenas substituir a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telhas, os igarapés pelas avenidas, significava transformar os hábitos e costumes da população local.

Seu sonho (ou o sonho de sua geração) ficou indelevelmente marcado nas gerações seguintes. E, nelas, teve prosseguimento, até mesmo quando o Estado enfrentava a sua mais dura crise econômica: a queda da exportação da borracha silvestre. Essa utopia materializou-se na continuidade do projeto de embelezamento da cidade por meio das intervenções do Estado nos espaços públicos, como o processo de arruamento, conservação e manutenção das praças e jardins e, no projeto de paisagismo fundado na proposta de substituição da arborização paisagística da cidade.

¹⁰⁵ **ALMANACH**: Administrativo, histórico, estatístico, commercial e litterario do Amazonas para 1896. Com o retrato e biographia do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, eleito governador do Amazonas em 21 de abril de 1892. Organizado por Augusto Celso de Menezes. Manaus – Impresso nas officinas do – Diario Official. p. 106-142.

¹⁰⁶ BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2. ed. Manaus: Valer/INPA/EDUA, 2007. p.169-192.

¹⁰⁷ DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988. p.4-5.

De acordo com Otoni Mesquita¹⁰⁸, o projeto de embelezamento da cidade, implementado por Eduardo Ribeiro, era mais que uma obra individual de um administrador público, era uma nova visão sobre a cidade, onde o lema do progresso era o fio condutor das ações da administração pública. Nossas pesquisas evidenciam que as idéias de progresso presentes no projeto de embelezamento da cidade, desenvolvido por Eduardo Ribeiro, no período de apogeu da riqueza produzida pela exportação da borracha silvestre, estavam presentes também no projeto de cidade desenvolvido pelos administradores públicos do período de 1910 a 1940, e que durante esse tempo, os poucos recursos disponíveis ao poder público foram utilizados, em sua maioria, para dar prosseguimento às obras que visavam a sua implementação

Impulsionado pelos novos ventos políticos que sopravam no país e pelo novo ideal de cidade dos países europeus, o sonho dos administradores do Amazonas direcionou as políticas públicas para a manutenção e ampliação da malha viária da cidade de Manaus e, também para a nova ordem do dia, sustentada pelo discurso do novo ideal de progresso que exigia das administrações públicas o embelezamento e a higiene da cidade. Para a adequação da antiga Manaus aos novos padrões de cidade, várias obras de pavimentação foram realizadas, como se denota no discurso do Superintendente da cidade de Manaus, Agnello Bittencourt¹⁰⁹, ao autorizar obras em 1910.

(...) o aterro da avenida 13 de maio. Cheia de extensos pantanos, por isso mesmo intransitável, era uma obra que se não podia deixar para mais tarde. (...)

A rua Marquez de Santa Cruz, no trecho compreendido pela avenida Eduardo Ribeiro e praça Tamandaré dificilmente era transitável, tal o mau estado do seu calçamento de asfalto completamente inutilizado. Tomei o alvitre de mandar substituí-lo por paralelepípedos de granito, no que empreguei a turma de calceteiros municipais, acrescida com alguns serventes. (...)

(...) iniciados os calçamentos do Boulevard Amazonas, no trecho por onde transitam os carros que se destinam ao cemitério rio de S. João, e o das avenidas centrais desta necrópole.

Um outro melhoramento operado, durante a minha administração foi o aterro da depressão que existia na praça do Comercio. Acordei com o representante da Empresa Manáos Railway & Light Co. LTD. Efetuar o transporte da terra precisa (mais de mil metro cúbicos), para nivelar a praça, sem que a Intendencia tenha a pagar um real por esse importante trabalho,

¹⁰⁸ MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. Tese de Doutorado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. p.9-25.

¹⁰⁹ **RELATÓRIO** apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de Maio de 1910 pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97, 1910.p. 10-13.

obrigando-se tão-somente a repor o calçamento que fez retirar do lugar aterrado.¹¹⁰

Entre os anos de 1910 e 1912, a crise econômica ainda não era sentida, pois as receitas do Estado continuavam equilibradas. Mas, mesmo assim, de acordo com as fontes pesquisadas,¹¹¹ os recursos financeiros recebidos pela Municipalidade de Manaus não eram suficientes para atender a todas as necessidades crescentes do Poder Público, no que se refere às questões urbanísticas e arquitetônicas da cidade. Com essa justificativa, o Superintendente Jorge de Moraes solicitou autorização do Conselho Municipal da Intendência de Manaus para negociar empréstimos fora do Brasil para equilibrar as dívidas internas e normalizar todos os serviços.

A partir de 1912, um dos pontos de apoio da utopia dos administradores do Amazonas começou a sinalizar negativamente: a queda abrupta das exportações da borracha silvestre iniciou uma fuga generalizada de capitais do Estado do Amazonas. A partir de então, por aproximadamente mais de trinta anos, o Estado e principalmente sua capital Manaus, experimentaram um profundo definhamento na arrecadação de impostos. Porém, a fuga de capitais e a perda do crédito internacional não desvaneceram o sonho da construção da cidade civilizada, determinado pelos padrões ocidentais.

Os serviços de calçamentos das principais ruas do centro da cidade continuaram sendo executados pela equipe de calceteiros da Municipalidade. O material utilizado para o calçamento das principais ruas do centro da cidade era paralelepípedo de granito importado da Europa, com uma técnica de preparação do terreno que consistia em colocar uma camada de pedra brita ou concreto no solo; depois colocar uma camada de 15 a 20 centímetros de areia; e sobre essa superfície eram colocados os paralelepípedos que eram unidos por uma forte camada de cimento¹¹². Esse preparo do terreno e a finalização encareciam ainda mais esse trabalho de calçamento. Pois, o material e a técnica utilizada para esses trabalhos demonstravam que a crise econômica ainda não era sentida com tanta intensidade.

¹¹⁰ **RELATÓRIO** apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de Maio de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97, 1910. p. 10-13.

¹¹¹ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dr. Jorge de Moraes em sessão extraordinária em 21 de novembro de 1911. Manáos, 1912. p. 12-14.

¹¹² **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dr. Jorge de Moraes em sessão extraordinária em 21 de novembro de 1911. Manáos, 1912. p. 13.

No ano de 1913, apesar de já se fazerem sentir os primeiros sintomas da crise econômica da comercialização da borracha, de acordo com as informações do Poder Público Municipal,¹¹³ foi possível recalçar completamente algumas ruas, tais como: a Avenida Joaquim Nabuco, a rua Municipal, a rua Joaquim Sarmiento, a rua Saldanha Marinho, a rua Costa Azevedo, as ruas 10 de Julho, Luiz Antony, Ramalho Junior, dos Andradas, Henrique Martins e realizar o recalçamento parcial de algumas outras. Inclusive, nesse período, foi feita a ampliação da rua Lobo d'Almada, com a desapropriação de uma residência, para facilitar o tráfego. Houve também reparos nas praças e em vários edifícios públicos.

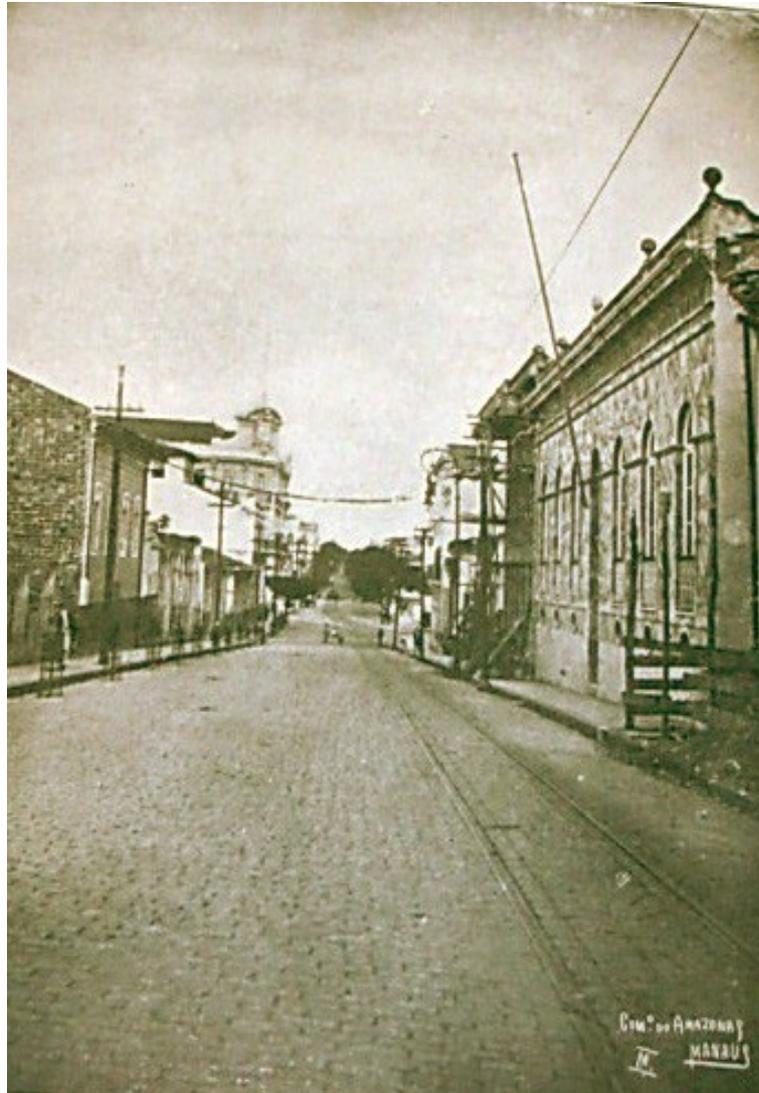
FOTO 1: Recalçamento da Avenida Joaquim Nabuco, entre as ruas dos Andradas e José Paranaguá.



FONTE: MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manaus, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 05 de setembro de 1913. Manaus, Secção de Obras do Comercio do Amazonas. 12, Rua Joaquim Sarmiento, 1913. p. 43

¹¹³ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manaus, pelo superintendente do Município Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 5 de setembro de 1913. Manaus. Secção de Obras do Comercio do Amazonas. 12, rua Joaquim Sarmiento, 1913.p. 21.

FOTO 2: Rua Municipal, após o recalçamento de 1913. Essa é atual rua Sete de Setembro



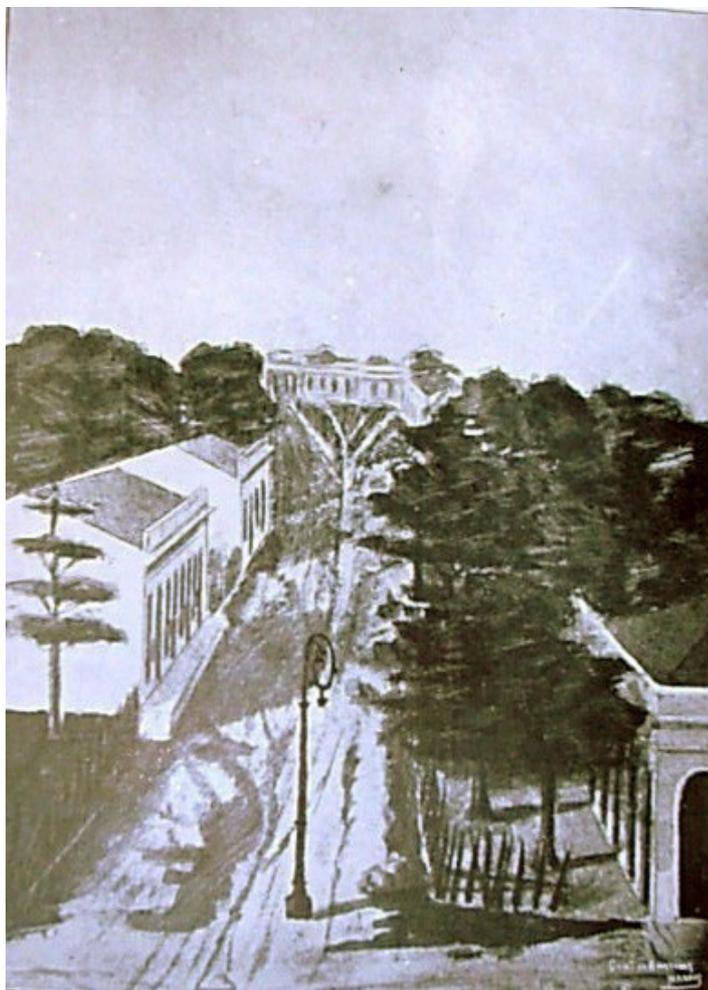
FONTE: MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 05 de setembro de 1913. Manáos, Secção de Obras do Commercio do Amazonas. 12, Rua Joaquim Sarmiento, 1913. p. 44 -49

É interessante destacar, aqui, que as modificações feitas nas ruas representavam a imagem que se buscava construir para a cidade de Manaus naquele período. O Superintendente de Manaus, em Mensagem apresentada ao Conselho Municipal da cidade, em fevereiro de 1913, evidenciou claramente essa imagem quando afirmou que transformou antigas vielas, que representavam uma vergonha para o progresso e civilidade da cidade, em belas ruas, e apresentou

como exemplo desse tipo de melhoramento as transformações na rua Lobo d'Almada, com se pode depreender pelo texto e pelas fotos abaixo.

A antiga viella, pois que representava uma vergonha para nosso progresso e civilização, tal o estado em que se achava, hoje se encontra transformada em um das mais bellas ruas de Manáos,
O calçamento foi executado em quase toda a sua extensão sendo preciso levantar soleiras em varias habitações, reparar bandeiras, refazer passeios assim como construir o meio fio da referida via pública¹¹⁴.

FOTO 3: Rua Lobo d' Almada antes da remodelação feita no período da administração de Jorge de Moraes.



FONTE: MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos pelo Superintendente do Município Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 05 de setembro de 1913. Manáos, Secção de Obras do Commercio do Amazonas. 12, Rua Joaquim Sarmiento, 1913. p. 53.

¹¹⁴ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, por ocasião da abertura da sessão extraordinária de 26 de maio de 1913. Manáos, Secção de Obras do Commercio do Amazonas. 12, Rua Joaquim Sarmiento, 1913. p. 9-10.

FOTO 4: Rua Lobo d' Almada, no processo de remodelação feita no período da administração de Jorge de Moraes.



FOTO 5: Rua Lobo d' Almada, depois da remodelação feita no período da administração de Jorge de Moraes.



FONTE: MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 05 de setembro de 1913. Manáos, Secção de Obras do Commercio do Amazonas. 12, Rua Joaquim Sarmiento, 1913. p. 55-57. (fotos 4 e 5)

Em 1914, a crise da comercialização da borracha se evidenciou de tal maneira que o governador do Estado afirmara que a Secretaria de Obras, devido à falta de crédito no orçamento e, acima de tudo, dos numerários no tesouro, ficou impossibilitada de empreender serviços de qualquer ordem além dos trabalhos de manutenção.

No início da presente administração já o serviço inerente à antiga Repartição de Terras era feito em uma Secção Técnica Especial da Secretaria d'Estado, criada pelo meu antecessor; a Repartição de Obras Públicas funcionava independentemente. A falta de crédito no orçamento e sobretudo a de numerários no Tesouro tornaram impossível ao Estado empreender serviços de qualquer ordem, neste departamento administrativo, de forma que essa Repartição ficou sem utilidade imediata.¹¹⁵

Faz-se necessário destacar que essas afirmações expressavam interesses que se estendiam para além da crise econômica. Elas representavam uma justificativa para realizar um realimento no funcionalismo, o que era muito comum nesse período. Ao assumirem a administração estatal, os governantes modificavam determinadas secretarias para justificarem a exoneração do pessoal ligado à administração anterior. Provavelmente, foi o que aconteceu com a antiga Diretoria de Obras Públicas e a Secção de Terras anexas à Secretaria de Estado, que foi substituída pela Secção de Terras, Obras Públicas e Agricultura, anexa também à Secretaria de Estado pelo Decreto nº 1.053, de 29 de janeiro de 1914. A novidade foi a questão da agricultura ligada à Secretaria de Obras e de Terras, pois no período de intensificação da crise econômica, a agricultura, nas proximidades da cidade de Manaus, ganhou força.

Em 1914, as obras de manutenção e ampliação da malha viária continuam, inclusive, com parcerias entre a iniciativa privada e estatal, realizadas pela Secção de Obras da Intendência Municipal, com a turma de calceteiros¹¹⁶ e as obras realizadas por empresas por meio de concorrência pública.

Das obras realizadas pela Secção de Obras Municipal, destacam-se o calçamento da Avenida Floriano Peixoto no trecho compreendido entre a Praça Tamandaré e a rua Dr. Moreira, construção da rampa da Feira da Cachoeirinha e

¹¹⁵ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa por ocasião da Abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1914 pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, acompanhada dos Relatórios dos Chefes de Repartições. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1914. p. 34.

¹¹⁶ Equivale aos pedreiros que trabalham fazendo reparos nas ruas da cidade, funcionários da Secretaria de Obras – SEMOSB.

execução de diversos serviços no calçamento da Praça S. Sebastião como se pode observar pelas informações apresentadas no Relatório do Engenheiro chefe da 3ª Secção¹¹⁷

Pela turma de calceteiros, que é apenas de 18 homens, foram feitos diversos serviços salientando-se dentre elles o calçamento de uma parte da avenida Floriano Peixoto abrangendo 1.506,90 metros quadrados, trecho compreendido entre a Praça Tamandaré e a rua Dr. Moreira, o qual exigio um serviço completo de águas pluviais, no qual foram empregados 338 tubos, 6 syphos de grés de 8" e construídas 6 bocas de lobo.

Na praça de S. Sebastião foram também executados diversos trabalhos nos seus calçamentos que denotam a boa vontade, em bem servir o município, do pessoal encarregado deste serviço.¹¹⁸

Um exemplo de obra realizada por empresas privadas, por meio de licitação pública, foi o descalçamento e calçamento da Estrada Epaminondas e limpeza do terreno desde a Praça Urugayana até a Avenida Constantino Nery, como se pode inferir do fragmento de texto abaixo.

Calçamento da Estrada Epaminondas: Como é de vosso conhecimento, esta Superintendência recebeu dos Srs. Gustavo Acampora e Giuseppe Grazioli proposta para o descalçamento e recalçamento da Estrada Epaminondas, com a derrubada de arvores inconvenientes, desde a Praça Urugayana até a avenida Constantino Nery.¹¹⁹

Outra parceria interessante da Superintendência de Manaus foi realizada com os engenheiros Crespo de Castro e Maximino Corrêa, na qual a Superintendência forneceu o material e os referidos engenheiros a mão de obra para realizar o calçamento da Rua 10 de julho. Um exemplo de persistência da utopia e de adaptação à nova realidade econômica do Estado.

Deve também dar-vos conta do calçamento da rua Dez de Julho numa superfície de, metros quadrados, 1.140,00.

Tendo os distintos engenheiros Crespo de Castro e Maximino Corrêa participado a esta Superintendência que fariam, por conta própria, o referido calçamento se por mim lhes fosse fornecido pedra e areia, accedi gostosamente à patriótica solicitação. Assim foram entre aos Drs. Crespo de Castro e Maximino Corrêa, metros cúbicos, 54 de pedras e 10 de areia.¹²⁰

¹¹⁷ O engenheiro chefe da 3ª Secção chama-se Adalberto Pedreira.

¹¹⁸ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dorval Pires Porto. Sessão ordinária de 5 de setembro de 1914. Typ. Da Livraria Renaud. Rua Municipal n 93 – Manáos, 1915. p. 61-72

¹¹⁹ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dorval Pires Porto. Sessão ordinária de 5 de setembro de 1914. Typ. Da Livraria Renaud. Rua Municipal n 93 – Manáos, 1915. p. 10-11.

¹²⁰ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dorval Pires Porto. Sessão ordinária de 5 de setembro de 1914. Typ. Da Livraria Renaud. Rua Municipal n 93 – Manáos, 1915. p.11.

Essa terceira forma de ação do poder público para execução de obras parece indicar muito mais do que ajustar a realidade ao ideal, aponta a existência de uma necessidade imprescindível para a funcionalidade da cidade, que já se encontrava seriamente prejudicada pela ausência de numerários suficientes para realização de serviços de manutenção dos espaços públicos. Assim sendo, os indivíduos diretamente ligados a essas necessidades realizavam parcerias com a Superintendência para solucionar os problemas mais emergenciais. Dentre eles, a liberação do tráfego das vias públicas da cidade. Esse foi, seguramente, um dos caminhos alternativos para a continuidade da dinâmica da cidade.

No ano seguinte, a manutenção da estrutura física da cidade continuou por meio do calçamento das vias públicas como a rua José Paranaguá, Avenida Dr. Moreira, o Beco do Comércio e a Estrada Epaminondas. Além da conservação dos prédios públicos como o Ginásio Amazonense, que teve sua canalização de água pronta. Foram realizadas obras de melhorias nos jardins das praças da cidade, isso demonstra que, mesmo no período de pouca arrecadação, a Intendência continuou realizando os serviços essenciais ao funcionamento interno da cidade, indicando que, para além do seu principal produto de exportação, existiam outros que continuaram sendo comercializados, mantendo, assim, a dinâmica interna da cidade. Isso pode ser percebido por meio da tabela 1, elaborada por Roberto Santos, no livro *História Econômica do Amazonas: 1800-1920*, ao demonstrar a distribuição de renda interna por setor econômico, no período de 1890-1920.

A tabela a seguir mostra, com nitidez, que além da exportação de borracha, existiam outras atividades produtivas no Estado do Amazonas e que, no período de crise, houve um significativo aumento da produção agrícola regional. Outro setor que continuou crescendo foi o da construção civil, que de 0,4% saltou para 0,9% no período entre 1890-1910, e de 1910 a 1920 cresceu de 0,8% para 1,2%,

TABELA 1: Amazônia - Distribuição da renda Interna por setores econômicos: 1890-1920

SETOR	ANO							
	1890		1900		1910		1920	
Setores	Contos de réis	%	C. de réis	%	C. de réis	%	C. de réis	%
Econômicos								
Primário	53.953	50,8	181.040	48,8	218.287	44,9	123.507	35,8
Agricultura	8.114	7,7	20.833	5,6	9.593	2,0	31.251	9,1
Ext. vegetal	37.914	35,7	141.484	38,1	197.811	40,7	57.182	16,6
Prod. animal etc.	7.896	7,4	18.723	5,1	10.883	2,2	35.074	10,1
Secundário	548	0,5	6.222	1,7	19.605	4,0	24.632	7,1
Ext. mineral							59	0,0
Ind. transform.	145	0,1	3.054	0,8	15.684	3,2	20.579	5,9
Constr. civil	401	0,4	3.168	0,9	3.921	0,8	3.994	1,2
Terciário	51.721	48,7	183.877	49,5	247.941	51,1	197.450	57,1
Comércio merc.	36.003	33,9	102.216	27,5	149.606	30,8	134.595	39,0
Governo	7.793	7,3	51.220	13,8	53.270	11,0	28.870	8,3
Outros serv.	7.925	7,5	30.441	8,2	45.065	9,3	33.985	9,8
Total	106.222	100,0	371.139	100,0	485.833	100,0	345.589	100,0

Fonte: SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz. 1980, p. 178.

Esses dados demonstram, também, que mesmo sem grandes obras, a vida na cidade de Manaus, no período de 1910 a 1920, continuava, e sua dinâmica foi redimensionada: da grandiosidade da “Paris dos trópicos” para a Manaus possível. Isso implicava dar continuidade ao sonho em suaves prestações, pois, este deveria ser o período das pequenas obras. Vale lembrar que as obras realizadas nesse período, apesar de estarem diretamente influenciadas pelo pensamento europeu de cidade, foram forçosamente voltadas para o interesse da população local, dado que a degradação de suas condições internas de existência não permitia ampliação dos interesses do capital internacional, como menciona a historiadora Edinéa Mascarenhas Dias¹²¹, no livro *A Ilusão do Fausto*.

¹²¹ DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988.

2.2 Os empréstimos externos e o crescimento da cidade.

Em 1918, os problemas econômicos se apresentaram de forma mais evidente, inclusive, os administradores públicos afirmavam que o Executivo Municipal encontrava-se impossibilitado de realizar serviços regulares de manutenção da administração pública, devido ao agravamento da crise econômica que se refletia no erário Estadual e Municipal. As arrecadações se tornavam cada vez mais baixas e, somavam-se a essa situação as obrigações de pagamentos de altos juros e multas cobradas pelo London and Brazilian Bank, Limited, referentes ao empréstimo realizado em 1906, no valor de 350.000 libras esterlinas, alvo de críticas dos administradores da época¹²². Nos relatórios de intendência e nas mensagens dos governos municipais e estadual, vários administradores reclamavam daquele empréstimo, afirmando que, devido a ele, as despesas da Municipalidade e do Estado aumentavam consideravelmente, provocando desequilíbrio nas finanças Municipal e Estadual. Considerando que a Municipalidade, antes do empréstimo de 1906, devia cerca de seis contos de réis e, a partir dele, passou a dever apenas para o London and Brazilian Bank, Limited, 350:000 mil libras esterlinas - o que convertido em réis significava, na época, 5.000:000\$000 - isso, de fato, onerou significativamente a Municipalidade. Não é de se admirar que o Superintendente Agnello Bittencourt, desde 1910, afirmasse que ser Superintendente de Manaus nesse período era extremamente difícil, devido à arrecadação Municipal não ser suficiente para atender à necessidade de altos gastos da municipalidade. Essa afirmação é evidenciada no relatório apresentado pelo Superintendente ao Conselho Municipal de Manaus, na sessão de 15 de março de 1910.

Os melhoramentos que se fizeram n'um só instante e por preços que a sensatez deveria repelir, vieram comprometer os orçamentos de uma serie de administrações, que terão de suportar as justas exigências de algumas centenas de credores passando pelo suplicio de não lhes poder pagar.

Os compromissos da Municipalidade vem aumentando de ano para ano, em razão não só de despesas necessárias como da falta de escrupulo no emprego dos dinheiros arrecadados. Muitos e muitos pagamentos imprevistos no orçamento eram realizadas, causando no fim de cada período financeiro um completo desequilíbrio, que aumentou o debito

¹²² **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Sessão ordinária de 14 de julho de 1918. Typographia do Ca' e La', Rua Joaquim Sarmiento, 12, 1918. p. IV.

municipal, não obstante a rendas vieram sempre crescendo. E este fato se tem acentuando de 1906 a meados de 1909.¹²³

As reclamações acerca desse tema continuaram durante toda a década de 1910. Em 1914, por exemplo, os empréstimos externos passaram a ser vistos como desastrosos, fundamentados nas cláusulas desfavoráveis à Superintendência e desnecessário para o momento em que foi realizado e, ainda mais, comprometedor para o desempenho das administrações posteriores. É o que se constata ao se averiguar as informações presentes no decreto nº 18, de 1915, que autorizou o aumento de verbas para o pagamento da referida dívida.

DECRETO N.º 18, de 24 de Agosto de 1915.

Argumenta a verba consignada para o pagamento do empréstimo externo, celebrado em 1906.

O Engenheiro Dorval Pires Porto, Superintendente Municipal de Manáos, por eleição, etc.

Considerando que a Lei n.º 803, de 5 de Outubro de 1914, em § 31 do art. 2.º consigna a verba de 400:000\$000 para amortização e juros do empréstimo externo, contrahindo em virtude da lei n.º 434, de 30 de Março de 1906;

Considerando o pagamento da primeira prestação annual desse serviço a 26 de Fevereiro do anno corrente atingiu a 242:256\$000 e que a satisfação da segunda, vencível a 31 de Agosto fluente, a monta a 253:662\$330, o que tudo dá 495:918\$330;

Considerando que n.º 2 do art. 14, da mencionada Lei n.º 803, de 5 de Outubro de 1914, autorisa o augmento de credito, occorrendo, como no caso vertente, diferença de cambio em se tratando de pagamento de divida externa;

DECRETA;

Art. 1.º _ Fica augmentada de 95:918\$330 a verba de 400:000\$000 que o § 31 do art. 2º da lei n.º 803, de 5 de Outubro de 1914, consigna para serviço de amortização e juros do empréstimo da Municipalidade, realizado conforme a lei n.º 434 de 30de Março de 1906.

Art. 2.º _ Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento deste pertencer, que o cumpram e façam cumpril-o fielmente.

Superintendencia Municipal de Manáos, 24 de Agosto de 1915¹²⁴.

Cesar do Rego Monteiro, em 10 de julho de 1920, no balanço da sua administração, foi enfático ao afirmar que os problemas econômicos levaram a administração pública ao caos, pois havia dívidas externas e internas, e a arrecadação não era suficiente para honrar tais compromissos. Ao assumir o

¹²³ **RELATÓRIO** apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de Maio de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97, 1910. p. 16-20.

¹²⁴ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintende Porto Dorval Pires. Sessão Ordinária de 11 de Fevereiro de 1916. Typ. Da livraria RENAUD. Rua Municipal, 93 Manáos, p. 17.

governo, Rego Monteiro contava com apenas 400\$000 de réis em caixa¹²⁵. Com a justificativa de reduzir os gastos do Estado, o novo governo efetuou demissões no funcionalismo público em diversos setores importantes como a saúde, a educação, a agricultura e a indústria. Tal enxugamento da máquina administrativa visava amenizar os efeitos da complicada situação econômica do Estado, ajustando-a a sua nova capacidade de arrecadação. No entanto, vale ressaltar que essa troca de pessoal, como mencionado anteriormente, era comum sempre que uma nova administração assumia o governo do Estado.

À análise feita por Rego Monteiro, acerca da situação complicada da economia do Estado do Amazonas, foram acrescentados elementos pouco comentados na historiografia sobre aquele período. Ele afirmou, por exemplo, que a crise da exportação da Borracha silvestre no mercado internacional era apenas um dos elementos que comprometeram a estabilidade econômica do Estado do Amazonas, acrescenta a esse elemento os grandes empréstimos externos feitos pelas administrações anteriores, que comprometeram significativamente o andamento das administrações posteriores. Em sua interpretação, os referidos empréstimos prejudicaram o erário público bem mais que a diminuição das exportações da borracha silvestre, como se pode depreender do texto abaixo

Na etiologia da depressão econômica e financeira, que actualmente nos estrangula, não deve figurar somente a depreciação do producto que constituía a quase único elemento captado para as nossas fontes de receitas.

Não há duvida de que ella foi uma das causas, mas não póde ser considerada a única e nem mesmo a principal.

Entretanto todas avultam os lesivos empréstimos externos, contrahidos sem o menor intuito de provocarem surtos econômicos.

Nada mais impressionante, como attestado da degradação moral de um trecho da nossa história, do que a gênese e realização desses empréstimos externos.¹²⁶

Para justificar suas observações, Rego Monteiro fez questão de citar três exemplos, considerados por ele, oportunamente esclarecedores: um deles foi o

¹²⁵ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da décima legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, em 10 de julho de 1921. p. 24-26.

¹²⁶ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da décima legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, em 10 de julho de 1921. p. 78-79.

empréstimo realizado nos Estados Unidos, na cidade de New-York, por intermédio da Societé Marseillaise, no valor de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis)¹²⁷. Esse empréstimo foi adquirido em 1906, ano em que a arrecadação Estadual excedeu em dez mil contos de réis suas previsões orçamentárias, então o problema não era falta de dinheiro em caixa, era o excesso que abria a possibilidade para o pagamento desses grandes empréstimos.

Ainda naquele mesmo ano, mais dois empréstimos no valor de 2.000 contos foram realizados, ambos de instituições financeiras francesas: o primeiro, na cidade de Paris, por intermédio da Societé Marseillaise e o outro, com a Dusendschon. Para Rego Monteiro, nesses dois empréstimos, os contratos foram tão mal elaborados que o Estado do Amazonas só teve prejuízos, pois, quase nada entrou para o erário Estadual. Pelo o que nos é dado a saber da argumentação da Comissão da Fazenda Pública da época:

Para a realização do empréstimo de 2.000 contos da casa Dusendschon, pagou o Estado comissão na importância de Rs; 190:000\$000 e, para o seu pagamento, sacou contra *Marseillaise* o equivalente em francos.

Como a *Société Marseillaise* se recusasse a pagar esse saque, a casa Dusendschon exigiu do Governo do Estado a regularização do serviço ficando combinado que o empréstimo passaria a vencer juros de 12% ao ano e seria amortizável na razão de 50% dos impostos de exportação que aquela casa tivesse de pagar ao Estado.

Interessante, porém, é que tendo sido o empréstimo feito em moeda brasileira e em Manáos, a casa Dusendschon conseguiu que fosse satisfeito em moeda francesa, isto porque a diferença cambial lhe era favorável e tão favorável que, tendo o Estado pago, entretanto, de impostos, a importância de 981:848\$948, apenas havia amortizado 289:423\$569 do referido empréstimo.

Assim, enquanto o Estado pagara mais de novecentos contos, no prazo menor de um ano, para serviço de um empréstimo, cujos juros seriam, em um mesmo ano, de 240 contos, ao em vez de restar 740 contos, para a amortização, apenas sobraram cerca de 300 contos, pois que o excedente fora absorvido em diferenças cambiais, sobre uma transação em moeda brasileira!

O Estado, portanto, pagou dois juros pelo empréstimo Dusendschon: um incluído na comissão de 190 contos, isto é, quase 10% do valor da transação, e o outro de 1% ao mês, ate real bolso da quantia devida.¹²⁸

Eis, de uma forma mais ampla, evidenciada pelo balanço que o governador Rego Monteiro produziu os horizontes das possíveis explicações da origem da crise econômica que se abateu sobre o Estado do Amazonas.

¹²⁷ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da décima legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, em 10 de julho de 1921. p. 79-80.

¹²⁸ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da décima legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, em 10 de julho de 1921. p. 80-81.

Essa discussão continuou presente na década de 1930, tanto é que em 1934, o Interventor federal, Nelson de Melo, continuara afirmando que os administradores públicos devem aprender com os erros do passado, para traçar novas diretrizes para o desenvolvimento da região, lembrando que os empréstimos externos realizados pelas administrações anteriores comprometeram significativamente as futuras administrações. Como se pode observar pelo relato feito por ele ao Presidente da República, Getúlio Vargas, sobre os 15 meses nos quais esteve à frente da administração do Estado do Amazonas.

Esses empréstimos externos, que se deviam destinar a aliviar o erário das grandes obrigações que lhe pesavam, constituíram, pelo contrário, um máo exemplo, que se concretizou na emissão de apólices (dívida interna consolidada), - a princípio, para inversão de créditos do tesouro e, posteriormente, se vulgarizou para cobrir encampações e até indenizações criadas pelo nepotismo então imperante.

Tais obrigações, que até 31 de dezembro de 1933, sobem a vultosa soma de Rs. 138.427.6000\$020 por não estar ainda encerrado o exercício de 1934 (...) ¹²⁹.

TABELA 2: Arrecadação da Intendência Municipal de Manaus – 1910-1937

Mês e Ano	Arrecadação
01-12/1910	2.408:178\$266
01-12/1920	1.111:752\$752
01-01/1921	1.035:269\$062
01-12/1922	1.335:652\$843
01-12/1923	1.167:310\$434
01-12/1934	3.543:943\$053
01-12/1937	4.721:856\$400

FONTE: Elaborada pela mestrandia por meio das informações contidas no **RELATÓRIO** apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de fevereiro de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97, 1910. p. 20 e **MENSAGEM** lida perante o Conselho Municipal, pelo Superintendente Sr. Dr. Edgard de Rezende do Rego Monteiro, por ocasião da abertura da sessão ordinária daquelle corpo legislativo, em 1º de abril de 1924. Manáos, p. 23.

A arrecadação da Intendência de Manaus, de 1910 a 1937, teve seus momentos de altos e baixos. Entre os anos de 1910 e 1920, a arrecadação

¹²⁹ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Melo. Outubro de 1933 a Dezembro de 1934. 1935 – Imprensa Pública. Manáos – Amazonas. p. 2-3.

municipal foi reduzida em mais de 50%. A partir dos anos vinte, a arrecadação ficava oscilando, como ocorreu nos anos de 1922 e 1923, quando a arrecadação de 1923 foi menor que a do ano anterior. Na década de 1930, a arrecadação foi se recuperando. Já no final dos anos trinta, até a metade dos anos quarenta, a economia municipal teve um relativo aumento. Como se pode depreender pela tabela acima.

Os empréstimos foram tão comprometedores ao erário estadual que, em 1934, o vulto da dívida externa era de Rs. 636:200\$020, equivalente a 177.272.400,04 francos. No entanto, isso não era tudo, o fim desse contrato estava previsto para 1957, isso significa que pelos vinte e quatro anos seguintes o orçamento do estado estava comprometido com o pagamento de empréstimos externos. Calculando-se os juros referentes ao período restante, o montante da dívida ficaria aproximadamente em 2.507:390\$625 anuais¹³⁰, por isso, o interventor solicitava do governo central providências emergenciais para evitar um colapso ainda maior na região, no decorrer dos próximos anos.

É interessante registrar que, mesmo com o passar dos anos, os administradores públicos amazonenses continuavam exigindo do governo central soluções para os problemas locais, no entanto, eles mesmos não traçavam novas perspectivas para solucionar os seus problemas, pelo menos até o final do governo de Álvaro Maia.¹³¹

Essa retrospectiva da situação econômica do Estado do Amazonas e do município de Manaus faz-se necessária em decorrência da análise à qual nos remete Roger Chartier¹³², de que a representação da cidade é construída a partir das práticas sociais onde elas estão inseridas. Ora, a cidade que estamos analisando vivia um momento de grande redução de suas arrecadações, tanto estaduais como municipais, por isso, as obras nela realizadas tinham que se adequar ao sonho de uma cidade moderna no estilo europeu, a partir das condições objetivas de capacidade de realização dessa sociedade.

¹³⁰ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a Dezembro de 1934. 1935 – Imprensa Pública. Manaus – Amazonas.p. 1-5.

¹³¹ ROLIM, Amarildo Rodrigues. **Do Sonho à Realidade**: os ideais trabalhistas de desenvolvimento Econômico para o Amazonas nas décadas de 1950-1960 do século XX. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2006.

¹³² CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. De Patrícia Chittoni Ramos. Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-79.

Além desse aspecto, de significativa importância para o nosso trabalho, abre-se outra perspectiva de a análise desse período, considerando-se que por esse caminho, a historiografia regional passa a visualizar as condições reais da construção da cidade, desmistificando-se que a crise econômica vivenciada pelo Estado era apenas fruto da concorrência da borracha produzida na Ásia, pela falta de políticas voltadas para o plantio ordenado do produto e de uma política direcionada para beneficiar os produtos extraídos da região.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a crise econômica vivenciada pelo Estado nas décadas de 1910, 1920, 1930 e 1940 foi fruto de toda uma política econômica equivocada, que tinha por objetivo a construção da cidade de Manaus aos moldes das principais cidades européias, sendo que tal construção fora financiada por vultosos empréstimos que sobrecarregaram os erários por várias décadas como o que aconteceu com a cidade de Paris, em seu processo de modernização, na década de 50 do século XIX. As dívidas deixadas pela administração de Haussmann¹³³ se arrastaram por toda a segunda metade do século XIX, dificultando o trabalho das administrações seguintes, o que também aconteceu com a cidade de Manaus, que acabou por comprometer toda a economia do Estado do Amazonas. Os empréstimos vultosos, justificados pelo ideal de modernização da cidade foram tão mal feitos que comprometeram significativamente o orçamento da cidade por aproximadamente meio século, pois, tais empréstimos só foram pagos no final de 1957.

¹³³ BENEVOLO, Leonardo. **A cidade na História da Europa**. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Coleção dirigida por LE GOFF, Jacques. Lisboa. Editora Presença, 1995. p. 175-207.

2.3 O sonho continua mesmo no período de recessão econômica

São notórios, nos documentos oficiais da época, a preocupação e os esforços dos administradores do Estado do Amazonas, em relação à manutenção, ao embelezamento e à funcionalidade da cidade nos seus diversos aspectos, como a terraplanagem, nivelamento, calçamento e recalçamento de ruas e avenidas; obras para a acessibilidade das populações das regiões periféricas ao centro da cidade como o alongamento de estradas, a manutenção dos logradouros públicos. Além disso, já haviam sido formulados conceitos acerca da construção do espaço urbano que indicavam justamente essas medidas tomadas por Eduardo Ribeiro.

No final do século XIX e início do XX, a sociedade europeia estava passando por profundas transformações no que diz respeito à concepção do espaço urbano. Via-de-regra, as administrações das cidades europeias do início da revolução industrial, que não tinham nenhuma preocupação com a higiene e bem estar de seus moradores, passaram a sofrer críticas substanciais que impulsionaram mudanças significativas na vida urbana.

Nos países europeus, naquele período, discutiam-se os riscos da continuidade das cidades edificadas a partir das necessidades do desenvolvimento industrial. De acordo com Benevolo¹³⁴, o modelo clássico da cidade gerada pelo liberalismo econômico precisava se readaptar às novas exigências provocadas pelos movimentos ideológicos ocorridos entre 1830-1848¹³⁵, que colocaram em choque os modelos de interpretação de mundo, o socialismo e o capitalismo liberal. Esse choque produziu uma facção de direita de orientação liberal ponderada, que condenava os exageros do capitalismo selvagem e, alertava para o risco de abalos profundos nas estruturas do sistema capitalista, inclusive com a possibilidade de tomada do poder pelos operários. Esta nova interpretação da correlação de forças entre a burguesia e o proletariado forçava as elites a reformularem sua forma de pensar a cidade.

¹³⁴ BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Trad. Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 551-615.

¹³⁵ HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1798-1848**. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 326

O modelo de cidade, fruto desses movimentos, foi a Paris idealizada por Haussmann, esse novo modelo tinha como objetivo a possibilidade da mudança na qualidade de vida das pessoas. Isso exigiu medidas sanitárias por meio da disponibilização de redes de esgotos, redes de distribuição de água, espaços abertos para circulação de ar puro. Enfim, medidas que possibilitassem um ambiente higiênico aos seus habitantes¹³⁶. Essa nova concepção de cidade, da mesma maneira que os conflitos ideológicos que a forjaram, se espalhou pelo mundo, tornando-se, por excelência, o significado da palavra civilização. Era essa a conjuntura política e cultural européia quando a exportação da borracha silvestre estava transformando o Estado do Amazonas em uma grande força econômica. Tal conjuntura, associada à nova configuração política do Brasil, se tornou, assim, a utopia que deveria ser realizada na cidade de Manaus para o coroamento do apogeu dos administradores públicos do Amazonas.

As grandes construções que, segundo Eduardo Ribeiro, haviam transformado uma aldeia em uma cidade moderna, datam do período do apogeu da economia gomífera. A intensificação da crise econômica provocou o aumento do déficit orçamentário do Estado e da municipalidade, dificultando os investimentos em grandes obras públicas para a continuidade da adequação da cidade de Manaus ao modelo considerado civilizado. Porém, mesmo no período de escassos recursos, as obras de manutenção e ampliação da cidade continuaram seguindo o modelo traçado no período de apogeu.

É interessante notar que os administradores públicos, na apresentação do relatório anual ao Conselho Municipal¹³⁷, fizeram questão de destacar a impossibilidade de se ter um projeto amplo de embelezamento da cidade, mas, indicaram um projeto mínimo de manutenção das condições de sobrevivência na cidade, como se pode verificar pela argumentação do Superintendente de Manaus Antonio Ayres de Almeida Freitas, na Sessão Ordinária de 14 de julho de 1918¹³⁸

Não desconheço quanto se fazia mister para que todas as nossas vias públicas e logradouros melhorassem de aspecto e de condições, aumentando, ao mesmo tempo, a beleza e a salubridade da *urbs*, e dando

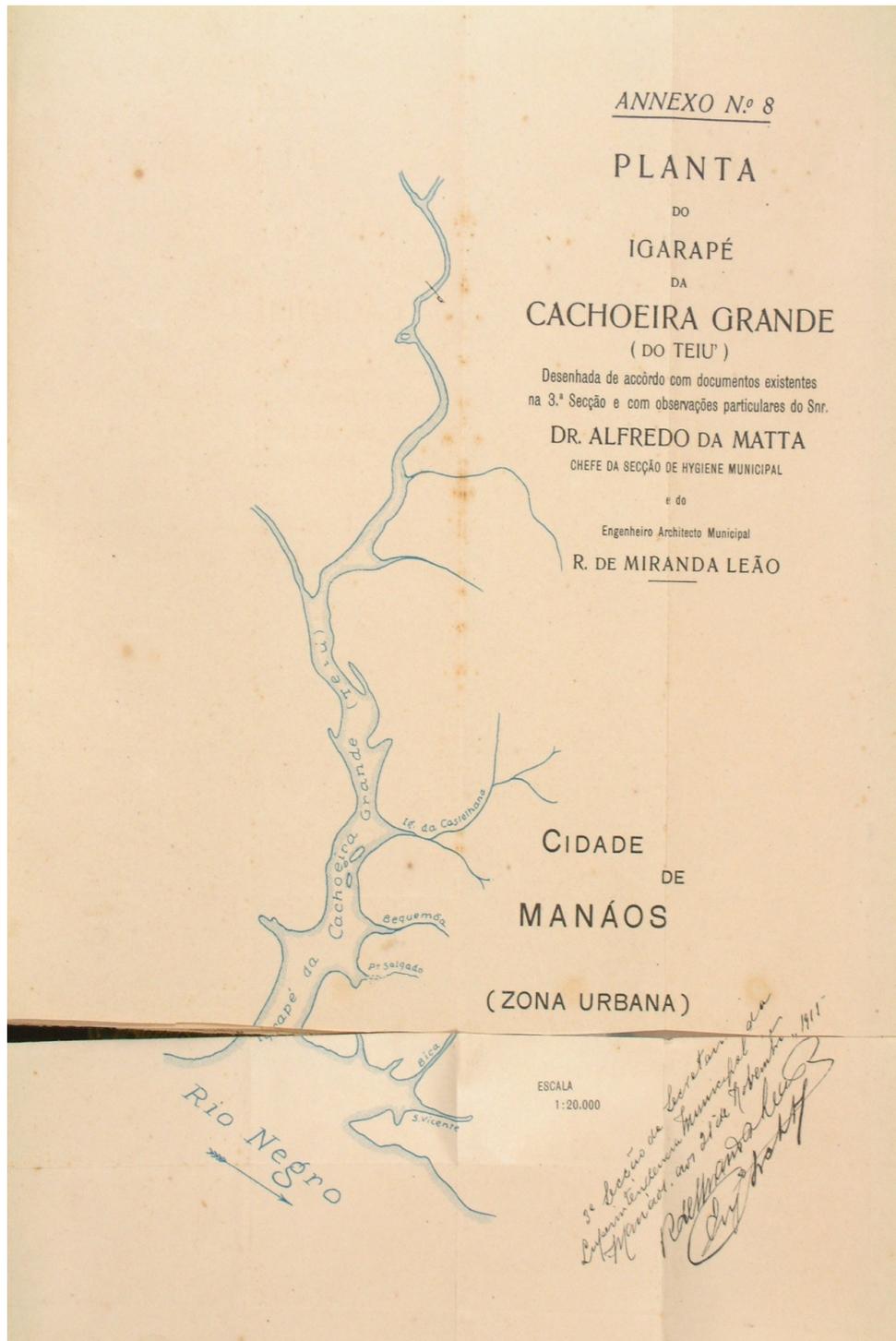
¹³⁶ MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 514.

¹³⁷ Equivalente à Câmara Municipal atualmente.

¹³⁸ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Sessão ordinária de 14 de julho de 1918. Typographia do Ca' e La', Rua Joaquim Sarmiento, 12, 1918. p. IV.

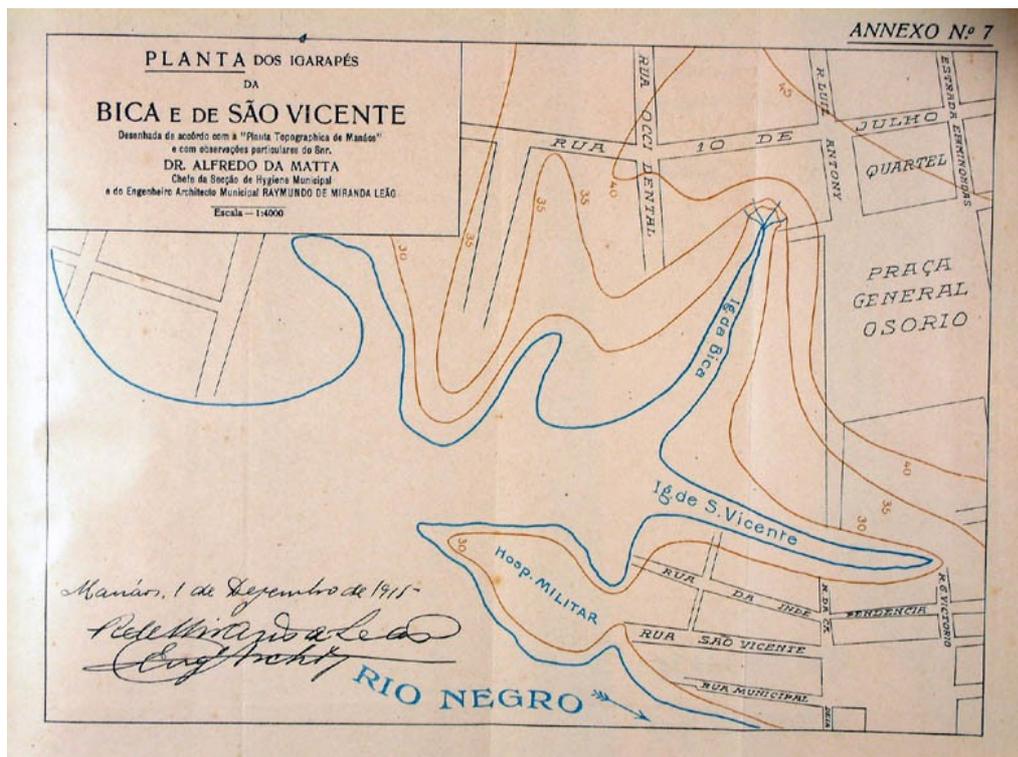
FONTE: MATTA, Alfredo. **Geografia e Topographia Médica de Manáos**: Escorço de um Estudo apresentado ao Superintendente Municipal de Manáos, Dr. Dorval Pires Porto. Typ da livraria Renaud. Rua Municipal, nº 93 – Manáos – 1916.

MAPA 6: Planta do Igarapé da Cachoeira Grande



FONTE: MATTA, Alfredo. **Geografia e Topographia Médica de Manáos**: Escorço de um Estudo apresentado ao Superintendente Municipal de Manáos, Dr. Dorval Pires Porto. Typ da livraria Renaud. Rua Municipal, nº 93 – Manáos – 1916.

MAPA 7: Planta dos igarapés da Bica e de São Vicente



FONTE: MATTA, Alfredo. **Geografia e Topographia Médica de Manáos**: Escorço de um Estudo apresentado ao Superintendente Municipal de Manáos, Dr. Dorval Pires Porto. Typ da livraria Renaud. Rua Municipal, nº 93 – Manáos – 1916.

Essas plantas demonstram como era difícil para os administradores públicos atingirem seus objetivos de construir uma cidade sem “pântanos”- nome que davam aos igarapés nesse período, considerando a topografia da cidade.

Mesmo assim, continuavam insistindo em aterrar os igarapés e, nesse sentido, em 1918 foram realizadas várias obras públicas para ajustar, mesmo que minimamente, a cidade real ao ideal de civilização construído no final do século XIX como: o aterro e calçamento do trecho inicial da Rua Lima Bacury, compreendido entre as avenidas Floriano Peixoto e Joaquim Nabuco. O calçamento dessa área era de extrema importância para o funcionamento da cidade, dela dependia a ligação do centro da cidade e de outras regiões periféricas ao cemitério S. João Batista.

Ainda no mesmo ano, foram realizadas obras de melhoramento da estrada de Campos Salles¹⁴⁰, e cogitou-se a abertura de estradas para o abastecimento de água para os bairros de São Raimundo e Constantinópolis, criando meios de

¹⁴⁰ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Nona Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, a 10 de julho de 1918. Imprensa Pública – Manáos, 1918. p.102-104.

comunicação daqueles pontos com o centro da cidade, por meio da construção de pontes, facilitando o acesso e contribuindo para o desenvolvimento daqueles bairros.

Nesse mesmo período, houve a obra de reconstrução do cano de esgoto da rua Independência, no trecho compreendido entre as ruas Itamaracá e Governador Victorio, visto que, no período das grandes chuvas, a diferença de níveis entre aquela rua e as vizinhas ocasionava verdadeiras inundações no local, provocando grandes incômodos e consideráveis prejuízos aos moradores. Tratava-se de uma obra que visava melhorar a higiene da rua e das habitações do local, plenamente de acordo com os interesses vigentes, principalmente por se tratar de uma localidade central, o que contribuiria significativamente para vender a imagem de cidade civilizada aos possíveis investidores. Esse tipo de serviço estava previsto no Código de Postura da cidade, datado de 1910, em seu artigo 56, parágrafo 1º;

Art. 56 – Em terrenos alagadiços ou húmidos não poderá ser construído prédio algum, sem primeiro serem feitas as obras necessárias ao seu enxugo e ao desvio das águas pluviais, de modo que o prédio fique preservado de toda humidade. Esta disposição é extensiva ás reconstrucções e, tanto para a edificação como para a reedificação, Ella obriga os proprietários das obras a serem executadas.

§ 1º - A Municipalidade mandará proceder no perímetro urbano a drenagem superficial necessária, não só ao escoamento das águas pluviais como também aos enxugo do solo, até á profundidade de dois metros, ou ate á do nível médio das enchentes nos pontos de altitude inferior a dois metros.¹⁴¹

Os trabalhos de saneamento público continuaram sendo realizados tanto administrativamente, por meio de seus funcionários, como por meio de concorrência pública, como se pode perceber pelos serviços realizados na rua Independência, que foram viabilizados administrativamente e os melhoramentos efetuados na rua Wilkens de Mattos, posto em prática por meio de concorrência pública.

A obra na rua Wilkens de Mattos consistiu-se na abertura de uma vala de sessenta e sete metros e cinqüenta centímetros, para o assentamento de tubo da construção de três bocas de lobo e terraplanagem. A obra foi realizada pela prefeitura em parceria com o governo do Estado, a este último coube o fornecimento do material necessário para a realização do trabalho, como consta no relatório do Engenheiro Chefe da Secção de Engenharia Adalberto Pedreira, em 31 de maio de 1918.

¹⁴¹ **LEI** nº. 639, de 13 de setembro de 1910. Promulgado o Código de Posturas do Município de Manaus.

Rua Wilkens de Mattos: De ordem do Ex.mo. Sr. Dr. Superintendente, foi publicado, por trinta dias, um edital nos termos do parágrafo único do art. 35 da Lei nº 845 de 14 de Fevereiro de 1916, chamando concorrência para a construção de um cano que receba as águas pluviais nesta rua, no trecho compreendido entre as ruas 10 de julho e Ramos Ferreira, e, como não houvessem aparecido concorrentes foram essas obras feitas administrativamente, conforme despacho exarado, em 2 de março do corrente, pelo sr. Dr. Diretor da Secretaria, comunicado haver terminado o prazo para a apresentação de propostas.¹⁴²

Os serviços, realizados na Avenida João Coelho, na Avenida Joaquim Nabuco e na rua Joaquim Sarmiento, foram feitos em caráter de emergência, com recursos e mão-de-obra da própria Superintendência. Em caráter de urgência, foram realizados os serviços de terraplanagem e aterramento, na Avenida João Coelho, no trecho entre a Boulevard Amazonas e o Bairro dos Bilhares. Na Avenida Joaquim Nabuco, foi feito o calçamento à pedra tosca com lastro de areia, na área compreendida entre as ruas Ramos Ferreira e Leonardo Malcher, incluindo a área do cruzamento com a rua Dr. Machado e, para reforçar o aterro, foi feito um muro de arrimo. Na Rua Joaquim Sarmiento, foi recalçada uma área de quatrocentos e trinta e nove metros quadrados e nove decímetros, no trecho compreendido entre as ruas Saldanha Marinho e 24 de maio.¹⁴³

No calçamento da rua Marechal Hermes, no trecho compreendido entre a Avenida Joaquim Nabuco e a rua General Pedro Paulo, verificou-se novamente a parceria entre particulares e a Superintendência. Os Senhores Symphronio B. de Mello e Hugo Ohliger ficaram responsáveis pela mão-de-obra e o Poder Público se encarregou do material necessário à realização da obras.

Em virtude de um acordo entre a Superintendência e os moradores desta rua, no trecho compreendido entre a Avenida Joaquim Nabuco e a rua General Pedro Paulo, representados pelos Ser. Symphronio B. de Mello e Hugo Ohliger, ficou resolvido que esta Superintendência concorresse com o material necessário e aqueles senhores se obrigassem pela respectiva mão de obra.

Para o calçamento ate agora feito, correspondente a uma área de quinhentos e sessenta metros quadrados (560m² 00) dispendeu a Superintendência a importância de Rs. 1:510\$000, com o material empregado constante de pedra e areia.¹⁴⁴

¹⁴² **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Sessão ordinária de 14 de julho de 1918. Typographia do Ca' e La', Rua Joaquim Sarmiento, 12. 1918. p. 59.

¹⁴³ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Sessão ordinária de 14 de julho de 1918. Typographia do Ca' e La', Rua Joaquim Sarmiento, 12. 1918. p. 59 e 60.

Outras obras foram resultantes da própria dinâmica de expansão da cidade, mas mesmo assim, elas acompanharam o padrão da época. Sobre esse período é interessante destacar a abertura de três novas ruas no bairro Villa América, numa área doada ao Município pelo Sr. João da Cruz Zany. Uma das três ruas foi aberta no espaço do prolongamento da Rua Paraíba. A nova rua media trezentos e vinte metros de comprimento por vinte de largura e as outras duas perpendiculares a ela, uma media trezentos metros de comprimento por vinte de largura e, a outra, trezentos metros de extensão e dezesseis metros e cinquenta centímetros de largura - bem ao sabor da onda dos bulevares, que representavam o símbolo da modernidade, pois eram amplos, bem arborizados e bem arejados.

As delimitações para abertura de novas ruas e a ampliação das já existentes estavam previstas de maneira precisa no Código de Postura de Manaus de 1910. Mesmo assim, nem sempre a largura definida pelo Código de Postura era levada em conta, como se pode concluir pelas medidas utilizadas na construção das três novas ruas do bairro Villa América, abertas em 1918, ainda no período de vigência do Código de 1910, que determinava que as novas ruas abertas deveriam ter trinta metros de largura e ser em linha reta, quando possível; os passeios deveriam ter 2m,5 de largura, como se pode perceber no artigo 19, parágrafo único do referido Código.

Art. 19. – As ruas que forem abertas depois da publicação deste Código, e as que ainda não estão edificadas, terão a largura de trinta metros e serão em linha recta quanto possível.

§ Único. – os quarteirões destas novas ruas terão 132 m,0 de lado, salvo quando não o permittirem as condições do terreno. Neste caso o engenheiro municipal, encarregado de dirigir tal serviço, levará o facto ao conhecimento da secção technica da Intendencia, que estudará as plantas, perfis e secções transversaes, e resolverá de acordo com o Superintendente.¹⁴⁵

O ritmo das obras públicas diminuiu em 1919 em relação a 1918. No entanto, as obras de manutenção e conservação da malha viária da cidade de Manaus continuaram sendo executadas pela Superintendência. Deu-se prosseguimento ao aterro da rua Wilkens de Mattos, à reparação no calçamento da

¹⁴⁴ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Sessão ordinária de 14 de julho de 1918. Typographia do Ca' e La', Rua Joaquim Sarmiento, 12. 1918. p. 61.

¹⁴⁵ **LEI** nº. 639, de 13 de setembro de 1910. Promulgado o Código de Posturas do Município de Manáos,

rua Monsenhor Coutinho, da 24 de maio, da Joaquim Sarmiento e da José Clemente.¹⁴⁶ Porém, já não se verificam mais as obras de extensão e de alargamento das ruas já existentes, tão-pouco constroem-se novas ruas. O déficit orçamentário do Estado do Amazonas estava causando a desaceleração do sonho de Eduardo Ribeiro.

A partir de 1920, a crise econômica atingiu sua fase mais dramática. As arrecadações municipais caíram significativamente. De 2.278:992\$562¹⁴⁷, de janeiro até agosto de 1910, para 1.111:752\$752, de janeiro a dezembro de 1920.¹⁴⁸ Com tamanha queda no orçamento, fez-se necessário que as obras municipais, além de seus critérios estéticos e sanitaristas, também fossem dotadas de necessidades objetivas, impostas pela nova realidade econômica vivenciada pela cidade. A arrecadação no período de 1910 – 1920 diminuiu mais de 54%. Na década de 1920, a recuperação da arrecadação foi lenta, havendo inclusive, momentos de diminuição, como o corrido em 1923 em relação ao ano de 1922. Na década 1930, verificamos um relativo crescimento na arrecadação, intensificado no final dos anos trinta e início da década de 1940 com a política de valorização da borracha silvestre do Amazonas, no período da Segunda Guerra Mundial.

Já a partir de 1939 até 1944, a situação se apresentou sob outro aspecto. É o que se depreende do relatório de 1944, apresentado ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios do Governo Federal pelo presidente do Conselho Administrativo do Estado do Amazonas. Como se pode depreender do texto abaixo

O governo do Estado, no período decorrido de 1939 a 1943, orçou a sua receita no total de Cr\$ 106.101.970,00, realizando uma arrecadação que atingiu a cifra de 139.899,945,14, do que resultou haver um supervit de Cr\$ 33.797.975,14.

Fixada, para esse período, uma despesa orçamentária de Cr\$ 104.924.622,71, foi ela aumentada com créditos suplementares e especiais, respectivamente, de Cr\$ 12.996.71186 e Cr\$ 27.909.565,59, perfazendo um total de 143.830.900,16, sendo que a despesa paga atingiu a Cr\$ 133.454.381,74.

¹⁴⁶ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, Em sessão extraordinária de 14 de Julho de 1919, pelo Superintendente Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Manáos – Amazonas – Typographia do Ca' e La' – Rua Joaquim Sarmiento – 12. 1919. p. X-XII.

¹⁴⁷ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, Em sessão extraordinária de 10 de Janeiro de 1911, pelo Superintendente Coronel Adrião Ribeiro Nepomuceno. 17 de agosto de 1910. Manáos – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97. 1911. p. 7.

¹⁴⁸ **MENSAGEM** lida perante o Conselho Municipal pelo Superintendente Sr. Dr. Edgard de Rezende do Rego Monteiro, por ocasião da abertura da sessão ordinária daquelle corpo legislativo, em 1º de abril de 1924. Manáos, 23.

A receita global, do momento financeiro, foi de Cr\$ 156.368.754,98 e a despesa de Cr\$ 147.781.387,78, verificando-se um saldo de Cr\$ 8.587.367,20, por encerramento do exercício de 1943.

A razão da redução do “superávit” de Cr\$ 33.797.975,14 para Cr\$ 8.587.367,20 explica-se demonstrando:

Pelo movimento exclusivo do Estado.

Receita	Despesa	Saldo orçamentário
138.899.945,14	133.454.381,74	6.445.563,40
Despesa fixa	Despesas paga	Excesso coberto com créditos adicionais
104.924.662,71	133.454.381,74	28.529.759,03 ¹⁴⁹

¹⁴⁹ **RELATÓRIO** de 1944, apresentado ao Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, pelo presidente do Conselho Administrativo do Estado do Amazonas.

2.4 A migração provoca mudanças no ritmo de construção da cidade

A discussão fomentada pelos historiadores sobre a ocupação do espaço urbano deve ser entendida a partir das relações estabelecidas nele, pois a luta pelo espaço da cidade é social e se explica ao longo do tempo, como afirma a historiadora Lúcia Silvia¹⁵⁰, no texto *a cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana*.

Afinal, a luta pelos espaços da cidade é social e se explicita de forma diferente ao longo do tempo. Historicizar essa luta supõe recuperar as experiências dessa população, dando-lhe vida ao mesmo tempo que encarnando os conceitos que possibilitaram resgatá-las. Nunca é demais dizer que esta forma de pensar a história não se dá de maneira tranqüila, principalmente porque o contexto histórico possui multiplicidade de tramas sociais que a pesquisa não consegue desvendar em sua totalidade, daí assumir que o conhecimento é sempre parcial e limitado, se realizado dentro do possível.¹⁵¹

Devido à necessidade de ampliar a produção agrícola nas proximidades da capital, as obras públicas realizadas nesse período, para além do aspecto higiênico e modernizador da cidade, tinham de atender à necessidade urgente de comunicação entre centro e periferia, visando viabilizar o abastecimento da cidade com os produtos produzidos naquelas localidades. Essas novas necessidades direcionaram as políticas públicas nesse momento específico.

Nessa perspectiva, foi construída a estrada da Villa Municipal, ligando-a a Flores¹⁵², o que representava à época, um elo de comunicação, por via terrestre, entre o centro da cidade e as regiões mais distantes da periferia, visando facilitar o transporte de produtos agrícolas para serem vendidos em Manaus.

A capital do Estado que vinha sofrendo com a falta de investimentos públicos para ampliação de sua estrutura física, uma vez que os recursos, eram

¹⁵⁰ Lucia Silva é doutoranda em História pela PUC/SP.

¹⁵¹ SILVA, Lúcia. *A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana*. In: **Cidades. Pesquisas em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP**. Déa Ribeiro Fenelon (org.). São Paulo: Olho d'Água, 2000. p. 55-82.

¹⁵² **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão ordinária de 14 de Julho de 1920, pelo Superintendente Dr. Basílio Torreão Franco de Sá. Na sessão ordinária de 14 de julho de 1920. Manáos – Amazonas – Typographia do Cá e Lá – Rua Joaquim Sarmiento – 12. 1920. p. XI.

destinados prioritariamente, a obras de manutenção, que sofreram um grande impacto com a diminuição da exploração da borracha silvestre na Amazônia.

Além da dramática queda de arrecadação e investimos externos na cidade de Manaus, a administração municipal viu-se diante de outro problema que agravava sobremaneira a sua já complicada situação: a diminuição dos investimentos provocou a migração dos trabalhadores, que viviam no interior, para a capital, em busca de melhores condições de vida, na medida em que a extração do látex não lhes possibilitava condições para continuarem trabalhando no interior.

A migração desses trabalhadores para a cidade de Manaus exigia dos administradores públicos um novo direcionamento, no que diz respeito à organização do espaço urbano. A já complicada situação do município de Manaus ficou bem mais crítica com a chegada desses novos moradores, vindos do interior do Estado. Assim, o sonho de uma cidade moderna e civilizada ficava cada vez mais comprometido.

Diante dessa constatação, o governo do Estado e os Intendentes Municipais¹⁵³ solicitaram da União e dos outros Estados brasileiros, apoio para o socorro daquela população que se dirigia do interior do Amazonas para Manaus e, também, para aqueles que não estavam conseguindo chegar até a capital. A situação de miséria daquelas populações era tão profunda que o Superintendente de Manaus, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá, a descreveu da seguinte maneira:

Repercutindo nesta capital o grande clamor doloroso de milhares de infelizes que, em quase todo o interior do Estado, vinham e vêm ainda, rotos e famintos, amargando as torturas da mais completa e sombria miséria fostes vós, Snrs. Intendentes, os primeiros que se levantaram em benefício d' aquelles desventurados patrícios pedindo para elles á fraternal caridade dos outros Estados. Telegraphastes para todos os ângulos da União, dizendo-lhes a incrível situação do Amazonas, ainda hontem riquíssimo e hoje não dispensando, bem ao contrario, a generosidade das demais circumscripções do pais¹⁵⁴.

Sobre esse momento extremamente crítico da crise de exportação da goma elástica é importante que se abra um parêntese para que se destaque um fato

¹⁵³ Equivalente aos Vereadores atuais.

¹⁵⁴ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 14 de Julho de 1921, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá, Typographia de "Cá E Lá" Rua Joaquim Sarmiento, 12 Amazonas Manaus, 1921. p. XLIII-XLIV.

ocorrido em 1921, entre o governo do Estado do Amazonas e o da Paraíba: O governo da Paraíba, tomando conhecimento da situação de miséria em que se encontravam muitos dos nordestinos que vieram para a Amazônia em busca de riqueza, realizou uma arrecadação entre os seus diversos Municípios para enviar um cheque no valor de 12:092\$00 para os famintos da Amazônia. Ele só esqueceu-se de dizer que esses famintos eram também provenientes de seu Estado.

Foi entre os nossos irmãos da Parahyba que primeiro se soube brasileiros por quem havíeis pedido. Collocando-se á frente das boas almas que, por toda a terra parahybana, logo zelosamente vos acolheram o alto e commovido appêlo – o benemérito dr. Solon de Lucena, governador do Estado, podia, pouco depois, respondendo-vos por meu intermédio, endereçar-me o seguinte officio:

Gabinete do Governo do Estado da Parahyba, 11 de Junho de 1921.

Snr. Dr. Basilio Torreão Franco de Sá, Superintendente Municipal de Manáos,

Faço chegar ás vossas mãos, com o presente officio, o incluso cheque emitido pela Agencia do banco do Brasil nesta capital a favor d'essa superintendência, na importância de 12:092\$400. Proveniente da arrecadação feita entre os municípios d'este Estado, até a presente data, em prol dos famintos do Amazonas.¹⁵⁵

Independentemente da disponibilidade de recursos a serem investidos na cidade, a população de Manaus continuava crescendo. Esse crescimento foi provocado principalmente pela chegada dos seringueiros desiludidos com os baixos preços da borracha. Apesar de todo crescimento populacional ocorrido com a vinda dos extratores de borracha, no período de 1910-1940, este não pode ser considerado expressivo, quando comparado com o que ocorreu no período de 1890 a 1910¹⁵⁶, momento em que a população de Manaus cresceu significativamente com a vinda de pessoas de diversos Estados e de diversos países para nela se estabelecerem, ou o que ocorreu na década de 1970, com a implantação da Zona Franca, quando, em duas décadas, a cidade triplicou a sua população. Assim, o crescimento da cidade de Manaus do período de 1910 a 1940 é considerado aceitável. Como afirma o professor José Aldemir de Oliveira,

Do ponto de vista demográfico,(...) o crescimento não foi significativo, manteve uma média aceitável, ou seja, 2.5% anual entre 1900 a 1920, 2%

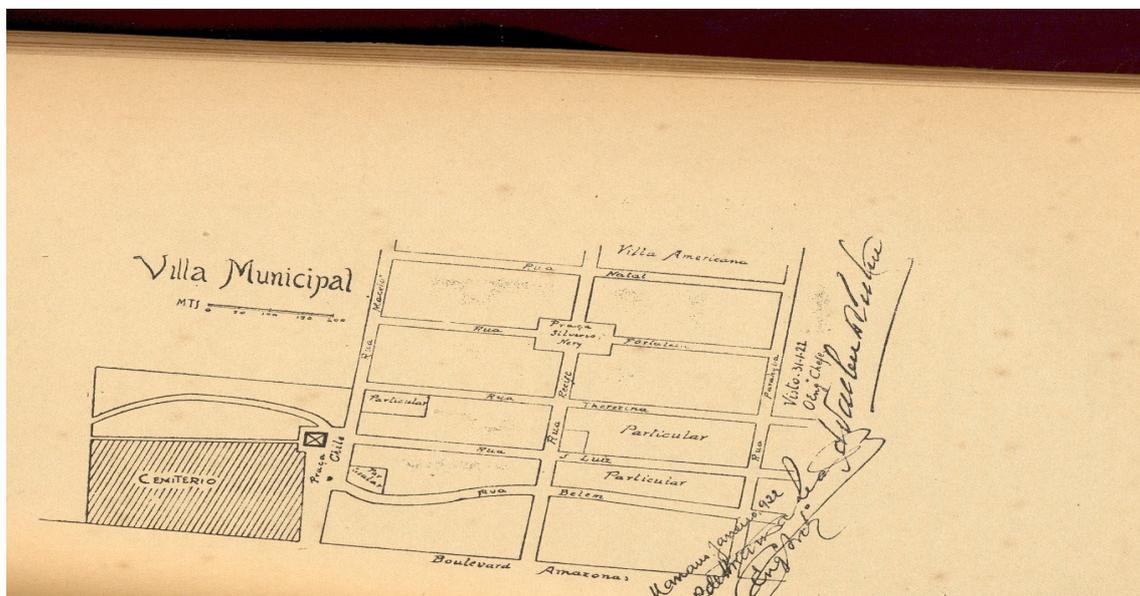
¹⁵⁵ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 14 de Julho de 1921, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá, Typographia de "Cá E Lá" Rua Joaquim Sarmiento, 12 Amazonas Manáos, 1921. p. LXIII-LXIV.

¹⁵⁶ COSTA, Francisca Deusa Sena da Costa. **Quando viver ameaça a ordem urbana:** Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915). Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. p. 28-68.

de 1920 a 1940, aumenta para 3.1% de 1940 a 1950, retratando a tentativa de retomada da produção da borracha ao patamar de 2,4 de 1950 a 1960.¹⁵⁷

O crescimento populacional ocorrido entre 1910-1940, apesar de ter sido considerado normal na média de 2% ao ano, contribuiu fortemente para o crescimento da área urbana de Manaus, agora não mais direcionado ao centro, devido às características de seus novos habitantes, mas a áreas de subúrbios da cidade, dando origem a novos bairros e ampliando outros. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o bairro da Villa Municipal, criado entre o final do século XIX e início do XX. Com a chegada de novos moradores a Villa Municipal foi relativamente ampliada, e teve uma das suas principais características alteradas. Por ser um bairro afastado do centro da cidade e pelo seu caráter bucólico, era o local onde a elite construía suas residências de final de semana, foi um dos primeiros bairros a ter água canalizada e luz elétrica. Em outubro de 1911, o superintendente Jorge de Moraes, juntamente com o governador do Estado, Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, outras autoridades e a população local reunidos na Praça Chile, inauguram a iluminação elétrica da Villa Municipal.

PLANTA 1: Bairro Villa Municipal



FONTE: RELATÓRIO da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município. In. **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1.º de Outubro de 1922, pelo Superintendente Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typ do "Cá E Lá". Manáos, 1922. Sem numeração.

¹⁵⁷ OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso.** Manaus: Valer, Cultura e EDUA, 2003. p. 116.

Em 1918, foi a vez do transporte coletivo chegar ao bairro da Villa Municipal, a empresa Manáos Tramways and Light, Compamy Limited, além de inaugurar a primeira parte da linha de bonds que chegou até o bairro, se comprometeu em ampliar as linhas para circularem em suas ruas, no prazo máximo de um ano. Como se pode depreender do texto abaixo.

Accresce que, como compensação, a Companhia se obrigou a iniciar, desde logo e a terminar dentro de um anno, a construção de uma nova linha na Villa Municipal partindo acima do Reservatório, percorrendo as ruas Maceió, Recife e Theresina e tendo como ponto terminal a praça Silverio Nery. Bairro populoso, como bellas vivendas, necessário se tornava dotal-o, urgentemente, com esse melhoramento, prescindível, por ora...¹⁵⁸

O crescimento da população da cidade de Manaus forçou o Poder Público a construir obras adiadas por muito tempo, como foi o caso da escola do bairro da Villa Municipal, para qual desde 1901, já havia solicitação da população local para sua construção. O Poder Público, para acalmar os ânimos, chegou a fazer a doação de uma área para a construção da referida escola, como se pode observar pela afirmação do superintendente municipal de Manaus.

(...) o Superintendente Dr. Arthur Cezar de Moreira Araujo convida os assistentes para a cerimônia da collocação da primeira pedra da fundação da Escola Municipal, que se realizou no lote n.º 28, reservado á Municipalidade.

Esta construcção não prosequio e o lote n.º 28 foi aforado em 6 de Março de 1907.¹⁵⁹

No entanto, a construção da escola só se iniciou em 1920, e em um local diferente do previsto anteriormente, que era o lote 28. A escola foi construída na rua Maceió, e foi inaugurada em 02 de Julho de 1921, pelo superintendente Basilio Torreão Franco de Sá.

E, para manter e conservar a estrada de rodagem que ligava o bairro Villa Municipal ao bairro das Flores, foi disponibilizada pelo Poder Público uma turma de trabalhadores municipais encarregados de realizar tais serviços, isso não era por

¹⁵⁸ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da nona legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcântara Bacellar, Governador do Estado, em 10 de julho de 1918. p. 89-91.

¹⁵⁹ **RELATÓRIO** da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município. Inº. **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1.º de Outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typ do "Cá e Lá". Manáos, 1922. p. 34.

acaso, o Poder Público na década de vinte, sem outra opção que não fosse continuar dando suporte à expansão do espaço urbano de Manaus, forçado pelo crescimento da população, passou a empregar seus poucos créditos e recursos na manutenção e abertura de diversas ruas, como o que aconteceu na área da Colônia Campos Sales, onde foi construída uma estrada de rodagem que ligava essa colônia ao igarapé do Passarinho.

Um aspecto importante a ser destacado é que a abertura de novas estradas de rodagem, ligando o centro da cidade aos bairros mais distantes, tinha um objetivo claro: facilitar a chegada dos produtos neles produzidos para o abastecimento da cidade, como um mecanismo alternativo para manter a dinâmica da economia local. Como afirmou o superintendente Antonio Ayres de Almeida Freitas, em 1918.

Nesse sentido, usando da autorização que outorgantes ao Poder Executivo, cogitei desde logo de aproximar os pequenos agricultores e criadores dos centros populosos do Município, não só melhorando e rectificando vias de comunicações, como estabelecendo centros eventuais de consumo. Assim é que, além do incentivo de outras vias de comunicação de outros pontos com esta capital e constante em Relatórios anteriores, cogitei de ligar e facilitar as comunicações entre as zonas suburbanas de Flores e Villa Municipal, conseqüentemente, a de Campos Salles; tornando carroçáveis os caminhos, alias estreitas veredas, pelas quaes com immensas difficuldades se communicavam aquelles subúrbios sobre tudo na estação das chuvas.¹⁶⁰

Outra medida emergencial tomada, devido às novas áreas de expansão da cidade, foi a criação de uma feira no bairro da Villa Municipal, que se tornou um dos principais e mais populosos bairros suburbanos. Essa feira era sazonal, funcionava apenas aos domingos, como consta no Decreto nº 14, de 13 de julho de 1919, assinado pelo superintendente municipal Antonio Ayres de Almeida Freitas e pelo secretario Epaminondas Jâcome.

Art. 2º - Fica estabelecido a creada, na Villa Municipal, na praça Silverio Nery, uma Feira livre, para compra e venda de todos os productos relativos á pecuária e a agricultura.

Art. 3º - Na mesma feira poderão ser tambem expostos á venda quaesquer outros productos de immeditato consumo.

Art. 4º - No mesmo lugar serão permitidos todos os divertimos e jogos lícitos.

¹⁶⁰ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Sessão ordinária de 14 de julho de 1918. Typographia do Cá e Lá, Rua Joaquim Sarmiento, 12. 1918. p. V.

Essa medida, além de atender às necessidades dos moradores do lugar, com um espaço para realizar suas compras necessárias ao dia-a-dia, dinamizando a economia da cidade com a circulação de produtos vindos de seu entorno, também cria um espaço de convívio social para um outro segmento da sociedade, desfogando, assim, o centro da cidade da incômoda presença da miséria, num espaço em que administração municipal esforçava-se em manter as aparências de cidade civilizada. Pois, antes da construção dessa feira, as atividades comerciais de produtos regionais estavam centralizadas no mercado Adolfo Lisboa. Sob esses aspectos, a construção da feira - em que pese sua tendência à exclusividade do centro a um determinado grupo social - foi uma vantagem para ambas as partes¹⁶¹.

Como a feira sazonal do bairro da Villa Municipal, outras feiras livres foram criadas nos subúrbios da cidade, onde o produtor podia vender sua produção diretamente ao consumidor. Isso trouxe grande vantagem para a população de Manaus e para os pequenos agricultores que viviam próximos da capital. Para os consumidores, a compra direta dos produtos reduzia os preços, estes ficavam mais acessíveis à população mais carente, os produtos eram de melhor qualidade, pois chegavam fresquinhos para serem vendidos. Para os pequenos agricultores, as feiras livres também proporcionavam grande vantagem, pois vendiam seus produtos por um preço justo e, além disso, o contato direto com o consumidor lhes proporcionava o conhecimento real das necessidades de seus clientes.

Essas feiras se tornaram tão populares que havia competições entre os agricultores, com prêmios estabelecidos para o agricultor que trouxesse o melhor produto e também para quem trouxesse em maior quantidade os produtos de consumo imediato¹⁶².

Mesmo no período de baixa da arrecadação municipal e estadual, as obras de manutenção e recuperação da cidade continuaram na década de 1920. Esse tipo de manutenção se deu por meio de adaptações de prédios ou espaços que não estavam mais atendendo às necessidades para as quais foram construídos. Isso aconteceu com o prédio da feira municipal da Cachoeirinha, que foi modificado para funcionar o grupo escolar Guerreiro Antony. Esse tipo de estratégia demonstra que o

¹⁶¹ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, Em sessão extraordinária de 14 de Julho de 1919, pelo Superintendente Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Manáos – Amazonas – Typographia do Ca' e La' – Rua Joaquim Sarmiento – 12. 1919. p.

¹⁶² **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Dr. Pedro Severiano Nunes. Prefeitura Municipal Manáos , Amazonas-Brasil. 1934. p. 58.

Poder Público estava atento às crescentes necessidades da população desses bairros, que exigiam uma providência do Estado para-lhe solucionar o problema da falta de escola, pois com o crescimento da população, o número de escolas existentes no município não era suficiente para atender à demanda de alunos e, como não havia recursos suficientes para construção de novos prédios públicos, a alternativa era readaptá-los às novas necessidades.

Ainda nos anos 20 do século XX, além dessas obras de manutenção, foram ampliados trechos que ainda não haviam sofrido intervenções do Poder Público, como foi o caso da região que ligava o centro da cidade ao bairro industrial, chamado de Plano Inclinado, e a ampliação da Avenida Joaquim Nabuco até à área do bairro de Nazareth¹⁶³.

FOTO 6: Plano Inclinado



FONTE: Acervo fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

¹⁶³ **MENSAGEM** do Presidente Ephigenio Ferreira de Salles à Assembléia Legislativa na abertura de sua primeira sessão ordinária da décima terceira legislatura em 14 de julho de 1926. 1926. Typ. da Imprensa Pública. Manaus, p. 90-92.

Um outro bairro que também passou por modificações com a chegada de novos moradores na cidade de Manaus, na década de XX, foi Constantinópolis, localizado na foz do igarapé da Cachoeirinha, em sua margem esquerda.

Constantinópolis, um dos bairros mais antigos da cidade de Manaus, até 1910, continuava sendo iluminado por lampiões, que eram acessos somente durante 12 horas diariamente,¹⁶⁴ e só passou a ter luz elétrica no final da década de 1920, precisamente no ano de 1929, juntamente com a ampliação da rede de luz na Villa Municipal e do bairro de São Raimundo¹⁶⁵.

¹⁶⁴ **RELATÓRIO** apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de fevereiro de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97. 1910. p. 35.

¹⁶⁵ **MENSAGEM** do Presidente do Estado do Amazonas, Ephigenio Ferreira de Salles à Assembléia Legislativa, lida na Abertura da Primeira Sessão Ordinária da Décima Quarta Legislatura. Esta obra pertenceu ao Dr. Ildfonso Simões Lopes. p. 43-49.

2.5 O realinhamento das políticas públicas nos anos trinta

A década de 1930 foi um período extremamente conturbado para o país e para o estado do Amazonas, nos aspectos políticos e econômicos. Do ponto de vista político, as antigas oligarquias que estavam no poder, desde o início da república, sofreram profundas críticas à estrutura de controle do poder, bem como, à ineficácia de sua política econômica, que não conseguia encontrar saída da crise na qual o país e o estado encontravam-se mergulhados.

A década de 1930 também foi um momento conturbado para o mundo capitalista, o país que detinha 40% da riqueza produzida no mundo quebrou em 24 de outubro de 1929, foi o chamado *crack* da bolsa de Nova York. A Bolsa de *Wall street*, em Nova York, quebrou devido ao aumento da produção e falta de mercado consumidor interno e externo, isso provocou o aumento da especulação financeira, momento conhecido como a “Grande Depressão”.

A esse período de crise mundial, o Brasil não ficou imune. O café, seu principal produto de exportação, tinha os estados Unidos como seu maior mercado importador, assim, devido ao abalo nas bases da economia americana, o Brasil foi profundamente afetado pela crise internacional. Sendo, inclusive, obrigado a queimar grandes quantidades do café estocado, na tentativa de diminuir sua oferta e, assim, recuperar o preço do produto no mercado externo e interno. Mesmo com essa medida drástica, não obteve o sucesso esperado. Provocando enormes críticas pelo país inteiro.

No Amazonas, no entanto, as oligarquias locais estavam afinadas com o governo central, como bem reconheceu o governador do estado, Dorval Pires Porto, em Mensagem de governo lida perante a Assembléia Legislativa do Amazonas, publicada no Diário Oficial, no dia 14 de julho de 1930¹⁶⁶, onde descreve a situação política do estado diante das eleições presidenciais e dos deputados e senadores federais, eleitos para o exercício do quadriênio que se iniciaria em 15 de novembro de 1930. Como se pode depreender no texto abaixo:

A intensa campanha política que acaba de atravessar a nação, repercutiu em todas as suas unidades federativas, inflamando ânimos, determinado apreensões de toda a ordem, processou-se, no Amazonas, calma e legalmente, asseguradas todas as liberdades.

¹⁶⁶ **DIÁRIO OFICIAL**. Anno XXXVII. Manaus – Segunda-feira, 14 de julho de 1930, Nº. 10.561.

O Partido Republicano do Amazonas, agremiando as figuras expressivas e tradicionais da política local, desde o primeiro instante assumira atitude clara e definida. A caravana liberal, que aqui esteve e propagou na praça pública as suas idéias, sentiu que o culto povo de Manáos apoiava a causa contrária. Revelaram-n'ò, à evidencia, as urnas de 1º de março, com a eleição por extraordinária maioria, dos eminentes compatriotas Srs. Julio Prestes de Albuquerque e Vital Henriques Baptista Soares, para Presidente e Vice-Presidente da Republica, no quadriennio que se iniciará em 15 de Novembro de 1930¹⁶⁷.

No entanto, essa situação de calma descrita pelo governador do estado do Amazonas não era, de fato, o que estava acontecendo no restante dos estados da federação, que se aliaram e indicaram Getúlio Dorneles Vargas para Presidente e João Pessoa, para Vice-Presidente. Essa candidatura representava um claro rompimento da chamada política do “Café-com-Leite”,¹⁶⁸ pois, tanto Getúlio como João Pessoa representavam as antigas oligarquias mineiras, paraibanas e gaúchas, insatisfeitas com a decisão tomada por Washington Luiz, indicando novamente um paulista para concorrer às eleições de 1929, à Presidência do Brasil quando o esperado seria a indicação de um mineiro, o que não aconteceu, levando-se, assim, ao rompimento da política do “Café-com-Leite”.

O grupo oposicionista liderado por Getúlio Vargas, apesar de ter perdido as eleições, continuou acusando o governo central de ter fraudado o processo eleitoral e, exigindo a impugnação do pleito. Essas ações inicialmente obtiveram pouco sucesso, até a ocorrência do assassinato de João Pessoa, devido a questões tipicamente locais, mas que foram magistralmente articuladas para acusar o governo central de ter praticado tal ato devido a interesses partidários nacionais. Essa situação agregada às questões políticas e econômicas pelas quais o país estava passando e potencializada pela ineficácia das ações do governo central, teve como desfecho o golpe de 1930, que levou ao poder Getúlio Dorneles Vargas.

A situação de crise política no Brasil era tão grave que a elite afirmava que se não fossem tomadas as medidas que a situação exigia, o povo poderia tomar o poder. Diante desse quadro político, que se tornava ainda mais delicado devido à grave crise econômica, determinados setores das oligarquias rurais, dos militares e dos setores econômicos urbanos romperam o pacto de governabilidade da política

¹⁶⁷ MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª Legislatura. Manáos, Imprensa Pública. 1930. p. 6.

¹⁶⁸ PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In°. . FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano**, o termo nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.13-38.

do “Café-com-Leite”, na expectativa da derrubada do poder central, e passaram a apoiar a ascensão de Getúlio Dorneles Vargas à presidência da República, na condição de governo provisório.

O governo Provisório deveria arrumar a casa e chamar novas eleições, o que não ocorreu, somente depois de muita pressão, após 04 anos de governo provisório, Getúlio Vargas chamou novas eleições. Durante o período do chamado governo provisório, Getúlio Vargas desenvolveu uma política intervencionista nos estados, trocando os antigos governadores aliados das antigas oligarquias locais e nacionais e colocando nos cargos de interventores pessoas de sua inteira confiança, isto em todos os estados Brasileiros. As regiões norte e nordeste ficaram sob a responsabilidade do tenente Juarez Távora, que por sua vez, indicou como interventor no Amazonas, Álvaro Botelho Maia. Assim, coube a Álvaro Maia o trabalho de executar as novas diretrizes do governo central no estado do Amazonas.

O delicado momento político em que se encontrava o novo governo brasileiro – a queda dos antigos grupos políticos e econômicos que sempre dominaram a República – exigia que o novo governo criasse uma forte blindagem capaz de impedir uma possível retomada do poder, eis o porquê da escolha de Álvaro Maia nessa conturbada conjuntura de crise econômica e política, pois, de acordo com Amarildo Rodrigues Rolim, foi nomeado interventor do estado do Amazonas por Getúlio Dorneles Vargas, indicado por Juarez Távora, por atender “*aos critérios de estar identificado ideologicamente com os grupos dominantes locais e de não ter raízes políticas partidárias. A liderança política de Álvaro Maia sustentava-se nos setores tradicionais da economia*”.¹⁶⁹

A afinidade de Álvaro Maia com as idéias tenentistas parece ter sido o que lhe aproximou do governo central, isso lhe credenciava como alguém que poderia levar a efeito tais ideais no Amazonas. Inicialmente, seu governo se estendeu de novembro de 1930 a julho de 1931, período no qual ele teve a sua frente um desafio enorme: superar a crise econômica que havia se instalado no Amazonas há mais de duas décadas. Diante desse desafio, Álvaro Maia começou a pôr em prática um projeto político que visava, principalmente, equilibrar o orçamento público. Como se

¹⁶⁹ ROLIM, Amarildo Rodrigues. **Do Sonho à Realidade**: os ideais trabalhistas de desenvolvimento Econômico para o Amazonas nas décadas de 1950-1960 do século XX. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2006. p. 70.

pode concluir pelas afirmações da historiadora Eloína Monteiro dos Santos, em sua obra “Uma Liderança Política Cabocla: Álvaro Maia”, no fragmento abaixo.

Durante a interventoria de Álvaro Maia, foram unificados os serviços públicos na Secretaria do Estado, a qual foi entregue a Francisco Pereira da Silva, político da aliança Liberal. Assumiu a Polícia Civil e Militar o Capitão Francisco Távora, alheio à política estadual, mas irmão de Juarez Távora. O interventor tornou sem efeito aposentadorias, disponibilidades remuneradas e reformas de funcionários administrativos do estado, civis e militares. Publicou alguns atos visando reestruturar as atividades extrativas que enfrentavam uma desvalorização constatada pela baixa arrecadação do imposto de exportação. Concluímos que a ação governamental desta interventoria, pautada pela prioridade de equilibrar o orçamento, respaldou-se no pressuposto de que a situação econômico-financeira do Amazonas era resultado de dívidas acumuladas e da desvalorização dos produtos de exportação.¹⁷⁰

Álvaro Maia ficou um curto período como interventor, devido aos problemas enfrentados no processo de reforma do poder judiciário do Amazonas, que levaram à sua deposição, mas isso não abalou sua carreira política, ao contrário, ele logo se articulou para as eleições da Assembléia Constituinte de 1933.

Além de Álvaro Maia, que mais tempo passou no comando do Estado, foram indicados outros interventores para o Amazonas, no entanto, todos os seus mandatos tiveram vida curta. De acordo com Eloína Santos, a dissolução do Tribunal de Justiça do Amazonas, por Álvaro Maia, gerou uma certa instabilidade política, o que provocou a constante mudança dos interventores do Estado, que oscilavam entre civis e militares, num total de cinco no período que se estendeu de 1931 a 1935. Como se pode observar na tabela abaixo:

TABELA 3: Relação dos interventores do Município de Manaus no período de 1930-1935

Interventores	Início	Término
Álvaro Botelho Maia	21/11/1930	10/07/1931
Tenente Emanuel de Moraes	10/07/1931	05/08/1931
Tenente Antonio Rogério Coimbra (*)	05/08/1931	10/10/1933
Waldemar Pedrosa	14/06/1932	10/10/1932
Capitão Nelson Melo	10/10/1933	19/02/1935
Tenente Paulo Cordeiro de Melo	06/01/1934	02/03/1934
Capitão Nelson Melo	02/03/1934	19/02/1935

(*) Tenente Antonio Rogério foi substituído interinamente pelo secretário geral Waldemar Pedrosa.

(**) Capitão Nelson de Melo foi substituído pelo Tenente Paulo Cordeiro de Melo. A 4 de fevereiro de 1935, foi eleito pela Assembléia Estadual Constituinte, para Governador do Amazonas, Álvaro Maia.

¹⁷⁰ SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Política cabocla: Álvaro Maia**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997. p.85-87.

FONTE: SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Política cabocla**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997. p. 94.

Durante o período de governo dos interventores, as obras públicas continuaram sendo direcionadas para a intercomunicação entre centro e periferia, para o abastecimento da cidade, para a iluminação dos espaços públicos e para os serviços de recuperação das estruturas já existentes. Para que isso pudesse acontecer, fez-se necessário um maior controle dos recursos econômicos da municipalidade. O interventor Nelson Melo, ao assumir em 10 de outubro de 1933 a Interventoria, teve como uma das suas preocupações o controle da situação financeira do estado e, para tentar minimizar esse problema, fez uma reforma na estrutura administrativa criando o cargo de Diretor do Tesouro e Recebedoria de Rendas, com a função de organizar as finanças do estado. Essa medida foi efetuada pelo o Ato n.º 2.851, de 27 de dezembro de 1933.

Acto n.º 2.851, de 27 de dezembro de 1933, fundindo numa só repartição, com a denominação de Directoria Geral da Fazenda Publica, o Thesouro Publico e a Recebedoria de Rendas, que foram extinctos.

Os resultados não podiam ser mais promptos e productivos: a fiscalização e arrecadação das rendas passou a ser uma realidade, tanto na capital como no interior e o fisco estadual respeitando e acatado, porque a energia com que era exigido o cumprimento das leis fiscais , tanto attingia ao contribuinte, quanto aos tributos devidos, como aos exactores da Fazenda, enexoravelmente, quanto á hostilidade na arrecadação e precisa observancia de suas obrigações e deveres.¹⁷¹

Mesmo com todos os problemas enfrentados pelas administrações estaduais e municipais, o projeto de embelezamento da cidade, como símbolo do progresso e de civilidade, continuava firme.

Na década de 1930, a prefeitura, com o objetivo de manter em pleno funcionamento as linhas de bonde, fez um acordo¹⁷² com a empresa “The Manaus Tramways and Linght Companhy Limited”, para realizar os trabalhos de recalçamento das entrelinhas dos bondes, esse acordo transferia à Prefeitura a responsabilidade de recalçar e conservar os trechos de entrelinhas dos bondes, e as ruas marginais que a companhia precisasse revolver para a colocação de novos

¹⁷¹ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a Dezembro de 1934. 1935 – Imprensa Pública. Manáos – Amazonas. p. 9-10.

¹⁷² **MENSAGEM** apresentada pelo Prefeito de Manáos, Agrônomo Antonio Botelho Maia à Câmara Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1936. Typographia PHENIX de Sérgio Cardoso. Rua Joaquim Sarmiento N.º.78. Manáos, p. 6-7.

trilhos, ou devido ao uso dos trilhos já existentes. Em troca desses serviços, a companhia faria um abatimento de 50%, no valor da energia fornecida à Prefeitura.

Com esse acordo, a prefeitura Municipal de Manaus acreditava que iria reduzir custos, pois considerava que o valor pago pela energia era maior do que o valor que gastaria para manter o calçamento e fazer o recalçamento das ruas da cidade por onde passavam os bondes. Com o decorrer do tempo, a administração municipal se deu conta de que a manutenção das ruas da cidade era muito mais dispendiosa do que o inicialmente previsto, pois a cidade crescia numa média de 2,5% ao ano, e a falta de manutenção dos bondes comprometia ainda mais a conservação dos trechos das entrelinhas e das ruas marginais, como se pode constatar na exemplificação abaixo.

Durante os meses de agosto, setembro e outubro do ano passado, o Município gastou a importância de 6:262\$400 com a conservação das entrelinhas e pagou a quantia de 2:100\$000 pelo fornecimento de energia, já deduzido o abatimento de 50% e caso a Prefeitura não tivesse o direito ao abatimento referido, haveria de empregar a importância de 4:200\$000, donde se deduziria ainda um saldo de 2:062\$400 favorável a Municipalidade.

Acontece, porém, que a quantia consignada no actual orçamento para energia eléctrica e material acessório, é de 15:000\$000, o que não habilita o Município a rescindir o convenio, que somente poderá ser feito com o aumento necessário da verba correspondente.¹⁷³

Essa situação gerou vários impasses para a administração pública, que não conseguia reverter o acordo nem manter as entrelinhas dos bondes e ruas marginais da cidade devidamente calçadas. Além da manutenção das entrelinhas dos bondes, o poder público tinha que realizar o calçamento e recalçamento das demais ruas da cidade, uma tarefa cada vez mais difícil devido à crise econômica na qual o Estado encontrava-se mergulhado. Mesmo assim, os serviços de melhoramento e embelezamento da cidade continuavam sendo executados pelo município, dentro de suas possibilidades financeiras. É o que comprovam as obras realizadas em 1934. Destacam-se entre elas, os serviços de calçamento e terraplenagens das ruas, avenidas e praças da cidade bem como as construções, restaurações e reparos de edifícios públicos municipais e a conservação das estradas de rodagem.

¹⁷³ **MENSAGEM** apresentada pelo Prefeito de Manaus, Agrônomo Antonio Botelho Maia a Câmara Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1936. Typographia PHENIX de Sérgio Cardoso. Rua Joaquim Sarmiento N.º.78. Manaus, p. 11-12.

Nesse momento, faz-se necessário retomar a discussão acerca do significado do projeto de embelezamento da cidade de Manaus, que, ao longo dos tempos, seus administradores buscaram alcançar, desde que se iniciou o período de opulência das arrecadações estadual e municipal e, estendendo-se até mesmo ao período de baixa arrecadação, num intervalo de tempo que nos remete aos anos de 1910 até 1940.

O projeto de embelezamento da cidade primava por ruas largas, bem alinhadas e planas, igarapés saneados ou aterrados, casas construídas em alvenaria com belas fachadas. Tudo isso não como resultante da ação individual de seus moradores, mas impostos pelos três Códigos de Posturas, promulgados nesse período - o de 1910¹⁷⁴, 1920¹⁷⁵ e o de 1938¹⁷⁶. E, para além dos aspectos físicos, o projeto de embelezamento da cidade visava, também, a mudanças dos hábitos e costumes da população local.

Um exemplo dessas mudanças de hábitos e costumes ficou impresso no art. 26 do código de postura de 1920, que determinava a proibição da retirada de cal, terra, barro e palha, ou qualquer outra substância para construção. Uma vez que esses materiais não podiam circular pela cidade, na verdade, o que se escondia por trás dessa medida era a intenção do poder público em dificultar e, se possível, impedir a construção de casas de taipa cobertas de palha no centro da cidade.

Outro mecanismo legal de controle social foi previsto no art. 39 do código de postura de 1938, segundo o qual, os comerciantes ficaram proibidos de colocar mesas e cadeiras em locais inadequados, o que na época era uma prática usual.

Às leis de inibição dos valores sociais vigentes seguiram-se as ações concretas no sentido da transformação da “aldeia em cidade moderna”, por meio de medidas sanitaristas e urbanísticas como o calçamento e terraplanagem de vias da cidade, como o ocorrido no trecho da rua José Paranaguá, entre a praça da Constituição e a Avenida Joaquim Nabuco, onde havia um verdadeiro abismo, que, uma vez aterrado, encurtaria significativamente o percurso entre o Educandos e o centro da cidade.

¹⁷⁴ **LEI** nº. 639, de 13 de setembro de 1910. Promulgado o Código de Posturas do Município de Manaus,

¹⁷⁵ **LEI** nº. 1.059, de 22 de outubro de 1920. Promulgado o Código de Postura do Município de Manaus. Livraria Clássica de J.J. da Câmara, rua Guilherme Moreira, 1 e 3. Canto da rua Theodoureto Souto, 11. Manaus – Amazonas, 1920.

¹⁷⁶ **ATO Nº 44**, de 29 de julho de 1938. Outorgado o novo Código de Postura do Município de Manaus, Amazonas – Manaus – Imprensa Pública, 1939.

Essa obra abriu o leque de discussão acerca do modelo de cidade que se queria construir na década de 1930. No início dos trabalhos da referida obra, ocorreu uma divergência de opinião entre o auxiliar-urbanístico e o diretor de obras sobre o processo de sua execução. Como se tratava de um assunto referente à estética da obra, o Estado solicitou um parecer técnico de três especialistas na área, para solucionar o impasse, e o resultado foi que a divergência dos técnicos era apenas de pontos de vista, como se pode depreender, por meio da leitura do texto abaixo:

O tecnico-urbanista impressionado pela suavidade da arte desapercebeu-se de que, traçado apenas o meio fio, não haverá qualquer alteração na perspectiva actual; e o Director de Obras levado pelo moderno espírito de movimento e transformação que em múltiplas cidades se tem realizado por uma imperiosa necessidade de trafego, não vê Manáos estacionaria e pobre, capaz de eternizar a anfractuosidade de um alinhamento, e sim uma Cidade que se modifique, alargando as suas ruas. E porque assim vê, julga ter iniciado, com o alinhamento do trecho entre a Praça João Pessoa e a Av. Floriano Peixoto a futura rua José Paranaguá.

Por estas razões, tendo ainda em conta que não convem aumentar despesas com destruição e reconstrução, quando o plano techico da Directoria de Obras é racional, somos levados a opinar para que sejam mantidos os trabalhos iniciados pela Directoria de Obras, embora luovemos a interessante feição estética do plano do techico Urbanista.¹⁷⁷

Esses debates sobre como devem ser executadas as obras para a modernização da cidade são interessantes porque demonstram os diversos projetos que disputavam espaço em Manaus e quais os que eram exeqüíveis naquele momento, devido às reais condições da cidade.

Após o rompimento de contrato que concedia o direito de exploração do mercado e do matadouro público à The Manáos Markets and Slaughterhouse Limited¹⁷⁸, no mês de novembro do ano de 1930, ambos passaram por amplos reparos. A reforma daqueles dois importantes prédios do município deveu-se ao lastimável estado de conservação e higiene no qual eles se encontravam. Assim, tão-logo eles voltaram novamente à administração da Prefeitura, o governo municipal voltou sua atenção para a recuperação daqueles dois patrimônios públicos.

¹⁷⁷ **MENSAGEM** apresentada pelo Prefeito de Manáos, Agrônomo Antonio Botelho Maia à Câmara Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1936. Typographia PHENIX de Sérgio Cardoso. Rua Joaquim Sarmiento Nº.78. Manáos, p. 12-14.

¹⁷⁸ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Dr. Pedro Severiano Nunes. Prefeitura Municipal Manáos, Amazonas-Brasil, 1934. p. 4-6

O edifício do Matadouro público sofreu reformas em suas bases para reforço das colunas do pavimento central (sala de abatição) e dos currais; vedação da parte posterior do edifício, além de novas instalações para o serviço de matança do gado; da construção de um pavilhão para instalações sanitárias; do revestimento do piso e construção de cubas do compartimento para tratamento de vísceras; montagem de um grande tanque, com bomba motor, para o fornecimento da água necessária ao serviço de asseio do edifício; reparação geral das salgadeiras etc., e pintura em geral.

No prédio do Mercado Público, foram construídas 71m² de galeria de alvenaria para captação das águas servidas e pluviais, e mais o revestimento da parte exterior do muro de arrimo, feito pelo Sr. Manoel Gomes, pela importância de Rs. 2:500\$000.

Algumas obras públicas do período de governo dos interventores parecem ter despendido recursos bem acima daqueles disponíveis nos cofres públicos, pois, nesse período, foram ordenadas e postas em andamento, pelos interventores, as obras de conclusão da ponte que ligava o bairro da Cachoeirinha ao de Constantinópolis. E, deu-se início à construção da ponte de São Raymundo, avaliada em mais de 1.000 contos de réis. Com essas duas obras, a municipalidade demonstrou o seu potencial em ampliar a cidade, através da construção de pontes para ligar os bairros mais distantes ao centro da cidade, mesmo considerando as dificuldades financeiras para realização de tais obras, que exigiam grande volume de capitais.

Aos vinte dois dias do mez de Outubro do corrente anno perante o Snr. Capitão Nelson Mello. Interventor Federal, V. Excia, e o Dr. Jessé de Moura Pinto, Secretario desta Prefeitura, foi lançada a peddra fundamental para a construcção de uma ponte sobre o Igarapé da Cachoeira Grande, ligando esta cidade com o bairro de S. Raymundo. A referida ponte será de construcção mixta, com os pilares de alvenaria de pedra e terá o leito estradal de cimento armado. Já foram iniciadas as obras para a construcção dos encontros e bases de dois pilares, sendo que as demais obras irão sendo effectuadas de accordo com o volume das águas do referido igarapé.¹⁷⁹

Além dessas obras de grande envergadura para a época, a Secção de Obras, por meio da turma de calceteiros Municipais, realizou o calçamento e o reparo de diversas ruas da cidade como abaixo discriminadas; algumas com riquezas de

¹⁷⁹ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Dr. Pedro Severiano Nunes. Prefeitura Municipal Manáos, Amazonas-Brasil, 1934. p.38.

detalhes e outras apenas indicando o nome das ruas onde a Prefeitura realizou obras.

Rua Silva Ramos – Trecho compreendido entre a Avenida Nhamundá e Praça S. João – Calçamento a pedra tosca sobre lastro de areia e rejuntamento com aguada de cimento, numa área de 2.069, m².97; construídos 168, m¹.20 de valetas e 320, m¹.70 de bordaduras, importando na quantia de Rs. 24:394\$670.

Rua Tapajós – Trecho entre a Praça S. Sebastião e Praça Benjamim Constant – Calçamento a pedra tosca sobre lastro de areia e rejuntamento com aguada de cimento, numa área de 546, m².37; construídos 187, m².30 de valetas e 69, m¹.90 de bordaduras na importância de Rs. 6:401\$540.

Rua Ferreira Penna – Trecho compreendido entre as ruas Leonardo Malcher e Silva Ramos – Calçamento a pedra tosca sobre lastro de areia com rejuntamento de cimento, numa área de 67,5 m².81; construídos 67, m¹.00 de valetas e bordaduras, na importância de Rs. 7:080\$430.

Rua Visconde de Mauá – trecho compreendido entre as praças 15 e 9 de Novembro – Calçamento a pedra tosca sobre lastro de areia e rejuntamento com aguada de cimento, numa área de 545, m².94; construídos 201, m¹.00 de sargetas e reconstruídos 106, m¹.00 de bordaduras, na importância de Rs. 6:079\$320, Praça 9 de Novembro – Calçamento a paralelepípedes, numa área de 411, m².87 na importância de Rs. 2:702\$000.

Calçamento da Rua 10 de julho – Chamados por Edital, concorrentes para o calçamento da Rua 10 de Julho, apresentaram-se dois, sendo eles os srs. David Novoa e Lucio de Souza.¹⁸⁰

Nas ruas Theodureto Souto, Saldanha Marinho, Ferreira Penna, Quintino Bocayuva, José Paranaguá e rua Izabel; foram feitos pequenos reparos, e na rua Leonardo Malcher, foi realizado serviço de terraplenagem; na Monsenhor Coutinho, foi feita a reconstrução do muro de arrimo, nas avenidas Epaminondas, Eduardo Ribeiro e 7 de Setembro foram feitos pequenos reparos e na avenida 13 de Maio, o serviço de aterro e na Praça Oswaldo Cruz e Praça Tenreiro Aranha, pequenos consertos.

Visando facilitar a chegada da produção de gêneros alimentícios das áreas rurais próximas a Manaus para abastecer o mercado da cidade, foram realizados trabalhos de melhoramentos na Estrada do Aleixo. Ainda com o objetivo de facilitar a comunicação da capital com as áreas mais próximas, foi aberta uma estrada de barro chamada na época de picada, ligando a linha de telégrafo de Manaus até Itacoatiara.

Além das obras de calçamento e reparos das ruas de Manaus, foram realizadas diversas obras para melhorar a iluminação da cidade como o ocorrido na

¹⁸⁰ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Dr. Pedro Severiano Nunes. Prefeitura Municipal Manáos, Amazonas-Brasil, 1934. p. 21-35.

Praça Oswaldo Cruz, onde foram colocados, na entrada da Manáos Harbour, cinco postes de cimento armado, contendo cada um cinco focos de luz.

Com o objetivo de aproximar Manaus do modelo europeu de cidade, o Código de Postura deste Município, promulgado em 22 de outubro de 1920, continuou, como previa a versão anterior de 1910, determinando que o arruamento do centro da cidade e dos subúrbios deveria seguir minuciosamente as orientações técnicas traçadas pela 3ª Secção da Superintendência, dando continuidade ao processo de alinhamento e nivelamento das ruas da cidade, iniciado no final do século XIX e início do XX. Nesse período, o serviço de alinhamento das ruas da cidade iniciou-se primeiramente pela Av. Joaquim Nabuco, onde foi necessária, para realizar o referido trabalho, a demolição das fachadas das casas de madeira e reedificação das mesmas em alvenaria, obedecendo-se ao alinhamento, como indicado pelo Código de Postura de 1920, nos artigos de 15 a 17.

Art. 15 – Os arruamentos quer da cidade e subúrbios, quer dos povoados do interior do Municipio, serão feitos segundo os alinhamentos geraes existentes e de accordo com as plantas organizadas pela secção technica da Secretaria da Superintendencia, sendo que os prédios afastados desses alinhamentos geraes deverão avançar ou recuar por occasião de serem reconstruídos, não se dando permissão para quaesquer obras que importem o prolongamento da duração ou a valorisação desses prédios.

Art. 16 – O estudo do alinhamento de uma rua comprehenderá forçosamente o nivelamento da mesma.

Art. 17 – Quando para regularidade do alinhamento das vias publicas for necessária a desapropriação, o Superintendente procederá amigavelmente entrando em accordo vantajoso para o Municipio com o proprietário do bem que deve ser desapropriado, ou judicialmente, pela forma que as leis civis determinam.¹⁸¹

Além dessas obras estritamente ligadas ao cotidiano do ambiente urbano, visando sua adequação ao padrão de cidade civilizada, também foram realizados trabalhos como a construção de pontes e os aterramentos de depressões para ligarem a periferia ao centro da cidade; a construção das feiras para descentralizarem e descongestionarem as atividades comerciais da cidade e, também o calçamento e a iluminação pública das ruas. A Prefeitura de Manaus, por meio da Secretaria de Obras, ocupou-se de várias outras obras que visavam à melhoria estética da cidade por meio do conserto de praças e jardins, considerando

¹⁸¹ **LEI** nº. 1.059, de 22 de outubro de 1920. Promulgado o Código de Postura do Município de Manaus. Livraria Clássica de J.J. da Câmara, rua Guilherme Moreira, 1 e 3. Canto da rua Theodoureto Souto, 11. Manáos –Amazona, 1920.

que esses locais eram os espaços de sociabilidade da sociedade, onde se constrói a imagem da cidade.

Praça da Saudade e Jardim S. José – Foram aterrados todos os canteiros e calçadas às ruas, com pedra tosca sobre lastro de areia e reajuntamento a cimento, numa área de 2.434,m².00 e collocados dois reflectores, tendo gasto a Prefeitura até agora, a importancia de Rs. 15:151\$100.

Praça S. Sebastião – Foram collocados neste logradouro, três reflectores, na importância de Rs. 288\$000.

Praça do Salvador (Villa Municipal) – Foram construídos 1.064,m¹.00 de bordaduras, 248,m¹.00 de valetas e um pequeno pavilhão rústico, gastando a Prefeitura até agora, a importancia de Rs. 6:380\$540.

Praça General Thaumaturgo de Azevedo – Neste logradouro foram construídos 201 m¹70 de bordaduras, 207, m¹. 80 de sargetas e mais 126,m¹.00 de bordaduras dos refugios, na importancia Rs. 3:225\$000, tendo também o empreiteiro Lucio de Souza já construído 320,m².00 de calçamento a tosca sobre lastro de areia e reajuntamento a cimento, na importancia de Rs. 4:960\$000.¹⁸²

A administração pública de Manaus, atingida pela drástica queda do orçamento, não assistiu imóvel à situação econômica e social da cidade tornar-se bem mais caótica devido ao processo de migração dos seringueiros do interior para a capital. Mesmo com essa visível e complicada situação econômica vivida pelo Estado e pelos Municípios, no período dos interventores entre 1930-1945, a administração pública demonstrou fôlego considerável para a superação das dificuldades vivenciadas. Pois, além das obras de manutenção e ampliação das ruas, avenidas e estradas, das construções de pontes ligando a periferia ao centro da cidade e da manutenção dos logradouros públicos, ainda continuou investindo na higiene da cidade, dando prosseguimento aos consertos da rede de esgoto, objetivando a continuação do modelo de cidade moderna.

Álvaro Maia reassumiu a interventoria do estado do Amazonas em 1935 e ficou até 1945, quando foi deposto devido ao novo quadro da conjuntura internacional: o fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos aliados dificultaram a permanência de governos com orientações totalitárias. No Brasil, o impacto desse novo quadro internacional derrubou o governo de Getúlio Vargas, e levou à deposição de todos os seus interventores, sendo chamadas novas eleições em 1946. Durante o período no qual governou o estado, Álvaro Maia iniciou uma política de valorização das atividades extrativas. Sem se dar conta de que essas medidas não solucionavam o problema vivenciado pelo estado há aproximadamente duas

¹⁸² **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Dr. Pedro Severiano Nunes. Prefeitura Municipal Manaus, Amazonas-Brasil, 1943. p. 23-25.

décadas, continuava a insistir em medidas que, comprovadamente, ao longo do tempo, não estavam dando os resultados esperados, ou seja, a recuperação da economia do estado. Nesse sentido, Amarildo R. Rolim, na sua dissertação de Mestrado com o título “*Do sonho a realidade: os ideais trabalhistas de desenvolvimento econômico para o Amazonas nas décadas de 1930-1950 do século XX*”, afirma que,

estritamente preso aos interesses dos setores econômicos ligados a atividade extrativa, Álvaro Maia não pôde perceber nela o motivo da crise, ao invés disso, tomou os efeitos pela causa e considerou a desvalorização dos produtos de exportação do Estado, as dívidas acumuladas, as vantagens das quais desfrutavam o setor público, a defasagem orçamentária e a necessidade de defesa dos produtos extrativos pelo poder central como medidas a serem corrigidas para que houvesse a superação da crise.¹⁸³

No final dos anos trinta, a intensificação das tensões internacionais que conduziram à Segunda Guerra Mundial, em 1939, provocou, na Amazônia, um relativo surto de valorização da borracha silvestre no mercado internacional. Essa nova realidade econômica reacendeu o desejo de construir a cidade ideal, e com esse objetivo, a Prefeitura de Manaus voltou-se para a valorização da Diretoria de Obras, devido à sua importância para o melhoramento e funcionamento da cidade, como se pode inferir do fragmento abaixo:

De suma e primordial importância, para a vida municipal, é a Diretoria de Obras Públicas, que representa a célula-mãe das realizações de ordem material e técnica. Sua atividade desdobra-se desde o estudo e aprovação de planos técnicos de arquitetura e engenharia, até à direção e fiscalização das obras municipais, e das letras legais de posturas do Município, compreendendo o exame mécano-profissional de maquinistas e manutenção de oficinas de serralharia, marcenaria, carpintaria e mecânica.¹⁸⁴

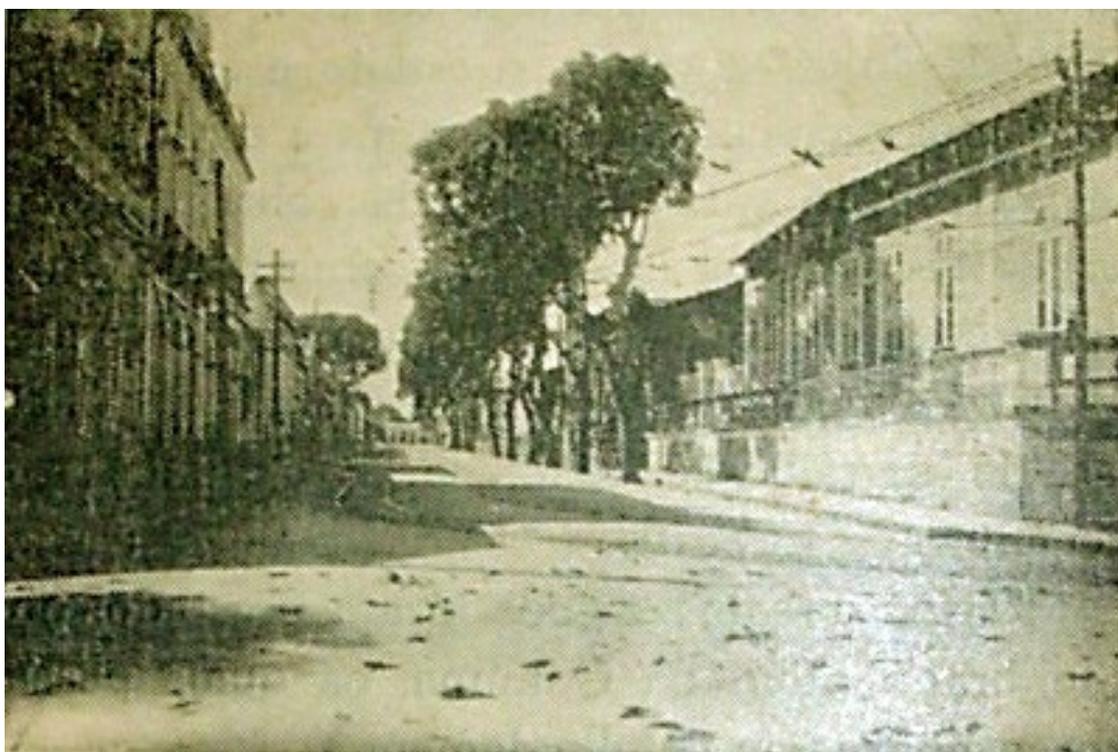
Com fôlego renovado, devido às expectativas de retomada do crescimento econômico, em 1938, foram realizadas várias obras administradas pela Diretoria de Obras Públicas, por meio dos calceteiros municipais.

¹⁸³ ROLIM, Amarildo Rodrigues. **Do Sonho à Realidade**: os ideais trabalhistas de desenvolvimento Econômico para o Amazonas nas décadas de 1950-1960 do século XX. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2006. p.71.

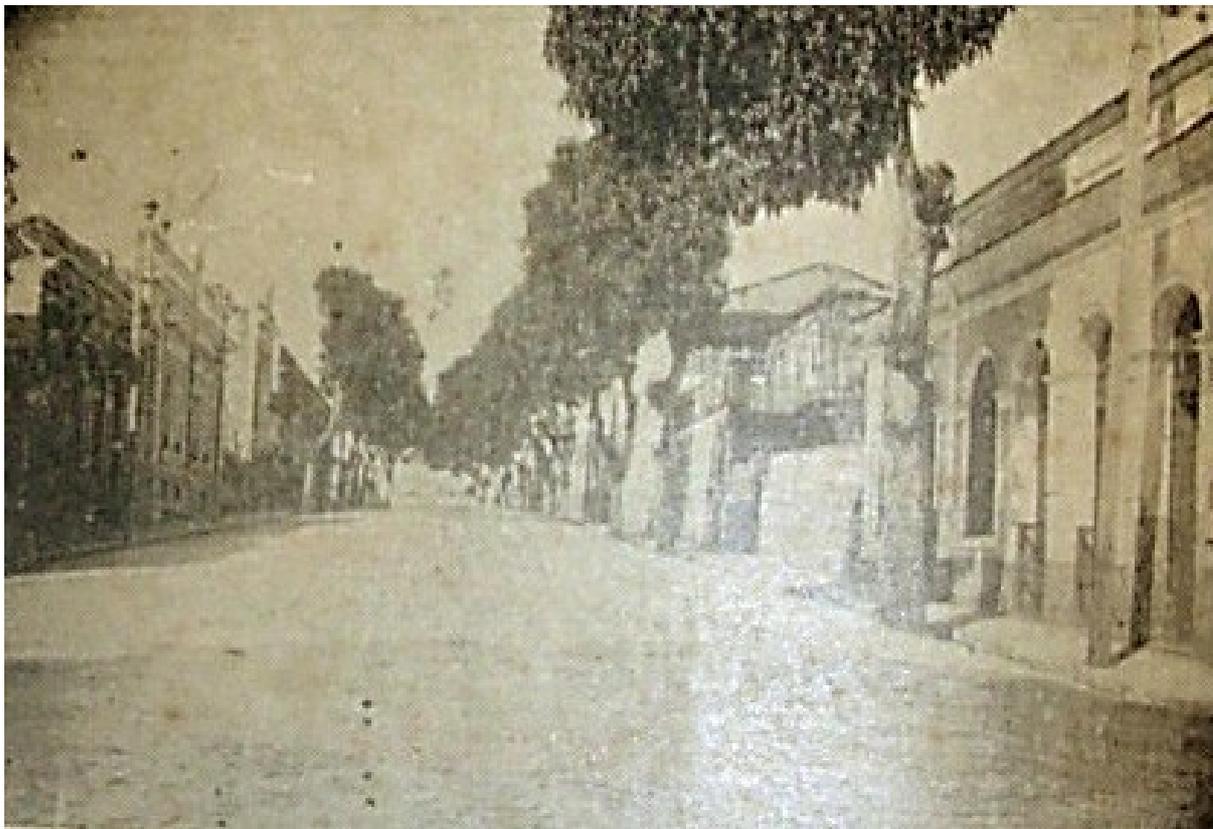
¹⁸⁴ **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938.1938.TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmento, 78 Manaus. p. 43.

Na Travessa entre a rua Bernardo Ramos e a avenida 7 de Setembro, foi realizado o serviço de calçamento à pedra tosca sobre lastro de areia rejuntado com aguada de cimento, e feitas bordaduras de concreto numa área de 168m² e numa extensão de 56m². Na Rua Costa Azevedo, realizaram-se serviços de descalçamento numa área de 2583m², 70 e calçamento à pedra tosca sobre lastro de areia; rejuntadas com aguada de cimento numa extensão de 1.909m², havendo sido construídas sarjetas e bordaduras de concreto, nas respectivas extensões de 353m², 50 e 331m². Como se pode observar pelas fotos abaixo

FOTO 7: Calçamento da rua Costa Azevedo



FONTE: RELATÓRIO que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938.1938.TYP.PHENIX de Sergio Cardoso Rua J. Sarmento, 78 Manaus. p. 44.

FOTO 8: Melhoramentos realizados na rua Saldanha Marinho

FONTE: RELATÓRIO que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmiento, 78, Manaus, 1938. p. 46

Na rua Saldanha Marinho – trecho compreendido entre as ruas Costa Azevedo e Barroso, foram feitos os seguintes serviços: descalçamento de 1.315m²,²⁰; calçamento à pedra tosca sobre lastro de areia rejuntadas com aguada de cimento, de 1.645m² e construção de 192m² de sarjetas.

Na rua Quintino Bocaiúva, foram realizadas obras de descalçamento e calçamento. Os trabalhos realizados nesta via pública procederam-se do seguinte modo: de 1.760m², 60 e calçamento à pedra tosca com rejuntamento a cimento de 792m², 56, no trecho compreendido entre a avenida Joaquim Nabuco e a rua Dr. Almíno. Foram também construídos 420m², 40 de sarjetas e a mesma metragem de bordaduras de concreto. Como pode ser visualizado na foto abaixo:

FOTO 9: Calçamento da rua Quintino Bocaiúva



RELATÓRIO que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmento, 78, Manaus, 1938. p. 45.

Por meio de licitações públicas, a Prefeitura de Manaus também realizou inúmeras obras de reparo e ampliação de ruas, avenidas, logradouros e estradas da cidade, como se pode depreender no texto a seguir

Foram executados serviços de restauração de ruas calçadas da cidade, onde realizamos importantes reparos da pavimentação à pedra tosca e paralelepípedos, como sejam: ruas Marechal Deodoro, Bernardo Ramos, Guilherme Moreira, Marquês de Santa Cruz, Luiz Antoni, 24 de Maio, Barão de São Domingos, José Paranaguá, Lima Bacurí, Henrique Martins, Henrique Antoní, Ramos Ferreira, avenida 7 de Setembro, e praças Antonio Bittencourt, Tenreiro Aranha, D. Pedro II, Osvaldo Cruz, João Pessoa e rampa de São Vicente e do Palácio da Justiça. Custaram estes concertos à Municipalidade a importância de Rs. 30:575£300.¹⁸⁵

¹⁸⁵ **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia. Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Snr. Interventor Federal no Amazonas, dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. 1938.TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmento, 78 Manaus. p. 49

Na rua Leonardo Malcher, na área entre a rua Luiz Antony e a Estrada Epaminondas, foram executados o descalçamento de 379m²,2: calçamento à pedra tosca sobre lastro de areia e juntas tomadas com aguada de cimento, de 631m²,17: e 21m²,01 de sarjetas a concreto. Custando à Prefeitura 10:789\$805.

FOTO 10: Rua Leonardo Malcher



Fonte: **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938.1938.TYP.PHENIX de Sergio Cardoso Rua J. Sarmiento, 78 Manaus. p. 50.

Na Rua Xavier de Mendonça, numa área de 987m²,36, foram feitos serviços de calçamento à pedra tosca sobre lastro de areia e juntas tomadas com duas aguadas de cimento. Sarjetas e bordaduras a concreto de 125m²,95. Além dessas obras, foi construído, também, 1,m³368 de alvenaria de pedra, preparados três assentamentos para 12 metros de tubos e três sifões.

Na rua Lauro Cavalcante, no trecho entre a avenida Joaquim Nabuco e o igarapé de Manaus, foi feito o descalçamento de 1.424m²,17; o calçamento à pedra

tosca sobre lastro de areia com juntas tomadas com aguada de cimento de 987m²,32; a construção de bordaduras de concreto na extensão de 106m²,70; além da modificação de outras numa extensão de 131m²,30, bem como a construção de 257m²,35 de sarjetas. Para captar águas pluviais, foi feito o assentamento de 38 tubos, efetuando-se ainda, com o objetivo de uniformizar o terreno, a escavação de 228m³.

Na Estrada Epaminondas, no trecho compreendido entre as ruas Simão Bolívar e Leonardo Malcher, foi feito o descalçamento de 1.825m²,60 e calçamento à pedra tosca com rejuntamento de cimento numa área de 1.766m²,81. Construiu-se uma extensão de 153m²,50 de bordaduras a concreto, tendo sido modificadas outras numa extensão de 19,m²,50. Foram construídos 231m²,75 de sarjetas, o que custou a importância de 33:749\$315.

FOTO 11: Estrada Epaminondas, entre as ruas Simão Bolívar e Leonardo Malcher



Fonte: **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938.1938.TYP.PHENIX de Sergio Cardoso Rua J. Sarmento, 78 Manaus. p. 50.

Nesse momento, os administradores públicos pareciam estar preocupados em elaborar um projeto mais aprimorado para o embelezamento da cidade, mesmo

que fosse apenas para o ano em curso, mas isso indica que se vislumbrava uma luz no horizonte. Porém, tudo, visceralmente ligado à utopia de uma cidade aos moldes europeus. Como se pode depreender do texto abaixo.

Faz parte do plano administrativo de obras para o ano corrente a continuação dos serviços de calçamento dessa artéria urbana. Attendendo a motivos de ordem sanitária e de urbanismo, já determinamos à Diretoria de Obras Públicas da Secretaria da Prefeitura o estudo dos serviços a realizar-se.

Restauração de Esgotos – Diversas restaurações foram realizadas na rede de esgotos da cidade nas partes correspondentes às ruas, praças e avenidas discriminadas abaixo:

Mundurucús, Barés, José Clemente, Monsenhor Coutinho, Ramos Ferreira, Tapajós, Dr. Almíno, Taquerinha, Barrozo, Saldanha Marinho, Frei José dos Inocentes, Lauro Cavalcante, Barão de São Domingos, Dr. Moreira, Comendador Alexandre Amorim, Pedro Botelho, Dez de Julho, Luiz Antoní, Quintino Bocaiúva, 24 de Maio, Comendador Clementino, Marçílio Dias, Marechal Deodoro, Itamaracá, Miranda Leão, Leonardo Malcher, Silva Ramos, Xavier de Mendonça, Henrique Martins, Joaquim Sarmento, Lobo d'Almada, Guilherme Moreira, Lima Bacurí, Demétrio Ribeiro, Leovegildo Coelho, Andradas, José Paranaguá e São Vicente General Osório, Tamadaré, 15 de Novembro, Osvaldo Cruz e São Sebastião; Joaquim Nabuco, Eduardo Ribeiro, 7 de Setembro, 13 de Maio, Floriano Peixoto, Major Gabriel, João Coelho e Epaminondas; Vila Municipal e Matadouro Público.¹⁸⁶

Dando continuidade à necessidade de manutenção e ao projeto de modernização da cidade, de acordo com a concepção europeia do final do século XIX e início do XX, os administradores do estado e da cidade de Manaus continuaram seus pacotes de obras.

Retomando o processo de alinhamento das ruas do centro da cidade, agora era a vez da avenida Floriano Peixoto, onde foi feito o alinhamento no trecho compreendido entre as ruas José Paranaguá e Quintino Bocaiúva, tendo a municipalidade, para isto, entrado em acordo com os proprietários dos terrenos que seriam alcançados pelo corte de retificação. Construíram também os muros de arrimo próximos desses lotes, os quais atingiram 333m,³958, ou seja, 193m,50, e mais 196ml,30 de meios-fios, na parte posterior do edifício da Escola Normal.

¹⁸⁶ **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmento, 78 Manaus, 1938. p 50-51.

PLANTA 2: Projeto de alinhamento da rua Floriano Peixoto

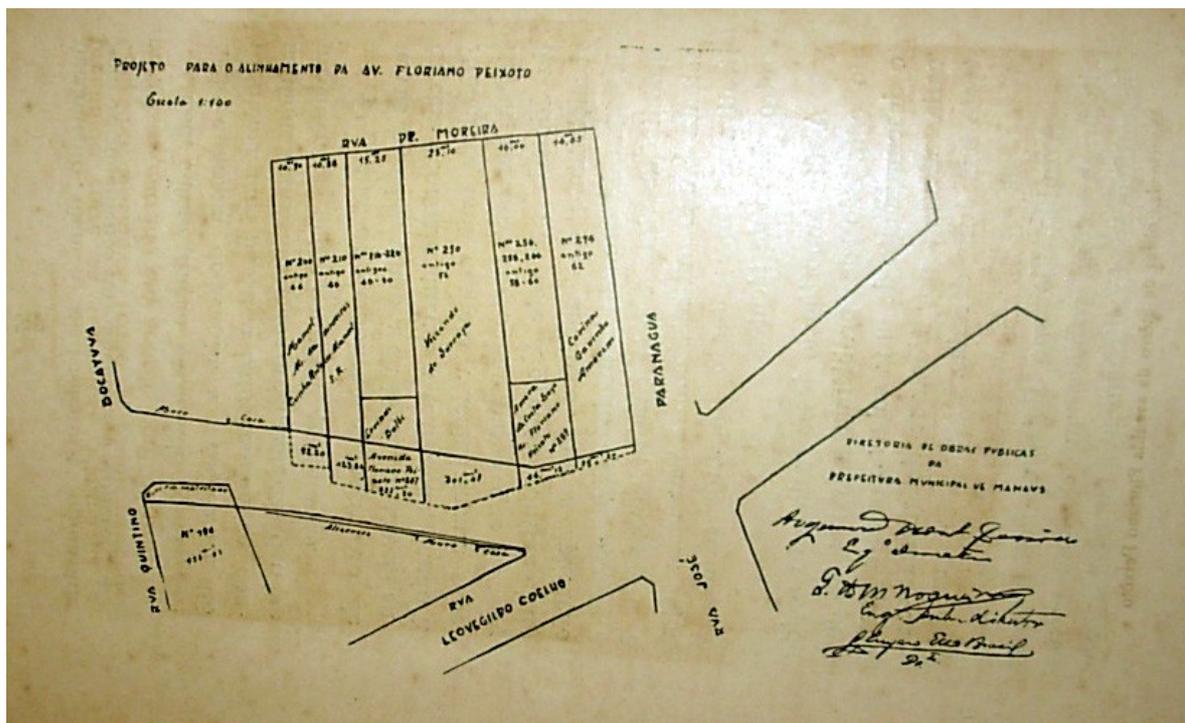


FOTO 12: Rua Floriano Peixoto antes do alinhamento no trecho com a José Paranaguá



Fonte: **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sergio Cardoso Rua J. Sarmento, 78 Manaus, 1938. p. 58-59.

Essa obra demonstrava claramente a possibilidade do retorno do sonho da construção da cidade idealizada por seus administradores, considerando que a referida obra solucionava problemas antigos vivenciados pela cidade. Mas também era a demonstração de que a economia do estado e do município estava dando sinais de recuperação, pois, para a viabilização da referida obra, era necessário superar ou pelo menos diminuir os problemas econômicos, uma vez que era necessário um grande volume de recursos para sua realização, considerando-se a necessidade de desapropriar terrenos pertencentes a particulares, realizar trabalhos de aterro, construir muros de arrimo. Até os custos do planejamento urbanístico era necessário contabilizar, já que as obras necessitavam de um amplo projeto urbanístico, levando-se em conta as dimensões da área a ser atingida e o lugar de sua construção, no centro da cidade.

Sobre a questão do alinhamento das ruas e do aterramento dos igarapés, já havia legislação prevista nos três códigos de postura do período analisado: o de 1910¹⁸⁷, o de 1920¹⁸⁸ e o de 1938¹⁸⁹.

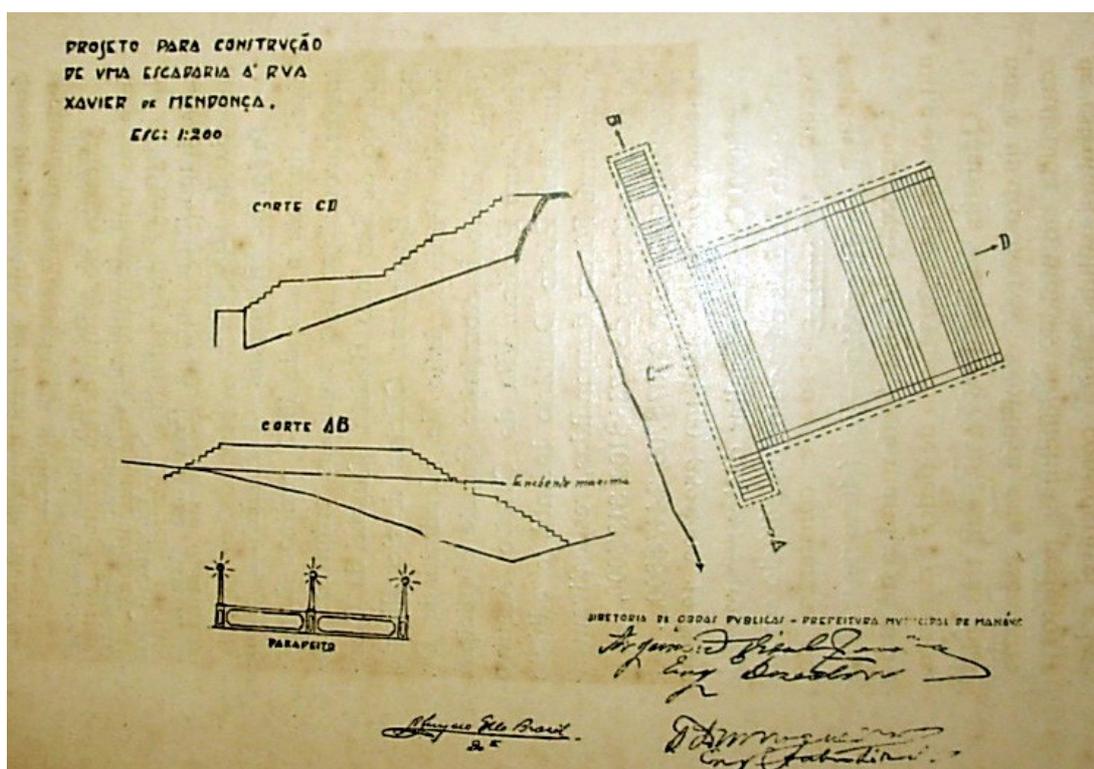
¹⁸⁷ **LEI** nº. 639, de 13 de setembro de 1910. Promulgado o Código de Posturas do Município de Manaus.

¹⁸⁸ **LEI** nº. 1.059, de 22 de outubro de 1920. Promulgado o Código de Postura do Município de Manaus. Livraria Clássica de J.J. da Carama, rua Guilherme Moreira, 1 e 3. Canto da rua Theodoureto Souto, 11. Manaus – Amazonas, 1920.

¹⁸⁹ **ATO Nº 44**, de 29 de julho de 1938. Outorgado o novo Código de Postura do Município de Manaus, Amazonas – Manaus – Imprensa Pública, 1939.

Na escadaria da Rua Xavier de Mendonça, foi construído um muro de arrimo para conter a erosão das terras que se movimentavam, levadas pelas enxurradas no período de inverno e, ameaçavam o desmembramento dos alicerces das casas ali existentes, o que podia ocasionar a destruição de um trecho daquela artéria. Como pode ser observada pela imagem abaixo.

PLANTA 3: Terminal da rua Xavier de Mendonça – Escadaria e muro de arrimo e galeria de esgotos



Fonte: **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sergio Cardoso Rua J. Sarmento, 78 Manaus, 1938. p. 63.

Ademais, aquele trecho urbano primava pela utilidade de proporcionar aos ribeirinhos o acesso à cidade nas épocas de vazante e, nas épocas de enchente, serviam, com grande alcance econômico-comercial, de ponto de embarque e desembarque de gêneros e mercadorias de primeira necessidade. Assim, a necessidade de reparos naquele trecho era inadiável para a Prefeitura, dado que era um ponto importante para a arrecadação de recursos públicos.

Construção de uma forte muralha de arrimo e escadaria de alvenaria de pedra e cimento.

Quarenta e sete degraus, em três planos e quatro lances, compõem esta escadaria construída em moldes arquiteturais perfeitos e de estrutura sólida,

altura considerável e largura pronunciada, servindo mesmo de ornamento sugestivo àquela via pública.

Acresce, na série de utilidades dessa realização, a de facilitar grandemente a ligação do bairro dos Tócos ao de São Vicente. Com essa importante obra a Prefeitura gastou a quantia de 32:606\$450.¹⁹⁰

Na área do Mercado Público, também com o objetivo de melhorar as condições de acesso e trabalho, foi construída uma galeria de esgotos para evitar que as águas servidas comprometessem o seu funcionamento.

Na Praça 24 de Outubro, foi reparada a galeria de iluminação, que representou um gasto de 1:298\$500 aos cofres do município.

Na Praça General Osório, foi feito o calçamento à pedra tosca sobre lastro de areia com rejuntamento de cimento numa área correspondente a: 1.424m²,22. Houve também a construção de 216m²,20 de sarjetas com bordaduras de concreto, correspondendo a 118m²,70 de extensão além de modificações de bordaduras equivalente a 101m²,50.

A Praça dos Remédios também foi completamente recalçada nesse período. No início da rua José Clemente, foi construído um muro de arrimo em pedra seca, atendendo a uma justa reclamação dos seus moradores, que há muito tempo solicitavam providências para solucionar o grave problema provocado pelas águas da chuva e das casas das proximidades, para evitar o desmoronamento da área foram construídos um muro de arrimo e uma grande caixa de esgoto para conter as águas pluviais ali existentes.

Na rua Saldanha Marinho, foram realizados trabalhos de terraplenagem, calçamento à pedra tosca com aguada de cimento e construção de muro de arrimo. O trecho beneficiado com esses serviços foi o que liga a rua Rui Barbosa à avenida 13 de Maio. Além desses trabalhos foram realizados outros complementares como pode ser observado no texto citado abaixo.

Também serviços outros complementares da pavimentação foram executados com a modificação de 64ml.50 de bordaduras, assentamento de sargetas de concreto simples numa extensão de 226ml.50 e 159ml.85 de bordaduras. O muro de arrimo alcançou 65m³,171. Em via de conclusão, esse significativo melhoramento deverá ser dado a transito público dentro do presente semestre.¹⁹¹

¹⁹⁰ **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua Joaquim Sarmiento, 78 Manaus, 1938. p. 62-64.

Por vários momentos, o relatório da Diretoria de Obras, da Prefeitura de Manaus de 1938, demonstra o interesse da administração na conservação e manutenção das estradas de rodagem, que ligavam o centro da cidade às áreas periféricas, onde era produzida grande parte do que se consumia na cidade. Uma dessas áreas era a estrada Miri, que ligava a estrada do Mindú à estrada do Aleixo,

(...) Seguramente há dez anos, existiu, ligando a estrada do Mindú à do Aleixo, um ramal rodoviário que, abandonado completamente, veio a tornar-se intransitável, a utilidade dessa ligação rural em face do encurtamento da distância que proporciona, facilitando aos moradores do Aleixo mais rápido acesso às suas habitações, e mesmo porque esse ramal oportuniza, também, com suas margens pitorescas, um interessante detalhe da paisagem natural, deferimos a sugestão da Diretoria de Obras em executar a sua completa reconstrução, que constou de derrubadas, destocamentos, terraplenagens e construção de dois pontilhões com encontro de alvenaria e estrados de madeira de lei, tomando essa rodoviária a denominação de “Estrada-Miri”, em virtude de sua pequena quilometragem. A Prefeitura despendeu, com essas obras, a quantia de Rs 11:646\$200.¹⁹²

O saneamento de Igarapés da cidade de Manaus pela administração pública não era uma preocupação recente. Desde o final do século XIX e início do XX, essa discussão se fazia presente. Com objetivo de construir uma cidade civilizada aos moldes europeus, tornava-se necessário aterrar os chamados pântanos, que, na realidade, eram igarapés que estavam sendo mortos para dar vida a uma cidade sem veios de água. No final da década de 1930, isso não era diferente. A declaração de morte aos igarapés continuava na ordem do dia, como se pode depreender pelo texto abaixo.

O governo municipal mantém uma turma efetiva de operários de saneamento, em contribuição eficiente à saneamento, em contribuição eficiente à Saúde Pública, no tocante às suas realizações de sanitário urbano, suburbano e rural. Constam esses serviços de drenagem dos igarapés, desobstrução de pântanos, aberturas de valas para escoamento de águas estagnadas a roçagem de vegetações prejudiciais. De grande valor de higienização da cidade, essa dedicada turma de operários, cujos serviços tem produzido resultados sobejamente satisfatórios, há tornado saneadas várias regiões insalubres. Com a sua manutenção a Prefeitura gastou, durante o ano de 1937, a importância de 16:068\$000.¹⁹³

¹⁹¹ **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua Joaquim Sarmiento, 78 Manaus, 1938. p. 73-75.

¹⁹² **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmiento, 78 Manaus, 1938. p.69-71.

¹⁹³ **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de

Os trabalhos de terraplenagem das ruas de Manaus também estavam antenados com os objetivos de modernizar e civilizar a cidade, por isso, assim que surgia a possibilidade de realizar tais trabalhos, a Diretoria de Obras da Prefeitura os realizava, como se pode depreender do relato feito pelo interventor federal do Amazonas, Álvaro Botelho Maia, sobre as obras realizadas na cidade no ano de 1938.

Terraplenagem: Foram exercidos, com eficiência, serviços apreciáveis de terraplenagem nas seguintes artérias de viação pública: Ruas Paraíba, Ramos Ferreira, Emilio Moreira, Saldanha Marinho, Major Gabriel, Antonio Bittencourt, José Paranaguá, Belém, Avenida Airão, João Coelho, 7 de Setembro, Vapés, Japurá, 13 de Maio e Visconde de Porto Alegre: Bulevár Amazonas, Vila Municipal e Estrada da Chapada, havendo a Municipalidade gasto, com todos estes serviços, a quantia de 22:441\$200.¹⁹⁴

Outro problema vivenciado pela cidade de Manaus era a conservação das ruas onde passavam os trilhos dos bondes chamados de “entre-linhas”. A Prefeitura acusava a empresa prestadora do serviço de não estar cumprindo o acordo firmado, pelo qual a referida empresa deveria manter os trilhos e os dormentes em perfeitas condições de tráfego, o que não acontecia, o que provocava vários danos às ruas da cidade, devido à trepidação dos bondes com os trilhos e dormentes de péssima conservação. Como se percebe na descrição abaixo:

Conservação de entre-linhas: A Municipalidade tem incluso, na série de seus múltiplos problemas, um de caráter especialíssimo, prejudicial muita vez a serviços de inadiabilidade patente, o qual concerne à conservação das entre-linhas dos trilhos por onde transitam os bondes da empresa “Manaus Tramways”. É que, enquanto o Município despense importâncias vultosas no serviço de pavimentação das ruas, aquela companhia inglesa, descurando e desestimando esta preocupação municipal, mantém trilhos e dormentes imprestáveis, ocasionando com o trepidar dos elétricos na ferragem desnivelada, o deslocamento das pedras que formam o leito das entre-linha, dando em resultado o aparecimento de sulcos e depreções. E isto dá origem a reclamações da população, obrigando a Município a realizar três ou quatro concertos anuais, quando bastaria um, se não fora o defeito apontado.¹⁹⁵

1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmiento, 78 Manaus, 1938.p. 71-72.

¹⁹⁴ **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP.PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmiento, 78 Manaus, 1938. p. 72.

¹⁹⁵ **RELATÓRIO** que o agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. Exercício de 1937 e período de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1938. TYP. PHENIX de Sérgio Cardoso Rua J. Sarmiento, 78, Manaus, 1938. p. 72-73.

Na metade da década de 40 do século passado, além dos trabalhos de manutenção, adaptação e conclusão de obras, a abertura e nivelamento da avenida Getúlio Vargas estava em plena atividade. A abertura dessa avenida também gerou muitos debates, pois a oposição argumentava que, devido à escassez de recursos financeiros, o Poder Público deveria se preocupar com questões mais urgentes em outros setores da administração, e não despender grandes recursos em uma obra que traria pouco retorno para a maioria da população.

No final dos anos 40, entre 1948 e 1949, foram realizadas obras de recuperação em vários “fatos urbanos” públicos, dentre eles, podemos destacar: o forno de incineração de resíduos sólidos, o Mercado Municipal, o Matadouro Municipal, a ponte da estrada de São Raimundo. Entre as obras urbanísticas, podemos destacar o calçamento da avenida Joaquim Nabuco e das estradas que rodeavam a cidade, facilitando o tráfego.¹⁹⁶No ano de 1949, apesar da crise econômica, foram realizadas várias obras de recuperação das vias públicas da cidade, isso foi possível devido à intensificação da arrecadação do imposto de rodagem, criado pela Lei nº. 42, de 21 de julho de 1949. Essa medida possibilitou o calçamento da avenida Floriano Peixoto, de parte do trecho compreendido entre a praça Taumaturgo de Azevedo à rua Quintino Bocayuva, até o limite da rua José Paranaguá e o recalçamento da avenida Joaquim Nabuco, no seu lado direito, a partir do seu cruzamento com a avenida Sete de Setembro.¹⁹⁷

Nossas pesquisas indicam que toda essa preocupação para manter o ar de embelezamento e modernidade da cidade de Manaus estava ligada aos interesses da elite local em reafirmar seu *status quo* e utilizar a cidade como a vitrine na qual ela se apresentava.

¹⁹⁶ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas. 1948. p.31-33.

¹⁹⁷ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1949, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas. 1949. p. 35-36.

2.6 Saneamento e limpeza pública

2.6.1 Saneamento e esgotos

De acordo com Mesquita¹⁹⁸, as questões envolvendo a higiene e o saneamento dos espaços urbanos passaram a nortear as políticas públicas desde o final do século XIX na Europa. Na primeira década do século XX, as questões de saneamento e esgotos na cidade de Manaus eram alvos de constantes reclamações. Os “pântanos” existentes na cidade e o alagamento das ruas, em períodos de chuvas, por falta de esgotos adequados para a evacuação das águas pluviais, prejudicavam significativamente sua higiene.

O lento processo de realização desses serviços não significava que o Poder Público não tivesse conhecimento da gravidade do problema de insalubridade da cidade. Na realidade, faltavam recursos para realização de tais empreendimentos, como se pode concluir a partir do relato do Superintendente Jorge de Moraes, na mensagem de 26 de maio de 1913, na qual afirma conhecer perfeitamente as necessidades que fazem sentir na,

nossa *urbs*, mas também não ignoramos que os melhoramentos de que ella necessita custam muitíssimo dinheiro, e a municipalidade de Manáos, com os seus recursos actuaes não poderá fazer face a tão grandes dispêndios. Só lançando mão de recursos extraordinários obtidos com os cuidados que tive a honra de vos torna conhecidos em mensagens passadas, poderíamos extinguir os pântanos que prejudicam Manáos, bem assim realizar todos os emprehendimentos de que a capital do Estado Carece.¹⁹⁹

O superintende de Manaus, Jorge de Moraes, deixou a questão da falta de recursos bem clara ao apresentar os trabalhos realizados na rua 13 de maio, momento em que discutiu a proposta feita pela empresa Manáos Harbor, para realizar o serviço na avenida Floriano Peixoto, afirmando, na ocasião, que os altos custos desses serviços prejudicavam sua execução, como pode ser verificado no fragmento abaixo:

Pelo aterro da parte da avenida Floriano Peixoto, entre o quartel da Força Pública e a rua dos Andradas, melhoramento que tentei levar a effeito, á vista de constantes reclamações, a Manáos Harbour, que se encontra aparelhada para semelhantes serviços, pois possui em activo funcção, trollys,

¹⁹⁸ MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine**: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900). Tese de Doutorado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005. p.48-56.

¹⁹⁹ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p.50-56.

trilhos, machinas excavadores, etc., consultada a respeito, pediu, segundo o nível que se pretendesse: 200:000\$000, 400:000\$000 e 600:000\$000! Isso só para aterrar; se cogitássemos de calçar o mesmo trecho a paralelepipedos ou pedra tosca, o preço subiria a mais de 1.500:000\$000!! A avenida 13 de Maio, situada no centro da capital, provocando a boa vontade de todos aquellos que se interessam pelo saneamento de Manáos e que foi particularmente visado pela comissão nomeada pelo Sr. Dr. Constantino Nery, ahi está para provar com a subida eloquência o que affirmamos. Esse ultimo trabalho imprescindível ao bom estado sanitário de nossa capital, onde está do termino de simples aterro, e afóra o serviço executado pelo Estado já existe trabalho feito por conta deste Município no valor de 275:915\$868! Se esse empreendimento for levado a completa realisação, isto é, se o solo for revestido de calçamento o seu custo attingirá a somma por demais elevada.²⁰⁰

Os argumentos apresentados pelo Poder Público sobre as questões de saneamento da cidade de Manaus evidenciavam o modelo de cidade que a elite amazonense estava construindo, uma cidade embasada no modelo moderno, apresentado por Benevolo, na qual o Estado atua ativamente nas realizações e fiscalizações de obras nela realizadas. Outro aspecto importante a ser destacado é a preocupação com o bem estar da vida, pois os olhares não estavam voltados apenas para grandes construções arquitetônicas, mas para obras que pudessem promover uma vida melhor na cidade, como era a questão do saneamento básico, esgotos e água potável: interesses perfeitamente perceptíveis nas afirmações do superintendente de Manaus, Jorge de Moraes, em 11 de fevereiro de 1913.

Despenderam-se milhares e milhares de contos de réis sem que a nossa capital se saneasse, desembaraçada dos pantanos que ainda ahi estão; sem água em boas condições, ostentando bello Teatro, imponente Palacio da Justiça, bonds elétricos, etc., conservando as fossas fixas para descarga de que há muito devia correr numa rede racional e completa de exgotto!²⁰¹

Foram realizadas também, no ano de 1913, obras de infra-estrutura visando melhorar o aspecto de salubridade da cidade. Várias bocas de lobo foram colocadas para facilitar o escoamento das águas pluviais, evitando seu acúmulo que provocava mau cheiro, sendo também um grande foco de doenças, e, para exemplificar o esforço que estava sendo feito, o superintendente do município, Jorge de Moraes, em 5 de setembro de 1913, apresentou as obras de saneamento realizadas na cidade.

²⁰⁰ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p.51.

²⁰¹ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p.51.

Fiz ainda collocar três novas boccas de lobo, tendo duas o encanamento de alvenaria de pedra com argamassa 1X3, na extensão de 58,m00, continuando com tubos de grés de 10, na extensão de 21,m00.

Foram ainda construídos 5 boccas de lobo debaixo dos passeios; levantados 2 muros de arrimo, um na extensão de 50,m00 e outro na 24,m00, afim de poder sustentar o calçamento em questão.

Como falei na minha ultima MENSAGEM conseguir, vencendo grandes dificuldades, tornar um ponto de acesso aos pequenos lavradores a rampa chamada dos Remédios.

Foram ainda collocadas 4 boccas de lobo, com escoamento de tubos de 8, numa extensão de 12,m60 e de alvenaria de pedra com argamassa de 1x3. Nos trabalhos de alargamento, calçamento e recalçamento do segundo trecho da rua Ramalho Junior, outra viella agora transformada n'uma bella artéria da cidade, foi necessário construir um muro de alvenaria de pedra com argamassa 1x3 na extensão de 79,m00, afim de servir de arrimo ao aterro feito, que é de 355,m075 metros cúbicos..²⁰²

Nos anos 20 do século passado, foi necessário realizar um grande investimento na recuperação da rede de esgotos da cidade, pois ela estava bastante deteriorada devido à obstrução dos encanamentos por detritos produzidos pela cidade ao longo do tempo. As galerias eram destruídas por não serem apropriadas ao volume de água e detritos orgânicos. Os consertos na rede de esgotos iniciaram pelas ruas: Lobo d'Almada, Demetrio Ribeiro, Barés, Miranda Leão, Marcílio Dias Guilherme Moreira, Frei José dos Innocentes, Monsenhor Coutinho, Xavier de Mendonça, Bittencourt e Marechal Deodoro; na Avenida Eduardo Ribeiro, Praça 15 de Novembro, Tamandaré, Desembargador Rego Monteiro e 5 de Setembro, foram desobstruídos e consertados 429 metros de tubulação de esgoto.²⁰³

Na década de 1930, as questões de saneamento continuavam problemáticas e exigiam uma solução imediata. Em 1937, havia uma constante reivindicação do prolongamento da construção da rede de esgoto no espaço em frete à alfândega sob o Roadway²⁰⁴. O principal objetivo com esse prolongamento era evitar que as águas servidas e os detritos fecais, produzidos pelos habitantes daquela área, ficassem alojados na frente da alfândega, em pleno centro da cidade.

No final da década de 1940, os problemas com o saneamento da cidade continuavam evidentes e em 1948, com o objetivo de diminuí-los, a prefeitura

²⁰² **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 5 de setembro de 1913. Manaus. Secção de Obras do Comercio do Amazonas. 12, rua Joaquim Sarmiento, 1913.p. 21.

²⁰³ **MENSAGEM** lida perante o Conselho Municipal pelo Superintendente, Sr. Dr. Edgard de Rezende do Rego Monteiro, por ocasião da abertura da sessão ordinária daquelle corpo legislativo, em 1º de abril de 1924. Manáos. p. 77-78.

²⁰⁴ **MENSAGEM** apresentada pelo Prefeito de Manáos, Agrônomo Antonio Botelho Maia à Câmara Municipal, na sua sessão de 15 de abril de 1937. Typographia PHENIX de Sérgio Cardoso. Rua Joaquim Sarmiento, nº. 78. Manáos, p.10-12.

construiu 28 metros de esgotos, com tubos grés, de 21 polegadas na Praça 24 de Outubro e na rua Ferreira Pena, também foram construídos 100 metros de esgoto com tubos de grés de 9 polegadas, para dar vazão às águas pluviais daquela região²⁰⁵.

Na década de quarenta, as políticas públicas estaduais e municipais estavam voltadas para obras de infra-estrutura como a canalização dos esgotos da cidade, que sofreram inúmeros reparos.²⁰⁶

²⁰⁵ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas, 1948. p. 33.

²⁰⁶ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1950, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Diretoria da Imprensa Oficial. Manaus – 1950.p.33.

2.7 Limpeza pública

As políticas públicas implementadas pelo Estado demonstram muito bem que a concepção de embelezamento da cidade do período de prosperidade econômica continuou presente nas ações do governo do período de crise. Essa concepção pode ser percebida em várias ações do Estado; mas, destacaremos o debate estabelecido sobre onde seria o local mais adequado para instalação do forno de incineração de resíduos sólidos da cidade, de tal forma que não prejudicasse o bem-estar dos moradores das proximidades. Essa polêmica sobre a incineração dos resíduos sólidos ou a liberação dele nas águas do Rio Negro, já fazia parte das discussões do Poder Público desde o final do século XIX e o início do século XX.

A preocupação com o controle do lixo produzido pela cidade não era apenas um problema de ordem local, era, na verdade, uma orientação geral para as cidades que desejavam estar entre as sociedades ditas “civilizadas”. Nesse sentido, os trabalhos realizados na cidade estavam de acordo com o que vinha ocorrendo no restante do mundo, no que se refere à higiene pública. É o que se depreende do relato apresentado pelo Superintendente de Manaus, na mensagem ao Conselho Municipal de 11 de fevereiro de 1913.

(...) Nas cidades civilizadas e que possuem o processo de incineração do lixo, os estabelecimentos destinados a esse fim nem sempre são collocados na periphéria de todas ellas. Nós o fizemos com o escrúpulo que o caso merecia desde que iniciávamos o serviço entre nós.

Collocamos o forno já encomendado e presenteado pelo Estado no limite occidental de Manáos, de conformidade com a orientação dos ventos dominantes. É absolutamente impossível asseverar que o forno Horsfall de Manáos esta collocado no seu centro.

Para exemplificar, lembramos que em Londres existe uma das usinas de incineração perto do hotel Cecil, isto num dos mais lindos e elegantes quarteirões da mesma cidade; em Mônaco, quase embaixo das janellas do palácio do príncipe, existe outra, e os prejuízos para a hygiene foram de tal ordem, que em sua proximidade foi construído o hotel Dieu. Accresce ainda a notificação de um beneficio trazido pela collocação do forno.²⁰⁷

Apesar de toda a argumentação, justificando que o local onde havia sido montado o forno Horsfall de incineração do resíduos sólidos coletado era adequado, não foi o suficiente para convencer todos os moradores da cidade de Manaus, pois o senhor Simplício Coelho Rezende considerava sua colocação inadequada porque a enorme fumaça produzida pelo forno prejudicava significativamente a saúde dos

²⁰⁷ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p. 47-50.

moradores das proximidades, por isso, entrou com uma ação judicial contra a colocação do forno na região do centro da cidade.

O prédio construído para abrigar o forno localizava-se no bairro de São José, no lado sul da rua Ramos Ferreira, e tinha sido autorizado pela Lei nº 614, de 26 de agosto de 1910 e inaugurado em 1911²⁰⁸. Diante da citação judicial, o Município chegou a ventilar que, caso perdesse a ação na justiça, seria obrigado a encontrar um novo local para colocar o referido material. Mas, alertava que o novo local tinha que atender às necessidades da coleta do lixo, pois, para percorrerem os subúrbios para coletá-lo, os veículos utilizados e as péssimas condições das vias desses locais não permitiam mais de uma vigem por dia, prejudicando a higiene da cidade, porque não seria possível coletar todo o lixo de uma só vez.

Durante as décadas de 1920²⁰⁹ e 1930²¹⁰, as questões de saneamento e limpeza pública foram apresentadas como um dos grandes problemas a serem solucionados pelo Poder Público, questão que já se arrastava aproximadamente a meio século. O maior problema, portanto, encontrava-se na limpeza pública e na coleta de resíduos sólidos dos bairros.

No final dos anos 40 do século passado, precisamente em 1948, o Poder Público destacou que o serviço de limpeza da cidade, na sua parte urbana, estava sendo realizado sob contrato por concorrência pública, e a limpeza dos bairros estava sendo feita administrativamente e atendendo apenas aos bairros de S. Raimundo, Constantinópolis, Adrianópolis, Cachoeirinha, Boulevard Amazonas e Portugal²¹¹.

Isso significa que a maioria dos bairros suburbanos não tinha coleta de resíduos sólidos regular, apenas em momentos esporádicos.

2.8 Obras de embelezamento: paisagismo, praças e jardins

²⁰⁸ **RELATÓRIO da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios Municipais.** p. 16. In: RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922 pelo Superintendente Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do Cá e Lá – Manáos, 1922.

²⁰⁹ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em sua reunião extraordinária de 15 de dezembro de 1925. Imprensa Pública. Manáos, 1925. (Alfredo Sá – Interventor Federal no Amazonas). p. 70-72

²¹⁰ **RELATÓRIO** apresentado ao Ex. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Melo. 1935. Imprensa Pública. Manáos – Amazonas. p. 35-39.

²¹¹ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas, 1948.

Os esforços para embelezar a cidade por meio da erradicação dos “pântanos” e dos desnivelamentos do arruamento da cidade foram seguidos pela proposta de alteração do estilo paisagístico da cidade. Em 1913, o projeto de modificação da arborização paisagística, que tinha sido iniciado ainda no final do século XIX, continuava. Este projeto consistia na substituição das árvores frutíferas por *ficus Benjamim*, pela *Tilia* e pelo *Eucalyptus*, nas principais ruas e praças. As árvores frutíferas - malvacias, amendoeiras - utilizadas para arborização da cidade, foram consideradas inadequadas, por causa da grande queda de folha e flores que entupiam os esgotos da cidade. As mangueiras, apesar das frondosas folhagens que propiciavam sombra para os transeuntes, também se apresentavam como inadequadas devido à extensão de suas raízes que destruíam os passeios e muros da cidade e, além disso, no período em que os frutos estavam maduros, a criançada e os desocupados se aproveitavam para jogar pedras e outros objetos nas árvores, na intenção de retirar-lhes os frutos, provocando grandes reclamações dos moradores das proximidades.

Com essa argumentação, o Poder Público iniciou o processo de substituição daquelas árvores por outras consideradas mais adequadas para o paisagismo e o bem-estar da cidade. Na Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Manaus, pelo superintendente do Município, Jorge de Moraes, em 5 de setembro de 1913, foi dado bastante ênfase a esse problema.

Verificando que as malvacias e as amendoeiras e outras arvores só serviam para juncar o solo de folhas seccas, dificultando assim o serviço da limpeza das ruas, resolvi substituil-as, trabalho que vae proseguindo com toda a regularidade.

Nestes últimos mezes foram supprimidas nas ruas e substituídas por *ficus Benjamin*, 195 arvores, sendo 55 á avenida Eduardo Ribeiro, 25 á praça General Osório, 48 á praça dos Remédios, 14 á rua Lobo d’Almada, 42 no jardim da Matriz, 4 á avenida Joaquim Nabuco e 7 á rua Municipal.²¹²

Toda essa preocupação com o embelezamento e saneamento da cidade de Manaus, que estava em evidência em 1913, pode ser vinculada às críticas feitas por Belevolo²¹³ e Mumford,²¹⁴ ao modelo de cidade industrial. Nessas críticas

²¹² **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 5 de setembro de 1913. Manaus. Secção de Obras do Comércio do Amazonas. 12, rua Joaquim Sarmiento, 1913. p. 13.

²¹³ BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Trad. Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2007.

²¹⁴ MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

apontavam-se os problemas apresentados por esse modelo vivenciado por várias cidades européias, no final do século XIX e início do XX. Isso incentivou uma nova forma de pensar o mundo e suas relações, principalmente nas questões urbanísticas. E, como resultado dessa nova interpretação de cidade, surgiu a Paris de Haussmann, que influenciou a reformulação das cidades pelo mundo. Em Manaus, não foi diferente, como bem demonstraram as atitudes de seus governantes - fortemente comprometidos com o ideal de embelezamento e saneamento da cidade. Compromisso evidenciado por estudos realizados pelo professor Otoni Mesquita, quando afirma que o plano de embelezamento da cidade de Manaus, implementado por Eduardo Ribeiro, não estava voltado apenas para o centro histórico tradicional, mas para toda a cidade e também não apenas para questões estéticas, mas para questões de saneamento e higiene.

O Plano de Embelezamento da Cidade de Manaus implantado por Eduardo Ribeiro é a oficialização de uma política pública voltada para o embelezamento da imagem da cidade. As ações do projeto não estavam limitadas ao centro histórico tradicional, nem se restringia à construção de palácios e praças, se expandia pelos arrabaldes da cidade e incluía obras de infra-estrutura. Além desses aspectos, o embelezamento da cidade mantinha-se integrado à política de saneamento e de imigração. Buscava-se promover a ordenação e a segurança dos espaços públicos como propaganda para atrair a mão-de-obra e garantir a qualidade de vida da população.²¹⁵

Nos anos 20 do século passado, a preocupação com o embelezamento dos espaços públicos da cidade continuava bem evidente no cuidado com as praças e jardins. No que se refere à arborização das vias públicas, a substituição das árvores frutíferas pelo fícus Benjamin continuava. Mas, com moderação, pois ela exigia um alto custo de manutenção, pois para manter sua aparência de árvore desenhada pelas mãos humanas, era preciso podas regulares. Nesse período, devido às críticas em torno do fícus Benjamin para arborização da cidade, intensificaram-se os debates sobre a proposta de arborizar a cidade com árvores nativas da região como *uity da mata*, que de acordo com a administração pública²¹⁶, havia apresentado um resultado muito bom, pois possui uma elegante copa e uma ramificação farta, e o

²¹⁵ MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine O mito do progresso**: na refundação da cidade de Manaus, (1890-1900). Tese de doutorado. Rio de Janeiro – Niterói, 2005. p. 210.

²¹⁶ **MENSAGEM** apresentada à Intendência Municipal de Manáos, pelo Dr. José Francisco de Araujo Lima, Superintendente Municipal, em 1º de outubro de 1924. Amazonas – Manáos, Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97. 1924.p. 32-33.

mais interessante, não necessitava de poda. Isso parece um indicativo de outro olhar sobre as questões regionais.

Na década de 30 do século XX, no que se refere à arborização da cidade, foi realizada a limpeza das ruas, com a derrubada de árvores que se julgava estarem atrapalhando o tráfego e tornando feias as ruas, além disso, foram confeccionadas 64 grades, para proteger as árvores que compunham os jardins e praças da cidade.

Outra iniciativa interessante que visava embelezar o centro da cidade foi a construção de um parque zoológico municipal, com o objetivo de criar um espaço no qual os visitantes pudessem conhecer melhor a fauna e a flora amazônica, e também para proporcionar aos estudantes das escolas municipais e estaduais, um espaço para pesquisa e contato com a natureza amazônica.²¹⁷

Mas, para compor esse complexo cenário de embelezamento da cidade, mesmo no período de crise, as praças e jardins continuavam sendo recuperados e aprimorados. Como se pode inferir da afirmação do governador do estado, Leopoldo Amorim da Silva Neves, em 1948: *os jardins da cidade vêm sendo cuidados, com a supervisão desta administração, dentro dos recursos disponíveis*²¹⁸

²¹⁷ **MENSAGEM** apresentada pelo Prefeito de Manaus, Agrônomo Antonio Botelho Maia à Câmara Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1937. Typographia PHENIX de Sérgio Cardoso. Rua Joaquim Sarmiento Nº.78. Manaus, p. 5-10.

²¹⁸ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas, 1948. p. 32.

CAPÍTULO III- A CIDADE COMO ARTEFATO HUMANO

O método histórico parece ser aquele capaz de nos oferecer a verificação mais segura de qualquer hipótese sobre a cidade; a cidade é por si mesma depositária de história.

ROSSI, Aldo²¹⁹

3.1 O contexto das construções dos “fatos urbanos”

Quando iniciamos esse trabalho, tudo estava nebuloso, contudo o que de início nos parecia complexo foi se tornando cada vez mais nítido à medida que passamos a construir as questões norteadoras de nossas inquietações. Essas questões nos levaram a observar as obras arquitetônicas e urbanísticas existentes na cidade, não somente como meras construções separadas do contexto social, mas como artefatos culturais e como textos históricos, capazes de revelar os contextos que as produziram, pois tais artefatos estão impregnados das marcas de seus construtores.

Apesar de ser, por definição, o que concerne à construção, passamos a ver a arquitetura e o urbanismo como algo construído culturalmente, pois é com técnica de construção que se organiza em seu ser e em seu devir a entidade cultural, social e política que é a cidade. Portanto, a arquitetura e o urbanismo lhe dão forma e são, por excelência, a representação das contradições e conflitos de interesses no processo de construção da cidade. Como afirma Argan:

Na cidade, todos os edifícios, sem exclusão de nenhum, são representativos e, com frequência, representam as malformações, as contradições, as

²¹⁹ ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. Trad. De Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 193.

vergonhas da comunidade. É o caso das montanhas de refugos arquitetônicos que a especulação descontrolada acumulou nas cidades e a cujo respeito se diz com demasiada frequência que não são arquitetura – mas são, e são arquiteturas representativas de uma infeliz realidade social e política.²²⁰

Nessa perspectiva, a cidade de Manaus que estava sendo construída em meio à Selva Amazônica, no início de 1910, estava marcada pelo crescimento econômico e por profundas mudanças políticas, ocorridas com o advento da república. Ela, como artefato histórico, na medida do permitido por sua dinâmica interna, passou por grandes transformações no seu espaço urbano, condição necessária para adequar construção e construtores ao instante vivido, como se pode observar pelo discurso do superintendente Agnello Bittencourt, em 1910.

A nossa bella capital, que é o grande centro da vida do Estado, passa actualmente por immensos melhoramentos; duplicação de suas linhas de bonds, substituição do material de luz, montagem de uma importantíssima usina para produção de energia eléctrica, estabelecimento de novos serviços de canalisação d'agua, lançamento da rede esgoto, calçamento de ruas, grande número de edificações particulares, etc., vem caracterizar esta época de inigualável prosperidade.

Não é, porém, somente sob este aspecto que o Município se engrandece; acabou há pouco de alcançar uma victoria moral de merecida justiça: a restauração de sua autonomia de que foi privado por uma Constituição que, neste particular, estava fora dos moldes federativos.²²¹

A cidade de Manaus fervilhava. Além das obras de ampliação das linhas de bondes; distribuição de água; a montagem de uma usina de produção de luz elétrica; o início da construção de uma rede de esgoto, a inauguração da rede de telégrafo sem fio (radiotelegráfico) entre Manaus e Porto Velho, no rio Madeira, escolas eram inauguradas e eventos importantes eram realizados no município. Representantes do Estado participavam de eventos e exposições na Europa, como o corrido em Paris, à convite da *Société de La Croix Blanche de Geneve*, para o encontro que discutiria a qualidade dos alimentos em conserva. Outro evento do qual o Estado participou nesse período foi a exposição de Bruxelas, ocasião na qual os produtos cultivados, coletados e fabricados no estado do Amazonas tiveram amplo espaço de exposição. A sua apresentação foi tão expressiva que os elogios referentes à qualidade, o primor da organização e os métodos utilizados para apresentar os

²²⁰ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como História da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 243.

²²¹ **RELATÓRIO** apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de Maio de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97,. 1910. p. 3-6.

produtos da região vieram de diversas partes do mundo. O governo Federal também apresentou seus préstimos ao desempenho da comitiva amazonense nesse evento internacional, por sua brilhante atuação.²²²

O sucesso do estado do Amazonas nesses eventos internacionais reforçava as convicções de suas autoridades quanto aos rumos do desenvolvimento urbano da capital do Amazonas. Talvez por isso a construção do prédio para instalação do forno crematório de resíduos sólidos foi uma das primeiras a ser iniciada, expressando os ares de modernidade que Manaus estava respirando naquele momento. Há muito tempo se criticavam os métodos utilizados pela Superintendência para armazenar os resíduos sólidos que eram recolhidos na cidade. Para os olhares de hoje e da época, era um absurdo, pois ainda se jogava no rio Negro todos os resíduos sólidos recolhido na cidade porque não se tinha um local nem uma maneira mais adequada para o destino desses resíduos sólidos²²³.

O problema gerado pelos resíduos sólidos produzido pelas cidades, apesar de ser uma questão bastante atual, já estava presente desde o início do século XX, e de forma bastante evidente. Manaus, inspirada pelos modelos de cidades européias, nas quais já ocorria a transformação dos resíduos sólidos em riqueza, por meio do uso de equipamentos adequados, comprou um forno crematório para incineração dos resíduos sólidos da cidade. É o que nos informa o relato do superintendente Agnello Bittencourt, ao Conselho Municipal em 1910.

Não ignoro que nas capitais adiantadas, como Paris, por exemplo, os detritos inservíveis, qualquer que seja a sua qualidade, constituem sempre uma fonte de riqueza; aparelhos de moderno invento secam e trituram o lixo para amanhinhar os campos de cultura. Os fornos de cremação, que para nós seriam no momento actual de grandes benefícios, vão por ali cedendo lugar aos referidos aparelhos e estufas. As dificuldades financeiras do Município embargam-me qualquer resolução momentânea.

224

Os administradores públicos desse período sabiam que era extremamente urgente solucionar o problema da incineração ou do armazenamento dos resíduos

²²² **MENSAGEM** lida perante Congresso do Amazonas na abertura da Primeira Sessão ordinária da sétima legislatura, pelo Exmo. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Governador do Estado. Em 10 de julho de 1910. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Official. 97 – Rua Municipal -97,. 1910. p. 6-14.

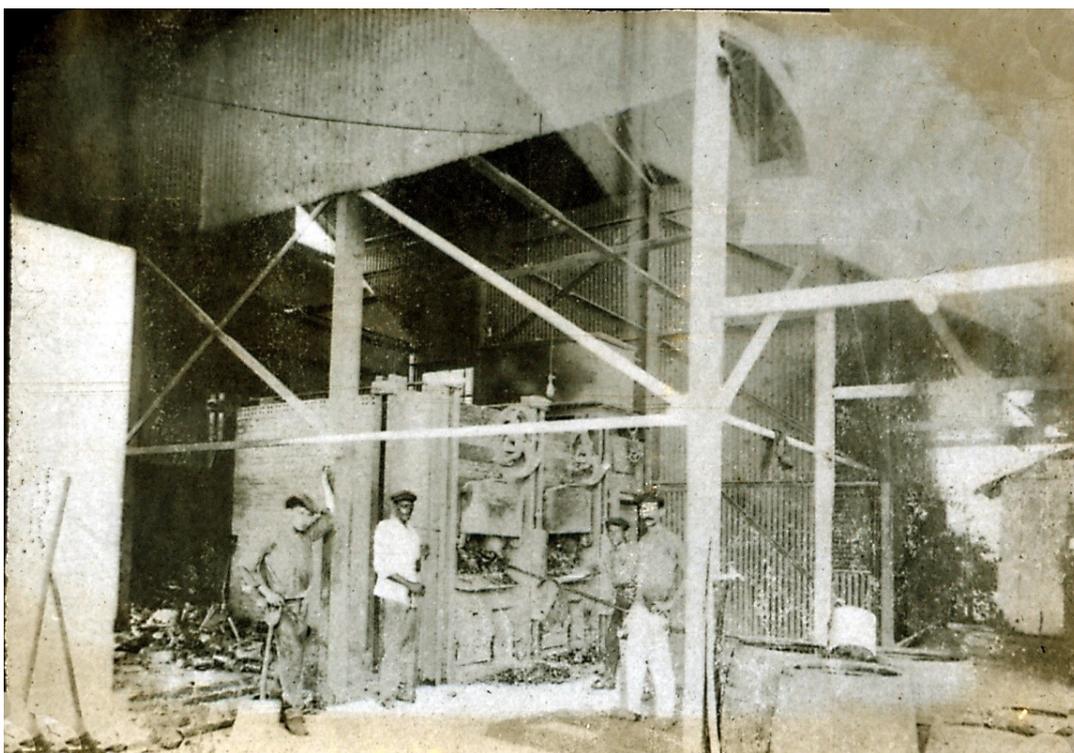
²²³ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913.p. 47-50.

²²⁴ **RELATÓRIO** apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de fevereiro de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97, 1910. p. 18-19.

sólidos produzido pela cidade, caso contrário, isso provocaria graves problemas às futuras gerações. O crescimento da população da cidade entre os anos de 1890 a 1910 foi muito expressivo²²⁵, devido à vinda de pessoas do Brasil e do mundo para se instalarem na cidade de Manaus. Se esse crescimento populacional continuasse nesse ritmo e o problema do lixo não fosse solucionado, isso comprometeria significativamente a qualidade da água do rio Negro.

Objetivando atender a essas novas exigências higiênicas impostas pela nova visão de cidade européia, a Superintendência de Manaus, em 31 de Março de 1911, iniciou a construção de um galpão para montar o forno crematório da cidade, localizado no bairro de S. José, ao lado sul da Rua Ramos Ferreira, em terreno próprio, doado pelo Estado para esse fim, ocupando uma área de 223m²,¹², autorizado pela lei n.º 614, de 26 de Agosto de 1910²²⁶.

FOTO 13: Forno Crematório



FONTE: Acervo Fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

Após a implantação do forno crematório, assegurado um destino mais adequado para os resíduos sólidos da cidade, o poder público passou a legislar sobre o tema. O Código de Postura de 1920, no artigo 38 e o Código de Postura de

²²⁵ OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso.** Valer, Cultura e EDUA, 2003. p. 116.

²²⁶ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1.º de Outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typ do Cá E Lá. Manáos, 1922. p. X.

1938, no artigo 355 proibiam o despejo de qualquer tipo de resíduos sólidos nas ruas, terrenos incultos ou cultivados, nas pontes, cais e rampas ou em qualquer rio, lago, furo ou igarapé que banhasse a cidade. A prática desses atos incorreria em multa.

A partir de 12 de abril de 1912, o prédio construído pelo município para instalação do forno crematório ficou sob a guarda, conservação e custeio do contratante do serviço da limpeza pública, durante a vigência do respectivo contrato. Com o fim do contrato, em 26 de fevereiro de 1921²²⁷, o referido prédio retornou aos cuidados do município. Após a retomada pelo município, foram reconstruídos dois terços dos galpões, a troca do telhado, a reconstrução das fornalhas e os consertos nas máquinas, como se pode depreender pelo texto abaixo.

Reforma do forno crematório do lixo, pela restauração de suas fornalhas, substituição do telhado de zinco por telhas de typo Marselha, construção de sentinas e banheiros para uso do pessoal incumbido daquele serviço, e, finalmente, de um grande quarto de alvenaria de tijolo para depósito do material de uso diário.²²⁸

Em 1948²²⁹, obras de reparos no forno de cremação de resíduos sólidos municipal foram concluídas e o mesmo foi entregue em sua plena capacidade para continuar prestando os serviços necessários à cidade.

²²⁷ **RELATÓRIO** da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios Municipais. p. 16. In: RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do Cá e Lá Manáos, 1922 .p.16-17.

²²⁸ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1.º de Outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typ do Ca' E La' Manáos, 1922. p. X.

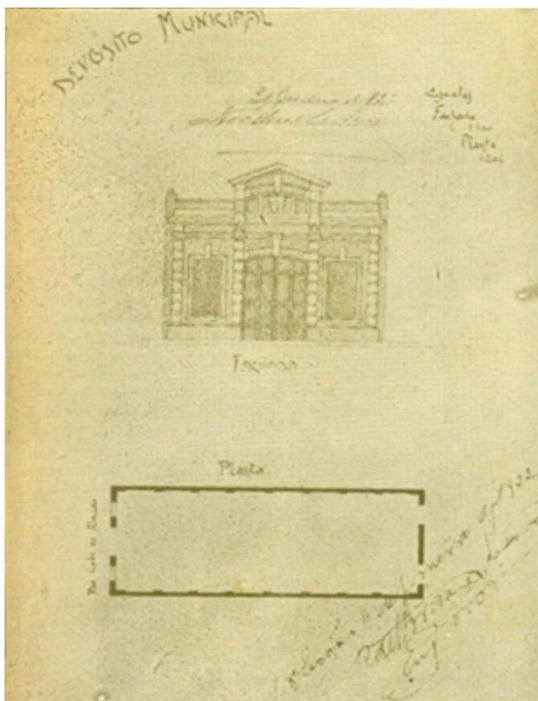
²²⁹ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas, 1948. p. 31.

3.2 Obras que visavam ampliar a arrecadação municipal

No início da década de 1910, também foi construído o Depósito Municipal, situado no lado leste da Rua Lobo d'Almada - antiga Matriz, em terreno desapropriado. Nesse local, eram guardados os automóveis e os materiais de propriedade do município. Sua construção foi autorizada pela Lei nº 671, de 17 de março de 1911²³⁰. Como se constata pela citação abaixo,

Começada a sua construção, em 3 de Abril ultimo, à rua Lobo d'Almada, terreno do Municipio, achavam-se bastante adeantados os serviços feitos administrativamente ao edificio, construído de pedra e tijolo, só falta o revestimento das paredes e a collocação das esquadrias e do ladrilho, vindo elle supprir a sensível falta de um logar apropriado para guarda dos materiaes, das carroças e dos utensílios e pertences da secção de obras.²³¹

PLANTA 4: Depósito Municipal



FONTE: RELATÓRIO da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios Municipais. p. 16. In: **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do "Cá e Lá" Manáos, 1922.p.15

A construção do prédio para o Depósito de inflamáveis também estava vinculada à tentativa de ampliar os serviços públicos que possibilitassem o aumento

²³⁰ RELATÓRIO da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios Municipais. p. 16. In: **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922 pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do "Cá e Lá" Manáos, 1922, p.16-17.

²³¹ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmiento, em 15 de agosto de 1911. Manáos, 1911. p. 4.

da arrecadação municipal, que de acordo com o relatório apresentado pelo superintendente à Intendência Municipal em 1916, tinha atingido seu objetivo, pois, entre agosto e dezembro de 1916, arrecadou Rs. 2:182\$652.²³²

O prédio do Depósito Municipal e o de inflamáveis, como tantos outros da municipalidade estavam necessitando de reparos, no entanto, não havia recursos o suficiente para realizar todos os reparos necessários, mas considerando que as atividades realizadas nesses ambientes estavam trazendo retorno econômico para o Município, era de grande importância para a Superintendência municipal realizar tais reparos, os quais aconteceram em 1918, custando aos cofres públicos municipais a soma de 349\$00.²³³

FOTO 14: Parte interna do Depósito Municipal



FONTE: Acervo fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

Com o objetivo de incrementar a economia local, a Superintendência comprou um moinho para auxiliar no beneficiamento da mandioca e facilitar a fabricação de

²³² **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Porto Dorval Pires, Sessão Ordinária de 11 de Fevereiro de 1916. Typ. Da livraria RENAUD. Rua Municipal, 93. Manáos, p. 4.

²³³ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas. Sessão ordinária de 14 de julho de 1918. Typographia do "Cá e Lá", Rua Joaquim Sarmiento, 12, 1918. p. 62.

farinha, isso se deu em cumprimento da Lei nº 918, de 25 de outubro de 1917. A montagem do moinho foi feita em um barracão de madeira, coberto com telhas de zinco, construído pelo município na propriedade do Senhor Adrião Caminha, situado na Colônia Campos Salles. A obra foi inaugurada pelo Superintendente Basilio Torreão Franco de Sá, em 4 de Janeiro de 1920²³⁴.

A mesma Lei nº 918, de 25 de outubro de 1917, que autorizou a compra do moinho autorizou também a compra de maquinários para montagem de uma casa de farinha. Os equipamentos foram comprados em 1918, no entanto, por questões políticas e administrativas, esse maquinário só foi montado em 1921, ainda na administração de Basilio Torreão Franco, no bairro da Cachoeirinha, no sítio Japiim de propriedade de Pedro Araujo, o qual se comprometeu a permitir que os agricultores daquela região pudessem utilizar a casa de farinha quando necessitassem.²³⁵

Essas obras visavam à ampliação da arrecadação municipal, mas também, deixam claro que a dinâmica da cidade estava mudando, as obras realizadas estavam voltadas para os subúrbios e não, exclusivamente, para o centro como acontecia anteriormente, e com essas duas últimas obras mencionadas, os administradores municipais estavam preocupados em dinamizar um setor que era pouco privilegiado anteriormente, considerando que quase tudo que era consumido pela elite era importado. Com a desaceleração econômica, provocada pela queda da borracha no mercado internacional, voltaram-se os esforços públicos para a produção de alimentos de subsistência para a população de baixa renda e também para a elite, que não tinha mais condições de importar tudo de que necessitava.

²³⁴ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1.º de Outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typ do “Cá e Lá” Manáos, 1922. p.

²³⁵ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1.º de Outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typ do “Cá e Lá” Manáos, 1922. p.

3.3. Novos espaços dinamizando a vida na cidade

A cidade de Manaus, no início da década de 1910, era só euforia e entusiasmos por seu futuro promissor, como já mencionamos. Essa euforia e entusiasmo, no entanto, foram, aos poucos, sendo substituídos pela descrença e pela falta de perspectivas. Os administradores reconheciam as necessidades urgentes da cidade, mas encontravam-se imobilizados pela falta de recursos para realizar as obras necessárias ao seu embelezamento, como se pode depreender do relato do superintendente Jorge de Moraes, ao Conselho Municipal de Manaus em 1913.

Conhecemos perfeitamente as necessidades que se fazem sentir na nossa *urbs*, mas também não ignoramos que os melhoramentos de que ella necessita custam muitíssimo dinheiro, e a municipalidade de Manáos, com os seus recurso actuaes não poderá fazer face a tão grandes dispêndios.²³⁶

De certa forma, a crise econômica vivenciada pelo estado contribuiu para a intensificação da dinâmica interna da cidade, na medida em que forçou o surgimento de outros espaços que possibilitaram suprir a necessidade proeminente de arrecadação de impostos e, ao mesmo tempo, criaram vínculos de aproximação com a realidade dos subúrbios. Essa mudança pode ser constatada pela construção das feiras municipais suburbanas do São Raimundo e da Cachoeirinha. As construções dessas feiras nos subúrbios da cidade serviram como exemplos bem interessantes dessa movimentação.

Nesse período, a preferência para construção de feiras e mercadinhos dentro da área urbana de Manaus era da empresa “The Manáos Markets and Slaughterhouse Limited”, de acordo com a cláusula XXIV do termo de unificação dos contratos de arrendamento do Mercado e Matadouro. A Superintendência deu preferência à referida empresa que não demonstrou interesse em realizar tais obras, nem em responder se a realização de tais serviços era ou não de seu interesse, gerando, assim, uma lide judicial entre a referida empresa e a Superintendência. O governo municipal exigia um posicionamento sobre o tema, o resultado foi favorável à Superintendência, que iniciou o processo de construção da feira do São Raimundo e da Cachoeirinha, ainda em 1914. Como se pode depreender do texto abaixo:

²³⁶ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáó, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p.

Obra de palpitante interesse social, destinada a atenuar a carestia da vida, não demanda longas justificativas. Todavia, pela clausula XXIV do termo de unificação dos contratos de arrendamento do Mercado e Matadouro, cabem a “The Manáos Markets and Slaughterhouse, Limited”, a construção e a exploração de mercadinhos dentro da superfície urbana desta capital.

Quanto a zona suburbana, tem aquela companhia apenas a preferência para a construção deles preferência, dei-a a companhia que, alegando razões inaceitáveis, dela declinou. Para acautelar, como de meu dever, a Fazenda Municipal, o digno procurador fiscal notificou, perante o juízo competente, aquela companhia por que declarasse, expressamente, se aceitava, ou não, a preferência que lhe cabia e lhe foi dada.

A essa notificação ofereceu a interessada embargos protelatórios. Fez, então, o talentoso procurador fiscal, para cujo relatório neste, como noutros passos, solicito a vossa atenção, o competente protesto, publicado no Diário Oficial. Segue-se imediatamente, por administração, a construção das Feiras²³⁷

Esse desinteresse para a construção dessas obras parece indicar que as empresas estrangeiras que atuavam na região já haviam se alertado para a crise econômica vivenciada pelo Estado e, por isso, não estavam mais querendo investir seu capital aqui.

O local escolhido para a construção do prédio que iria sediar a feira do São Raimundo, situada no bairro de mesmo nome, era próximo à margem do igarapé da Cachoeira Grande, em terras aforadas da Diocese do Amazonas. O prédio foi construído com alvenaria de pedra e tijolo, armação de madeira de lei, coberto com telhas de zinco, ocupando uma área de 459m²,00.²³⁸ No dia 1.º de Julho de 1914, o superintendente municipal, Dorval Pires Porto, autorizou, por meio do Decreto n.º 7, de 8 de Maio do mesmo ano, o chefe da engenharia municipal a iniciar as obras de construção da feira de acordo com as plantas aprovadas.

A feira do São Raimundo, como as demais, tinha por objetivo atender à população local, com produtos de gêneros agrícolas e pecuários. A inauguração da feira se deu em 21 de Março de 1915. Ela foi entregue equipada, com o solo nivelado e todo calçado. Como se pode observar pelo texto abaixo.

Com a construção e aparelhamento interno deste próprio municipal, nivelamento e calçamento da praça em que foi edificado, numa superfície de, metros quadrados, 2.237,37, estabelecimento de uma rede de águas pluviais com a extensão, em alvenaria de pedra, de, metros lineares, 83,50, e em tubos de grés, de, metros lineares, 199,40 construção do matadouro

²³⁷ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dorval Pires Porto, Sessão ordinária de 5 de setembro de 1914. Typ. Da Livraria Renaud. Rua Municipal n 93 – Manáos, 1915. 4-5.

²³⁸ **RELATÓRIO** da Comissão Organizadora do Tombo Dos Próprios Do Município. In. **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1.º de Outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typ do “Cá e Lá” Manáos, 1922. p. 17.

de tartarugas, mictórios e mais dependências reservadas, foi gasta a importância de R\$ 79:616\$350.²³⁹.

Logo nos primeiros meses de seu funcionamento, a feira do São Raimundo parecia indicar ser uma fonte segura de arrecadação para o município, mas no decorrer de seu funcionamento, os objetivos esperados pela Superintendência não foram alcançados e a arrecadação de impostos não era suficiente nem para pagar a compra do terreno à Diocese, por isso, em 31 de Julho de 1917, o superintendente Antonio Ayres de Almeida Freitas extinguiu a feira de São Raimundo, por meio da Lei n.º 1.017, de 31/07/1917 e, em 26 de Junho de 1920, o Superintendente Basilio Torreão Franco de Sá ordenou que o setor jurídico do município fizesse o procedimento adequado para passar esse prédio para o Estado, na condição de que o Estado assumisse a dívida do município com a Diocese do Amazonas. Como se pode perceber no fragmento abaixo.

Em 26 de Junho de 1920 o Superintendente Snr. Dr. Basilio Torreão Franco de Sá, nos termos da lei n.º 1.017 de 31 de Julho de 1917, manda o Contencioso Municipal, por meio do termo lavrado em livro próprio, faça entrega deste próprio ao Governo do Estado, que ficará obrigado a pagar a Diocese do Amazonas o foro do terreno em que Ella está construída.²⁴⁰.

Nesse mesmo contexto de busca de possibilidades internas de geração de recursos foi iniciada a construção do prédio da Feira do bairro da Cachoeirinha, que recebeu a mesma denominação do bairro, o local escolhido para sua construção foi a área da praça Benjamin Constant. O prédio foi construído de forma mista o que era comum nesse período, a mistura de madeira e alvenaria.

Toda a estrutura foi feita em alvenaria e a armação para a cobertura, de madeira de lei, sendo que a cobertura foi feita com telhas de zinco. A área construída foi de 600m²,00. O início de sua construção foi determinado pelo mesmo Decreto que autorizou a construção da feira do São Raimundo, Decreto de nº. 07, de 08 de maio de 1914.

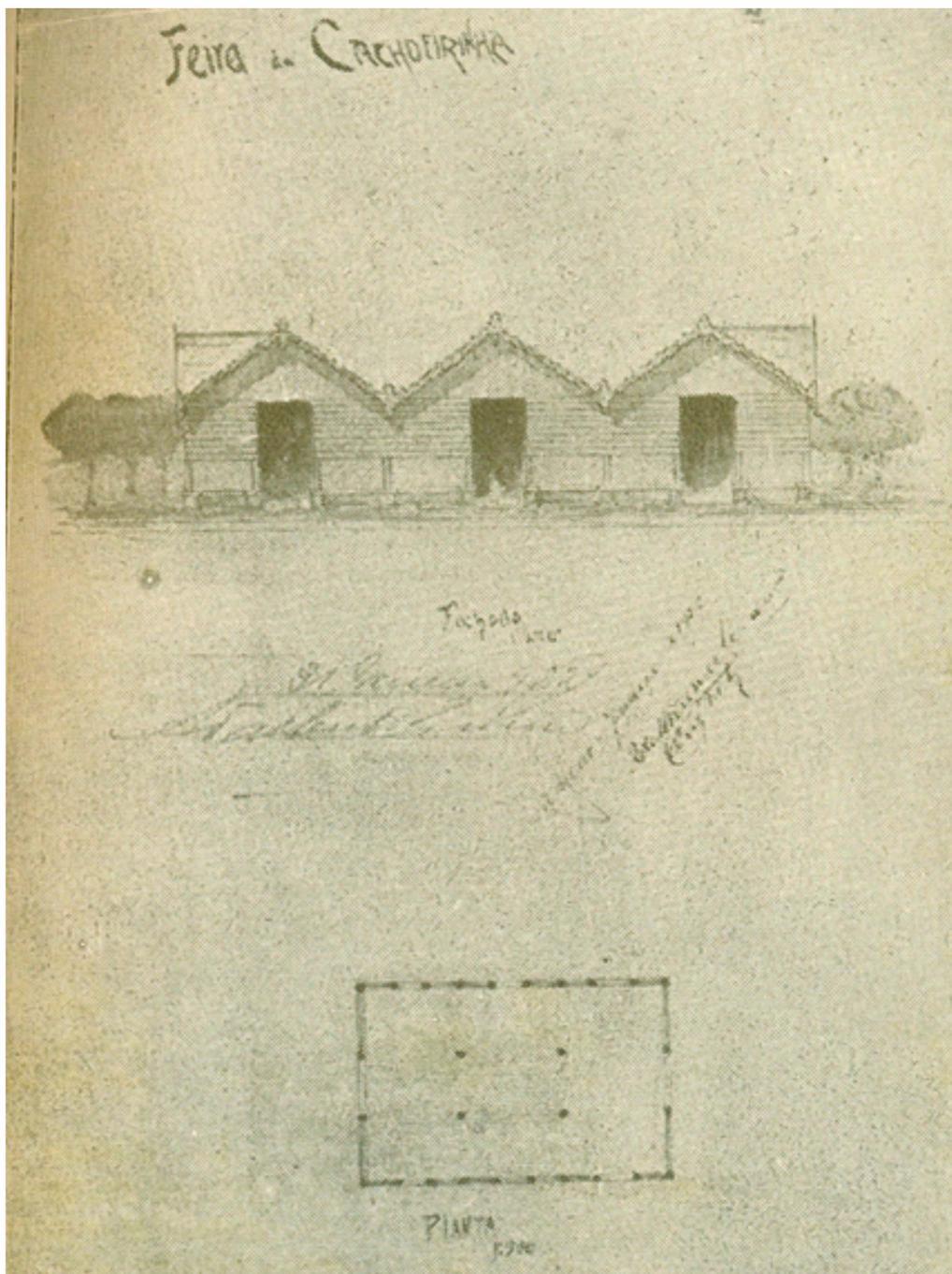
As obras da feira da Cachoeirinha foram concluídas primeiro que as da feira do São Raimundo, ainda em 1914, e o prédio foi inaugurado com 11 bancas para

²³⁹ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dorval Pires Porto. Sessão ordinária de 5 de setembro de 1915. Typ. Da Livraria Renaud. Rua Municipal, 93 – Manáos, 1916. p. 4.

²⁴⁰ **RELATÓRIO** da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios Municipais. p. 16. In: **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do Cá e Lá – Manáos, 1922 . p.17-18.

peixes, 06 bancas para tartarugas, 14 bancas para carne e 21 compartimentos para venda de frutas, legumes, cereais, em 1.º de outubro de 1914.

PLANTA 5: Feira da Cachoeirinha



FONTE: RELATÓRIO da Comissão Organizadora do Tombo dos Próprios do Município. In. **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1.º de Outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typ do "Cá E Lá" Manáos, 1922. p. 17.

A feira da Cachoeirinha foi criada com o mesmo objetivo que a do São Raimundo: atender à população suburbana com produtos regionais e dinamizar a economia local, aumentando, assim, a arrecadação de impostos para o município, também inicialmente como aconteceu na feira do São Raimundo começou dando lucro para a municipalidade, mas, aos poucos, no decorrer de seu funcionamento, foi perdendo sua importância, por isso, em 1920, o prédio da referida feira foi remodelado para o funcionamento da escola Guerreiro Antony. Essas adaptações de prédios públicos eram muito comuns nesse período, considerando que as administrações tinham poucos recursos para a construção de novos prédios, assim, a remodelação dos antigos foi a alternativa encontrada pela administração pública para atender às novas necessidades.

Sandra Pesavento²⁴¹, no livro *Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*, apresenta o espaço da cidade como um lugar de diversos conflitos, pois estão presentes nesse espaço interesses diferentes, por isso a cidade deve ser vista como multifacetária, pois existem diversas cidades dentro da mesma cidade. A cidade de seus construtores diretos, administradores, engenheiros arquitetos, sanitaristas e a cidade dos seus consumidores que são os indivíduos que as habitam dando, cada um, um sentido e uma funcionalidade diferente para a mesma cidade.

Por isso, as representações da cidade construída por esses indivíduos são diferentes, porque os modos de se relacionarem com elas são diversificados. No que se refere ao exemplo citado das feiras construídas no início da década de 1910, o sucesso inicial e o fracasso a longo prazo estão perfeitamente relacionados aos diversos olhares que os construtores e seus consumidores tiveram sobre tais artefatos.

Para a administração pública, as feiras eram um espaço que possibilitaria a ampliação da arrecadação de impostos para o município e afastaria os moradores dos subúrbios da circulação constante do centro da cidade. Para os indivíduos que trabalhavam na feira, representava um meio de sobrevivência, pois seria o lugar onde eles poderiam comercializar a sua produção, e, para os consumidores, a feira nos subúrbios da cidade significava um espaço mais próximo de sua realidade, onde eles poderiam fazer suas compras sem se sentirem deslocados, pois o Mercado

²⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2001. p. 25-125.

Adolfo Lisboa era o espaço da elite, e não o espaço dos excluídos que viviam nos subúrbios. O fracasso de tal empreitada pode ser compreendido como uma atitude unilateral: os administradores da cidade não atingiram as metas de arrecadação esperada ou – pode também ser compreendido como um ato de resistência entre centro e periferia devido à formação cultural do povo manauara, pois, além do mercado Adolfo Lisboa, outros espaços de sociabilidade entre elite e suburbanos continuavam a existir, como era o caso da igreja Matriz e do porto.

Sobre essa interpretação da cidade, é importante lembrar o posicionamento de Aldo Rossi acerca do tema, afirmando que esses diversos olhares que são construídos sobre um mesmo *fato urbano*²⁴² estão ligados às relações que os indivíduos têm com a cidade. Como as relações que os diversos moradores que utilizavam aquelas feiras para suas compras tinham com elas e com outras partes da cidade, relações que impediam sua funcionalidade da forma pensada pelo Poder Público, na medida em que determinados lugares são freqüentados não somente por sua funcionalidade, de acordo com a racionalidade dada a eles pelo poder público – o mercado e a feira como lugares de compras - mas, para além disso, deve-se considerar o símbolo de *status* agregado ao ato de freqüentação desses espaços, imperceptível na racionalidade do poder público.

Essa lógica de pensar a representação da cidade a partir de suas práticas sociais é eixo central da nova história cultural²⁴³, na qual esse trabalho está embasado.

No início da década 1910, a crescente redução da arrecadação municipal e o desejo de manter os moradores dos subúrbios afastados do centro da cidade motivaram a Superintendência Municipal para a criação dessas feiras, mas no final da década de 1910 e início da década de 1920, com o crescimento da população suburbana e o surgimento de novas feiras sazonais, surgiram novas necessidades e, como essas feiras não tinham atingido as expectativas esperadas pela

²⁴² Esse termo foi elaborado por Aldo Rossi, no livro *Arquitetura da Cidade*, onde define fato urbano como uma obra arquitetônica qualquer que seja construída na cidade, e acrescenta a essa definição as relações que os indivíduos estabelecem com esse fato urbano ao longo do tempo, analisando a cidade a partir das relações sociais que possibilitaram a construção, a manutenção e ou modificação desse fato urbano, ao longo do tempo.

²⁴³ CHARTIER. Roger. *À beira da Falésia: A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-79.

administração, foram remodeladas para atenderem às novas necessidades de seus bairros. E, a solicitação mais urgente era a construção de escolas.

Diante dessa nova situação, a administração pública se via pressionada a atender à crescente demanda dos suburbanos, mas tinha poucos recursos. A estratégia, como já foi mencionado, era remodelar os antigos prédios para atenderem às novas necessidades já que as condições econômicas da municipalidade não permitiam novas construções. Foi o que aconteceu em 1920, com o prédio da feira da Cachoeirinha que foi transformado no Grupo Escolar Guerreiro Antony.

Entendemos a arquitetura na perspectiva de Aldo Rossi, ou seja, como algo inseparável da vida social. Assim, a cidade construída nas décadas de 1910-1940 estava indelevelmente marcada pelas condições culturais, sociais e econômicas vivenciadas nesse período. Nesse sentido, pode se afirmar que a arquitetura não pode ser analisada apenas como a construção de grandes prédios públicos e casarões como no período anterior. A arquitetura desse período estava voltada para viabilização do crescimento da cidade por meio da construção de pontes e estradas e o aterramento dos igarapés e moradias populares. A historiografia regional produzida até o início dos anos 1980 afirmava que, a partir da metade da década de 1910 até o início dos anos quarenta, a crise econômica tinha provocado uma grande estagnação na cidade de Manaus e que nada de importante havia ocorrido nesse período que merecesse registro. No entanto, seguindo os caminhos trilhados por Aldo Rossi, é possível desmistificar essa interpretação.

3.4 Pontes e estradas: expansão do espaço urbano

Um fato urbano pode ser analisado isoladamente ou num contexto mais geral da cidade. Pode ser um grande palácio, mas também pode ser uma nova rua aberta, uma ponte construída, o alongamento de uma rua, a construção de um conjunto habitacional, ou seja, não há necessidade de ser uma obra monumental como o Teatro Amazonas, construído no “período áureo da borracha”. Pode ser a construção de algumas pontes para ligarem os bairros periféricos ao centro da cidade. Nesse período sem importância para a historiografia regional, até a década de 1980, vários exemplos de construções dessa natureza podem ser citados, destaca-se, por exemplo, a construção da ponte Passagem Antonio Cabral, que foi criada pelo Decreto nº 8, de 24 de dezembro de 1910. Isso só se tornou possível devido às novas perspectivas abertas pela nova história cultural, que nos permite ver nessas obras a dinâmica da vida cidadina e, nisso reside sua grande importância.

A ponte Passagem Antonio Cabral foi construída para ligar a Rua Municipal ao Beco 7 de Dezembro na extremidade norte da rua Dr. Almino, e foi inaugurada e entregue à população em 24 de dezembro de 1910.

A referida ponte foi construída pela Sociedade *Anonyma Armazém Andresem* em satisfação do contrato firmado entre ela e a Municipalidade, a 14 de maio de 1910, contrato que, em sua cláusula sexta, concedeu àquela sociedade como recompensa do capital por ela despendido em semelhante construção, por aforamento, e nos termos da Lei n. 228, de 19 de junho de 1901, uma área de terra de seu patrimônio com 278 metros e 40 centímetros quadrados, situados junto à mencionada ponte, tudo de acordo com a planta aprovada pela Superintendência e visada pelo representante da aludida sociedade²⁴⁴.

Em 1938, a ponte Passagem Antonio Cabral²⁴⁵ passou por algumas reformas para continuar servindo à comunidade local.

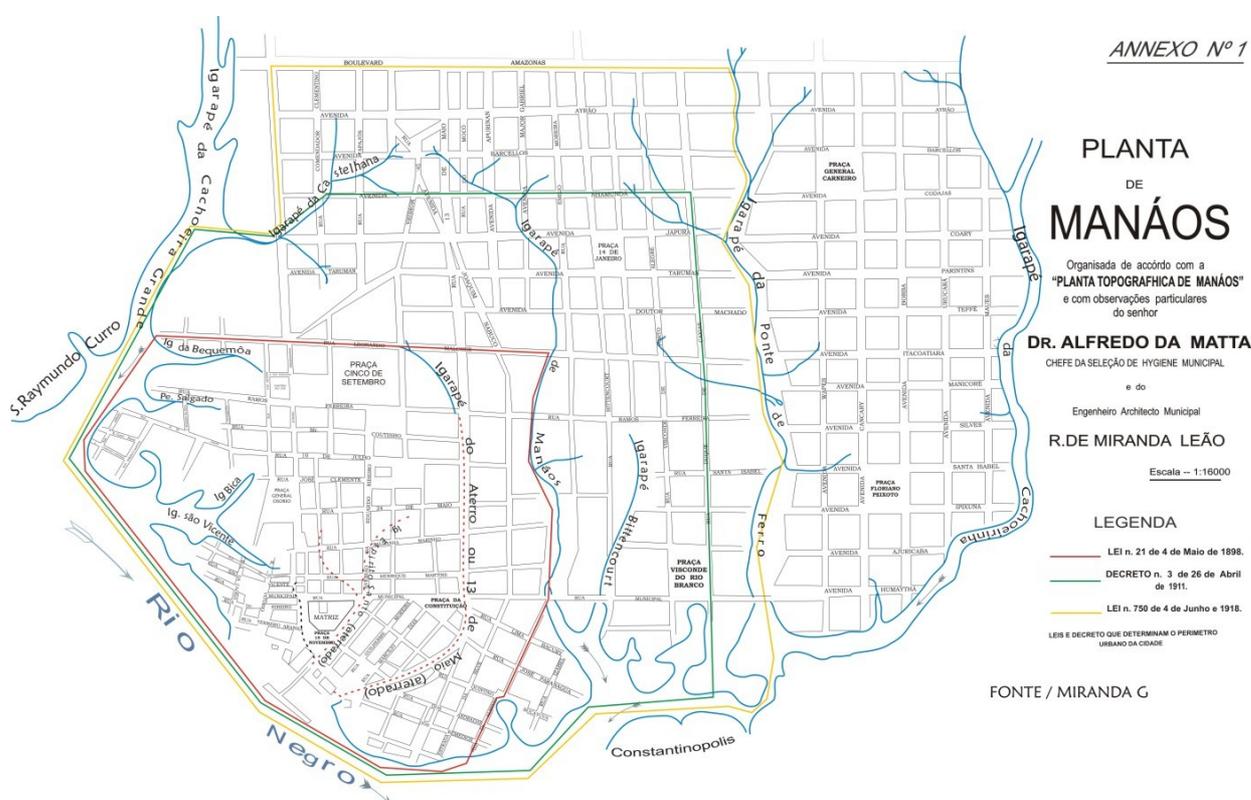
Na década de trinta, foi construída em alvenaria e pedra uma ponte ligando a parte continental de Manaus ao bairro do Educandos. Sobre essa questão, Samuel

²⁴⁴ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manaus, Em sessão extraordinária de 10 de Janeiro de 1911, pelo Superintendente Coronel Adrião Ribeiro Nepomuceno, 17 de agosto de 1910. Manaus – Amazonas – Secção de obras da Imprensa Official - 97 – Rua Municipal – 97. 1911. p. 16.

²⁴⁵ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Dr. Pedro Severiano Nunes. Prefeitura Municipal Manaus, Amazonas – Brasil, 1934. p. 5-6.

Benchimol²⁴⁶, no artigo *Manaus – O crescimento de uma cidade no Vale Amazônico*, considera que as pontes se tornaram muito importantes para as populações suburbanas, que antes eram isoladas do centro da cidade pelos igarapés que cortavam a cidade. Ele destaca que a construção da ponte na Av. Sete de Setembro foi de fundamental importância para o alongamento da cidade para o Leste, como se observa no mapa abaixo

MAPA 8: Expansão da cidade - 1915



FONTE: Elaborado pela mestrandia com base nos mapas produzidos por Alfredo da Matta no livro **Geografia e Topographia Médica de Manáos**: Escorço de um Estudo apresentado ao Superintendente Municipal de Manáos, Dr. Dorval Pires Porto. Typ da livraria Renaud. Rua Municipal, nº 93 – Manáos – 1916 e no **MAPA DE SANEAMENTO** de 1906.

Esse mapa mostra os novos rumos da cidade com a construção das três pontes da Av. Sete de Setembro, antiga rua Municipal. Essa obra é anterior ao período aqui investigado, mas é de extrema importância para demonstrar os novos rumos que a

²⁴⁶ BENCHIMOL, Samuel. *Manaus – O Crescimento de uma Cidade no Vale Amazônico*: In°. **Raízes da Amazônia**. Ano I – V.1 – nº1. Manaus- Amazonas - Brasil. Ed. INPA/ Ministério da Ciência e Tecnologia, 2005. p. 137-159.

cidade estava seguindo. No entanto, de acordo com Samuel Benchimol, é somente a partir de 1911 que a cidade passa a crescer no sentido Leste.

É intrigante pensar que a construção de três pontes em uma única rua pode ter contribuído tanto para a expansão da cidade, no período investigado. No entanto, vale apenas chamar atenção para a noção de espaço que temos atualmente sobre a cidade, que tem uma área urbana incomensuravelmente maior que a o período em questão, isso pode ser perfeitamente visualizado na foto abaixo.

FOTO 15: Imagem da área em que foram construídas as três pontes da avenida Sete de Setembro.



FONTE: Arquivo pessoal de Raimundo Nonato dos Santos Braga

A abertura de estradas para o abastecimento de água aos bairros do São Raimundo e de Constantinópolis era outro meio de comunicação daqueles pontos da capital. Mas isso não era suficiente; era necessária a construção de pontes, para facilitar o acesso entre esses bairros e o centro da cidade, isso contribuiria significativamente para o crescimento da cidade, pois essas áreas dinamizariam também o comércio entre esses locais e centro da cidade.

Por isso, em 1914, foi iniciada a obra da construção da ponte do São Raimundo, o local escolhido para a construção da referida ponte foi a região entre o Plano inclinado e o bairro do S. Raimundo, próximo à cervejaria Miranda Correa, sobre o igarapé do Franco. A Estrutura da ponte e o estrado eram todos de madeira. Como se pode depreender pelo texto abaixo.

O decreto nº. 9, de 17 de Agosto de 1914, abre o necessario credito a construção de uma ponte de madeira que ligue o bairro do Plano Inclinado ao do São Raymundo.

Difficil é de comprehender, srs. Intendentes, que o bairro de São Raymundo, interessante por tantos aspectos, bellos pela sua situação topographica, sadio mercê de sua altitude que o faz varrido dos ventos orientaes, populoso, não tenha solicitado a atenção de nossos predecessores.²⁴⁷

Em 1934, foi iniciada a construção da ponte do igarapé da Cachoeira²⁴⁸ Grande, ligando o bairro do São Raimundo ao centro da cidade, essa era obra de grande monta para os reduzidos recursos municipais. Como se pode averiguar pelo relato feito pelo interventor Pedro Severiano Nunes ao interventor federal no estado do Amazonas, Nelson de Melo, a respeito da construção da ponte do São Raimundo.

Outra grande obra que parece, representemente, ultrapassar as possibilidades do Municipio, é a da construcção da ponte de São Raymundo. Avaliada em mais de 1.000 contos de reis, acha-se iniciada, o que fez regosijar a população desse futuroso bairro da cidade. Todavia, possível é leval-a a fim, em mais alguns annos, quando não atacada de prompto, por uma feliz operação de credito, que o Municipio possa realizar.²⁴⁹

Em 1938, a referida ponte já estava necessitando de reparos, devido ao seu precário estado de conservação.

A Ponte da Avenida Urucará²⁵⁰ também estava inserida nessa crescente necessidade de interligação das regiões periféricas ao centro da cidade. Sem o funcionamento dessa ponte na Avenida Urucará, seria impossível continuar o

²⁴⁷ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dorval Pires Porto. Sessão ordinária de 5 de setembro de 1914. Typ. Da Livraria Renaud. Rua Municipal n 93 – Manáos, 1915. p. 5-6.

²⁴⁸ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Dr. Pedro Severiano Nunes, Prefeitura Municipal Manáos, Amazonas-Brasil, 1934. p. 72.

²⁴⁹ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas, pelo Dr. Pedro Severiano Nunes, Prefeitura Municipal Manáos, Amazonas-Brasil, 1934. p.5-7.

²⁵⁰ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p. 25.

trânsito naquele local, isso prejudicava imensamente os pequenos lavradores domiciliados do outro lado do igarapé da Cachoeirinha.

Já destacamos a importância dessas vias de comunicação para a nova dinâmica da cidade, no entanto, é sempre bom lembrar que essas vias possibilitavam aos pequenos lavradores levarem seus produtos para serem vendidos na cidade.

Autorizados por Lei votada pela Câmara Municipal, os trabalhos de melhoramentos de que necessitava a estrada entre Flores e a Colônia Campos Salles foram iniciados administrativamente devido à urgência. Em 05 dezembro de 1913, foi substituída a antiga ponte de Flores, que era de madeira, por uma ponte de cinco metros, toda de alvenaria e o antigo tabuleiro de madeira também foi todo refeito de cimento armado. Na extensão dessa estrada, existiam três pontes que necessitavam de enormes movimentos de terras para viabilizar o seu funcionamento e permitir o tráfego. Esse aterro foi conseguido com baixo custo para a Municipalidade devido à estratégia montada pelos engenheiros da Secção de obras, que utilizaram o barro existente nas proximidades para realizar os referidos aterros. Como se pode depreender com o texto abaixo.

Necessitando de grande aterro logo no primeiro trecho citado aproveitamos o desnível da antiga estrada João Alfredo para dahi retirar a terra precisa; assim não só haveria maior economia pela pequena distancia entre as duas, como também iremos acondicionando a ultima estrada de maneira a vir juntar-se com a continuação da avenida João Coelho na altura do lugar denominado Pensador. Assim poderão os automóveis e carros ter franco acesso ao bairro de Flores.²⁵¹

Em 1913, foi aberta licitação pública para apresentação de projetos para a construção da ponte entre o bairro de Constantinópolis e o centro da cidade sobre o Igarapé do Educados. Como se pode observar pelo mapa abaixo

²⁵¹ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p. 26.

Dois projetos foram apresentados, um pelo engenheiro A. Ricci e o outro, pelo engenheiro H. J. Moers. O primeiro projeto apresentado previa uma ponte de ferro sobre pilares de alvenaria de pedra e cimento. O outro projeto previa a mesma coisa, no entanto, o valor orçado na segunda proposta era menor em quase 50% da primeira. Como se pode observar pelo texto abaixo.

Esta ultima foi orçada em 1.077:030\$328, importância que está muito além dos recursos com que conta a Municipalidade, se bem que tal se apresentam á administração Municipal. A de ferro foi orçada em 1,140:000\$000.

O projecto do Dr. H. J. Möers, que representa um construção de ferro, orça a ponte, também sobre pilares de alvenaria de pedra e cimento, em 596:975\$100, compreendendo todas as despesas, inclusive sua collocação.²⁵²

Além de novas construções, a Superintendência também realizou reparos nas pontes metálicas existentes na cidade, alguns exemplos que merecem destaque são as reformas realizadas nas pontes Benjamin Constant, Cachoeira Grande e Cachoeirinha.

FOTO 16: Ponte Benjamin Constant

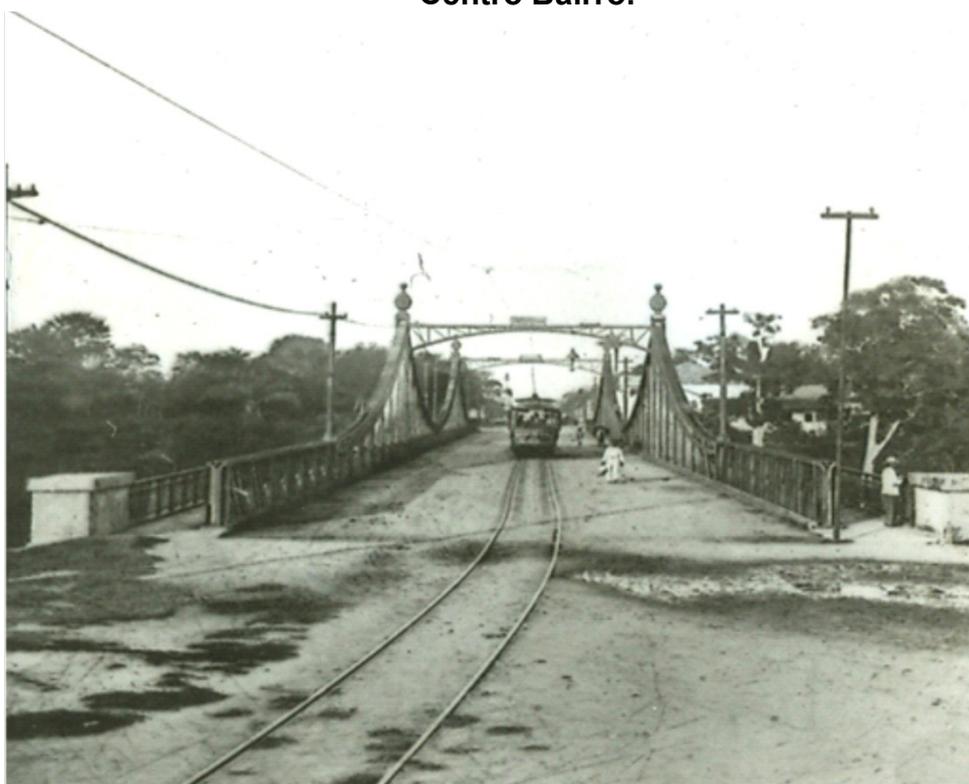


FONTE: MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil. 1938.

²⁵² **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p. 30.

Os reparos nas pontes Benjamin Constant e Cachoeira Grande²⁵³ eram de substituição de peças como parafusos e arrebites que estavam completamente destruídos devido à ação do tempo. Esses reparos eram de extrema urgência, porque se eles não fossem realizados o mais rápido possível, provocariam maiores danos à estrutura da ponte, podendo comprometer o seu funcionamento e aumentar significativamente o custo do conserto. Por isso, foram realizados reparos na ponte de ferro da Benjamin Constant, que liga o bairro da Cachoeirinha ao restante da cidade, reparos que foram orçados em 124:000\$000, sem incluir a despesa com o calçamento a paralelepípedos de madeira²⁵⁴. Em 1938, na administração de Álvaro Maia, a referida ponte passou por uma reforma completa. Como se pode observar pela foto abaixo

FOTO 17: O Bonde passando na Ponte Benjamin Constante, no sentido Centro Bairro.



FONTE: Acervo Fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

²⁵³ **RELATÓRIO** apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dorval Pires Porto. Sessão ordinária de 5 de setembro de 1914. Typ. Da Livraria Renaud. Rua Municipal n 93 – Manáos, 1915. p. 10.

²⁵⁴ **MENSAGEM** apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913. p. 26.

Com o crescimento da população nos subúrbios de Manaus, era necessária, além das pontes, a construção de novas estradas para ligar o centro da cidade a esses subúrbios, que antes eram áreas consideradas rurais da cidade. Essas construções eram de extrema importância para dinâmica da cidade, considerando que os moradores daquelas áreas como as colônias de Campos Salles, João Alfredo, e da Estada do Aleixo dentre outras, há muito tempo reclamavam da falta de transporte para a cidade, por isso, em 1934, a prefeitura disponibilizou uma linha regular de transporte feito por caminhões duas vezes por semana para o transporte de carga e passageiros²⁵⁵.

FOTO 18: Estrada de Rodagem Campos Salles – I



FONTE: Acervo Fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

²⁵⁵ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a Dezembro de 1934. 1935 – Imprensa Pública. Manaus – Amazonas. p. 58.

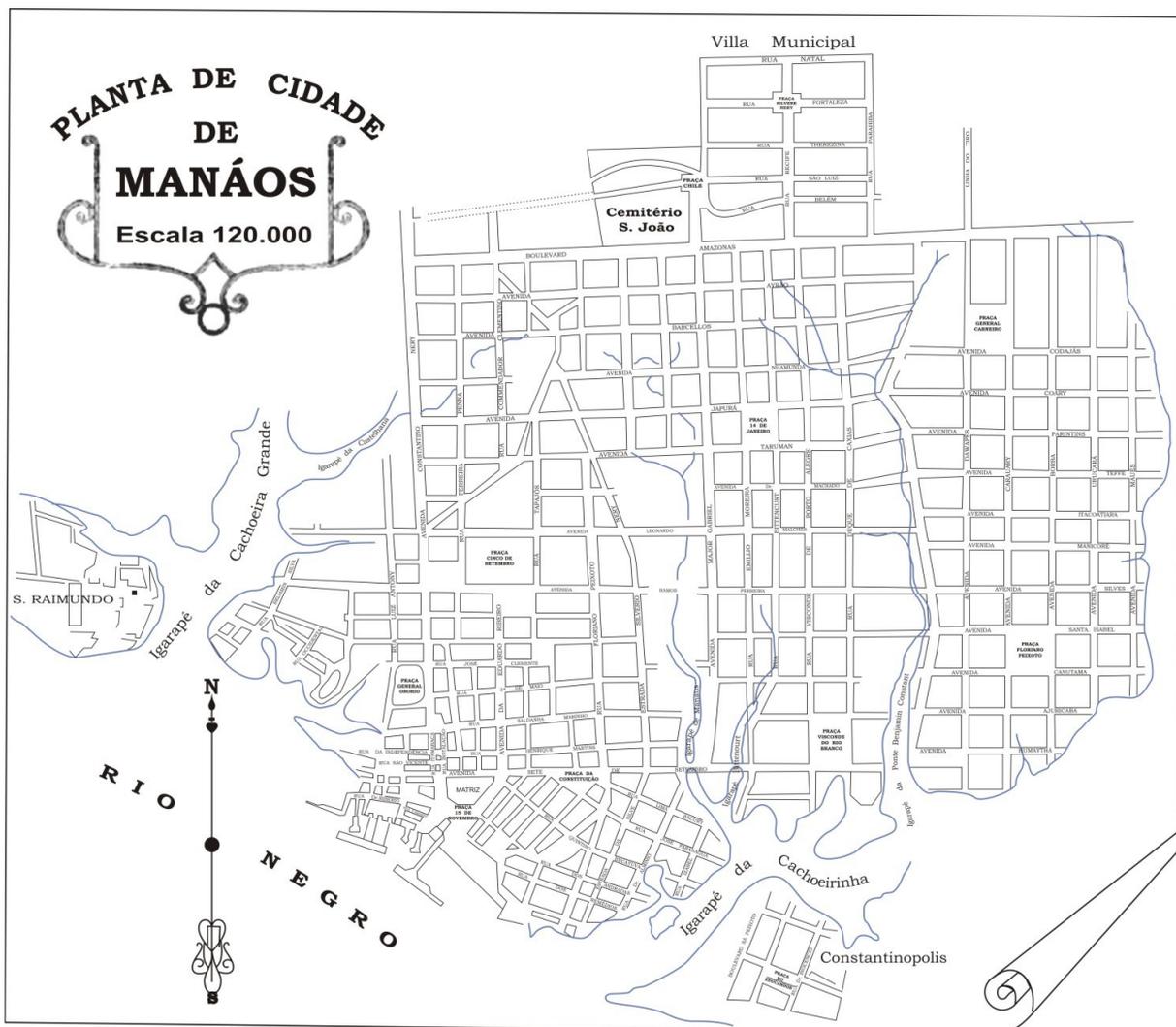
FOTO 19: Estrada de Rodagem Campos Salles – II

FONTE: Acervo Fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

Nesse contexto, foram construídos 15km da estrada Manaus Itacoatiara, passando pelo Aleixo. A construção da estrada do Bairro da Raiz, com 11Km; a construção da estrada do São Raimundo, com 9km; a construção da estrada do Tarumã, com 7km; construção da estrada da Colônia João Alfredo, com 4km; Construção da estrada da Cachoeirinha Circular, com 5km; construção da estrada vila Municipal à Avenida Gabriel Salgado, com 3km e, construção da estrada da Chapada, com 3,5km.

A construção de todas essas pontes e estradas ampliou a cidade de Manaus para outros horizontes, tanto físicos como econômicos, sociais e culturais – para além do centro da cidade, para além da borracha. Algumas dessas pontes, que representam a extensão da cidade para Oeste, como a construção das pontes do bairro do São Raimundo; a da área do Plano Inclinado, próximo à Cervejaria Miranda Correa; ponte sobre o Igarapé do Franco e a ponte sobre o Igarapé da Cachoeira Grande, onde fica atualmente o bairro do São Jorge. podem ser visualizadas no **MAPA 9**.

MAPA 9: Expansão da cidade - 1937



FONTE: Elaborado pela mestrandia, embasada no mapa do **RELATÓRIO** que o Agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito de Manaus, dirigiu ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Amazonas, Dr. Álvaro Botelho Maia. 1938. Manaus – Amazonas. Brasil e na planta de Manaus.

A construção das pontes e estadas era muito importante para dinamizar a expansão da cidade, no entanto, o crescimento da cidade e as políticas públicas implementadas pelos governos Estadual e Municipal foram destruindo a beleza natural dos igarapés que cortavam Manaus. Como se pode depreender pelo texto abaixo:

As duas pontes de ferro e outras três de pedra dispostas sobre os igarapés de Manaus nos despertam sempre estas impressões. A imponente armação de vigamentos de aço que une as margens do igarapé da Cachoeirinha não tendo embora a desmedida extensão da ponte suspensa de Brooklyn é um admirável conjunto de flexibilidade e de força, perpetuando a genialidade construtiva do governado Eduardo Ribeiro. Fincada à ilharga do paredão

que ampara o aterro entre a rua dr. Alminio e a avenida Sete de Setembro, estende-se um pontilhão de sessenta metros denominados “passagem Cabral” que serve de palanque aos apreciadores dos treinos de regatas promovidas pelo “Clube do Remo”. Todos, entretanto, pontes e pontilhões, tendem a total desaparecimento, não porque estejam imprestáveis, velhos ou insubstituíveis, mas porque o desenvolvimento da cidade forçando o aterro dos cursos d’água que eles transpõem, vai exigindo o sacrifício de sua demolição, considerando um perigo a proteção dos seus parapeitos, tornado inútil o fastígio de sua tradição.²⁵⁶

²⁵⁶ CASTRO de Mavignier. **Síntese Histórica da Evolução de Manaus**. 2. ed. Editora Umberto Calderado – Manaus – Amazonas. p. 60.

3.5 Obras estaduais e federais no município de Manaus.

A crise econômica vivida pelo Estado forçou a adaptação da política arquitetônica que, no “período áureo da borracha”, era da construção de prédios para instalar as diversas atividades do Poder Público. Como no período de crise não havia recurso suficiente para a construção de novos prédios para atender às necessidades crescentes do Estado, em vez de construir, foram feitas adaptações em alguns prédios. Um caso típico dessa política foi a adaptação da antiga Casa de Detenção para o funcionamento do Instituto Pasteur de Manaus; necessidade advinda dos constantes ataques de animais hydrophobos, na capital e nos outros municípios do Estado, agravando a situação da saúde pública, o que forçou o governo estadual a iniciar as obras de adaptação em caráter de urgência. Terminadas as obras de adaptação do prédio, da montagem de aparelhos biotério e cunicultura, foi o estabelecimento inaugurado solenemente no dia 1º de janeiro de 1920,²⁵⁷ quando, em pleno funcionamento, passou a produzir soro anti-rábico e medulas injetáveis, e o preparo de *lymph*a antivariólica. A pessoa escolhida para administrar o Instituto foi o Dr. Astrolábio Passos, que já havia participado de todo o processo de organização do mesmo.

Um sinal do desenvolvimento da cidade foi a construção da Chefatura de Polícia por iniciativa do Estado. Ela teve início ainda em 1913 e, em 1934²⁵⁸, as obras ainda não estavam concluídas, no entanto, estavam bem adiantadas. A foto abaixo demonstra que foram construídos um pavimento superior e uma garagem.

Essa obra foi inaugurada na administração de Álvaro Maia. Como se pode observar pela foto 20:

²⁵⁷ **MENSAGEM** lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado a 10 de julho de 1920. p. 66-68.

²⁵⁸ **RELATÓRIO** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a Dezembro de 1934. 1935 – Imprensa Pública. Manáos – Amazonas. p. 7.

FOTO 20: Chefatura de Policia

FONTE: Acervo fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

Em 1925, foi concluído e inaugurado um edifício estadual, situado na rua Silva Ramos, onde passou a funcionar o grupo escolar “Presidente Bernardes”. Na mesma ocasião, foi inaugurada a pequena praça ajardinada à frente do mesmo grupo escolar que recebeu a denominação de praça “Presidente Bernardes”. Atualmente, nesse prédio, funciona a Escola Estadual Ribeiro da Cunha.

Entre as décadas de 20 e 30 do século XX, após um longo período de crise econômica, o governo do Estado admitiu que um dos maiores problemas enfrentados pelo governo referia-se às obras públicas, que, devido aos exíguos recursos, não era possível realizar os reparos devidos em todos os edifícios sob sua administração que foram, ao longo do tempo, se deteriorando. No entanto, devido ao efêmero surto de valorização da borracha, provocado pelo plano Stevenson²⁵⁹, entre os anos de 1924-1926, foi possível realizar alguns reparos e, inclusive, iniciar as obras de construção do Sanatório com quatro enfermarias e 150 leitos, destinado ao tratamento de doentes de varíola. O Sanatório²⁶⁰ recebeu o nome do governador Ephigenio Ferreira Salles. No entanto, após todo o investimento na construção e nos equipamentos, o sanatório foi inaugurado, mas com o fim da epidemia de varíola na capital, o prédio foi destinado à outra atividade.

Nesse período foi reformado o edifício da colônia dos alienados “Eduardo Ribeiro, com capacidade para atender 120 pacientes que estejam necessitando de internação para tratamento, não havia separação de sexo.

No final de seu governo, Ephigenio de Salles, em mensagem enviada à Assembléia Legislativa, em 14 de julho de 1929²⁶¹, fez questão de relacionar as obras iniciadas e concluídas no período de seu governo, além das já mencionadas: o Quartel da Cavalaria da Polícia Militar; a construção de casas e a instalação do maquinário do Campo Experimental de Agricultura; o depósito de máquinas e materiais do Estado; a residência para os guardas do Reservatório da Castelhana, a casa de serraria do serviço de bombeamento de águas da Ponta do Ismael e a construção e montagem da estação radiotelegráfica do Palácio Rio Negro.

Além das obras já mencionadas na mensagem de governo de 1929, foi apresentado, em 1931, um relatório do período de governo do ex-presidente Ephigenio Salles²⁶² para a junta de sanções e, nesse relatório, encontramos outras obras realizadas nesse período.

²⁵⁹ Esse plano é citado por Djalma Batista, como um efêmero surto de riqueza na região Amazônica. In: BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Valer, EDUA e INPA, 2007. p.181.

²⁶⁰ **MENSAGEM** do Presidente Ephigenio Ferreira de Salles à Assembléia Legislativa na abertura de Sua primeira sessão ordinária da décima terceira legislatura, em 14 de julho de 1926. 1926. Typ. da Imprensa Pública. Manaus, p. 30-35.

²⁶¹ **MENSAGEM** do Presidente do Estado do Amazonas à Assembléia Legislativa, lida na abertura da 1ª. Sessão Ordinária da 14ª. Legislatura. Amazonas – Manaus, 1929. p. 43-51.

²⁶² **O Amazonas e a Revolução**. O ex. Presidente Ephigenio Salles perante a Junta de Sancções. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1931.

Foram reformados e adaptados vários prédios públicos, para atender à demanda por escolas em diversas áreas da cidade. O prédio onde funciona o grupo escola Silverio Nery foi reformado; o prédio do Instituto Benjamin Constant foi reformado e ampliado; o prédio da antiga feira do São Raimundo foi reformado e readaptado para o funcionamento do grupo escolar Olavo Bilac. O prédio da antiga feira da Cachoeirinha, onde funcionava a escola Guerreiro Antony, foi reformado para o funcionamento da Escola de Aprendizes Artífices. O primeiro local onde funcionou a Escola dos Aprendizes Artífices foi no prédio da atual Penitenciária Raimundo Vidal Pessoa. Como se pode observar pela foto abaixo

FOTO 21: Escola de Aprendizes Artífices



FONTE: Acervo fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

No início da década de 30²⁶³ do século XX, apesar de algumas obras terem sido suspensas por falta de recursos, a construção do prédio da Secretaria Geral do Estado continua em andamento, como pode ser observada pela foto abaixo

FOTO 22: Construção do prédio da Secretaria Geral

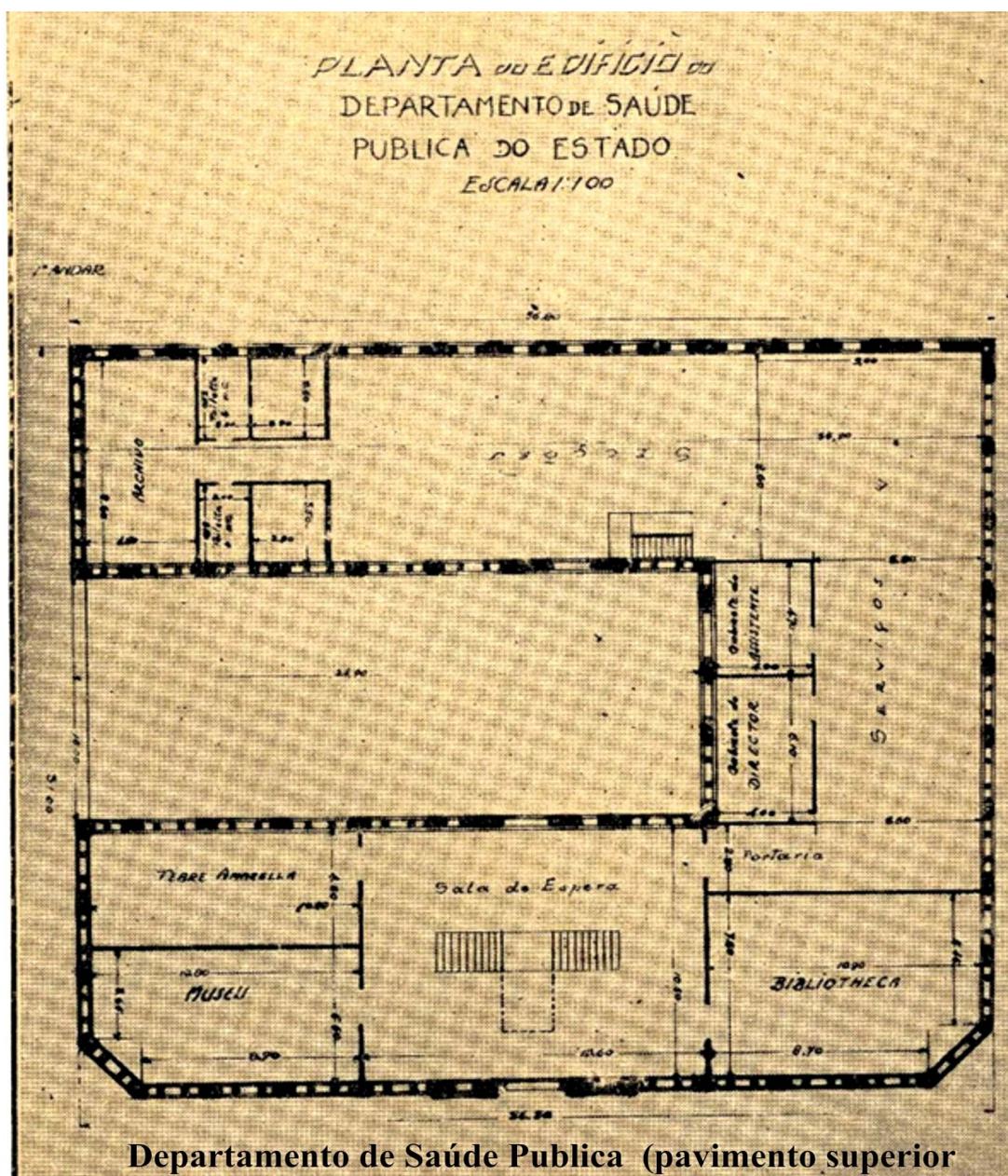


RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a Dezembro de 1934. 1935 – Imprensa Pública. Manáos – Amazonas. p. 7.

²⁶³ **MENSAGEM** apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª Legislatura. Manáos, Imprensa Pública. 1930. p. 33-34.

A proposta de construção de um prédio para os serviços de saúde vinha se arrastando desde os primeiros anos da década de trinta, quando então foi autorizado o início de sua construção. No projeto do prédio, estavam previstos dois pavimentos para comportar a maioria dos serviços de saúde do Estado, exceto o seguimento que trabalhava com os doentes de lepra. Isso pode ser observado nas plantas 7 e 8.

PLANTA 8: Planta baixa do 2º piso do Prédio do Departamento de Saúde Pública do Estado



Fonte: RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a Dezembro de 1934. 1935 – Imprensa Pública. Manáos – Amazonas. p. 85.

No relatório apresentado pelo prefeito de Manaus, Nelson de Mello, ao pPresidente da República, Getúlio Vargas, em 1934, as obras do prédio do Departamento de Saúde Pública estavam bem adiantadas e, em 1938, o prédio foi concluído e inaugurado por Álvaro Maia.

FOTO 23: Departamento de Saúde Pública concluído



FONTE: MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938.

As obras do grupo escolar Arthur Bernardes e o Jardim de Infância Alcântara Bacellar foram concluídas.

Foi também autorizada a construção de casas para funcionários públicos municipais, em cumprimento ao que dispõe o nº 84, da verba 15, do orçamento em vigor, e de acordo com o Decreto 75, de 28 de janeiro de 1932²⁶⁴, as referidas casas

²⁶⁴ **MENSAGEM** apresentada pelo Prefeito de Manaus, Agrônomo Antonio Botelho Maia a Câmara Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1936. Typographia PHENIX de Sérgio Cardoso. Rua Joaquim Sarmiento Nº.78. Manaus.

deveriam ser construídas na Rua Ramos Ferreira, esquina da Praça Antonio Bittencourt, aproveitando local adequado.

As obras de reparos mais urgentes foram continuadas: o Posto Policial da Cachoeirinha; a Penitenciária; a Assembléia Legislativa; o Depósito de máquinas agrícolas e o Asilo de mendicidade.

Na década de trinta, a ênfase das construções estava voltada para a construção de escolas e aberturas de novas estradas e conservação das antigas.

No final da década de 1930²⁶⁵, apesar da crise econômica, a cidade continuou a se movimentar, o governo continuou executando as obras de conservação e manutenção. Em 1937, foram concluídas várias obras, entre elas: a escola rural, no km 9 na colônia Campos Sales; o prédio escolar da estrada de Constantinópolis; o chalé da Delegacia Policial de Flores; a Villa Operária do Bombeamento; um bloco para funcionamento do jardim da infância no grupo escolar da Rua José Paranaguá.

FOTO 24: Casas no Bombeamento para residência de operários



FONTE: Acervo fotográfico do Centro Cultural dos Povos da Amazônia - CCPA

²⁶⁵ **MENSAGEM** do Governador Álvaro Botelho Maia a Assembléia Legislativa, na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1937. Amazonas – Manaus. Imprensa Pública. 1937. p.125-128.

Além das obras realizadas nos vários edifícios estaduais, notadamente nas escolas, prosseguiu-se lentamente, dentro das possibilidades orçamentárias, a construção e a readaptação de antigos prédios à nova realidade vivenciada pelo Estado. Nesse processo, foi readaptado o antigo prédio onde funcionava a higiene pública, na Rua Barroso, para a instalação da Escola Solon de Lucena.

O palácio Rio Branco, situado na avenida Sete de Setembro, foi construído no terreno onde anteriormente funcionava a cadeia pública, a construção do prédio do Palácio Rio Branco foi iniciada no período do interventor Nelson de Melo (1933-1934) e foi concluído no período na interventoria de Álvaro Maia, e, inaugurado em 7 de setembro de 1938. Para o intelectual, membro da Academia de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Mavigner de Castro, esse prédio era uma obra primorosa, como se pode observar pelo texto abaixo.

É um edifício bastante espaçoso, de linha harmônicas, formando um conjunto distinto e bem adequado ao destino para que foi levantado: - o funcionamento das diversas secções da Secretaria Geral do Estado. O custo de sua construção não foi além de setecentos contos revestindo-se a decoração interna de distinta elegância e de aprimorada escolha o mobiliário. Dispõe, também, de moderno e rápido ascensor. Numa das suas amplas dependências térreas instalou-se a grande coleção numismática pertencente ao Estado e classificada em quarto lugar entre as congêneres mundiais.²⁶⁶

²⁶⁶ CASTRO de Mavignier. **Síntese Histórica da Evolução de Manaus**. 2. ed. Editora Umberto Calderado – Manaus – Amazonas. p. 53-54

FOTO 25: Palácio Rio Branco

FONTE: MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938.

No início da década de 1940, mais precisamente entre os anos de 1939 e 1940, foi construído o Liceu de Artes e Ofícios que, embora concluído, continuava aguardando o maquinário para o seu pleno funcionamento. Iniciou-se, também, a construção do Instituto de Educação,²⁶⁷ da Inspetoria do Tráfego e do Serviço de Socorros de Urgência.

²⁶⁷ **EXPOSIÇÃO**, ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal. (Outubro de 1939 – Maio 1940). Manaus – Amazonas, 1940. p.25-26

O Liceu de artes e ofícios foi construído com recursos do governo Federal, e inaugurado no governo de Álvaro Maia.

FOTO 26: Liceu de Artes e Ofícios



FONTE: MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil. 1938.

Entre os anos de 1942 e 1943, encontravam-se ainda em construção os prédios destinados à Inspetoria do Tráfego, o Hospital de Pronto Socorro, a Estação Rádio-Transmissora do Amazonas e do Instituto de Educação e Cultura, além das obras de ampliação no Instituto Benjamin Constant, que estavam adiantadas. Nesse período, foram adaptados vários prédios para atender às novas necessidades da administração pública, dentre eles podemos destacar: o Palacete da Avenida Joaquim Nabuco, onde se instalara o Grupo Escolar Barão do Rio Branco; o Palacete da praça Cinco de Setembro, destinado ao Departamento de Educação e Cultura; o prédio da rua Silva Ramos, destinado para o almoxarifado da Secretaria

de Fomento Agrícola; o Palacete da rua Barroso, no qual funciona em salas amplas, o Juizado de Menores; o prédio da praça Pedro II, para o Arquivo Público, cuja documentação preciosa se acha atualmente nos porões da Biblioteca Pública; o prédio da avenida Sete de Setembro, onde o Juizado de Menores instalara uma creche para filhos de operários; o pequeno prédio, no bairro de São Raimundo, para assistência social à infância operária. De acordo com as informações fornecidas pela exposição apresentada pelo interventor Álvaro Botelho Maia ao Presidente da República, Getúlio Vargas, em 1943,²⁶⁸ o alto custo da mão-de-obra e dos materiais dificultava a construção de novas edificações para acomodar os diversos setores da administração pública, por isso, aceitou os pareceres técnicos e comprou prédios antigos para serem adaptados às necessidades de cada setor da administração pública, com o objetivo de reduzir os gastos.

Na metade da década de 40, entre os anos de 1943-1944, de acordo com as informações do interventor federal, Álvaro Maia,²⁶⁹ foram concluídas as obras do edifício destinado ao Instituto de Educação, do edifício do Departamento das Municipalidades, no prédio situado na rua Av. Joaquim Nabuco, para instalação do Grupo Escolar Barão do Rio Branco; do pequeno edifício num terreno na Rua Carvalho Leal, no bairro da Cachoeirinha, para sede da Delegacia de Polícia desse bairro; do prédio adquirido para sede da Comissão Estadual da L.B.A; no prédio para Inspetoria do Tráfego Público. Nesse período também foi adaptado o prédio para o Orfanato Escola Bom Pastor, destinado a meninas desvalidas, sob direção do Juizado de Menores; e a compra do edifício para sede do Conselho Administrativo do Estado.

²⁶⁸ **EXPOSIÇÃO** ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal. (Maio de 1942 – Maio de 1943). 1943. D. E. I. P. Manaus – Amazonas. p. 87.

²⁶⁹ **EXPOSIÇÃO** ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal. (Maio de 1943 – Julho de 1944). 1944. D. E. I. P. Manaus – Amazonas. p. 180-183.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre a Manaus do período entre 1910 e 1940 foi, antes de tudo, uma oportunidade de discussão acerca de alguns paradigmas sobre a história regional que, por algum tempo, nortearam nossa compreensão sobre essa cidade. O primeiro deles tem a ver diretamente com a abordagem metodológica da historiografia sobre a região, quando voltada para o aspecto político, econômico e para os grandes vultos ou monumentos da história; o segundo, de caráter mais geral no âmbito das ciências humanas, refere-se à concepção sobre a construção da cidade cujo estudo geralmente estava associado a um fenômeno espontâneo e o terceiro voltou-se, especificamente, à questão da dinâmica interna do funcionamento da cidade de Manaus, negando qualquer possibilidade de compreendê-la, nem por um momento, como algo possível de estagnação.

Pela historiografia regional, pautada na perspectiva dos grandes eventos como catalisadores do processo histórico da humanidade, criou-se a idéia de que o estado do Amazonas passou por grandes períodos de transformações, tais como: o período colonial – que se estendeu das primeiras décadas do século XVI até as duas primeiras décadas do século XIX; o processo de independência; a abolição da escravidão; o processo de emancipação política no contexto regional, datados na segunda metade do século XIX; o período da Belle époque – no final do século XIX e início do século XX; a decadência – nas décadas de 10 a 40 do século XX e, o advento da Zona Franca, a partir de 1967.

Como resultado dessa periodização do processo histórico local, a produção historiográfica regional, até a década de 1980, aponta o período de decadência, que se estendeu entre 1910 e 1940 como um momento de estagnação – e esse termo

compreendido em seu sentido estrito, ou seja, inerte - principalmente quando associamos a palavra estagnação a outras, como: decadência e letargia. Com tais adjetivos, condenou-se aquele período como um momento incapaz de produzir mudanças significativas na organização da cidade no qual nada além da estagnação mereceria registro ou a atenção do historiador.

Para o historiador que se ocupa do estudo dos sistemas econômicos, políticos e dos grandes vultos ou monumentos da história da humanidade, talvez nada daquele período merecesse registro, como registrado anteriormente. Mas, ao operarmos uma ligeira mudança de paradigma, torna-se possível afirmar o oposto: descobrir, naquele contexto, grandes transformações físicas e sócio-culturais no espaço da cidade de Manaus.

Ao voltarmos nossa atenção para a arquitetura e o urbanismo da cidade, deparamo-nos com uma Manaus em ebulição: pequenas e grandes obras, crescimento populacional, o espaço físico da cidade em expansão. E mais ainda, o Poder Público acuado pelos interesses diferenciados dos diferentes grupos sociais. Um Poder Público que não mais poderia dar ouvido somente à elite, era obrigado, por força das circunstâncias econômicas e sócio-culturais, a dar respostas às demandas dos moradores dos subúrbios e das zonas agrícolas do município. Tais demandas exigiram a construção das pontes, a construção e alargamento das estradas, extensão da rede elétrica e de água potável, forçando o Poder Público a ligar aquilo que ele preferia ver separado: o centro da periferia; a elite dos moradores dos subúrbios. Sarcasticamente invertendo o ideal de Eduardo Ribeiro: não foi o Poder Público que fez de uma aldeia uma cidade moderna, foi o povo da aldeia que transformou Manaus em uma cidade moderna, porque foram as demandas criadas pela periferia e a produção das zonas agrárias as responsáveis, em grande parte, pela circulação e produção de renda sobre as quais o município recolhia impostos para manter viva a utopia da “Paris dos Trópicos”, por meio da construção e reforma de prédios, ruas e praças do espaço da elite na Manaus dos anos 1910 a 1940.

Acreditamos que as transformações a que nos referimos acima e que demonstramos exaustivamente no decorrer desse trabalho dão prova de que o projeto de embelezamento da cidade, iniciado no “período áureo da borracha”, continuou a dar as diretrizes para a construção e manutenção da cidade, mesmo no

período mais intenso de sua crise econômica. Apesar da inversão sobre o construtor da Manaus-aldeia em cidade moderna, a cidade que foi construída teve por base a utopia de Eduardo Ribeiro e, durante todo o período pesquisado, não houve um só ano sem que se fizessem obras no sentido de aproximar a cidade real da cidade ideal.

O período entre 1910 e 1940 é uma prova inconteste de que a cidade é uma obra humana e, neste sentido, resultante dos conflitos e das tramas inerentes a cada grupo social responsável por sua construção. A cidade, por isso, reflete tais conflitos, tais tramas. Assim, a utopia da “Paris dos Trópicos” pertencia à elite manauense, essa elite pensava a cidade enquanto o espaço por ela ocupado, ou seja, o centro de Manaus. O projeto de modernização correspondia ao centro da cidade. No entanto, a crise do comércio da borracha, juntamente com os grandes empréstimos mal elaborados, endividaram sobremaneira a municipalidade e o estado, fato que forçou a migração dos habitantes do interior para a capital do estado. A crise e a migração alteraram a dinâmica interna da cidade de Manaus, forçando o Poder Público a redimensionar seus propósitos e, incluir os subúrbios como áreas de investimentos prioritários, pois deles esperava-se recursos.

Foi a partir dessa nova conjuntura econômica, política, cultural e social que a cidade de Manaus foi construída. A elite foi obrigada a construir pontes físicas e sociais para ligá-la à periferia. Algumas pontes foram construídas sobre os igarapés, outras tomaram forma de escolas, feiras e saneamento básico, criando-se o palco do monumental teatro imperceptível pela historiografia tradicional, mas onde a trama da vida dos construtores da cidade se desenrolou magistralmente.

A crise econômica existiu de fato, suas causas e a profundidade de seus efeitos é que são questionados. Pelos dados aqui apresentados, a grande vilã da história não foi somente a queda, no mercado internacional, da borracha silvestre, a falta de investimentos no plantio ordenado, beneficiamento e industrialização da borracha, mas, além desses, elementos acrescentamos os empréstimos externos feitos no período imediatamente anterior à crise econômica. Isso significa que não foi apenas um desses elementos que intensificaram a crise mais o seu conjunto.

Apesar do drástico efeito da crise sobre a economia do estado e da cidade de Manaus, ela não chegou a causar a letargia, a desaceleração da economia da cidade, ao contrário, deu-lhe outra dinâmica de espacialidade e de relações sócio-

culturais. A Manaus de antes de 1910, pensada para ser a “Paris dos trópicos” não chegou a se concretizar literalmente. Nos anos que se seguiram, ela se tornou menos fruto de um modelo exógeno e bem mais a síntese de sua própria dinâmica, resultante das contradições entre, pelo menos, duas grandes forças em luta: a elite e sua ação para tornar real sua utopia e a ação dos moradores dos subúrbios em sua luta diária pela vida e pelo direito à cidade.

A construção dos monumentos de concreto, dos traçados de ruas, estradas, pontes e vielas não nos revelam unicamente suas formas ou a rigidez de suas estruturas, tais artefatos são depositários das flexibilidades das tramas a partir das quais são alinhavadas as estruturas das histórias dos grupos humanos que constroem cidades, pois, a cidade é, por definição, um artefato social.

REFERÊNCIAS

FONTES

MENSAGENS MUNICIPAIS

MENSAGEM lida perante a Intendência Municipal de Manáos em sessão de abertura da 4º reunião a 15 de novembro de 1910, pelo superintendente, Coronel Adrião Ribeiro Nepomuceno. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Official. 97, – Rua Municipal – 97, 1910.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Sr. Superintendente, Dr. Jorge de Moraes. Em 15 de maio de 1911. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Official. 97 – Rua Municipal – 97, 1911.

MENSAGEM lida perante o Conselho Municipal em sessão extraordinária de 28 de janeiro de 1911, pelo Dr. Jorge de Moraes, Superintendente, municipal. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Official. 97, – Rua Municipal – 97. 1911.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos pelo Superintendente Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmiento, em 15 de agosto de 1911, Manáos, 1911

MENSAGEM lida perante o Conselho Municipal em sessão extraordinária de 04 de outubro de 1911, pelo Superintendente, Dr. Jorge de Moraes. Typographia do “Commercio do Amazonas”. Manáos.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dr. Jorge de Moraes em sessão extraordinária de 21 de novembro de 1911. Manáos, 1912.

MENSAGEM lida perante o Conselho Municipal, em sua 1ª sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1912, pelo Superintendente, Dr. Jorge de Moraes. Livraria Universal Pereira & Penalva. Manáos,

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dr. Jorge de Moraes em de 08 de setembro de 1912. Rio de Janeiro. Typographia “Ao Luzeiro” – Avenida Passo, 43 1913.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Sr. Superintendente, Dr. Jorge de Moraes, em 8 de setembro de 1912. Rio de Janeiro, 1913.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1913. Manáos, 1913.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, por ocasião da abertura da sessão extraordinária de 26 de maio de 1913. Manáos, Secção de Obras do Commercio do Amazonas. 12, Rua Joaquim Sarmiento, 1913.

MENSAGEM apresentada ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente do Município, Dr. Jorge de Moraes, em sessão ordinária de 05 de setembro de 1913. Manáos, Secção de Obras do Commercio do Amazonas. 12, Rua Joaquim Sarmiento, 1913.

MENSAGEM lida perante o Conselho Municipal pelo Superintendente, Sr. Dr. Edgard de Rezende do Rego Monteiro, por ocasião da abertura da sessão ordinária daquelle corpo legislativo, em 1º de abril de 1924. Manáos,

MENSAGEM apresentada à Intendência Municipal de Manáos, pelo Dr. José Francisco de Araujo Lima, Superintendente Municipal, em 1º de outubro de 1924. Amazonas – Manáos, Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1924.

MENSAGEM apresentada pelo Prefeito de Manáos, pelo Dr. Joaquim Augusto Tanajura à Intendência Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1930. Manáos – Amazonas – Brasil, Imprensa Pública. 1930.

MENSAGEM apresentada pelo Prefeito de Manáos, Agrônomo Antonio Botelho Maia, à Câmara Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1936. Typographia PHENIX de Sérgio Cardoso. Rua Joaquim Sarmiento N.78. Manáos,

MENSAGEM apresentada pelo Prefeito de Manáos, Agrônomo Antonio Botelho Maia, à Câmara Municipal na sua sessão de 15 de abril de 1937. Typographia PHENIX de Sérgio Cardoso. Rua Joaquim Sarmiento N.78. Manáos.

RELATÓRIOS MUNICIPAIS

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal de Manáos, pelo Superintendente Coronel Adrião Ribeiro Nepomuceno, em 3ª. reunião ordinária do corrente anno. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Official. 97 – Rua Municipal – 97, 1910.

RELATÓRIO, apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de fevereiro de 1910 pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Official. 97 – Rua Municipal – 97. 1910.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal em sessão de 15 de maio de 1910, pelo Superintendente Agnello Bittencourt. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Official. 97 – Rua Municipal – 97, 1910.

RELATÓRIO apresentado a Intendência Municipal de Manáos em sessão extraordinária de 10 de janeiro de 1911, pelo Superintendente Coronel Adrião Ribeiro Nepomuceno. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Official. 97 – Rua –Municipal – 97, 1911.

RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos pelo Superintendente Dorval Pires Porto em sessão ordinária de 5 de setembro de 1914. Typ. Da Livraria RENAUD. Rua Municipal, 93. Manáos.

RELATÓRIO, apresentado à Intendência Municipal de Manáos pelo Superintendente Dorval Pires Porto em sessão ordinária de 5 de setembro de 1915. Typ. da Livraria RENAUD. Rua Municipal, 93 Manáos,

RELATÓRIO, apresentado á Intendencia Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dorval Pires Porto em sessão ordinária de 11 de fevereiro de 1916. Typ. da Livraria RENAUD. Rua Municipal, 93. Manáos,

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO, apresentado á Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente Dorval Pires Porto em sessão ordinária de 14 de julho de 1916. Typ. da Livraria RENAUD. Rua Municipal, 93. Manáos,

RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dr. Antonio Ayres de Almeida Freitas em sessão ordinária de 14 de julho de 1918. Typographia do “Cá e Lá”. Rua Joaquim Sarmiento, 12. 1918.

RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dr. Antoni Ayres de Almeida Freitas em sessão ordinária de 14 de julho de 1919. Typographia do “Ca e La”. Rua Joaquim Sarmiento, 12. 1919.

RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá em sessão ordinária de 14 de julho de 1920. Typographia do “Ca e La”. Rua Joaquim Sarmiento, 12. Amazonas – Manáos, 1920.

RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 14 de julho de 1921 pelo Superintendente Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do “Ca e La”. Rua Joaquim Sarmiento, 12. Amazonas – Manáos, 1921.

RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá em sessão ordinária de 11 de março de 1922. Typographia do “Cá e Lá”. Rua Joaquim Sarmiento, 12. Amazonas – Manáos, 1922.

RELATÓRIO apresentado à Intendência Municipal de Manáos, em sessão de 1º de outubro de 1922, pelo Superintendente, Dr. Basilio Torreão Franco de Sá. Typographia do “Cá e Lá”. – Manáos, 1922.

RELATÓRIO lido perante Professor Marciano Armond Prefeito de Manáos, em 28 de junho de 1931.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Mello. Outubro de 1933 a Dezembro de 1934. 1935 – Imprensa Pública. Manáos – Amazonas.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Dr. Interventor Federal do Estado do Amazonas pelo Dr. Pedro Severiano Nunes, Prefeito do Município de Manaus. Amazonas – Brasil, 1934.

RELATÓRIO que o Agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito de Manaus, dirigiu ao Exmo. Snr. Interventor Federal no Amazonas Dr. Álvaro Botelho Maia. 1938. Manaus – Amazonas. Brasil.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Álvaro Botelho Maia, Interventor Federal no Amazonas, pelo Engenheiro Agrônomo Antonio Botelho Maia, Prefeito Municipal de Manaus, relativo aos exercícios de 1939 e 1938.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal de Manaus, por ocasião da abertura da sessão legislativa, em 15 de abril de 1955, pelo Prefeito Walter Scott da Silva Rayol. Imprensa Oficial. 1955.

RELATÓRIO apresentado pelo Doutor Paulo Pinto Nery, Prefeito da Capital, ao Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Arthur Cezar Ferreira Reis, sobre as atividades administrativas desenvolvidas no período compreendido entre 24 de novembro de 1965 e 24 de novembro de 1966.

MENSAGENS ESTADUAIS

MENSAGEM lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Primeira sessão ordinária da sétima legislatura, pelo Exmo. Snr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Governador do Estado em 10 de julho de 1910. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Oficial. 97 – Rua Municipal – 97, 1910.

MENSAGEM lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinária da sétima legislatura, pelo Exmo. Snr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Governador do Estado, em 10 de julho de 1911. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Oficial. 97 – Rua Municipal – 97, 1911.

MENSAGEM lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira sessão ordinária da sétima legislatura, pelo Exmo. Snr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Governador do Estado, em 10 de julho de 1912. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Oficial. 97 – Rua Municipal – 97, 1912.

MENSAGEM lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da primeira sessão extraordinária da oitava legislatura pelo Exmo. Snr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa Governador do Estado, em 25 de fevereiro de 1913. Manáos, Secção de Obras da Imprensa Oficial. 97 – Rua Municipal – 97, 1913.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa por ocasião da Abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura, em 10 de julho de 1914 pelo Exmo. Snr. Governador do Estado, Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa acompanhada dos Relatórios dos Chefes de Repartições. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97. 1914.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Terceira sessão ordinária da oitava legislatura pelo Exmo. Snr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa

Governador do Estado, em 10 de julho de 1915. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1915.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Sessão extraordinária da nona legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa Governador do Estado, a 15 de janeiro de 1916. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1916.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar Governador do Estado, a 10 de julho de 1917. Manáos – Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Pública. 97 – Rua Municipal – 97, 1917.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar Governador do Estado, a 10 de julho de 1918. Imprensa Pública – Manáos, 1918.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Primeira Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, a 10 de julho de 1919.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, a 10 de julho de 1920.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa, na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Décima Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 10 de julho de 1921.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa por S. Exmo, o Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro Governador do Estado em 15 de janeiro de 1922, por ocasião da abertura da reunião extraordinária convocada pelo Decreto No. 1.425, de 24 de dezembro de 1921. Manáos, Imprensa Pública, 1922.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Décima Primeira Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 14 de julho de 1923.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Décima Primeira Legislatura, pelo Exmo. Sr. Desembargador Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado, a 14 de julho de 1923.

MENSAGEM lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Terceira Sessão Ordinária da Décima Primeira Legislatura, pelo Exmo. Sr. Dr. Turiano Meira, Governador do Estado, a 14 de julho de 1924. Manáos.

MENSAGEM lida à Assembléia Legislativa do Estado em sua reunião extraordinária de 15 de dezembro de 1925. Imprensa Pública. Manáos, 1925. (Alfredo Sá – Interventor Federal no Amazonas)

MENSAGEM do Presidente Ephigenio Ferreira de Salles á ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA na abertura de sua primeira sessão ordinária da décima terceira legislatura em 14 de julho de 1926. 1926. Typ. da Imprensa Pública, Manáos,

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa pelo Exmo. Sr. Antonio Monteiro de Souza, Presidente da Assembléia no exercício de Presidente do Estado, por ocasião da abertura da Segunda reunião ordinária na décima terceira legislatura em 14 de julho de 1927. Manáos, Imprensa Pública, 1927.

MENSAGEM de Ephigenio Ferreira de Salles. Amazonas – Manáos, 1928.

MENSAGEM do Presidente do Estado do Amazonas á Assembléia Legislativa, lida na abertura da 1ª. Sessão Ordinária da 14ª. Legislatura. Amazonas – Manáos, 1929.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao installar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª Legislatura. Manáos, Imprensa Pública. 1930.

MENSAGEM do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembléia Legislativa na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1936.

MENSAGEM do Governador Álvaro Botelho Maia à Assembléia Legislativa, na abertura da sessão ordinária em 3 de maio de 1937. Amazonas – Manaus. Imprensa Pública. 1937.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1948, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas. 1948.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1949, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas. 1949.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa, em sua sessão ordinária de 1950, pelo Governador do Estado, Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves. Diretoria da Imprensa Oficial. Manaus – 1950.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas, na sua sessão de abertura em 15 de março de 1952, pelo Governador Álvaro Maia. Manaus. D. I. O. 1952.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas, em sua sessão de abertura em 15 de março de 1953, pelo Governador Álvaro Maia. Imprensa Oficial. Manaus – Amazonas. 1953.

MENSAGEM à Assembléia Legislativa de Plínio Ramos Coelho. Estado do Amazonas. 1955.

MENSAGEM à Assembléia Legislativa de Plínio Ramos Coelho. Divisão da Imprensa Oficial. Manáos – Amazonas, 1956.

RELATÓRIOS E EXPOSIÇÕES DAS INTERVENTORIAS

RELATÓRIO apresentado ao Ex. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da Republica, pelo Interventor Federal no Amazonas, capitão Nelson de Melo. 1935. Imprensa Publica. Manáos – Amazonas.

EXPOSIÇÃO, ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República, por Álvaro Maia Interventor Federal. Manaus – Amazonas. 1938.

EXPOSIÇÃO ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D. Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal. (Outubro de 1939 – Maio 1940). Manaus – Amazonas. 1940.

EXPOSIÇÃO ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República por Álvaro Maia, Interventor Federal. (Maio de 1940 a Maio de 1941). Imprensa Pública. Manaus – 1941.

EXPOSIÇÃO ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, por Álvaro Maia, Interventor Federal. (Maio de 1941 – Maio de 1942). Imprensa Pública. Manaus – Amazonas. 1942.

EXPOSIÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República por Álvaro Maia, Interventor Federal. (Maio de 1942 – Maio de 1943). 1943. D. E. I. P. Manaus – Amazonas.

EXPOSIÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República por Álvaro Maia Interventor Federal. (Maio de 1943 – Julho de 1944). 1944. D. E. I. P. Manaus – Amazonas.

EXPOSIÇÃO ao Excelentíssimo Senhor general Eurico Dutra, Presidente da República por Emiliano Stanislau Affonso, Interventor Federal. (Novembro 1945 – Fevereiro 1946). Manaus. Imprensa Oficial. 1946.

ARQUIVOS DIGITAIS:

ANNUÁRIO DE MANAUS -1913-1914. Organizado por Heitor de Figueiredo. SEC – com o acervo da Biblioteca Pública. Manaus, 2001.

O Amazonas e a Revolução. O ex. Presidente Ephigenio Salles perante a Junta de Sancções. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1931.

ALMANAQUES

ALMANACH: Administrativo, histórico, estatístico, commercial e litterario do Amazonas para 1896. Com o retrato e biographia do Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, eleito governador do Amazonas em 21 de abril de 1892. Organizado por Augusto Celso de Menezes. Manaus – Impresso nas officinas do – Diario Official.

ÁLBUNS

MANAUS, Álbum organizado na administração do Prefeito Antonio Botelho Maia. Manaus- Amazonas – Brasil, 1938.

MANAUS -1848-1948.

LEIS

LEI nº. 582 de 5 de Setembro de 1850: In.ARQUIVOS: **coletânea de documentos para a História do Amazonas.** Responsabilidade da Associação Comercial do Amazonas. Setembro de 1947. Ano I – Manaus – Amazonas – volume 2.

LEI nº. 639, de 13 de setembro de 1910. Promulgado o Código de Posturas do Município de Manáos,

LEI nº. 1.059, de 22 de outubro de 1920. Promulgado o Código de Posturas do Município de Manaus. Livraria Clássica de J.J. da Carama, rua Guilherme Moreira, 1 e 3. Canto da rua Theodoureto Souto, 11. Manáos –Amazonas, 1920.

ATO Nº 44, de 29 de julho de 1938. Outorgado o novo Código de Posturas do Município de Manáos, Amazonas – Manaus – Imprensa Pública, 1939.

ESTUDOS

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Ed. Senado Federal, 2000.

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60**. Manaus: Valer /Governo do Estado do Amazonas, 2002.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como História da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas (1859)**. Trad. Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia** – Análise do processo de desenvolvimento. 2 ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. Manaus – O Crescimento de uma Cidade no Vale Amazônico: In. **Raízes da Amazônia**. Ano I – V.1 – nº1. Manaus- Amazonas - Brasil. Ed. INPA/ Ministério da Ciência e Tecnologia. 2005.

BATTES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1979.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In **Cidade: História e Desafio**. OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.) Rio de Janeiro: CNPq/FGV, 2002.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Trad. Denise Bottmanam. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad: Sérgio Góes de Paula. Rios de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Trad. Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BENEVOLO, Leonardo. **A cidade na História da Europa**. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Coleção dirigida por LE GOFF, Jacques. 1. ed. Lisboa. Editora Presença. 1995.
- CAMPOS, Hermenegildo. **Climatologia Médica do Estado do Amazonas**. Manaus, ACA/ Fundo Editorial, 1988.
- CASTRO de Mavignier. **Síntese Histórica da Evolução de Manaus**. 2. ed. Editora Umberto Calderado – Manaus – Amazonas.
- CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia: A história entre certezas e Inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil/ DIFEL – Lisboa. 1990.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da Costa. **Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1997.
- COSTA, Selda Vale da. **Eldorado das Ilusões**. Cinema & Sociedade: Manaus (1897-1935) Manaus: Ed. Da Univ. do Amazonas, 1996.
- DAOU, Ana Maria Lima. **A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”**: Práticas e Representações da Sociedade Amazonense na virada do século XIX. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1998. p. 205.
- DIAS, Edinéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1988.
- ELIAS, Norbert . **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Trad. Ruy Jungamann. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- FALCON, Francisco José Calazans e RODRIGUES, Antonio Edmilson M. **Tempos Modernos**: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito as instituições da Grécia e de Roma. Trad. Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975.
- GIBBON, Ladner e HERNDON, Lewis. **Exploración del Valle del Amazonas** (Tomo I). Quito: Monumenta Amazônica. 1991.
- HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1798-1848**. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LE GOFF, Jacques. (org.) **Dicionário Temático de História Medieval**. Bauru: EDUSC, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo. Martins Fontes. 1992.
- LE GOFF. **Por Amor às cidades**. Trad. De Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1988.
- LOPES, Gonçalves. **Chorographia do Amazonas**. Rio de Janeiro. 1922.
- LOUREIRO, Antonio José Souto. **A Grande Crise (1909-1916)**. Manaus: edição do autor, 1986.
- LOUREIRO, Antonio José Souto. **Tempos de Esperança**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1994.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARTIUS, Carl Friedrich e SPIX, Johan Baptist Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Prefácio Mario Guimaraes Ferri; Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. V. 3. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.
- MATTA, Alfredo. **Geografia e Topographia Médica de Manáos**: Escorço de um Estudo apresentado ao Superintendente Municipal de Manáos, Dr. Dorval Pires Porto. Typ da livraria Renaud. Rua Municipal, nº 93 – Manáos – 1916,

MELO, Patrícia Maria Sampaio. **Os fios de Ariadne**: Tipologia de Fortunas e Hierarquias sociais em Manaus; 1840-1880. Manaus: Editoria da Universidade do Amazonas, 1997. p. 70-89.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Sociedade: Consolidação da República Oligárquica. In. **História Geral do Brasil**. LINHARES, Maria Yedda (org). 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)** Tese de Doutorado em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. 3ª edição. Manaus: Editora Valer. 2006.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil R. da Silva. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Maria Evany do. **Patrimônio e Memória da Cidade**: monumentos do centro histórico de Manaus. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920-1967**: A cidade doce e dura em excesso. Valer, Cultura e EDUA, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do Espaço**: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 08, nº 16. 1995. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2001.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus de 1889-1925. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas, 1999.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**. Letramento e Periodismo no Amazonas(1880-1920). Tese de Doutorado em História. PUC- São Paulo. 2001.

POËTE, Marcel, Introduction à l'Urbanisme. L'évolution des Villes, La leçon de l'antiquité. In. **A Arquitetura da Cidade**. ROSSI, Aldo. Trad. De Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- RAMINELLI, Ronald. **História Urbana**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- REIS, Artur César Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas/ São Paulo: EDUSP.1989.
- REIS, Artur César Ferreira. **Manaus e outras vilas**. 2. ed. revisada. Manaus: Gov. do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura e Turismo/ Editora da Universidade do Amazonas,1999.
- REIS, Artur César Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas/ São Paulo: EDUSP.1989.
- ROLIM, Amarildo Rodrigues. Do Sonho à Realidade: os ideais trabalhistas de desenvolvimento Econômico para o Amazonas nas décadas de 1950-1960 do século XX. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Ciências e Letras. 2006.
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. Trad. De Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma Liderança Política Cabocla**. Manaus. Ed. Da Universidade do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus. Suframa Ed. Calderaro. 1985.
- SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz. 1980.
- SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana: In. **Cidades: Pesquisas em História: Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP**. Déa Ribeiro Fenelon (org.). Ed. Olho d'Água. São Paulo. 2000.
- WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1979.
- WEINSTEIN, Barbara. A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920). Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC-EDUSP: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. (estudos históricos).

ANEXOS

ANEXO I

Mapa da Cidade de Manaus – 1915

Mapa da Cidade de Manaus - 1937

ANEXO II

LEI nº. 639, de 13 de setembro de 1910. Promulgado o Código de Posturas do Município de Manaus,

LEI nº. 1.059, de 22 de outubro de 1920. Promulgado o Código de Postura do Município de Manaus, Livraria Clássica de J.J. da Câmara, rua Guilherme Moreira, 1 e 3. Canto da rua Theodoureto Souto, 11. Manaus –Amazonas. 1920.

ATO Nº 44, de 29 de julho de 1938. Outorgado o novo Código de Postura do Município de Manaus, Amazonas – Manaus – Imprensa Pública. 1939.